

PATRÍCIA DE BRITO ROCHA

**A SINTAXE NO E DO DISCURSO POLÍTICO
BRASILEIRO: OS PROFERIMENTOS DO DIA DO
TRABALHO EM DILMA ROUSSEFF – A DIREITA
NA ESQUERDA OU A ESQUERDA NA DIREITA?**

UBERLÂNDIA/MG

2016

PATRÍCIA DE BRITO ROCHA

**A SINTAXE NO E DO DISCURSO POLÍTICO
BRASILEIRO: OS PROFERIMENTOS DO DIA DO
TRABALHO EM DILMA ROUSSEFF – A DIREITA
NA ESQUERDA OU A ESQUERDA NA DIREITA?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos

Área de concentração: Linguística e Linguística Aplicada

Linha de Pesquisa: Linguagem, texto e discurso

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Lúcia Hernandez Agustini

UBERLÂNDIA/MG

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- R672s
2016
- Rocha, Patrícia de Brito, 1981-
A sintaxe no e do discurso político brasileiro : os proferimentos do Dia do Trabalho em Dilma Rousseff : a direita na esquerda ou a esquerda na direita? / Patrícia de Brito Rocha. - 2016.
261 f.
- Orientadora: Carmen Lúcia Hernandes Agustini.
Tese (doutorado) -- Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.
Inclui bibliografia.
1. Linguística - Teses. 2. Rousseff, Dilma, 1947- - Discursos, alocuções, etc. - Teses. 3. Políticos - Brasil - Discursos, ensaios, conferências - Teses. 4. Gramática comparada e geral - Sintaxe - Teses. I. Agustini, Carmen Lúcia Hernandes. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

PATRÍCIA DE BRITO ROCHA

**A SINTAXE NO E DO DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO: OS PROFERIMENTOS DO DIA
DO TRABALHO EM DILMA ROUSSEFF – A DIREITA NA ESQUERDA OU A ESQUERDA NA
DIREITA?**

Aprovado em: _____

Prof. Dra. Cármen Lúcia Hernandes Agustini, UFU (Orientadora)

Prof. Dra. Alice Cunha de Freitas

Prof. Dr. Eduardo Alves Rodrigues

Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo

Prof. Dra. Telma Domingues da Silva

Dedico este trabalho a

meus pais, Orlando e Dalva, pelo amor sempre incondicional;

minha irmã, Viviane, pelo companheirismo;

minha filha, Maria Fernanda, pelo sorriso sempre terno;

minha orientadora, Cármen, por acreditar que seria capaz de desenvolver tamanha empreitada.

AGRADECIMENTOS

Agradecer... Demonstrar ou expressar gratidão a, reconhecer... Significados que me tocam de forma singular, pois a vida tem me ensinado que uma das mais nobres ações é render graças àqueles que fizeram parte de nossa caminhada seja apoiando-nos, seja ensinando-nos a seguir pela estrada da vida da melhor forma possível. Ao fim desta caminhada de quatro anos e meio, várias pessoas se fizeram presentes em minha vida com esse fim, por isso venho dizer a eles o meu MUITO OBRIGADA!

Agradeço, em primeiro lugar a Deus, Aquele que me concedeu a vida e que, nesta caminhada, tem me permitido (re)conhecer as diferentes realidades da vida, sendo o meu pilar nas adversidade e nas alegrias.

Agradeço ao meu pai, Orlando, que, mesmo em seu silêncio, demonstrava o seu apoio e compreensão, principalmente nas manhãs de estudo dos finais de semana e nas inúmeras partidas e chegadas.

Agradeço a minha mãe, Dalva, grande incentivadora, desde sempre, por me ouvir nos momentos de ansiedade, de tristeza e de alegria... Agradeço, mais do que tudo, por estar ao meu lado, fisicamente ou não, ao longo de toda a caminhada.

Agradeço a minha irmã, Viviane, pelo amor fraternal, pela preocupação e pela admiração.

Agradeço a minha filha, Maria Fernanda, a presença fundante de um amor (in)explicável. Mais que um agradecimento, devo a você, minha filha, um pedido de perdão pelas inúmeras ausências...

Agradeço a minha orientadora, Cármen, por ser mais que um esteio teórico e de inenarrável sabedoria, mas por ser alguém que compreende o ser humano, acolhe-o em suas fraquezas e limitações, ao mesmo tempo que o potencializa em suas virtudes. Em tempo algum, eu poderei agradecer completamente o que você fez por mim desde 2006.

Agradeço ao professor Ernesto, que, desde 2004, com maior ou menor intensidade, faz parte da minha trajetória acadêmica, por ser exemplo de profissional comprometido com o que faz e por não medir esforços para que nos formemos com princípios éticos. Mais do que isso, agradeço pela interlocução nas aulas, nos eventos, nas bancas de qualificação, a sua palavra me constitui.

Agradeço a professora Alice pelas contribuições nas bancas de qualificação e por ser um modelo de profissional sério e comprometido com o que faz.

Agradeço aos demais membros desta banca pela disponibilidade em participar trazendo as suas contribuições.

Agradeço à professora Doutora Sueli Maria Coelho por ter me aberto os olhos à pesquisa.

Agradeço ao Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Patos de Minas por ser um incentivador da minha formação.

Agradeço ao Centro Universitário de Patos de Minas, na figura de seu Diretor de Graduação, professor Mestre Henrique Miranda, figura a partir da qual estendo os meus agradecimentos aos demais dirigentes, pelo sempre *sim* à necessidade de minhas ausências.

Agradeço, finalmente, aos meus colegas de trabalho e de estudo que foram interlocutores singulares, fomentando, sobretudo, o debate teórico.

Àqueles cujo nome não me vem à mente, obrigada, por terem feito parte de momentos de dor e frustração, alegria e euforia, construção e desconstrução...

RESUMO

Nesta tese, ocupamo-nos dos proferimentos do Dia do Trabalhador realizados pela Presidente Dilma Rousseff no seu primeiro mandato, estabelecendo como objeto teórico o discurso, visto nossa filiação teórica à Análise de Discurso francesa pechatiana, e como objeto de estudo a sintaxe implicada no discurso institucional da primeira Presidente mulher na história do Brasil. A fim de estudarmos a implicação da sintaxe nesse discurso, elegemos, especificamente, os nomeados termos acessórios da oração pela Gramática Normativa, a saber: os adjuntos e o aposto, pois é propalado que o discurso político seria um discurso esvaziado de sentido, sendo que, caso essa realidade se configure, o funcionamento dos termos acessórios não seriam mais do que um acréscimo contingente na produção do discurso analisado. Contudo, tomamos como hipótese o fato de a sintaxe constituir o mecanismo de articulação fundamental que nos permite compreender os processos discursivos, constituindo, assim, o ponto sobre o qual o processo discursivo desenrola-se a partir de movimentos espirais. Nessa direção, o conceito de sequência, sob a perspectiva teórica assumida, assume outros contornos: ela (con)figura-se como uma extensão em espiral, não sendo, pois, da ordem da linearidade, como na perspectiva linguística. Em consequência disso, descortina-se a possibilidade de trabalharmos com trajetos de leitura, conforme (pro)posto no processo de análise dos proferimentos. Da nossa visada, então, a adjunção e a aposição são concebidas como mecanismos linguístico-sintáticos considerados como pertencentes à ordem da língua e, em consequência disso, não podem ser considerados dispensáveis, visto que suscitam efeitos de sentido juntamente com as demais unidades do discurso, visto a espiralação promovida pelo efeito-leitor. Deixamos, então, de olhar apenas o emprego da língua e voltamo-nos para as questões de natureza de produção do sentido, buscando (re)conhecer a articulação entre interdiscurso e intradiscurso no processo discursivo, de modo específico nos proferimentos presidenciais do Dia do Trabalhador entre os anos de 2011 e 2014. Para tanto, nossa tese apresenta, na introdução, as balizagens teóricas e metodológicas do trabalho. Nos capítulos que dizem respeito ao referencial teórico, preocupamo-nos inicialmente em traçar uma diferenciação da linguística do discurso da Linguística; logo a seguir, a preocupação é tratar o linguístico do discurso e a sintaxe voltada ao discurs(iv)o; e, finalmente, trabalhar determinadas especificidades do discurso presidencial. No capítulo seguinte, empreendemos os movimentos analíticos, considerando os quatro proferimentos do Dia do Trabalhador atravessados pelo discurso capitalista neoliberal. Na conclusão, produzimos uma reflexão acerca das palavras-conceito *língua*, *gramática*, *sintaxe*, *discurso*, *sujeito* e *ensino*.

Palavras-chave: sintaxe, discurso político, neoliberalismo, Dia do Trabalhador.

ABSTRACT

On this thesis, we've gotten Dilma Rousseff's utterances from The Labor Day on her first term, establishing the discourse as a theoretical object, considering our theoretical bonding with the French pechetiana Discourse Analysis, and the syntax implied by the speech of the first woman President in Brazil's history as the study object. In order to study the syntax implied by this speech, we selected, specifically, the accessory terms named by the Normative Grammar, which are: the adjuncts and the appositive, since it's disclosed that the political speech would be a speech with no sense, so that, if this reality is fulfilled, the performance of the accessory terms wouldn't be more than a contingent adding on the production of the analyzed speech. Nevertheless, we've taken as hypothesis the fact of the syntax has got the essential articulation mechanism that allow us understand the discursive processes, constituting, then, the point in which the discursive process develops from spiral movements. On this way, the sequence concept, from the theoretical perspective chosen, gets other concepts: it configures as a spiral extension, not being, so, from the linearity order, as it is in the linguistic perspective. In consequence of that, it's opened the possibility of working with reading paths, as it was proposed in the analyses process of the utterances. From our target, then, the adjuncts and the appositive are understood as linguistic-syntactic mechanisms considered as belonging to the language order and, in consequence of that, they can't be considered dispensable, whereas they cause sense effects along with the other discourse units, in view of the spiral promoted by the effect-reader. Therefore we've stopped just looking at the usage of the language and we've put our attention on the items of sense production, trying to (re)cognize the articulation between the interdiscourse and the intradiscourse in the discursive process, specifically in the presidential utterances of the Labor Day from 2011 to 2014. Thereunto, our thesis shows, in the introduction, the theoretical and methodological markings from this study. On chapters that talk about theoretical reference, at first we were concerned with delineating the differences between the linguistic of the discourse from the Linguistic; then, the concern is to deal with the linguistic of the discourse and the syntax related to the discursive; and, finally, work with some particularities of the presidential speech. On the following chapter, we've undertaken the analytical movements, considering the four utterances of the Labor Day crossed by the neoliberal capitalist speech. In the conclusion, we've produced a reflection about the words-concept of *language, grammar, syntax, discourse, subject and teaching*.

Keywords: syntax, political discourse, neoliberalism, Labor Day.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Esboço das formações imaginárias via Pêcheux	96
Quadro 2: Jogo de imagens via Pêcheux (1969)	97

ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise de discurso francesa de linha pechetiana

AD-1 – Primeira época da Análise de discurso francesa de linha pechetiana

AD-2 - Segunda época da Análise de discurso francesa de linha pechetiana

AD-3 – Terceira época da Análise de discurso francesa de linha pechetiana

Adj – Adjetival

Adv – Adverbial

CLG – Curso de Linguística Geral

CPD – Condição de produção do discurso

GD – Gramática Descritiva

GN – Gramática Normativa

Loc – Locução

Ora – Oracional

Pron – Pronominal

Rec – Recorte

ReL – Releitura

SAdn – Sintagma adnominal

SAdv – Sintagma adverbial

SAp – Sintagma apositivo

T – Trajeto de leitura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema informacional da comunicação por Pêcheux	94
Figura 2: Lema Lula	126
Figura 3: Lema Dilma - 1º mandato	126
Figura 4: Lema Dilma - 2º mandato	127

SUMÁRIO

Lista de quadros	15
Lista de abreviaturas e siglas	17
Lista de figuras	19
 Introdução	25
Balizagens teóricas	26
Balizagens metodológicas: AD, sintaxe, discurso político	58
 Capítulo 1: Orientações teóricas. Um retorno aos primórdios da AD. A necessidade de diferenciar a linguística do discurso do discurso da Linguística	65
 1.0 Dos três pares (aparentemente) opostos: <i>língua e discurso, Linguística e Análise do Discurso bem como linguístico e discursivo</i>	66
1.1 Língua e discurso	66
1.1.1 Língua	67
A) A língua para Saussure	67
B) A língua para a AD	71
1.1.2 O discurso	76
1.2 Linguística e Análise do Discurso	78
1.2.1 A Linguística	79
1.2.2 A Análise de Discurso: da origem à constituição do campo	80
1.3 Linguístico e discursivo	83
 Capítulo 2: Orientações teóricas. O linguístico do discurso e a sintaxe voltada ao discurs(iv)o	87
 2.1 Discurso: processo(s) discursivo(s)	88
2.1.1 O discurso: entre a língua e a fala?	88
2.1.2 Processo(s) discursivo(s)	90

2.2 As condições de produção do discurso	94
2.3 Sequência	97
2.3.1 O estatuto da sequência – AD três épocas	98
2.3.2 A noção de sequência em vista do <i>Real</i> : breves palavras	102
2.4 Do dito ao não dito	105
2.4.1 Posto, pressuposto e subentendido	106
2.4.2 Pré-construído	107
2.5 Determinação	109
2.5.1 Determinação: o viés filosófico	110
2.5.2 Determinação: estudos gramaticais dos séculos XVI, XVII e XVIII	111
2.5.3 Determinação: o viés dos estudos linguísticos (gerativos)	114
2.6 Referência	116
2.6.1 A referência para Frege	117
2.6.2 A referência para Ducrot	119
 Capítulo 3: O discurso político presidencial	 123
3.1 O discurso político	124
3.2 O discurso político presidencial	129
3.3 O discurso político presidencial brasileiro ao longo da história: um panorama geral ..	132
3.4 O discurso político presidencial brasileiro de Dilma Rousseff	138
 Capítulo 4: Mo(vi)mentos analíticos. O discurso político no e pelo discurso capitalista neoliberal. A esquerda na direita ou a direita na esquerda?	 151
4.1 Considerações iniciais	151
4.2 Adjunção intrassintagmática e intersintagmática	153
4.2.1 Adjunção intrassintagmática de ordem nominal	154
4.2.2 Adjunção intra e intersintagmática: os advérbios	162
4.3 Aposição	191
4.4 Considerações finais.....	211

Conclusão	215
Referências bibliográficas.....	233
Anexos	239
Apêndice	255

INTRODUÇÃO

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. (ORLANDI, 2012a)

A necessidade de uma introdução em um trabalho, que se quer científico, faz supor uma unidade, uma homogeneidade, o que, do ponto de vista da Análise de Discurso, conforme Orlandi (2012a), é enganoso. Assim, a introdução deste trabalho, rompendo com o princípio de unidade, está dividida em duas balizagens: teórica e metodológica. Em síntese, a parte a qual nomeamos balizagem teórica é responsável por discutir as palavras-conceito – língua, gramática, sintaxe, discurso – e suas implicações para o desenvolvimento de todo o trabalho; e, por sua vez, a balizagem metodológica é a parte na qual apresentamos os dispositivos metodológicos a serem empregados na análise. Essa divisão atende apenas a um princípio de unidade, já que temos em vista, desde já que

[a] análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza. Daí a necessidade de que a teoria intervenha a todo momento para ‘reger’ a relação do analista com seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação.” (ORLANDI, 2012a, p. 64)

Não há, assim, como prescindir, a todo momento, do batimento entre teoria e análise.

BALIZAGENS TEÓRICAS. A SINTAXE VOLTADA AO DISCURSO

Língua. Gramática. Sintaxe. Discurso. Essas quatro palavras-conceito norteiam todo o desenvolvimento deste trabalho. Não de modo apartado; elas alinham-se na perspectiva teórica da Análise de Discurso proposta por Pêcheux e colaboradores na década de 60 do século XX, na França, e, no Brasil, a partir da década de 80, por Orlandi e outros pesquisadores que se filiam a essa perspectiva teórica.

Situamos a importância da língua em duas questões. Reconhecemos a primeira delas em razão de que, quando falamos *língua*, remetemo-nos, diretamente, à Linguística Moderna, ciência que, inaugurada por Ferdinand Saussure, assume-a como seu objeto teórico. Dessa feita, os estudos da linguagem, a partir de então, seja para coadunar com essa posição, seja para propor algum deslocamento em relação a ela, consideram que

1º Ela é um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. [...] Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade.

2º A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. [...]

3º Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é homogênea; constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas.

4º A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para seu estudo. (SAUSSURE, 2004, pp. 22-23)

Reconhecemos a segunda questão visto a filiação teórica deste trabalho à Análise de Discurso (doravante AD)¹ que, embora não a considere como o seu objeto teórico, assume a língua como a base dos processos discursivos. Nesse sentido, há, por assim dizer, uma ressignificação do conceito de língua, que não nega o conceito saussuriano, mas traça uma nova óptica para ele, o que se justificaria em razão de “[b]em longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; [...]” (SAUSSURE, 2004, p. 15). Nessa perspectiva discursiva, a língua apresenta uma autonomia relativa, como veremos no capítulo 1.

1 A AD constitui-se como uma disciplina de interpretação, conforme veremos no capítulo 1.

Ao termo *gramática*, com maior ou menor intensidade e/ou recorrência, filiam-se os seguintes conceitos: conjunto de regras do bom uso da língua, descrição das entidades da língua e das suas funções e, ainda, o próprio sistema de regras da língua em funcionamento (cf. Moura Neves, 2001). Em vista disso, podemos afirmar que o termo *gramática* é polissêmico, apresentando vários conceitos que, em grande medida, estão, por vezes, em estreita relação com a teoria linguística à qual se filiam, assumindo, assim, caráter de cientificidade.

De forma bastante ampla, *gramática* corresponde à “[...] arte de falar e escrever corretamente [...]” (CÂMARA JR., 2001, p.11). Nesse caso, a gramática é reconhecida como *normativa*, já que seu intento limita-se a apresentar, em forma de compêndio, uma norma – entendida conforme Bechara (2009) como aquilo que é tradicional, comum e constante – voltada ao comportamento linguístico e, por isso, um instrumento político de legislação sobre a língua. Em outros termos, sua finalidade volta-se para a codificação de certo uso tomado como idiomático, classificando e sistematizando as normas (re)correntes em determinada época que são representativas da expressão “correta” da língua. Contudo, ressaltamos que a *gramática normativa* (doravante GN) tem sua preocupação voltada para os fatos da língua padrão, ou melhor, para a língua de prestígio em determinada sociedade. É dado o privilégio, então, a uma língua cuja norma tornou-se oficial e, portanto, os fatos da língua que são considerados são aqueles que têm manifestação na língua escrita. Em razão dessa tomada de posição,

[f]undamentam-se as regras da gramática normativa nas obras dos grandes escritores, em cuja linguagem as classes ilustradas põem o seu ideal de perfeição, porque nela é que se espelha o que o uso idiomático estabilizou e consagra.

Refiro-me, decerto, àqueles escritores de linguagem corrente, estilizada dentro dos padrões da norma culta. Excetuam-se, pois, os regionalistas acentuadamente típicos, assim como os experimentalistas de todos os matizes -. por admiráveis que possam ser uns e outros. Estes últimos apreciam-se no âmbito da estética literária, mas não se prestam a abonar os fatos da língua-comum. (ROCHA LIMA, 2000, pp. 7-8)

A partir do recorte supracitado, um ponto merece destaque: a (suposta) cientificidade da GN. Em relação a ele, tanto os próprios gramáticos quanto os estudiosos dos compêndios gramaticais (cf. Bechara, 2009; Câmara Jr., 2001; Rocha Lima, 2000; por exemplo) são unânimes em dizer que a GN não tem caráter científico, visto ser, na verdade, uma disciplina pedagógica por excelência, cujo objetivo maior é apresentar um exemplário de fatos linguísticos ligados ao uso idiomático estabilizado e consagrado por grandes escritores. Fala-se, inclusive, em um “ideal de perfeição”, posto que sua finalidade primeira seria reconhecer, indutivamente, as normas desse uso, classificando-as e sistematizando-as de forma que sejam apresentados exemplos – enunciados soltos –, principal e (quase) exclusivamente advindos de obras de

autores que se valem do padrão da norma culta. Ficam relegados à estética literária, de acordo com o gramático elencado, aqueles que, porventura, fugirem a esse padrão.

O caráter não científico conferido à gramática em tela reflete-se no lugar ocupado pela variedade linguística na GN, já que o seu objetivo fixa-se no conjunto sistemático de regras que regem a norma culta de uma língua, com foco na escrita, de forma que as variedades linguísticas, inclusive aquelas que aparecem em textos escritos – conforme excerto –, são desprezadas.

Em vista do caráter pedagógico da GN, é dividida em três partes: *fonética e fonologia*, *morfologia* e *sintaxe*. A partir do que apresenta Rocha Lima (2000), ao ramo da *fonética* e da *fonologia*, cabe estudar os fonemas bem como suas combinações, além das marcas prosódicas da fala, tais como o acento e a entoação; a morfologia, por sua vez, volta-se ao estudo das formas em razão de sua estrutura e classificação; finalmente, à sintaxe, cabe o estudo da construção frasal.

Diferentemente da *gramática normativa*, encontram-se aquelas gramáticas que ascendem a um caráter de cientificidade, já que têm como preocupação explicar a organização e os princípios de funcionamento dos fatos linguísticos sob a égide, conforme Câmara Jr (2001) de certa objetividade e de um acurado espírito de análise. A essas gramáticas dá-se o nome de *gramática descritiva*.

A *gramática descritiva*, conforme Câmara Jr.(2001), também é conhecida como *gramática sincrônica*, porque almeja estudar o mecanismo de funcionamento de uma dada língua, em um dado momento, voltando-se para a análise da estrutura ou para a configuração formal, que a caracteriza naquele momento.

Percebemos, na perspectiva de Câmara Jr.(2001), por assim dizer, um reflexo do pensamento saussuriano, em vista de, na primeira parte do Curso de Linguística Geral (doravante CLG), haver um capítulo intitulado *A gramática e suas subdivisões*, lugar em que se discute a proximidade do conceito de gramática com o conceito de Linguística construído por Ferdinand de Saussure. Em vista disso,

[a] Linguística estática ou descrição de um estado da língua pode ser chamada de *Gramática*, no sentido muito preciso e ademais usual que se encontra em expressões como “gramática do jogo de xadrez”, “gramática da Bolsa” etc., em que se trata de um objeto complexo e sistemático, que põe em jogo valores coexistentes.

A Gramática estuda a língua como um sistema de meios de expressão; quem diz gramatical diz sincrônico e significativo, e como nenhum sistema está a cavaleiro de várias épocas ao mesmo tempo, não existe para nós, “Gramática histórica”; aquilo a que se dá tal nome não é, na realidade, mais que a Linguística diacrônica. (SAUSSURE, 2004, p. 156)

O recorte do CLG apresentado como aporte apresenta, minimamente, dois aspectos de real importância para os estudos linguísticos e para o conceito de gramática ora posto em análise. Primeiramente, no âmbito dos estudos saussurianos, *gramática* assume relação sinonímica com a chamada Linguística estática ou descritiva – ou, então, sincrônica – visto ser responsável por descrever um estado da língua tomado como um objeto de natureza complexa e sistemática responsável por mobilizar valores coexistentes, o que traz franca oposição a uma Linguística histórica ou diacrônica. Ressalta-se que a cientificidade conferida por Ferdinand Saussure à Linguística deve-se ao fato de ele delimitar seu objeto de estudo – a *língua* – bem como conceber o seu estudo a partir do seu estado sincrônico e não diacrônico conforme seus predecessores².

Em segundo lugar, o conceito de *gramática* apresentado no CLG na parte em questão traz à tona que o estudo da língua deve ser tomado como um “sistema de meios de expressão”, para algumas correntes, concebido como um sistema com fins comunicativos. A gramaticalidade conferida ao sistema, nesse caso, faz emergir a questão da significação, já que “quem diz gramatical diz sincrônico e significativo”. A questão do que é *significativo* é muito caro sob a perspectiva adotada por nós para esse estudo, uma vez que, por exemplo, em relação ao conceito de *gramática normativa* não há menção a essa questão, que se desdobrará em questões de suma importância em momentos posteriores desse estudo.

Para além da questão da significação, o CLG traz uma discussão acerca da divisão das partes da gramática na tentativa de descobrir se a divisão proposta pelas gramáticas tradicionais não corresponde à realidade, além de discutir a harmonia dessa divisão com os princípios propostos pela teoria linguística de cunho saussuriano.

A divisão apresentada assenta-se, segundo os parâmetros da tradição gramatical, nos seguintes termos: morfologia, sintaxe e lexicologia – o que, de saída, demarca uma diferença em relação às gramáticas de cunho *normativo*, conforme exposto anteriormente. Nos termos do CLG, a morfologia teria como foco, de um lado, as diferentes categorias de palavras, ou melhor, as classes de palavras, e, de outro, as diferentes formas de flexão dessas palavras. A sintaxe apresenta como objeto as funções inerentes às unidades linguísticas, diferindo-se da primeira por seu foco ser a forma e não a função.

Entretanto, essa divisão seria mera ilusão, já que “Linguisticamente, a morfologia não tem objeto real e autônomo; não pode constituir uma disciplina distinta da sintaxe.”

2 No capítulo 1, a teoria saussuriana será melhor explicitada.

(SAUSSURE, 2004, p. 157). Indo mais adiante, de acordo com os pressupostos saussurianos, haveria utilidade prática na divisão da gramática tradicional, mas não há um vínculo lógico nela, podendo, pois, a Gramática edificar-se tendo em vista um princípio diferente e superior, que seria tomar “A interpenetração da morfologia, da sintaxe e da lexicologia [...] pela natureza, no fundo idêntica, de todos os fatos de sincronia.” (SAUSSURE, 2004, p. 158). Na proposta saussuriana, a teoria gramatical deveria ser regida pela distinção traçada entre relações sintagmáticas e relações associativas de modo a ser a base do sistema gramatical, já que “[...] a sintaxe,[...], a teoria dos agrupamento de palavras, entra na sintagmática, pois esses agrupamentos supõem sempre pelo menos duas unidades distribuídas no espaço.” (SAUSSURE, 2004, p. 157).

Retomando o conceito estrito de *gramática descritiva*, vale voltarmos às reflexões de Câmara Jr. (2001) que, ao conceituar *gramática descritiva* ou *sincrônica*, chama atenção para o fato de que se essa expressão for empregada sem nenhum outro qualificativo deve-se entendê-la sob a óptica de um estudo e uma análise com referência ao momento presente em que a gramática é feita. Bechara (2009), diferentemente, chama atenção para o fato que uma *gramática descritiva* reveste-se de várias formas de acordo com a metodologia empregada na sua elaboração, podendo vir a ser, portanto, uma *gramática descritiva* de cunho *estrutural*, *funcional*, *contrastiva*, *distribucional*, *gerativa*, *de usos*, dentre outras.

Conforme Dubois (2000), há três tipos de gramáticas descritivas. A primeira delas volta-se para a descrição dos princípios de organização da língua, comportando quatro partes – fonologia, sintaxe, lexicologia e semântica. À fonologia, caberia o estudo dos fonemas e das regras combinatórias desses fonemas; à sintaxe, também o estudo das regras de combinação dos morfemas e dos sintagmas; à lexicologia, o estudo do léxico e, finalmente, à semântica, o estudo dos sentidos dos morfemas e suas combinações. A esse conceito de *gramática descritiva*, está inerente o aspecto da combinação dos elementos, seja no âmbito fonológico, sintático ou semântico.

O segundo tipo de *gramática*, diferentemente do primeiro, preocupa-se descrever os morfemas gramaticais e lexicais, estudar suas formas e suas prováveis combinações para a formação de palavras e de frases (relações sintáticas), distanciando-se da fonologia e confundindo-se com a morfossintaxe.

O terceiro tipo de *gramática descritiva* apresentada pelo dicionarista volta-se para a descrição dos conhecidos morfemas gramaticais – artigos, conjunções e preposições, por exemplo –, excetuando-se os morfemas lexicais – substantivos, adjetivos, por exemplo, e a

descrição das regras responsáveis por reger o funcionamento dos morfemas nas frases. Nesse caso específico, a gramática confunde-se com a sintaxe e afasta-se da fonologia e da lexicologia.

Nesses três tipos de gramática, vemos, diferentemente, da *gramática normativa*, ora uma preocupação com os princípios de organização da língua, ora com as regras que regem o funcionamento dos morfemas nas frases. É interessante, pois, notarmos que existe um diferencial significativo entre o que há sobre a alcunha de *gramática normativa* e *gramática descritiva*; a última consiste em descrever uma determinada variedade da língua tendo em vista sua estruturação, outrossim estabelecer as questões de uso da língua no processo de comunicação. Ademais, gramáticas de cunho descritivo, dependendo de seu parâmetro metodológico, podem trazer à cena aspectos semânticos relacionados ao fato linguístico tomado para a análise.

Diante do quadro apresentado, cabem algumas críticas. É indubitável a ausência de caráter científico naquilo que é proposto pela *gramática normativa*, visto que um certo número de ocorrências singulares, mobilizados a partir de um dado critério, ora subjetivo, ora político, opera como ilustrativos de uma proposição geral, de modo a legislar sobre a língua. Além disso, diante de seu objetivo, a *gramática normativa* mostra-se, dentre tantos outros aspectos, marcada pelo projeto da unificação, de regulação, em que há, portanto, uma necessidade crucial de se homogeneizar a língua e, conseqüentemente, os seus sentidos, deixando de lado, em primeiro lugar, a variedade linguística³, e, em outros planos, as inúmeras possibilidades de uso e suas possíveis combinações em uma tentativa (frustrada) de apagar a diferença, o equívoco, o deslize, a falta.

No que tange à *gramática descritiva*, percebemos, na verdade, vistos os fins a que pretendemos com essa pesquisa, o fato de que, embora não dotada do viés prescritivo explícito da *gramática normativa* – o que inegavelmente marca um balizamento significativo, a *gramática descritiva*, em algumas de suas vertentes, prescinde a questão do sentido, já que está voltada para os princípios de organização da língua. Em outros termos: a preocupação dessa gramática está para as inúmeras possibilidades combinatórias que uma dada língua apresenta em uma de suas partes - fonologia, sintaxe, lexicologia e semântica, reduzindo essa última a questões meramente combinatórias das unidades fonológicas, morfológicas e/ou sintáticas. Diante desse quadro, podemos dizer que a fenda aberta pela *gramática descritiva* reside em

3 A variedade linguística, por estar compreendida no arcabouço teórico da Sociolinguística, é por ela explicitada em razão a *n* possibilidades. Em grande medida, Françoise Gadet, ao proferir a conferência *Analyse de discours et/ou sociolinguistique confrontées à la langue* no I SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, levanta questões relacionadas à Análise de Discurso francesa e à sociolinguística, buscando trazer pontos de aproximação e de distanciamento desses dois terrenos ao tratar da variedade linguística.

uma descrição estanque de elementos de ordem fonológica, morfológica, lexical e sintática, em muitos casos, prescindindo a significação desses elementos bem como a inter-relação que eles apresentam quando da construção de um enunciado.

Uma gramática que atenda às questões discursivas não pode promover uma descrição estanque dos elementos linguísticos; ela deve, sim, constituir um ponto de vista que articule os níveis da análise linguística. Assim, empreendemos, em nossa tese, um certo retorno à gramática da Língua Portuguesa, a fim de ressignificar certos saberes em função de uma análise discursiva dos proferimentos de Dilma Rousseff sobre o Dia do Trabalho⁴, comemorado no dia 1º de maio. Esses proferimentos apresentam um número significativo de construções que a GN considera como termos acessórios, a saber: os adjuntos adnominais, os adjuntos adverbiais e o aposto. Consideramos que esses termos apresentam uma relevância significativa no discurso; aqui, de modo específico, nos proferimentos da Presidente que intentam construir certa realidade sobre o governo petista.

A *sintaxe* é compreendida como o estudo da construção da frase (cf. Rocha Lima, 2001), o estudo das combinações materiais ou funções sintáticas (cf. Bechara, 2009) e, ainda, a parte da gramática que tem como foco descrever as regras segundo as quais as palavras se combinam para formar frases (cf. Cunha e Cintra, 2008). Em vista dos conceitos colocados em realce, podemos dizer que, do ponto de vista normativo, dois aspectos ganham relevância: o fato de o conceito de *frase* ocupar lugar de destaque para a compreensão da *sintaxe* sob essa óptica, e a questão da combinação – regida por regras – dos elementos nas frases, o que ganhará contornos significativos na discussão que pretendemos, em razão das consequências que esses aspectos suscitarão para o olhar diferenciado que se procura imprimir neste trabalho.

A *frase* pode ser compreendida como

[...] o enunciado [...] cuja estrutura interna difere da oração porque não apresenta relação predicativa. São às vezes simples palavras, outras vezes uma reunião delas, que são transpostas à função do enunciado. (BECHARA, 2009, p. 407)

[...] um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação. (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 133)

[...] é uma unidade verbal de *sentido completo* e caracterizada por *entoação* típica: um todo significativo, por intermédio do qual o homem exprime seu pensamento e/ou

⁴ No processo de nomeação da data comemorativa referente ao 1º de maio, existe uma oscilação entre as seguintes nomenclaturas: 1º de maio, Dia do Trabalho e Dia do Trabalhador. Essa data comemorativa não é exclusiva da realidade brasileira, já que surgiu, na França, no final do século XIX, reflexo de manifestações de trabalhadores por melhores condições de trabalho. Por isso, muitos defendem que o 1º de maio é o Dia do Trabalhador e não Dia do Trabalho.

sentimento. Pode ser brevíssima, constituída às vezes por uma só palavra, ou longa e acidentada, englobando vários e complexos elementos. (ROCHA LIMA, 2001, p. 232)

Podemos considerar, na conceituação de *frase* dos dois primeiros gramáticos, um conceito que será caro aqui: o conceito de *enunciado*. Dessa forma, recorrendo a esses mesmos gramáticos, encontramos, apenas em um deles, explicitamente um conceito para tal, a saber:

A esta unidade linguística que faz referência a um experiência comunicada e que deve ser aceita e depreendida cabalmente pelo nosso interlocutor se dá o nome de *enunciado* ou *período*. (BECHARA, 2009, p. 406)

Diante dessas quatro conceituações, retomaremos para discussão do fato de a *frase* ser primordial para o entendimento da *sintaxe* sob a perspectiva da *gramática normativa*. Grosso modo, isso se deve à *frase* ser concebida nesse quadro como a unidade de estudo da *sintaxe*. Ao eleger essa unidade, as gramáticas normativas voltam-se para a compreensão da sua estruturação, buscando fazer a apresentação das estruturas e das possíveis combinações dessas estruturas no interior da *frase*. É, interessante, pois, notarmos que *frase* e *oração* ora ganham contornos distintos, quando concebemos a (não) presença da predicação – quando se fornece um comentário a um sujeito –; ora iguais, quando a questão da predicação fica relegada ao esquecimento. Tomemos os exemplos:

1. a. Socorro!
- b. O socorro foi pedido.

Para o ponto de vista adotado por Bechara (2009), os dois exemplos diferem-se em razão de sua estrutura interna, visto que (1a) seria uma *frase* e (1b) seria uma oração, pois, em (1a), não há relação predicativa, ao passo que, em (1b), distingue-se um sujeito (*o socorro*) de um predicado (*foi pedido*). Por sua vez, para Rocha Lima (2001), a *frase* é uma unidade de ordem verbal, assemelhando-se, assim, à perspectiva do gramático acima no que diz respeito ao conceito de oração.

Para além da predicação, há questões relacionadas à extensão da *frase* bem como ao aspecto de ela ser uma unidade linguística dotada de sentido completo – enunciado – que se presta a fins comunicativos tomados como da ordem da transparência, porque uma frase só será *frase* quando passar simultaneamente pelos critérios de aceitação e de depreensão do interlocutor. Em vista de seu tom prescritivo e, em decorrência da transparência conferida ao sentido da *frase*, o critério da aceitação preconizaria a unificação do sentido, ficando, então,

problemático, se tomada a lente semântica, trabalhar com um enunciado como o que segue, proferido por um dos âncoras do *Jornal Hoje* quando das investigações do caso Joaquim⁵:

2. O que o padrasto de Joaquim tem para falar **de novo**?

Concebendo (2) como um enunciado, a expressão negritada escancara sua equivocidade, pois *de novo* pode assumir uma relação sinonímica com o sintagma *novamente* – cujo efeito de sentido evocado voltar-se-ia para a ideia de repetição; ou, então, pode assumir uma relação sinonímica com a expressão *de novidade*. Assim, o critério da aceitação e da completude⁶ ora advindos do conceito de enunciado apresentam-se problemáticos: aceito em que sentido? completo em que sentido? Ainda considerando a expressão *de novo*, tomem-se os enunciados:

3. Campina Grande recebe o que há *de novo* em tecnologia para o setor calçadista (título de notícia) (Disponível em: http://www.maxpressnet.com.br/Conteudo/1,497038,Campina_Grande_recebe_o_que_ha_de_novo_em_tecnologia_para_o_setor_calcadista_497038,5.htm. Acesso em 02 de março de 2014)

4. Me perdoe todos os erros que fiz/ É o último pedido que faço/ Se for possível dou minha vida/ Para *de novo* estar nos teus braços (Trecho de letra de música) (Disponível em <http://www.vagalume.com.br/joao-mulato-e-pardinho/de-novo-em-teus-bracos.html>. Acesso em 02 de março de 2014)

Os enunciados (3) e (4) apresentam a expressão *de novo*, mas com sentidos estabilizados, ou seja, sentidos cristalizados e, por isso, aparentemente sem equivocidade. Essa afirmação pode ser feita em razão de, em (3), a expressão em tela apresentar relação sinonímica com a expressão *de novidade*, ao passo que, em (4), a expressão poderia ser substituída pelo sintagma adverbial *novamente*. Especificamente no enunciado (3), o que garantiria a estabilização do sentido seria o encaixe da expressão *de novo* na expressão *o que há*, remetendo o sentido da expressão (idiomática) para a questão da novidade, bem como a circulação da expressão *o que há de novo* no domínio discursivo da tecnologia.

5 O caso Joaquim trata-se da morte do menino Joaquim Ponte Marques amplamente noticiado na imprensa nacional. Ele foi encontrado morto no dia 10 de novembro de 2013, boiando no Rio Pardo. O menino havia desaparecido no dia 5 de novembro da casa onde vivia com a mãe, o padrasto e o irmão, no bairro Jardim Independência, em Ribeirão Preto, passando a ser o padrasto o principal suspeito da morte do menino.

6 Ancoramo-nos para essa problematização no que diz DALMASCHIO (2013) ao discutir a questão da (in)completude em relação aos termos integrantes.

Distanciando-nos da questão da (possível) equivocidade de certas expressões, preocuparemos-nos, então, em estabelecer, no que tange ao fato de a *frase* ocupar lugar de destaque nos estudos sintáticos de ordem normativa, a questão de que sua importância estaria na razão de ela ser a unidade básica desse estudo. Contudo, as lacunas que emergem daí são: (i) a oscilação entre os conceitos de *frase* e de oração como unidade da sintaxe da GN; (ii) a relação sinonímica estabelecida entre *frase* e *enunciado*; (iii) o tratamento semântico dado à *frase* do ponto de vista da (não) transparência.

Avançando para o segundo aspecto, a *frase*, enquanto unidade de estudo da sintaxe normativa (e esse é um ponto que nos causa incômodo), é fruto de uma combinação dos elementos que é regida por determinadas regras. Os elementos dos quais essa sintaxe trata são os termos da oração⁷ divididos em termos essenciais – sujeito e predicado –; termos integrantes – os complementos verbais, nominal e o agente da passiva –; termos acessórios – adjuntos e aposto –; além do vocativo.

Essa combinação está voltada, em grande parte, para a questão da organização sintática dos elementos, ou seja, para a maneira como os elementos estão dispostos na oração; e não para, por exemplo, quem a enunciou, em que situação ela foi enunciada. No que diz a GN em relação aos termos essenciais da oração, vejamos:

5. a. Sua presença inspira confiança aos jovens.
- b. Aos jovens, sua presença inspira confiança.

Segundo o critério de combinação dos termos essenciais, uma oração, para estar disposta em ordem direta, deve apresentar o *sujeito* iniciando a oração, estando, pois, o *predicado* após verbo, conforme exemplificado em (5a). Qualquer mudança dessa disposição dos elementos no interior da oração ocasionaria uma alteração de ordem, conforme visto em (5b) em razão de o predicado ter um dos seus termos deslocado para o início da oração, deixando o sujeito de ocupar o lugar de rosto da oração. A GN não condena os possíveis deslocamentos que ocorram no interior de uma oração, apenas salienta que eles requerem cuidado, sobretudo, em relação à questão da aceitação e da completude almejada com a elaboração de um enunciado.

Em relação aos adjuntos adverbiais, por exemplo, a GN preconiza, em geral, que o seu lugar primordial é após o verbo, mais especificamente no final da oração, mas podem aparecer

⁷ A oscilação que se vê aqui em relação aos termos frase e oração é consequência natural da distinção rarefeita que a GN faz desses dois conceitos.

deslocados e, dependendo de sua extensão, devem ser separados por vírgula. Por outro lado, GN postula que os mesmos podem modificar um verbo, um adjetivo ou um advérbio, afetando-lhes o sentido. Para tanto, verificaremos os exemplos abaixo:

6. a. Visito-o todas as férias de verão.
- b. Todas as férias de verão, visito-o.
- c. Com alegria, visito-o todas as férias de verão.

O três enunciados acima apresentam ao menos um adjunto adverbial. Em (6a), a ordem direta dos elementos na oração é estabelecida, ou seja, o adjunto adverbial (*todas as férias de verão*) está no final da oração. Em (6b), diferentemente de (6a), o adjunto adverbial desloca-se para o início da oração, sendo, portanto, marcado pela presença da vírgula. Em ambos os casos, poderíamos dizer que o adjunto adverbial sob a forma de uma locução modificaria, de forma direta, o verbo *visitar*, conjugado *visito*. Em (6c), por sua vez, além do adjunto adverbial *todas as férias de verão*, há também *com alegria*, que, sob o olhar da GN, também seria entendido como uma locução adverbial que modifica o verbo. Parece-nos, porém, que a significação de *com alegria* vai além da questão do verbo; ela, na verdade, incidiria sobre todo o restante da frase.

Ao ilustrarmos a questão da combinação dos elementos a partir da questão dos termos essenciais – sujeito e predicado – bem como avançando mais um pouco com a questão do adjunto adverbial, notamos que essa combinatória, no interior da oração de acordo com a GN, dá-se em consonância com a questão da linearidade. Busca-se mostrar que os elementos no interior de uma frase organizar-se-iam de forma sequencial linear, ou seja, haveria um elemento após o outro ou, no máximo, um elemento, mesmo que distante do outro, já de antemão deveria ligar-se a ele. Poderíamos, assim, preconizar que essa linearidade seria um reflexo da transparência e da tentativa de unificação do sentido com a qual a GN trabalha. Sob a perspectiva discursiva, a questão com a qual buscamos trabalhar, alicerçados em Orlandi (2012b), está voltada para o mecanismo de produção do sentido – linguística e historicamente – que funciona em termos de ordem significante. Nesse sentido, não é o sujeito estar antes do predicado que interessa ou se o adjunto adverbial está no início ou no fim da oração, o que interessa é o funcionamento desses sintagmas na (re)produção de sentido.

Do ponto de vista da Gramática Descritiva (GD), por sua vez, a *sintaxe* é a parte da gramática que tem como foco o estudo das orações e suas partes ou, em outros termos, o

objetivo é estudar a estrutura interna da oração (cf. Perini, 2011). Do ponto de vista descritivo em questão, a unidade de estudo da *sintaxe* é a oração, tanto que a confusão imperante no interior da GN não encontra eco aqui, pois há o cuidado, em vista do rigor científico, em se diferenciar, cada um a seu turno, *frase* e *oração*.

Perini (2011), ao trazer à tona os conceitos de *frase* e de *oração*, diz que o termo *frase* embora seja utilizado de forma geral como designativo de uma unidade de discurso, é de difícil definição. Na tentativa de dirimir a obscuridade desse conceito, apresentamos como definição menos problemática a seguinte:

Unidade de comunicação linguística, caracterizada [...] do ponto de vista comunicativo – por ter seu propósito definido e ser suficiente para defini-lo –, e do ponto de vista fonético – por uma entoação [...] que assinala nitidamente o começo e o fim. (CAMARA JR, 1977, p. 122 apud PERINI, 2011, p. 61)

A esse conceito, Perini acrescenta que, em termos de escrita, a presença da letra maiúscula e certos sinais de pontuação são responsáveis por demarcar os limites da frase.

A *oração* é apresentada como uma frase que apresenta uma estrutura interna específica, ou seja, inclui sempre um predicado e, frequentemente, um sujeito acrescido de outros termos. Na perspectiva descritiva, recorrendo a (1a) e (1b), teríamos que (1a) é uma frase, e (1b) uma oração, devido à estruturação de cada uma.

Uma diferença substancial entre as duas perspectivas expostas anteriormente volta-se para o aspecto de o sentido ser colocado em questão quando da conceituação de *frase* e de *oração* pela GN, o que não acontece na GD que se volta exclusivamente para a estrutura interna da *oração*.

Tomando, por sua vez, a perspectiva saussuriana, a qual Kury (2010) nomeia como análise estrutural, a *sintaxe* é compreendida conforme postulados no CLG. Ou seja, a *sintaxe* é uma teoria que faz supor ao menos duas unidades distribuídas no espaço regidas por relações sintagmáticas. A partir disso, a *sintaxe* estrutural tem como unidade o sintagma, que, para Kury (2010), por excelência é a *oração*, composta por sujeito e predicado.

Na perspectiva da *linguística estrutural*, há a preocupação em se distinguir *frase* de *oração*, de forma que essa última liga-se à existência de um sujeito e de um predicado, além de ser um tipo de frase; a primeira trata de uma unidade de comunicação que se dá entre um falante e um ouvinte ou entre um escritor e um leitor. Há, além disso, uma preocupação em inventariar os elementos que distinguem a frase do ponto de vista da escrita – presença de maiúsculas e sinais de – e da fala – melodia, ritmo e entoação.

Aspecto de não menor relevância é a discussão acerca da *sequência* trazida no bojo dessa teorização, isso porque, ao considerarmos o sintagma como termo designativo para dois termos consecutivos, esses termos obedecem a uma combinação.

Ferreira (1994), por sua vez, ao tratar do conceito de *sintaxe* também não a separa do conceito de *gramática*, considerando que o termo *sintaxe* contém uma ambiguidade decorrente do conceito de *gramática*, o que ela traduz nos seguintes termos: *sintaxe* pode significar ao mesmo tempo organização implícita e construção teórica. Segundo a autora, devemos considerar que a *sintaxe* trata de uma organização implícita, pois, por exemplo: não existem línguas sem *sintaxe*, pois, em todas as línguas, a organização das palavras não se dá aleatoriamente, além de uma língua apresentar um inventário ilimitado de funções, garantindo simultaneamente o funcionamento da língua e a possibilidade de proceder a sua análise.

A importância atribuída à *sintaxe*, comumente, recai sobre o fato de sua unidade de estudo ser a oração e não a palavra – morfologia – ou o som – fonologia. Encontramos, inicialmente, a causa para tal importância, em termos práticos, em vista de o discurso ser constituído de frases e não de palavras soltas. A nosso ver, é exatamente esse fato que levou, historicamente, a *sintaxe* a ocupar um lugar de destaque nos estudos da linguagem, por ser compreendida como “[...] um modelo de compreensão da frase, não do discurso, cujo domínio formal é inteiramente diferente (um discurso não é uma frase e uma frase não é um discurso’, MARANDIN, 1993, p. 5)”. Nessa direção, a *sintaxe*, seja do ponto de vista da Gramática Normativa, seja do ponto de vista da Linguística Descritiva, privilegia a análise de enunciados soltos, pois sua preocupação recai sobre o plano de organização da língua (voltado para a classificação das formas), mas não sobre o plano da ordem da língua (voltado para o funcionamento das formas no discurso, por exemplo)⁸.

A partir da distinção entre os planos de organização da língua e de ordem da língua, chegamos à questão do *discurso*. Não nos interessa aqui trabalhar com a *sintaxe* sob o mesmo ponto de vista empreendido pelos estudos tradicionais da linguagem que, conforme pontuamos linhas acima, privilegiam a classificação das formas e os enunciados soltos. O nosso objetivo é compreender como a *sintaxe* pode operar sob uma perspectiva discursiva, partindo da premissa de que o *discurso* – objeto de estudo da AD – é efeito de sentido entre interlocutores.

Decorre daí, o fato de trabalharmos com os chamados *trajeto(s) de leitura*, ou seja, possibilidade(s) de compreensão de um enunciado por um interlocutor a partir de uma dada

⁸ Discussão ancorada teoricamente em Orlandi(1996).

sequência em espiral e não linear. Assim, não há o sentido, mas possíveis efeitos sentidos decorrentes da produção de um discurso.

Na compreensão de *sintaxe* empreendida por nós, interessa-nos fortemente

[...] a ordem da língua enquanto um sistema significante material, e da história, enquanto materialidade simbólica. Reconhecemos, desse modo, uma relação entre duas ordens: a da língua, [...] e a do mundo para o homem, sob o modo da ordem institucional (social) tomada pela história. O lugar de observação é a ordem do discurso. (ORLANDI, 2012b, p. 45)

Isso em razão de não ser relevante para nós nem a classificação das formas, nem a relação entre elas. Essa perspectiva nos exige a passagem da organização da língua para a ordem material e a necessidade de considerar que a significação da língua está associada à intervenção da história.

Após a discussão sobre os conceitos de sintaxe e os conceitos a ela relacionados, além de assumida a perspectiva teórica com a qual trabalhamos, consideraremos, neste momento, o que versa a GN acerca dos termos acessórios da oração – adjuntos e aposto –, uma vez que ela apresenta, suficientemente, as razões que nos fazem buscar pensar de forma discursiva tais termos.

Os adjuntos, sejam eles adnominais ou adverbiais, inserem-se, conforme já explicitado anteriormente, no rol dos chamados termos acessórios da oração, conforme a GN.

O adjunto adnominal, em termos conceituais, é assim apresentado:

Toda expressão nominal, qualquer que seja a função exercida pelo seu núcleo, pode ser expandida por determinantes que têm por missão acrescer ideia acidental complementar ao significado desse substantivo nuclear. (BECHARA, 2009, p. 449)

ADJUNTO ADNOMINAL é o termo de valor adjetivo que serve para especificar ou delimitar o significado de um substantivo, qualquer que seja a função deste. (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 164)

Ao núcleo substantivo, qualquer que seja a função deste, pode juntar-se um termo de VALOR ADJETIVO, para acrescentar-lhe um dado novo à significação. (ROCHA LIMA, 2000, p. 255)

Em relação às três gramáticas, há unanimidade quanto ao fato de o adjunto adnominal existir em razão de um substantivo, ou melhor, de a sua existência estar condicionada à presença de um substantivo na oração. Intimamente associado a esse fato, Bechara (2009) e Rocha Lima (2000) postulam que esse substantivo, que exerce função nuclear, pode apresentar, então, um

termo que a ele se agregue, de forma a expandir ou acrescentar um dado novo a significação do substantivo.

Este último gramático juntamente com Cunha e Cintra (2008) diz ser esse termo dotado de valor de adjetivo⁹ e é exatamente pelo adjunto adnominal apresentar essa natureza adjetiva que a ele é conferida uma estreita relação com a significação. Esse aspecto merece um detalhamento pormenorizado em cada um dos autores.

Considerando o que diz Bechara (2009) a respeito da significação, o adjunto adnominal “têm por missão acrescentar ideia accidental complementar ao significado desse substantivo nuclear.”. Na perspectiva desse gramático, o aspecto da significação introduzido pelo termo acessório em questão, o adjunto adnominal, volta-se para dois outros aspectos: o accidental e o complementar. Para melhor analisá-los, tomaremos exemplos trazidos pelo próprio gramático (cf. Bechara, 2009, p. 450):

7. a. José estuda.
- b. O José estuda.
- c. O meu primo José estuda.

Em (7a), o que vemos é uma oração composta pelos chamados termos essenciais: um sujeito, representado por um sintagma nominal – *José* –, bem como um predicado, representado por um sintagma verbal – *estuda*. É importante salientar que, nesse primeiro caso, o substantivo não se apresenta associado a uma palavra de valor adjetivo, até mesmo porque este é um sintagma constituído apenas de núcleo. Em (7c), vê-se igualmente a (7a) e a (7b) uma oração, também composta pelos chamados termos essenciais da oração: sujeito e predicado. Dessa vez, contudo, o sujeito, representado pelo sintagma nominal *O meu primo José*, além do núcleo nominal – *José* – contém adjuntos adnominais, ou melhor, três determinantes¹⁰, a saber: *o*, *meu* e *primo*.

Assim, comparando-se os exemplos apresentados pelo gramático, pode-se perceber que a oração (7a), embora não possua uma palavra que complemente, segundo a GN, o sentido de *José* tem sua existência assegurada, já que esta existência está condicionada apenas a sua

9 Nos estudos morfológicos da GN, entende-se por *adjetivo* a palavra que tem como função restringir a significação genérica do substantivo. Desse modo, o substantivo *homem*, cuja significação é ampla e geral, pode ter o seu sentido restringido por adjetivos, tais como: *racional*, *impiedoso*, *magro*, *incapaz*.

10 Bechara (2009) usa a nomenclatura *determinante* para os termos que acompanham um substantivo: adjetivo, artigo, pronome demonstrativo bem como palavras equivalentes a adjetivos.

função predicativa e, conseqüentemente, à presença do verbo (cf. Bechara, 2009, p. 407); ao passo que, em (7c), diferentemente de (7a), *José* vem acompanhado de três determinantes que, na perspectiva de Bechara (2009), voltar-se-iam para os aspectos complementar e accidental do substantivo ao qual se ligam, sendo que, do ponto de vista da análise que empreendemos, esses dois aspectos merecem questionamentos.

Concebermos a adjunção, sob o ponto de vista dos nominais, como responsável por marcar uma complementação de sentido faz pensar que o substantivo, ao qual se liga(m) o(s) adjunto(s), seria de natureza incompleta, ou melhor, que lhe falta algo. É mais plausível pontuar que os adjuntos adnominais participam do processo de (re)construção da referência e, assim acontecendo, dos (seus) sentidos possíveis.

Mudando o foco da interpretação da adjunção, podemos pensar que a (não) presença dos adjuntos estaria, nesse caso, voltada para a correferenciação, o que suporia levar em consideração as condições de (sua) produção. Recorramos à comparação entre (7a) e (7b): no primeiro, não há o determinante para o nominal *José* enquanto em (7b) o determinante comparece. A necessidade de (aparentemente) determinar *José* pode ser colocada em relação com outras pessoas, ou seja, “O José estuda”, mas não “O João”, “O Marcos”, dentre outros. Dessa forma, consideramos o aspecto relacional do sentido e na relação da língua com sua exterioridade.

Questionamos, além disso, o fato de a GN conferir ao adjunto adnominal um caráter accidental, uma vez que esse caráter seria casual; acessório (cf. Michaelis); isso porque, minimamente, as ideias de posse e de especificação trazidas, respectivamente, pelas palavras, *meu* e *primo*, não podem ser prescindidas quando da interpretação do enunciado, uma vez que concorrem para o processo de significação de *José*, que, mesmo sendo, de acordo com a tradição gramatical, um substantivo próprio, necessitaria ser referenciado de uma forma diferente, já que se diz de um *José* x, e não de um José y, por exemplo.

Ainda no que se refere ao aspecto da significação, falta-nos discutir a posição de Cunha e Cintra (2008) e Rocha Lima (2000). Os primeiros, ao tratar de tal aspecto, dizem que o adjunto adnominal “serve para especificar ou delimitar o sentido de um substantivo”. Em vista disso, tomemos os enunciados por eles mesmos apresentados (CUNHA e CINTRA (2008):

8. Na areia podemos fazer até castelos **soberbos**, onde abrigar o nosso **íntimo** sonho.
(R. Braga, CCE, 251)

9. O ovo é a cruz que a galinha carrega na vida. (C. Lispector, FC, 51)

A partir deles, problematizamos o aspecto de os adjuntos adnominais, sob a óptica de Cunha e Cintra (2008), funcionarem como especificadores ou delimitadores do sentido que a construção pode possibilitar. *Especificar* indica a espécie, descreve com minúcia, determina de modo preciso e explícito; diferentemente de *delimitar*, que restringe ou circunscreve um contorno (cf. Michaelis). Desse modo, as ideias de especificação e de delimitação seriam dois modos distintos de alterar o sentido de um nominal; de nossa perspectiva, no entanto, não se trata de “especificar” ou “delimitar” sentido; trata-se, com efeito, de um ponto de vista que produz a referência de um modo e não de outro; por isso, os adjuntos adnominais são parte da referência, não podendo ser destacada da matriz discursiva que a produziu.

Em (8), encontramos destacados (no caso pelos próprios gramáticos) dois adjetivos – *soberbos* e *íntimo* – cujos nominais a que se ligam são, respectivamente: *castelos* e *sonho*. Analisando-os em termos de significação, teríamos que tanto *soberbos* quanto *íntimos* podem ser compreendidos como balizadores da referência e dos possíveis sentidos de serem por meio deles (re)produzidos. Isso porque, quando falamos em *castelos soberbos*, podemos compreender que o adjetivo *soberbos* pode estar alterando o sentido de *castelo*, bem como podemos estar restringindo-o, de forma que ele não se confunda com nenhuma outra forma de castelo. O mesmo ocorre em *íntimo sonho*.

Em (9), não vemos os adjuntos adnominais em destaque apresentarem essa duplicidade quanto a sua significação. Nesse caso, estão em tela os artigos definidos, que vêm acompanhando *ovo*, *cruz*, *galinha* e *vida*. Observando o seu funcionamento, percebemos que nos sintagmas *o ovo*, *a cruz* e *na vida*, os adjuntos adnominais, em termos de significação, funcionariam, então, na perspectiva da GN, como determinantes dos substantivos ao qual estão ligados, uma vez que os definiriam. Contudo, na tentativa de desligar-se dessa interpretação, poderíamos reescrever o enunciado (9) da seguinte forma:

9. a. Ovo é cruz que galinha carrega em vida.

Contrastando (9) com (9a), o funcionamento dos artigos definidos não estaria para a ordem da determinação e, sim, para o aspecto genérico de cada um dos termos. Assim, por exemplo, uma interpretação do enunciado levaria a entender que no sintagma, *a galinha* teríamos *galinha* como referindo à espécie e não como um referente específico que se destacaria dos demais.

Podemos conjecturar que o funcionamento dos termos adjetivos, enquanto classe de palavra que pode ocupar o lugar de um adjunto adnominal, leva a uma dupla possibilidade de interpretação da significação desse adjunto, ao passo que os artigos parecem bloquear essa possibilidade¹¹ e, ao mesmo tempo, abrir para outras, conforme explicitado ao contrastar (9) e (9a).

Rocha Lima (2000), ao tratar do adjunto adnominal, sob a perspectiva da significação, diz que “Ao núcleo substantivo, [...], pode juntar-se um termo de VALOR ADJETIVO, para acrescentar-lhe um dado novo à significação.”. De forma diferente dos outros gramáticos, não são discutidas questões relacionadas ao caráter complementar e accidental dos adjuntos, nem mesmo questões de especificação ou de delimitação, visto que o seu foco recai sobre o “dado novo” que o adjunto traz à significação do termo substantivo ao qual ele está ligado. Diante disso, os exemplos elencados abaixo podem dar conta de elucidar esse aspecto (cf. Rocha Lima, 2000, pp. 254-255):

10. *Verdes mares bravios.*

11. a. *O professor.*

b. *Um professor.*

12. *Meu bom amigo de infância.*

Ao recorrermos a esses enunciados, pretendemos (de)mo(n)strar em que sentido, sob a óptica da GN, aos nominais *mares* e *amigo* foram acrescentados matizes novos à significação por meio da adjunção ao núcleo de um termo nominal. Contudo, assumir que haja acréscimo de matizes ao nominal supõe uma quantificação da significação, o que, se levado a termo o objetivo da GN, apareceria como consequência do anseio de unificação do sentido e seria, para o intento dessa tese, algo de natureza extremamente problemática. Ao adotarmos uma abordagem relacional do sentido, isso torna-se um impossível teórico; o que seria plausível é o estabelecimento de relações que demandem olhar não somente o interior do enunciado, mas as relações com a exterioridade.

Em (10), ao termo substantivo *mares* estão associados dois termos adjetivos. Ao substantivo *mares* juntaram dois adjetivos, a saber: *verdes* e *bravios*. Ambos só poderiam ser compreendidos como acrescentando dados novos à significação de *mares*, uma vez que não

11 Vale lembrar que os adjuntos adnominais podem vir na oração expressos sob a forma de: adjetivos, locuções adjetivas, artigos (definidos ou indefinidos), pronomes adjetivos, numerais e ainda sob a forma de orações adjetivas.

fossem inerentes à natureza do mar, ou seja, se essas fossem características, por assim dizer, consideradas efêmeras de mares.

Em (11a) e em (11b), há o termo substantivo *professor*, ao qual se juntaram, respectivamente, um artigo definido e um artigo indefinido. Nesse sentido, sob a perspectiva da GN, o artigo definido acrescenta um dado novo à significação de *professor*, visto que lhe precisaria a significação, tirando-o do lugar comum e da generalização. O artigo indefinido, por sua vez, também acrescentaria um dado novo à significação do termo substantivo em questão, não lhe precisando a significação, mas sim tornando-a imprecisa e genérica ou, então, indicando que se trataria de um representante de uma espécie ao qual não se havia feito nenhuma referência ainda¹².

Em (12), o acréscimo de um dado novo à significação do termo substantivo dá-se em razão de a *amigo* juntarem-se três adjuntos adnominais – *meu*, *bom*, *de infância*. *Meu* é um pronome adjetivo que acrescentaria ao substantivo a ideia de posse; *bom* é um termo adjetivo e acrescentaria ao amigo uma característica nobre, que é a da bondade; *de infância* é uma locução adjetiva que marcaria a origem da amizade. Certamente, como o que está em jogo é o acréscimo do dado novo ao termo substantivo, poderia surgir algum questionamento acerca do termo adjetivo *bom*, já que a amizade parece comportar em sua definição a bondade: amigos são bons.

Para além da questão conceitual, as três gramáticas preocupam-se, em maior ou em menor escala, em descrever quais são as possíveis estruturas que podem expressar um adjunto adnominal: um adjetivo, uma locução adjetiva, um artigo (definido ou indefinido), um pronome adjetivo, um numeral e uma oração adjetiva. Contudo, além do fato de o termo substantivo poder subordinar mais de um adjunto adnominal ao mesmo tempo, não existe outra colocação referente, por exemplo, à questão da ordem do adjunto em relação ao núcleo, que, em muitos casos, poderia interferir na significação tanto do termo adjetivo quanto do termo substantivo. Observemos:

13. a. O homem *pobre*.

b. O *pobre* homem.

A variação da posição que se verifica de (13a) para (13b) é o fato de o termo adjetivo *pobre*, no caso assumindo valor sintático de adjunto adnominal, estar, no primeiro caso,

¹² Existe uma dificuldade em se lidar com a significação dos artigos no âmbito da GN, uma vez que ela trabalha com exemplos isolados.

posposto ao termo substantivo *homem*; e, no segundo caso, anteposto a ele. Verificamos que essa variação de posição tem reflexos no sentido do termo adjetivo em cada um dos casos. Em (13a), *pobre* é sinônimo para desprovido de posses; já, em (13b), *pobre* mantém relação sinonímica com desolado, fragilizado, por exemplo. Esses efeitos de sentido que, na abordagem da GN, estariam voltados para a questão posicional, não teriam eco em enunciados como os abaixo:

14. a. O *jovem* homem.
- b. O homem *jovem*.

A simples alteração da posição do termo adjetivo *jovem* em (14a) e em (14b) não provocaria efeitos de sentidos distintos conforme apresentado em relação à (13). Conjecturamos, então, que, para os efeitos de sentidos suscitados em virtude da diferença posicional de um termo adjetivo, além dos aspectos formais, aspectos outros, como as condições de produção do discurso e as redes de memória devem ser levadas em conta para a interpretação dos enunciados.

Diante dessa discussão, parece-nos ser uma incoerência que as gramáticas não discutam, mesmo que de forma sintética essa questão, visto que todas as aqui apresentadas foram unânimes em colocar o adjunto adnominal como o termo que influencia diretamente na significação do termo substantivo, embora coloquem-no como um termo acessório.

O adjunto adverbial, por sua vez, é conceituado nos seguintes termos:

Os adjuntos adverbiais são semântica e sintaticamente opcionais. [...] Semanticamente, o papel desses adjuntos adverbiais é matizar o processo designado na relação prediativa, acrescentando à mensagem informações que o falante julga indispensáveis ao conhecimento de seu interlocutor. Entretanto, se o conteúdo semântico desses adjuntos não oferece maiores problemas, o seu comportamento sintático na oração é heterogêneo e requer maior atenção de quem procura descrever esse termo. (BECHARA, 2009, p. 437)

[...] é, como o nome indica, o termo de valor adverbial que denota alguma circunstância do fato expresso pelo verbo, ou intensifica o sentido deste, de um adjetivo, ou de um advérbio. (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 165)

É o termo que acompanha o verbo, exprimindo as particularidades que cercam ou precisam o fato por este indicado. (ROCHA LIMA, 2000, p. 257)

Pela conceituação de cada um dos gramáticos, percebemos que os dois últimos trazem uma conceituação mais objetiva, aproximando-se muito do que fora feito em relação ao adjunto adnominal. Por sua vez, o primeiro traz uma conceituação em que está em tela uma discussão

em relação aos aspectos semânticos e sintáticos que envolvem o termo, considerando, inclusive, que o *semântico* seria um nível a mais em termos analíticos, o que suscitaria o seguinte questionamento: o que, em um enunciado, pode ser semanticamente opcional? Em razão da diferença que há entre o primeiro e os dois últimos conceitos, iniciar-se-á a discussão pelos dois últimos.

Nos dizeres de Cunha e Cintra (2008), o adjunto adverbial é um termo de valor adverbial, conforme o seu próprio nome, e que pode apresentar duas finalidades ao se unir a um verbo: denotar-lhe alguma circunstância ou lhe intensificar o sentido. Em vista disso, vejamos os enunciados (cf. Cunha e Cintra, 2008, pp. 166-167):

15. Vivi **com Daniel** perto de dois anos. (C. Lispector, BF, 79)

16. Gosto **muito** de ti. (M. Torga, NMC, 32)

Em (15), vemos normativamente exemplificado o fato de o adjunto adverbial *com Daniel* vir denotando uma circunstância – de companhia – ao verbo *viver*, conjugado *vivi*. Em (16), o adjunto adverbial *muito* intensifica o sentido do verbo *gostar*, conjugado *gosto*. Recorrendo à conceituação, verificamos que, quando o adjunto adverbial tem como função a intensificação de sentido, além do verbo, o termo adjetivo e o termo advérbio também podem ter seu sentido afetado, embora não apresente exemplo para tal. Para tanto, vejamos:

17. José fala muito **alto**.

18. José achou a prova **muito** difícil.

A relação que queremos ilustrar em (17) é aquela que se estabelece entre os adjuntos adverbiais *muito* e *alto*. *Alto* é um adjunto adverbial que denotaria uma circunstância (de modo) ao verbo *falar* – conjugado *fala*. Por sua vez, o adjunto adverbial *muito* intensificaria o sentido do termo advérbio *alto*, uma vez que José não só fala alto, ele fala muito alto. Nesse caso, estão em jogo: denotar-se uma circunstância, bem como a intensificar o sentido de um termo advérbio.

Em (18), ilustramos a relação existente entre o adjunto adnominal *difícil*, representado por um adjetivo, e o adjunto adverbial *muito*. Como no exemplo (16), *muito*, em (18), funciona como um intensificador, contudo não de um termo advérbio, mas sim de um termo adjetivo. Diante disso, a *prova difícil* torna-se *a prova muito difícil*.

Rocha Lima (2000), diferentemente de Cunha e Cintra (2008), volta a sua conceituação para o adjunto adverbial apenas para o fato de este exprimir particularidades ao termo verbo, eximindo-se de fazer referência ao termo adjetivo e ao próprio termo advérbio. Assim, exemplifica (cf. Rocha Lima, 2000, pp. 257):

19. Visito-o **diariamente**.

O adjunto adverbial *diariamente* exprime, conforme os dizeres do gramático, uma particularidade – *temporal* – do termo verbal visitar, conjugado *visito*.

É recorrente nas duas gramáticas a preocupação de elucidar por quais formas o adjunto adverbial é expresso, a saber: o advérbio, a locução adverbial e a oração adverbial; além da classificação dos adjuntos adverbiais que, segundo os gramáticos, é uma tarefa que não se alcança com muita facilidade, visto, em alguns casos, a ausência do texto em que o adjunto adverbial está contido – o que aponta para o fato de que os limites da oração são, por vezes, pouco esclarecedores quando pensamos na questão da significação –, bem como as diferentes relações que se estabelecem via preposição, quando se trata de uma locução adverbial.

Aspecto que não deixaremos de lado é a questão do sentido em razão do termo advérbio. De forma literal, Cunha e Cintra (2008) fazem-na aparecer associada à questão da intensificação do sentido do verbo, do adjetivo e do advérbio, mas ela também está associada à impressão de circunstância ao fato que o verbo expressa, visto que essa circunstância, ao ser impressa junto ao verbo, age de alguma forma sobre ele. Para tanto, vejamos:

20. a. Vivi **com Daniel** perto de dois anos. (C. Lispector, BF, 79)

b. Vivi perto de dois anos.

(20a), de acordo com o que foi apresentado anteriormente, mostra um adjunto adverbial – *com Daniel* – associado a um verbo – *viver*, o que permitiria a seguinte interpretação: alguém viveu aproximadamente dois anos na companhia de Daniel. Em (20b), oração em que está omitido o adjunto adverbial, percebemos que a ausência do adjunto adverbial, permitiria uma interpretação diversa da primeira: alguém viveu aproximadamente dois anos. Ou seja, a circunstância expressa pelo adjunto adverbial não interfere apenas no sentido do verbo, mas sim de toda a oração. Em termos relacionais, poderíamos dizer que o enunciado torna-se outro.

Em Bechara (2009), a conceituação de adjunto adverbial bem como toda a discussão sobre ele ganha contornos diferentes das duas gramáticas vistas anteriormente. O primeiro

aspecto que evidencia essa diferença é o adjunto adverbial ser, inicialmente, denominado como determinante circunstancial ou determinante adverbial, o que nos parece ser apenas uma variação na nomenclatura, pois à medida que a discussão ganha corpo o que prevalece é o uso do termo adjunto adverbial. O segundo aspecto que chama atenção é a conceituação, logo de saída, trazer que os adjuntos adverbiais são opcionais do ponto de vista semântico e do ponto de vista sintático, o que corroboraria esse termo ser elencado no rol dos termos acessórios da oração. Antes de problematizar essa questão, tomaremos o que diz o gramático a respeito da questão semântica e da questão sintática.

Sem dúvida, Bechara (2009) avança ao trazer à tona a questão semântica em razão da existência dos adjuntos adverbiais. Isso porque essa questão foi, por assim dizer, varrida para debaixo do tapete pela tradição gramatical da GN em relação a esse termo. Ao tratá-la, o gramático confere ao termo o papel de matizar, ou seja, dar diferentes gradações, nuances “[...] ao processo designado na relação predicativa[...]”, sendo que a razão disso é acrescentar “[...] à mensagem informações que o falante julga indispensáveis ao conhecimento do seu interlocutor[...]”. Contudo, existe aí uma contradição: se o adjunto adverbial é considerado um termo opcional do ponto de vista semântico, como, então, ele acrescenta à mensagem informações que o falante julga indispensáveis ao conhecimento de seu interlocutor? A questão da opcionalidade e/ou da indispensabilidade semântica, se colocadas no mesmo nível, parecem gerar uma contradição, o que podemos ver em:

21. a. Esposa mata marido.

b. Esposa mata, com uma faca, marido em casa.

c. Esposa mata, com uma faca, marido em casa durante uma discussão em que ele a agredia.

Os três enunciados acima ilustram respectivamente: uma oração em que não há a presença de adjuntos adverbiais (21a), duas orações em que há a presença de adjuntos adverbiais. Se colocadas em comparação, (21a), (21b) e (21c) seriam exemplos em que a presença dos adjuntos adverbiais seriam responsáveis por dar uma nuance diferente ao processo de predicação, já que trariam especificadores que respondem às clássicas perguntas: *quando?*, *onde?* e *com o quê?*

Analisando (21b), teríamos que o verbo *matar*, conjugado *mata*, apresenta duas circunstâncias ligadas a ele: *com a faca* (instrumento), *em casa* (lugar). Em (21c), por sua vez,

as circunstâncias ligadas ao verbo as mesmas de (21b) acrescidas de *durante uma discussão em que ele a agredia*. Do ponto de vista semântico, a culpabilidade da esposa assassina, por exemplo, poderia ser diretamente afetada pelas circunstâncias que envolveram o crime. Então, (21b) apontaria para um crime cometido, certamente, de ordem passional; ao passo que, dificilmente (21c) permitiria a mesma interpretação. Assim, considerar, principalmente, se levadas em conta questões externas à produção dos enunciados, sejam eles simples orações, a opcionalidade semântica dos adjuntos adverbiais em razão da sua indispensabilidade, parece apontar para a contradição, visto o que é dito em (21c) é substancialmente diferente do que há em (21b). (21a), por exemplo, por não trazer associado à ação verbal nenhum advérbio, é um enunciado mais objetivo ao qual circunstâncias não se fazem necessárias; o que, por exemplo, poderia funcionar como uma chamada de notícia.

Em relação ao valor semântico dos adjuntos adverbiais, ressaltamos que Bechara (2009) coloca-o em relação ao locutor e ao interlocutor, isto é, que, para ele, ambos são uma condição para a existência semântica desses adjuntos. Recorrendo aos exemplos acima, poderíamos tomar que: o advogado de defesa da vítima, tentando convencer o júri da culpa da esposa faria uso de (21b), já que a esposa, ao matar o marido em casa, estaria violando o lar, por exemplo. O advogado de defesa da ré, por sua vez, faria uso de (21c), trazendo à tona o fato de que ela não matara passionalmente, mas, sim, porque se sentira acuada.

O fato de Bechara (2009) considerar que os adjuntos adverbiais são sintaticamente opcionais, parece-nos, nessa perspectiva, apontar para o fato de que uma oração, em termos estruturais, não deixaria de existir na ausência de adjuntos adverbiais¹³. Para verificação desse fato, basta fazermos a comparação entre os enunciados que constituem 21. Entretanto, o gramático coloca que o conteúdo semântico dos adjuntos não seria causador de maiores problemas (fato com o qual essa pesquisa não coaduna), e que o mesmo não ocorreria com o comportamento sintático, requerendo maior atenção de quem pretende dele se ocupar, descrever. Nesse sentido, aponta que o comportamento sintático dos adjuntos adverbiais na oração é heterogêneo, já que sua coesão dá-se ora com o verbo ou com o sintagma verbal, ora com o conteúdo de toda a oração. Em vista disso, façamos uma análise do exemplo (cf. Bechara, 2009, p. 437):

22. a. Em minha casa grito eu.

13 A Gramática Normativa faz uma distinção entre adjunto adverbial e adjunto ou complemento circunstancial, sendo que este, mesmo sendo de natureza adverbial, trata-se de um complemento indispensável à construção do verbo. Assim, ter-se-ia complemento circunstancial em *Irei a Roma*, *Moro em Minas Gerais* e *Voltei de casa*.

b. Eu grito em casa.

Em conformidade com a análise empreendida pelo gramático, podemos dizer que: em (22a), o adjunto adverbial, *em minha casa*, não é um modificador apenas do verbo *grito*, mas sim de toda a oração *grito eu*, permitindo que compreendamos que o locutor exclui a possibilidade de qualquer outra pessoa gritar em sua casa, pensando-se em uma relação de autoridade, por exemplo. Nesse sentido, tanto a modificação empreendida pelo adjunto quanto interpretação que dela depreendem são possíveis em vista da relação dos termos da oração: adjunto adverbial + verbo + sujeito. Em (22a), diferentemente de (22b), o adjunto adverbial em questão, *em casa*, permite uma ligação com o verbo, permitindo que se interprete *gritar* como apresentando uma circunstância de lugar (*em casa*).

Para tanto, “[t]ais variedades de coesão gramatical motivadas por objetivos pragmáticos, discursivos e entonacionais, têm levado estudiosos a enveredar por indagações de graus e níveis de hierarquização de adjuntos adverbiais, tema que extrapola a natureza deste livro; [...]”(BECHARA, 2009, p. 437). A análise empreendida de (22) leva-nos a pensar exatamente na questão de que o encadeamento sintático das formas é que nos permitirão compreender os mecanismos de produção de sentido que estão, sem dúvida, relacionados às condições de produção do discurso. Dessa forma, uma frase, uma oração ou um enunciado solto restringiriam essa compreensão.

Além do adjunto adnominal e do adjunto adverbial, há o aposto também como termo acessório, sendo que, do ponto de vista conceitual, temos:

Chama-se *aposto* a um substantivo ou expressão equivalente que **modifica um núcleo nominal** (ou pronominal ou palavra de natureza substantiva como *amanhã*, *hoje*, etc), também conhecido pela denominação *fundamental*, sem precisar de outro instrumento gramatical que marque esta função adnominal. (BECHARA, 2009, p. 456, grifo nosso)

Aposto é um termo de caráter nominal que **se junta** a um substantivo, a um pronome, ou a um equivalente destes, **a título de explicação ou de apreciação**: [...] (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 169, grifo nosso)

Um substantivo (ou pronome) pode-se **fazer acompanhar imediatamente** de outro termo de caráter nominal, **a título de individualização ou esclarecimento**. (ROCHA LIMA, 2001, p. 255, grifo nosso)

A conceituação de aposto dada por cada um dos gramáticos traz à tona, inicialmente, dois pontos muito importantes para a discussão que intentamos realizar aqui. Em primeiro lugar,

há o fato de ser indiscutível que esse termo está associado a outro termo - de caráter nominal ou de ordem substantiva - , o que faz ter como decorrência que o aposto apresenta uma proximidade muito grande com o adjunto adnominal, sendo, inclusive, conforme os próprios gramáticos, em alguns casos, difícil diferenciar o aposto do adjunto adnominal.

Em segundo lugar, vê-se que a ligação que se dá entre o aposto e o nome ao qual se liga é tratada de forma diferente em cada um dos gramáticos, ora sobressaindo a questão estrutural (“se junta a um substantivo”, “fazer acompanhar”), ora fazendo emergir uma questão semântica (“modifica um núcleo”). É certo que a diferenciação entre esses dois pontos dá-se mais de forma didática do que em termos de implicação. Contudo, é inegável que a questão semântica, mesmo estando (aparentemente) em segundo plano nas conceituações em questão, é fator decisivo para a compreensão do funcionamento do aposto no interior das frases. Diante desses dois pontos, analisaremos os seguintes enunciados (cf. Rocha Lima, 2000):

23. Durante sete anos, Jacó serviu Labão, *pai de Raquel*.

24. O padre *Anchieta* foi o primeiro professor do Brasil.

Conforme a própria conceituação do gramático de que partem os enunciados em tela, podemos observar que o quesito estrutural – um substantivo acompanhado de um termo de caráter nominal – está em realce, pois ao termo substantivo Labão, em (23), segue-se o aposto *pai de Raquel*; bem como em (24), o aposto *Anchieta* está logo após o termo substantivo padre. Interessante é notar que, quanto à organização na frase, as gramáticas chamam a atenção para o fato de que a aposição, ao seguir o termo substantivo, pode ser marcada pela vírgula ou por travessões. Além do aspecto estrutural, há, por outro lado, de pensarmos nas questões semânticas envolvidas em tais construções. Rocha Lima (2000), sobre essa questão, propõe que a construção apositiva teria como finalidade o esclarecimento ou a individualização do termo substantivo ao qual se faz acompanhar.

Sob a linha de raciocínio do gramático, em (23), a construção apositiva – pai de Raquel – funcionaria como um esclarecimento para o termo substantivo ao qual acompanha – Labão; ao passo que, em (24), o aposto – Anchieta – tem como funcionamento semântico a individualização, isso porque, segundo os próprios gramáticos, para os casos de individualização haveria um tipo específico de aposto, a saber: o aposto de especificação que, estruturalmente, não seria separado do termo substantivo por vírgula e ligar-se-ia a um termo substantivo de valor genérico, não sendo, portanto, aplicável a termos substantivos próprios,

como em (23). Diante dessa realidade, teceremos algumas problematizações, sendo que a primeira delas seria: como pensar a aposição em termos de dispensabilidade se a função do aposto é incidir sobre o termo que o antecede modificando, explicando, apreciando, esclarecendo ou individualizando-o? Ou, em outros termos, promovendo uma significativa mudança de ordem semântica? Para tentarmos discutir essa questão, tomemos o exemplo a seguir:

25. Em seu livro *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, o historiador americano David Landes, de Harvard, descreve o calor como inimigo da prosperidade. (Revista Veja, edição 2360, ano 47, no. 7, 12 de fevereiro de 2014, p. 6)

Em vista do enunciado exemplificado em (25), trecho de um texto de cunho jornalístico, podemos notar a existência de dois apostos, a saber: *A Riqueza e a Pobreza das Nações* e *David Landes*. Sob a óptica normativa, o primeiro aposto em questão tratar-se-ia de um aposto cujo valor semântico estaria voltado para a questão da individualização, visto que faria referência a um termo substantivo de valor genérico (livro), o mesmo acontecendo com David Landes, nome do autor do livro em questão, que, no enunciado, teria sua referência a “historiador americano”, embora ao núcleo nominal historiador fora acrescido um adjunto adnominal, a saber: americano, o que rarefaz, em certo sentido, o aspecto genérico do núcleo nominal. De modo a pensar na dispensabilidade apregoada aos termos acessórios da oração, mais especificamente, ao aposto, propomos reescrever o enunciado sem os mesmos, buscando perceber, então, as (possíveis) implicações disso para o que buscamos (re)conhecer:

25. a. Em seu livro, o historiador americano, de Harvard, descreve o calor como inimigo da prosperidade.

Pela reescrita do enunciado (25) em (25a), poderíamos dizer, inicialmente, que a retirada dos apostos não contribuiria para uma desestruturação do enunciado, ou seja, ele continuaria apresentado uma estrutura inteligível. Nesse sentido, o critério da dispensabilidade do aposto dar-se-ia, em termos estruturais, sem maiores decorrências para a sua inteligibilidade¹⁴. Esse

14 [...] a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão. A inteligibilidade refere o sentido à língua: “ele disso isso” é inteligível. Basta saber português para que esse enunciado seja inteligível; no entanto não é interpretável pois não se sabe quem é ele o que ele disse. A interpretação é o sentido pensando-se o co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato. [...] Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta já se está preso em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem. (ORLANDI, 2012a, p. 26)

entendimento só se torna possível, então, pois a GN entende que se a estrutura da oração não for afetada, em outras palavras, se os termos essenciais e os termos integrantes estiverem cumprindo o sua função numa dada estruturação, o aposto mostrar-se-ia dispensável.

No entanto, não podemos esquecer que a própria GN postula que os apostos têm funções de ordem semântica (modificar, explicar, apreciar, esclarecer ou individualizar o termo substantivo, conforme já citado anteriormente) que tratariam da incidência de um valor semântico X – explicação, apreciação, esclarecimento e individualização - sobre o termo substantivo ou pronome a que o aposto estiver diretamente ligado.

Diante dessa última colocação, parece-nos inaceitável falar na dispensabilidade semântica de construções apositivas, já que contrastando os dois enunciados – (25) e (25a) – percebemos, minimamente, em termos de efeito de sentido que o segundo enunciado faria compreender que o historiador americano em seu único livro seria responsável por descrever o calor como inimigo da prosperidade, em que o pronome possessivo *seu* assume papel primordial para essa compreensão¹⁵; diferentemente de (25) em que a construção permite pensar que David Landes é um historiador que no livro X (A Riqueza e a Pobreza das Nações) trata da questão do calor e da prosperidade, mas que no livro Y, por exemplo, poderia tratar de outra questão. Em outros termos, há a re-escrita de um nominal sob a forma de outro nominal.

Um segundo ponto a ser problematizado sobre as construções apositivas estaria em relação à questão da referência, ponto sobre o qual a GN (aparentemente) não se omitiria visto considerar que “[...] o substantivo fundamental e o aposto que se lhe junta designam sempre o mesmo ser.” (ROCHA LIMA, 2000, p. 255) e/ou, então, “Com o aposto atribui-se a um substantivo a propriedade representada por outro substantivo. Os dois termos designam sempre o mesmo ser, o mesmo objeto, o mesmo fato ou a mesma ideia.” (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 255). Para um melhor entendimento da perspectiva, os enunciados abaixo são trazidos à discussão:

26. Mandla Mandela, neto de Nelson Mandela, é visto durante o funeral do avô. Na tradição xhosa, um homem da família deve permanecer ao lado do caixão do morto durante todo o funeral. (Foto : Reuters) (Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/morte-nelson-mandela/noticia/2013/12/familia-de-mandela-comecou-se-desentender-durante-funeral-diz-jornal.html>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2014)

¹⁵ É importante lembrar que o pronome possessivo também está sob a perspectiva normativa no rol dos termos assessórios.

27. Brad Pitt é um pai extremamente carinhoso e não quis deixar as suas filhas de fora do Valentine's Day, o Dia dos Namorados dos EUA, comemorado nesta sexta-feira (14). (Disponível em: <http://www.ofuxico.com.br/noticias-sobre-famosos/brad-pitt-gasta-r-28-mil-em-presentes-de-dia-dos-namorados-para-suas-filhas/2014/02/14-194769.html> Acesso em 15 de fevereiro de 2014)

No enunciado (26), a construção apositiva “neto de Nelson Mandela”; assim como em (27), “o Dia dos Namorados dos EUA” acompanha um substantivo próprio. No primeiro caso, trabalha-se com um esclarecimento, ou seja, “quem seria Mandla Mandela?”, neto de Nelson Mandela; já no segundo caso, o aposto é a tradução do termo do inglês *Valentine's Day* para o português, tratando-se, sob a perspectiva normativa, também de um caso de esclarecimento. Entretanto, nesse momento, mais do que entender qual seria o valor que o aposto assume nas construções em tela, seria tentar compreender, mesmo que brevemente, o funcionamento da referência nesses casos bem como nos outros enunciados já apresentados.

A tradição normativa considera que há entre o termo substantivo e o aposto uma relação de identidade, como queira nas palavras dos gramáticos: “designam o mesmo ser”, sendo que isso se daria porque, segundo essa tradição, o aposto está estreitamente ligado ao termo substantivo, ao pronome ou à ideia que o antecede. Assim, em (23), Labão seria o mesmo que pai de Raquel; em (24) padre seria o mesmo que Anchieta; em (25) livro seria o mesmo que A Riqueza e a Pobreza das Nações, e historiador americano seria o mesmo que David Landes; em (26) Mandla Mandela seria o mesmo que neto de Nelson Mandela; em (27) Valentine's Day seria o mesmo que Dia dos Namorados dos EUA.

Contudo, questionamos esse posicionamento a partir dos enunciados (26) e (27); há casos em que o aposto liga-se a um termo substantivo comum e há casos em que se liga a termos substantivos próprios. Entendemos que a posição tomada de se designar o mesmo ser parece fazer sentido, já que nos enunciados em que isso acontece o aposto não estaria modificando, mas sim esclarecendo, apreciando ou explicando o chamado termo substantivo fundamental; salientamos que a modalização feita deve-se ao fato de que também os nomes próprios carecerem de modificação em determinados casos.

Por outro lado, ao se tratar de um substantivo comum, poderíamos, sim, falar em modificação ou individualização, pois o caráter genérico do substantivo careceria de informações que o esclarecessem, havendo, portanto, um desdobramento para a construção do sentido do substantivo comum, não podendo, então, falar-se de uma relação de identidade entre substantivo fundamental e aposto.

A perspectiva teórica assumida nesta tese leva-nos a pontuar que, embora seja possível dizer que o referente é o mesmo, o ponto de vista sobre não ele não o é; portanto, é a diferença do ponto de vista que possibilita a existência de diferentes sentidos e efeitos de sentido. Em vista disso, pontuamos que se trata de um caso de correferência, sendo que o objeto a que ambos co-referem tratar-se-ia de um mesmo objeto tangível, daí falar-se em um mesmo ser; mas falamos, na verdade, tomada a lente teórica assumida, em correferência a um mesmo objeto-de-discurso, que é construído de forma diferente.

Diante desse quadro, julgamos que, ao se trabalhar a aposição sob a óptica normativa, consideramos que a questão semântica estaria simplesmente para a (possível) incidência do conteúdo semântico do aposto sobre o termo substantivo, posição com a qual não coadunamos aqui. Isso se dá em razão de considerarmos que a existência da aposição seria responsável por afetar o sentido do enunciado como um todo, pois faz movimentar fortemente as redes de memória do interlocutor e faz emergir efeitos de sentidos e não *O* sentido, conforme a análise feita dos enunciados (25) e (25a), bem como na análise do enunciado (26): em (26), a construção apositiva “neto de Nelson Mandela” correfere ao mesmo objeto-de-discurso que Mandla Mandela, contudo de formas distintas, já que Mandla Mandela, sem a ligação ao aposto, pode ser compreendido de forma diferente quando está ligado a ele.

Todo o traçado empreendido (de)mo(n)stra que a sintaxe e, por conseguinte, os termos acessórios são, sob a perspectiva normativa, analisados de forma isolada na constituição da oração, prescindindo, portanto, as relações que eles contraem. Na contramão dessa realidade, o presente trabalho tem como temática a sintaxe em relação aos processos discursivos de forma a construir um traçado teórico-analítico que vise, em um primeiro momento, a compreender e a explicitar como a sintaxe relaciona-se com tais processos e, em um segundo momento, promover uma análise e uma explicação acerca de aspectos da sintaxe sob o viés discursivo, visto o seu funcionamento no discurso político institucional da atual presidente do Brasil. Sob essa perspectiva, tomamos os denominados termos acessórios da oração que, pelo estatuto da Gramática Normativa, são considerados dispensáveis, para discutirmos a sua (in)dispensabilidade semântico-discursiva.

Com o propósito em tela, buscamos colocar, então, em evidência a necessidade de um olhar diferenciado sob o papel da sequência na produção de discurso, uma vez que ela pode ser tomada do ponto de vista linguístico e/ou do ponto de vista discursivo. Na via da construção desse percurso, buscamos sustentação na Análise de Discurso francesa de linha pechetiana. Isso porque a temática da compreensão da sintaxe em relação aos processos discursivos foi

suscitada, de um lado, pelo estudo das relativas em francês, empreendida pelo precursor da Análise do Discurso de linha francesa, Michel Pêcheux, e, de outro, por sua colocação - “não há salvação para além da sintaxe”- que aponta uma crítica ao *integrismo linguístico* que emergiu da aplicabilidade dos estudos linguísticos a uma série de análises, chegando a afetar, segundo ele, a análise literária, em que eram propostos, por exemplo, “sistemas de oposições” e “sintaxes” da narrativa. Tais colocações aparecem em Pêcheux (2011a) – “Língua, “Linguagens”, Discurso”- bem como em “A Semântica e o corte saussuriano: Língua, Linguagem, Discurso”.

Nesse sentido, Pêcheux aventa a possibilidade da compreensão da sintaxe não sob uma perspectiva tradicional (onde é tomada como sendo da ordem da transparência) – seja ela da Gramática Normativa ou da Gramática Gerativa, por exemplo, perspectivas que adotam *a priori* aspectos linguísticos, por vezes, voltados apenas a aspectos formais para compreender determinados fatos – mas, sim, diferenciada, que traz à cena aspectos linguísticos, sem prescindir as questões linguísticas, compreendendo-a como produtora de efeitos de sentido. Assim, uma mesma construção sintática, em determinado lugar e/ou época, por exemplo, passa(rá) a constituir diferentes processos, se tomada em relação a esse lugar e/ou essa época. Pêcheux (2011a) exemplifica bem isso com o enunciado “*Os automóveis que funcionam a gasolina poluem a atmosfera.*”, ao analisar o funcionamento das relativas:

A relativa “que funcionam a gasolina”, do ponto de vista do seu funcionamento, se tomado o momento histórico da enunciação (início da década de 1980), deve ser compreendida como uma relativa explicativa, pois é enunciado que os automóveis (todos), por funcionarem a gasolina, são poluidores da atmosfera. Isso ocorre, porque, naquela época, os automóveis só eram movidos à gasolina. Mas, na sua explanação, chama a nossa atenção para, em um momento posterior, e, em razão da tecnologia, ela poder ser tomada como uma relativa restritiva. É o que acontece hoje (início do século XXI), pois há automóveis movidos a gás natural veicular, biocombustível e automóveis movidos somente à gasolina, sendo que esses últimos poluem (mais) a atmosfera. Assim, a relativa restritiva tem um funcionamento diferente da relativa explicativa, pois apresenta como efeito de sentido a partição do conjunto (automóveis) enunciando apenas sobre uma parte deles.

As explicações empreendidas por Pêcheux em alguns de seus textos trazem à tona a possibilidade de se reconhecer as *n* possibilidades de funcionamentos de certos termos e/ou sequências, fazendo, assim, que emergjam diferentes efeitos de sentidos a partir de um processo de interpretação.

Isso permite-nos dizer que mais importante que a organização é a ordem. Assim, encontramos a relevância do estudo da sintaxe sob o viés discursivo no fato de que a tradição dos estudos linguísticos consideram-na, reconhecida e unicamente, a partir dos quadros estruturalista, formalista e/ou funcionalista, pouco ou quase nunca se falando e/ou discutindo, então, aspectos de uma sintaxe que busque a sua compressão relacionada ao processo discursivo. Assim, com certas ressalvas, podemos dizer que, até mesmo, os estudos em AD relegaram-na a um segundo plano de preocupações, visto Ferreira (1999) afirmar que a AD não tem hipótese particular em relação à sintaxe. Percebemos, então, que os estudos sobre a sintaxe do ponto de vista discursivo revelam-se um promissor campo de investigação, o que nos leva a questionar: será a sintaxe o mecanismo de articulação fundamental que permite a compreensão dos processos discursivos em textos escritos, de modo específico, os proferimentos do Dia do Trabalho da presidente Dilma Rousseff?

Visto esse questionamento, pressupomos que a sintaxe constitui o mecanismo de articulação fundamental que permite a compreensão dos processos discursivos. Sob essa óptica, a adjunção e a aposição possibilitariam efeitos de sentido cuja função ocuparia lugar de destaque no processo de interpretação. Assim, a GN, ao apregoar a dispensabilidade tanto semântica quanto estrutural de termos como os adjuntos e o aposto, desconsideraria os possíveis efeitos de sentido por eles suscitados.

Em nossa perspectiva, a adjunção e a aposição são mecanismos que constituem os processos discursivos que subjazem ao discurso político brasileiro governamental de modo determinante. Concebê-los como mecanismos acarreta uma consequência significativa: são, por conseguinte, pertencentes à ordem da língua, visto que suscitam efeitos de sentido na relação com as materialidades linguística e histórica. Decorre disso que deixamos de olhar o emprego da língua e voltamo-nos para as questões de natureza de produção do sentido, (re)conhecendo a articulação entre interdiscurso e intradiscurso no processo discursivo, de modo específico no discurso institucional da Presidente Dilma Rousseff.

Para tanto, este trabalho está voltado para, primordialmente, estudar a sintaxe voltada para o discurs(iv)o. A partir daí, problematizar (i) aspectos teóricos que possibilitem a diferenciação da sintaxe normativa de uma sintaxe voltada para o discurs(iv)o; (ii) a sequência em espiral e sua função na constituição do discurso, principalmente, em relação aos trajetos de leitura e seu efeito-leitor. (iii) Construir e analisar – por meio de um procedimento sintático-discursivo, que prescindia o meramente linguístico, um *corpus* de enunciados, a partir dos proferimentos de Dilma Rousseff sobre o Dia do Trabalhador, para servir de base à explicação

do funcionamento da adjunção e da aposição no processo discursivo que os constitui. Assim procedendo, teremos uma sintaxe voltada para o discurs(iv)o.

BALIZAGENS METODOLÓGICAS: AD, SINTAXE, DISCURSO POLÍTICO

Falar em fundamentos metodológicos é, muitas vezes, trazer à tona as discussões da metodologia científica empreendida ao longo de séculos. Alguns acreditam, *grosso modo*, que o método científico esteja voltado para as evidências de caráter empírico verificáveis a partir da observação sistemática e controlada, que seria fruto de experiências ou de pesquisa de campo, cujos dados obtidos deviam ser analisados com base na lógica. Outros, a seu turno, creditam ao método científico a aplicação da lógica à ciência.

Do nosso ponto de vista, a metodologia, em ciências humanas, seja ela considerada científica ou não, volta-se para o estudo dos métodos de cada área específica, de modo a explicitar as etapas da produção do conhecimento. Assim, a fundamentação metodológica passa pela explicitação do método empregado e/ou construído. Na direção apontada, precisamos, então, pormenorizar o método empregado, em primeiro plano identificando o objeto de estudo e selecionando as unidades de análise. E, na sequência, descrevendo o procedimento analítico constituído, a fim de fundamentar os possíveis trajetos de leitura construídos para trabalhar a sintaxe voltada para o discurs(iv)o.

De modo específico, trabalhamos com o objeto de estudo teórico que é o *discurso* e com o objeto de estudo que é a *sintaxe implicada no discurso institucional de Dilma Rousseff nos proferimentos do Dia do Trabalhador em seu primeiro mandato*. As nossas unidades de análise são os segmentos de frase – sintagmas – que compõem a materialidade do discurso, promovendo o efeito de completude. No entanto, sob nossa lente teórica, esses segmentos não são tomados em extensão linear na planificação linguística, mas de modo espiral, dado que o discurso não é um somatório de frases. Ao tomá-lo a partir da espiralação dos elementos a partir de certo(s) indicativo(s), acedemos às sequências em espiral cujo eixo de interpretação rotor é constituído pela posição enunciativo-discursiva do locutor que mobiliza e aciona as redes de memória que funcionam na interpretação.

Nessa ordem transversal do discurs(iv)o, a sintaxe constitui o ponto sobre o qual o processo discursivo desenrola-se em movimentos espirais. Nesse sentido, o conceito de sequência não pode ser compreendido na extensão da planificação linguística; ela deve ser

concebida em função do discurs(iv)o, ou seja, concebida como uma relação em espiral dos segmentos implicados na interpretação. Por consequência, é possível trabalhar diferentes trajetos de leitura, conforme veremos na análise dos proferimentos da Presidente Dilma Rousseff do Dia do Trabalhador, em seu primeiro mandato.

Assim sendo, a adjunção e a aposição, no movimento em espiral do discurs(iv)o político, ocupa lugar na sequência, de modo a produzir efeitos de sentido que constituem o ponto nodal do processo de interpretação, em especial naquilo que o processo discursivo configura como valoração para a realidade (re)produzida nos proferimentos. Essa compreensão coloca por terra a visão da GN sobre a sintaxe.

Na perspectiva aqui assumida, consideramos que esses elementos constituem mecanismos fundamentais ao processo discursivo que os convoca. A esses mecanismos, nomeamos adjunção e aposição. Consequentemente, esses mecanismos são pertencentes à ordem da língua e, por isso, não podem ser considerados dispensáveis, visto que suscitam efeitos de sentido juntamente com as demais unidades do discurso. Deixamos, então, de olhar apenas o emprego da língua e voltamo-nos para as questões de produção do sentido, buscando (re)conhecer a articulação entre interdiscurso e intradiscurso no processo discursivo, de modo específico no discurso institucional da Presidente Dilma Rousseff nos pronunciamentos de 1º de Maio de seu primeiro mandato.

A perspectiva assumida dá-se em razão de os estudos sintáticos voltarem seus olhos para o emprego da língua, ao passo que uma sintaxe voltada ao discursivo olha para as questões de produção do sentido, buscando, sobretudo, o (re)conhecimento de como o interdiscurso se articula ao e como intradiscurso no processo discursivo.

A partir da hipótese apresentada, buscamos, tomada a perspectiva de Sériot(1985), inicialmente, reconhecer como os recursos estruturais (aqui, especificamente os termos tidos por acessórios da oração – adjuntos, aposto) são combinados em um discurso particular (discurso político institucional da presidente da República Dilma Rousseff nos pronunciamentos de 1º de Maio de seu primeiro mandato), entendendo que essa combinação é fruto de um jogo discursivo que se realiza *no* e *por* meio do locutor; para só então, buscar quais os possíveis efeitos de sentido que são produzidos por esse jogo.

Para dar sustentação a essa análise, construímos três capítulos teóricos que sustentam o empreendimento analítico, voltando-o à análise das unidades sintagmáticas, são mobilizadas operações que envolvem desde a definição do *corpus* até o jogo de recorte, de definição das sequências, de trajetos de leitura e de releituras das sequências. O procedimento analítico

funciona, assim procedendo, como uma espécie de exercício de encaixe, no qual há uma margem de jogo, ou seja, é possível encaixar as peças do tabuleiro de diferentes modos e, assim, fazer trabalhar efeitos de sentido distintos.

Nessa perspectiva teórica, há, logo de saída, a necessidade de refletir, conforme proposta de Indursky (2013), sobre a distinção entre *corpus empírico*, *corpus discursivo* e *campo discursivo de referência*. O primeiro trata da totalidade das aloções efetivamente realizadas pela presidente Dilma Rousseff¹⁶, e o segundo somente dos discursos publicados no *site* governamental, os quais temos acesso na íntegra, a qualquer tempo, mais especificamente sobre os quais as análises incidem, a saber: os pronunciamentos de 1º de Maio de seu primeiro mandato. O *campo discursivo de referência*, ou seja, um tipo específico de discurso, no caso o discurso político da primeira presidente mulher do Brasil entre os anos de 2011 e 2014.

A ancoragem para a escolha desse campo discursivo está voltada para o fato de o Dia do Trabalhador, 1º de maio, ser uma data que estaria em estreita relação com os ideários do Partido dos Trabalhadores, ou seja, o partido ao qual a presidente Dilma Rousseff pertence e representa no exercício do mais alto cargo do executivo nacional. Dessa feita, cabe-nos analisar em que medida o discurso do trabalho e/ou trabalhista está associado ao discurso político, governamental e/ou econômico no espaço brasileiro. Assim, compreendemos a adjunção e a aposição como mecanismos importantes para a Presidente, a partir do lugar social que assume, fazer significar o seu governo como representativo no avanço e na consolidação da política (social) e da economia brasileiras, assim como uma “continuidade” dos procedimentos e dos propósitos do seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, também membro do Partido dos trabalhadores. Em vista disso, coube-nos identificar, tendo em vista os objetivos analíticos, no *corpus empírico*, os recortes que constituem o *corpus discursivo*. Ainda de acordo com Indursky (2013), o estabelecimento do *corpus discursivo* é resultado de uma mobilização fundada sobre a postura teórica da Análise de Discurso. Desse modo, partimos de um conjunto potencial de discursos que poderiam ser objeto de análise para um subconjunto de discursos que são discursos específicos, sendo que, observado que a identificação desses recortes está em estreita relação com os objetivos do analista, o *corpus discursivo* é da ordem da singularidade.

16 Segundo dados da grande mídia nacional, a presidente Dilma Rousseff, até outubro de 2013, já havia feito mais proferimentos em cadeia nacional de rádio e TV do que Lula em seus dois mandatos, igualando-se, entretanto, aos programas feitos por Fernando Henrique Cardoso nos seus últimos quatro anos de mandato. A média anual de proferimentos do antecessor de Dilma é de 2,62 proferimentos por ano; a média do antecessor de Lula, por sua vez, é de 2,75; ao passo que a atual presidente apresenta uma média anual de 5,33 pronunciamentos ao ano. (Dados disponíveis em: <http://bdtesta.blogspot.com.br/2013/10/dilma-ultrapassa-lula-e-fhc-em-numero.html>. Acesso em 30 de março de 2014)

Além do que foi dito nas linhas anteriores, a escolha do discurso político da primeira presidente mulher do Brasil entre os anos de 2011 e 2014 está em relação com o nosso objeto de estudo, ou seja, a sintaxe implicada no discurso, visto ser propalado que o discurso político seria um discurso esvaziado de sentido¹⁷. Dessa feita, se assim o fosse, os chamados termos acessórios da oração, adjuntos e aposto, não passariam de um acréscimo contingente na produção do discurso em questão, o que de nosso ponto de vista, não se dá. A fuga em responder a questões postas por concorrentes eleitorais não implica um discurso vazio de sentido, mas um modo de (dizer) política que produz efeitos.

Ao delimitarmos os recortes, por assim dizer o primeiro movimento analítico desse trabalho, houve a necessidade de fazermos sua organização no interior do próprio *corpus*. Neste trabalho, compartilhamos de duas noções de recorte, distintas, mas não excludentes. A primeira delas advém de Orlandi (1983) que propõe a noção de recorte discursivo para fazer a distinção entre o gesto do linguista e o gesto do analista de discurso, já que o primeiro limita-se a segmentar a frase e o segundo, por sua vez, volta-se ao recorte de uma linguagem-e-situação. A segunda noção de recorte pode ser concebida a partir de Agustini e Bertoldo (2011) como o processo de fazer com que o material escolhido para análise possa permitir a construção de um *corpus*. Para eles, essa noção implica a existência de uma operação subjetiva da qual o resultado deixa sempre algum resto, na medida em que o material escolhido com fins de descrição e análise não permite dizer tudo.

Durante a elaboração da análise, muito discutimos a respeito do critério a ser utilizado para a constituição do *corpus discursivo*, em razão de serem publicados no *site* governamental, por mês, uma infinidade de pronunciamentos da presidente. Um dos primeiros critérios levantados esteve voltado para a escolha dos proferimentos¹⁸ que estivessem associados a datas comemorativas, tais como Dia do Índio, Dia das Mães, Proclamação da Independência, dentre outras. Feito o levantamento, contudo, percebemos que eles eram inúmeros e as datas comemorativas eram de diversas naturezas, o que, do ponto de vista temático, dificultaria traçar

¹⁷ Ao falarmos de esvaziamento de sentido, estamos, por um lado, colocando que existe o imaginário de que os políticos, no geral, falam muito e dizem pouco; e, por outro lado, que esse discurso, na verdade, evocaria “[...] representações e discursos já naturalizados em nosso contexto sócio-histórico [...]” (CAVALLARI, 2014, p. 37)

¹⁸ Cabe aqui um parêntese em relação ao uso da nomenclatura *proferimento*. O presente trabalho utiliza o termo *discurso* na perspectiva da AD e, por isso, o discurso político, em que o adjetivo faz toda a diferença, não tem com ele uma identidade sinonímica. Além disso, fala-se, ao longo do trabalho, do discurso político institucional, termo o qual faz referência ao discurso que é produzido na e por meio da presidente e publicado em um *site* governamental, cujas condições de produção são muito diferentes do discurso político veiculado em propagandas governamentais, por exemplo. Assim, a palavra *proferimento* busca fazer referência aos discursos publicados no *site* governamental, sendo, portanto, uma forma de diferenciar *discurso*, *discurso político institucional* e *discurso como alocução efetiva*.

um princípio (mesmo ilusório) de unidade. Conjecturamos, diante dessa dificuldade, trabalhar com datas comemorativas que tivessem sido foco de pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, de modo que elegemos somente os que fazem referência ao Dia do Trabalhador, pois, a partir desse ponto, garantiríamos, minimamente, um eixo temático.

A partir daí, buscamos identificar os recortes em que se configurava a presença dos ditos termos acessórios da oração pela GN, pensando a noção de recorte voltada para a relação inerente entre linguagem-e-situação. Diante disso, foram levantados, nos quatro proferimentos, esses termos e, logo a seguir, visto a recorrência deles, uma quantidade determinada de recortes para cada proferimento, variando de seis a nove recortes. Diante disso, salientamos que

[n]ão se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem em completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável. Isto porque, por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes. (ORLANDI, 2012a, p.62)

Ao longo do trabalho, cada recorte foi abreviado (Rec), numerado (por exemplo, Rec1), sendo essa numeração baseada em sua ordem de comparecimento no texto, e acompanhada do ano do proferimento (por exemplo, Rec1 – 2011). Essa identificação do recorte foi colocada entre colchetes antes de cada recorte.

Para além do recorte, podemos, em alguns casos, eleger sequências¹⁹ que elucidem o funcionamento de cada sintagma analisado. Assim, as sequências serão identificadas a partir do recorte ao qual pertencem a partir de um numeral entre parênteses, por exemplo Rec1(1), para o qual o 1 entre parênteses é indicativo da primeira sequência a ser analisada a partir do recorte; de modo que, por exemplo, a primeira sequência a ser analisada no recorte 1 do proferimento do ano de 2011 seria representada da seguinte forma: [Rec1(1) – 2011]

Em razão do efeito leitor produzido, mais especificamente, do(s) trajeto(s) de leitura possíveis, recorreremos à abreviação T, seguido do número 1, 2 ou 3, e assim por diante, de forma a indicar o efeito leitor em tela; sendo que, cada trajeto de leitura vem em função da produção de uma sequência em espiral.

Finalmente, em alguns casos, há possíveis re-escritas das sequências que são apresentadas da seguinte forma: ReL, também, acompanhadas de numeração, caso necessário.

¹⁹ Vale lembrar que o conceito de sequência é foco de problematização de nossa tese, já estando, portanto, apresentado nas orientações teóricas da pesquisa.

As re-escritas são um procedimento analítico que visa a trabalhar com as possibilidades de ausência e de troca da adjunção e da aposição para a emergência de efeitos de sentidos outros, de modo a elucidar sua função na construção de uma certa referência para os objetos-de-discurso ali significados. Em relação a trajetos de leitura e a re-escritas das sequências, portanto, as abreviações T e Rel, a título de exemplificação, seguem a sequência do recorte em análise.

Cada sintagma foi identificado a partir de uma sigla, SAdj – sintagma adjetival, SAdv – sintagma adverbial, SAp – sintagma apositivo. Ao verificarmos a presença dos sintagmas em questão em determinados recortes, delimitamo-os, sendo que, após essa (de)limitação, os recortes são tomados a partir dos sintagmas que os contêm. Posteriormente, agrupamo-os para análise, já que os procedimentos analíticos em relação a cada tipo de sintagma estão pautados, por vezes, em critérios díspares, visto a especificidade de cada um deles enquanto recurso estrutural da língua.



Como nos propomos a investigar os proferimentos do Dia do Trabalhador pronunciados pela Presidente Dilma Rousseff no seu primeiro mandato entre os anos de 2011 e 2014, estabelecemos como objeto teórico o discurso, em razão de nossa filiação teórica à Análise de Discurso francesa pechetiana, e como objeto de estudo a sintaxe implicada no discurso institucional em análise. Para tanto, nossa tese apresenta três capítulos de natureza teórica, nos quais nos preocupamos, primeiramente, em diferenciar a linguística do discurso da Linguística; em segundo lugar, a preocupação é tratar o linguístico do discurso e a sintaxe voltada ao discurs(iv)o; e, por fim, trabalhar determinadas especificidades do discurso presidencial. Após a parte teórica, empreendemos os mo(vi)mentos analíticos, considerando os quatro proferimentos do Dia do Trabalhador atravessados pelo discurso capitalista neoliberal, não nos esquecendo de que toda a problematização desse atravessamento está em razão dos mecanismos linguístico-sintáticos da adjunção e da aposição, separando o primeiro em adjunção intersintagmática e intrassintagmática e, trazendo, quando necessário problematizações referentes à presença dos vocativos. Por fim, na conclusão, produzimos reflexões a respeito das palavras-conceito *língua*, *gramática*, *sintaxe*, *discurso*, *sujeito* e *ensino*.

CAPÍTULO 1

Orientações teóricas. Um retorno aos primórdios da AD. A necessidade de diferenciar a linguística do discurso do discurso da Linguística.

A mente que se abre a uma nova ideia, jamais voltará ao seu tamanho original.
(Albert Einstein)

Se enxerguei mais longe, foi porque estava sobre os ombros de gigantes.
(Isaac Newton)

Em razão da filiação teórica de nossa pesquisa, este capítulo está voltado para a construção da base que evidencia o estabelecimento da relação (in)existente entre sintaxe e discurso²⁰. Para tanto, traçamos determinadas distinções necessárias entre noções e conceitos decisivos para que sintaxe e discurso possam ser considerados um binômio produtivo. Assim, apresentamos e discutimos, a partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso Pechetiana, os termos conceituais pareados língua e discurso, Linguística e AD, linguístico e discursivo.

²⁰ Esse jogo entre existente e inexistente deve-se ao reconhecimento de que a relação sintaxe e discurso é inexistente nas teorias sintáticas disponíveis; e existente, porque a sintaxe comparece no discurso, é parte dele e, na perspectiva discursiva, portanto, mostra-nos possível e produtivo estudar a sintaxe voltada ao discurs(iv)o.

1. Dos três pares (aparentemente) opositivos: *língua e discurso*, *Linguística e Análise de Discurso* bem como *linguístico e discursivo*²¹

A necessidade de tratamento dos três pares nomeados de (aparentemente) opositivos dá-se frente a nossa busca de compreender a profundidade da interpenetração teórica que cada um deles assume no arcabouço teórico da AD, o que advém da necessidade de compreendermos cada um deles com o objetivo de entender os mecanismos de funcionamento com os quais a AD opera, em especial ancorando-os na questão da sintaxe.

Nessa perspectiva, primeiramente, esboçamos o par língua e discurso, trazendo à cena o conceito de língua para Saussure, buscando contrastá-lo com o conceito de língua assumido pela AD, o que, no capítulo 2, ganha uma nova dimensão em razão da questão do *real da língua*. Só então, apresentamos o conceito de discurso e fazemos a sua articulação com o conceito de língua previamente apresentado. Ulteriormente, é feita uma discussão sobre a (inter)relação entre Linguística e Análise do Discurso, buscando trazer à tona as discussões já empreendidas sobre os conceitos ora apresentados. Só então, os adjetivos “linguístico” e “discursivo” são discutidos.

1.1. Língua e discurso

Em AD, discurso e língua são noções (quase) indissociáveis, o que ocorre em vista de, conforme Ferreira (1994), a noção de língua assumir um papel significativo na definição da especificidade da AD, em face de ela ser a condição de possibilidade do discurso. Assim, nesta subseção, voltamo-nos, inicialmente, para o tratamento da língua sob suas noções basilares, em outros termos, para a Linguística saussuriana; posteriormente, para a AD de Pêcheux. Em um segundo momento, a nossa preocupação recai sobre a noção de discurso e suas implicações.

21 O caminho percorrido para as reflexões desta seção são baseadas sobremaneira em Ferreira (1994), Milner (2012).

1.1.1. Língua

Aqui ocupamo-nos de tratar a língua sob a perspectiva saussuriana e sob a perspectiva discursiva.

A) A língua para Saussure

Em relação aos estudos da linguagem, não podemos negar que não há como falar de língua sem falar de Saussure. Tal realidade deve-se ao fato de que, quando da publicação do Curso de Linguística Geral (abreviadamente CLG), no início do século XX, a Linguística Moderna é inaugurada. É de suma importância salientar que

[n]ós dissemos a linguística, supondo, pois, a unicidade de um referente. No entanto, seria fácil mostrar que reclamam deste título, e não sem direito, teorias bastante diferentes, diferentes no que é preciso entender por teoria, por ciência, por demonstração etc. Se quiser que o termo linguística seja outra coisa que não uma rubrica administrativa, é preciso descobrir se ele é um núcleo comum a todas as versões existentes, núcleo que se tornará, então, o referente do termo em causa (MILNER, 2012, 31).

Em outras palavras, a Linguística, ao se construir enquanto ciência, seria marcada pela unicidade do referente. Contudo, tal unicidade seria afetada por uma diversidade de estudos – Análise de Discurso, Pragmática, Sociolinguística, por exemplo – que se filiaria à natureza desse estudo primeiro. Diante disso, a saída seria perceber se esse referente, na verdade, constitui-se como o núcleo comum a todas as vertentes. Aceitamos a crítica feita por Milner (2012), visto a sua pertinência, sobretudo, em razão daquilo que assumimos enquanto orientação teórica em relação à Análise de Discurso.

Por sua vez, o marco inaugural da Linguística Moderna ocorre, porque o CLG apresenta as delimitações e os aspectos que devem nortear uma ciência, além de conter uma metodologia e um objeto teórico. Para alguns estudiosos, o aspecto de maior relevância dessa obra é o estabelecimento da língua como objeto da ciência da linguagem. Interessante é notarmos que, para Saussure (2004), essa ciência, que se inaugura, seria constituída por todas as manifestações da linguagem humana, entretanto há de se lançar mão de uma diferenciação importante na própria linguagem, já que, para ele, a linguagem seria constituída por duas partes, a saber: a

língua (*langue*) e a fala (*parole*)²², não sendo, portanto, possível erigir uma ciência da linguagem seguindo, inicialmente, os dois caminhos. Assim, na perspectiva saussuriana, é necessário estudá-los em separado para, posteriormente, considerar aspectos em conjunto.

A *langue* faz referência à língua - parte social da linguagem e cuja existência do indivíduo independe; ao passo que a *parole* faz referência à fala - parte individual da linguagem, podendo, em parte, ser compreendida como ato individual de associação de palavras, visando à enunciação, por exemplo. Em suma, “Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º o que é social do que é individual; 2º o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental.” (SAUSSURE, 2004, p. 22). Em vista dessa diferenciação e da impossibilidade de se fazer uma ciência que adote os dois objetos, Saussure elege a *langue* como objeto teórico da Linguística, já que “A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. [...] Não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados.” (SAUSSURE, 2004, p. 22).

A partir da distinção língua e fala, empreendida pelo precursor da Linguística Moderna, os estudos (tradicionais) da linguagem devem preocupar-se com os fatos da língua que estejam associados à sistematicidade e não àquilo que seja acessório ou accidental. Dessarte, dita sistematicidade estaria voltada para o interior do sistema linguístico (lugar, por exemplo, das regras) – foco de interesse dos estudos linguísticos, ao passo que o que é acessório ou accidental deveria ser expurgado, já que faria parte de algo que lhe é exterior (lugar da contingência, do heterogêneo, do caos). Ou melhor, “[...] a linguística será científica se, e somente se, ela define a língua como um sistema de signos” (MILNER, 2012, p. 31). Não bastaria, então, definir a língua como seu objeto teórico; a ele deve estar associado o conceito de “sistema de signos”²³. Ainda seguindo o pensamento de Milner, esses dizeres são a base para outra crítica em relação a conceber a Linguística como sinônimo de uma linguística saussuriana: na realidade, podemos

22 “Assim, a língua é pensada por Saussure como um objeto científico homogêneo (pertencente à região do ‘semiológico’) cuja especificidade se estabelece sobre duas exclusões teóricas: a exclusão da *fala* no inacessível da ciência linguística; a exclusão das *instituições* ‘não semiológicas’ para fora da zona de pertinência da ciência linguística.” (PÊCHEUX, 2010a, p. 69)

23 “Tôda a diligência de Saussure consiste pois em mostrar o reconhecimento da organização pressuposta na do elemento, e a organização pressuposta na do elemento, e a organização mais complexa presente implicitamente por sua vez, na organização mais simples. **O sistema linguístico, para Saussure, não é construído pela reunião de elementos preexistentes**; não se trata de ordenar um inventário dado em desordem, de ajustar as peças de um quebra-cabeças. A descoberta dos elementos e a do sistema constituem uma única tarefa.” (DUCROT, 1968, p. 66, grifo nosso)

supor que a língua apresente uma série de outras propriedades, irreduzíveis a toda espécie de sistema de signos²⁴.

Para além da distinção língua e fala, por exemplo, Saussure também faz a diferenciação em relação aos aspectos evolutivos e históricos da língua, denominados por ele como estudos diacrônicos, e aos estados da língua, da relação entre os elementos simultâneos, denominados estudos sincrônicos. Sob essa perspectiva, a Linguística Moderna deve estar pautada pelos estudos sincrônicos e não mais diacrônicos como na Linguística Histórica.

Outros pares, além de *langue/parole*, *diacronia/sincronia*, de extrema importância para a teorização sobre a língua são apresentados, dentre eles: *significado/significante*, *relações sintagmáticas/relações associativas*, além da *mutabilidade/imutabilidade* do signo, todos eles em estreita relação com o conceito de língua. Essas distinções têm origem, conforme postula Milner (2012), na necessidade de distinção, a partir do que diz o próprio Saussure, das coisas em si – a linguagem, o som com o fluxo sonoro, a ideia ou o sentido, a ligação entre um som e uma coisa no mundo – e dos fatos – a língua, os traços distintivos, fonemas, signos, sintagmas, formas, significação, pois a Linguística seria a ciência dos fatos linguísticos e não das coisas em si.

Para a linguística saussuriana, então, a língua

[...] não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (SAUSSURE, 2004, p. 17)

A confusão a que Saussure faz referência localiza-se em um momento anterior ao das suas proposições, mas, ainda hoje, ela muitas vezes, também se apresenta. Assim, língua e linguagem eram ou são tomadas como sinônimas. Na constituição da Linguística Moderna, os postulados saussurianos levam a considerar que elas são distintas, sendo que a linguagem em seu todo se caracteriza por ser multiforme e heteróclita; por isso, não passível de constituir-se objeto de uma ciência. A partir daí, a língua seria, nesse todo, um lugar de homogeneidade, já que ela “(...) assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos, onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica (...)” (Saussure, *ibidem*,

24 Certamente, grande parte da problemática aqui encontra-se no fato como o sistema será interpretado, ou melhor, como um sistema fechado – que não suportaria a falha, o equívoco – ou, então, um sistema aberto – em que se há espaço de jogo, bem como a falha e o equívoco não seriam uma realidade impossível. Essa compreensão, além de necessária, é de extrema importância para a compreensão da (inter)relação entre sintaxe e discurso.

p. 23). Esse postulado tem consequências importantes para o legado dos estudos da linguagem, sendo interpretado de diferentes formas.

Uma dessas interpretações propõe que a distinção entre língua e linguagem promoveria uma exclusão de certos aspectos, visto que tudo o que é, por exemplo, individual, multiforme, heterogêneo, heteróclito é, por assim dizer, “varrido para baixo do tapete”, visto que não pertenceria ao foco de interesse da Linguística, naquele momento de necessidade de promover um objeto teórico para ela. Uma outra interpretação possível seria considerarmos que para fazermos um estudo que considere esses dois aspectos, é necessário antes conhecer bem o funcionamento do sistema linguístico.

Uma das consequências de os estudiosos tomarem a língua como objeto de estudo, por exemplo, relaciona-se ao fato de que os estudos da linguagem assumiram um caráter racional, objetivo e dotado de rigor metodológico, em suma, ganharam contornos científicos a partir dessa distinção, o que, até o início do século XX, não fora possível. Daí, os estudos descritivistas, cujo foco não se voltava para o sentido de cunho morfológico, fonológico e sintático, assumiram, durante muito tempo, lugar de destaque entre os linguistas – ponto de incômodo que, em parte, é o grande motivador desta pesquisa.

Outra consequência²⁵ refere-se à negação do sujeito e do sentido, porque a língua, na concepção saussuriana, é tomada como um sistema de signos linguísticos que é regido por leis internas e próprias, que não teriam relação alguma com o que lhe é exterior (*parole*)²⁶. A existência desse sistema faria pressupor que a língua já está dada e não há espaço para alterações ou críticas, pois as relações a ela intrínsecas nascem e se sustentam a partir dos signos que a constituem. Assim,

[...] Saussure seleciona um conceito privilegiado que lhe permitirá articular a relação do ideal da ciência à ciência ideal, a empresa dos fundamentos e o modelo euclidiano: o signo. Graças a ele, detém-se uma regra segura para delimitar o império dos fenômenos: no conjunto das coisas em si, gravitando na esfera da linguagem, somente revelam uma observação possível as dimensões atribuídas ao signo – a semiologia, para retomar o

25 É importante salientar que essa leitura é uma colocação que emerge a partir da teorização saussuriana, e não dita por ela, tanto que “[...] as consequências da operação de exclusão efetuada por Saussure: mesmo que explicitamente ele não o tenha desejado, é um fato que esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a linguística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. A fala, enquanto uso da língua, aparece como um *caminho da liberdade humana*; avançar no caminho estranho que conduz dos fonemas ao discurso é passar *gradatim* da necessidade do sistema à contingência da liberdade, [...]” (PÊCHEUX, 1969, p. 70)

26 As noções interno/externo bem como essencial/secundário serão foco de discussão na concepção de língua para a AD.

termo de Saussure, que ganha, assim, seu verdadeiro valor. Mas, além disso, o signo permite construir a ciência linguística em conformidade absoluta com o modelo prevalente: a) há um axioma, mínimo absoluto, e ele é evidente ‘a língua é um sistema de signos’; b) há um conceito primitivo, e ele é evidente: o conceito de signo.” (MILNER, 2012, p.31)

A importância da forma de pensamento proposta por Saussure para a língua é inquestionável, visto ter sido esse olhar que permitiu conceder à Linguística Moderna o *status* de ciência. É imperativo dizer, mais importante do que isso, que, a partir de então, vários outros recortes teóricos foram se estabelecendo no campo²⁷, sendo um deles o proposto na constituição da AD.

B) A língua para a AD

Pontuamos, nas linhas anteriores, que o recorte proposto por Saussure suscitou uma série de vários outros recortes nos estudos da linguagem. Interessante notarmos o que diz Pêcheux a respeito das críticas que a Linguística sofre em vista de ter estabelecido a língua como objeto de estudo:

[...] é absurdo recriminar a linguística por se restringir a seu objeto: toda disciplina científica se constitui pela exclusão de seu campo daquilo que, até então, a obcecava, no sentido literal do termo. Desta forma, a linguística exclui de seu campo as questões de sentido, da expressão das significações contidas nos textos. Ora, essas questões que não deixam de ser formuladas (atualmente são sobretudo as diferentes “ciências sociais” (...) que, direta ou indiretamente, delas se ocupam) insistem junto à linguística para serem resolvidas com meios teóricos de que esta última dispõe; [...] (PÊCHEUX, 2011c, p. 125)

Nessa passagem, o autor reconhece, mesmo sendo um crítico à noção de língua saussuriana, que o estabelecimento de um objeto é a espinha dorsal para qualquer disciplina que se quer científica e que, por isso, não haveria “outra saída” para a Linguística se não, mais cedo ou mais tarde, eleger o seu objeto teórico. Logo a seguir, porém, assevera que, a partir disso, a questão do sentido fica fora dos estudos linguísticos, visto ele pertencer àquilo que é “exterior à língua”, às coisas em si e não aos fatos linguísticos. Elucida que, não sendo eleita

27 “Durante muito tempo, [...], a noção de linguística pareceu ser co-extensiva à sua versão estruturalista [...]. Esta união consubstancial da linguística e do signo autoriza-se de um fiador único, e indiscutível no essencial: o Curso de Saussure. Neste caso, o estruturalismo, tal como é entendido aqui, volta a afirmar isso: toda a linguística é por definição Saussuriana. Ao mesmo tempo, a questão que colocamos no início pode transpor-se nesta: o que resta hoje de Saussure?” (MILNER, 2012, 31).

pela Linguística, mesmo que em seus recônditos, outras ciências assumem o papel de se ocupar dela e, então, cita as ciências sociais.

Ao (re)pensar o conceito de língua no arcabouço teórico da AD, um ponto interessante é considerar que

[l]onge de pensar uma língua perfeita, totalmente formalizável dentro de modelos matemáticos, a linguística, ao contrário, mantendo a exigência do formal, mostrou as falhas, os limites, o excesso que trabalham em permanente a língua. (ROBIN *apud* FERREIRA, 1994, p. 28)

Sob a perspectiva da imperfeição, em AD, a noção de língua assume um lugar específico, pois, conforme a autora do excerto supracitado, a língua constitui a condição de possibilidade do discurso, sendo este o objeto eleito pela AD. Será, então, essa noção de língua coincidente com a noção de língua proposta por Saussure? De antemão, afirma-se que não. Para sustentar essa afirmativa, façamos algumas reflexões.

A primeira dessas reflexões advém de Milner (2012). Para ele, a língua, embora seja dotada de uma “estrutura heteróclita”, tem uma tendência à regularidade. Há, nesse pensamento, uma divergência substancial em relação ao pensamento saussuriano, pois a língua, para este, é dotada de sistematicidade; heteróclita é a linguagem. Sobretudo, o pensamento milneriano abre margem para a possibilidade de a língua não ser tão asséptica quanto queria o precursor da Linguística Moderna, pois essa visa ao seu estudo de maneira interna, sem buscar na exterioridade qualquer explicação para a sistematicidade que lhe é constitutiva.

Mesmo Milner (2012) já abrindo margem para um olhar diferente sobre a língua, devemos levar em conta que a regularidade, que ele próprio reclama, pode, por sua vez, sofrer afetamentos de ordem outra. Essa seria a nossa segunda reflexão, que deriva do fato de a regularidade do sistema ser abalada pelos

[...] pontos de impossível, falhas e rupturas que entram em contradição com os princípios de consistência e completude e que precisam ser formalizados. E é isso que leva Gadet (1981), em *Tricher la langue* a referir-se à língua como “espaço das regras atravessado por falhas” e a propor entender a regra como se comportasse no seu princípio mesmo “um espaço de jogo. (FERREIRA, 1994, p.27)

De acordo com Orlandi (2003), muitos observam que a AD tem como proposta dar conta daquilo que a Linguística não tinha se proposto a saber, ou seja, ela tem como proposta tratar o

que havia sido deixado em segundo plano quando do estabelecimento da Linguística como ciência: a fala²⁸. Em vista disso, é de conhecimento que

[...] a língua é o lugar da necessidade, das constantes, das regras, da sistematicidade. A fala é o lugar das contingências, das variáveis, do acaso, do amálgama heterogêneo, do caos. Só a língua seria, assim, analisável. Procurar estender a possibilidade de análise, é procurar encontrar sistematicidade nesse outro domínio, o da fala. Reserva antropológica, reserva psicológica, reduto de liberdade, do não-controle e da não previsibilidade. A ciência tem suas reservas. (ORLANDI, 2003, p. 16)

O excerto corrobora a leitura estruturalista das reflexões linguísticas, feita das teorizações de Saussure apresentadas no CLG, no sentido de explicitá-la. Contudo, traz o anseio de extensão da(s) possibilidade(s) de análise nos estudos da linguagem. Em vista disso, para a AD, o que se precisa fazer é (re)conhecer a sistematicidade nos lugares em que, tradicionalmente, ela não é (re)conhecida. Seria necessário, então, estabelecer um outro objeto, qual não seja a língua. A partir daí, fazemos dois questionamentos. Qual seria esse objeto? A partir de seu estabelecimento, como compreender língua e fala?

O discurso, em resposta ao primeiro questionamento, seria esse objeto. É de sua responsabilidade causar uma ruptura em relação ao corte saussuriano, operando, assim, um sensível deslocamento em vista da propalada clássica dicotomização estabelecida pela Linguística. Essa dicotomização (língua e fala)²⁹, em resposta ao segundo questionamento, ganha um novo desenho (língua e discurso), já que

[a] fala é casual mas o discurso – objeto em que o social (da língua) e o histórico (da fala) se conjugam de modo particular – tem suas normas, se inscreve em formações, se reporta a instituições com suas coerções. Mais ainda – e isto é quase insuportável para a ciência – o discurso (efeito de sentido entre interlocutores) é ideologicamente marcado, logo regulável, submetido à história, não brotando magicamente de uma essência de um sujeito, expressão de uma mística liberdade. (ORLANDI, 2003, p. 16)

O trecho em questão nos deixa entrever que o discurso é um objeto fruto da conjugação do social e do histórico que não é dado a um bel prazer, e sim a partir da conjugação de normas, da inscrição em determinadas formações bem como submetido a coerções institucionais. Esse

28 É interessante, no entanto, que “[...] se a Linguística é solicitada a respeito destes ou daqueles pontos exteriores a seu domínio, é porque, no próprio interior de seu domínio (em sua prática específica), ela encontra de um certo modo, essas questões sob a forma de questões que lhe dizem respeito (“você não me procuraria se já não tivesse me encontrado”). A Linguística não seria afetada por exigências em direção à “Semântica” se ela já não tivesse se encontrado, de algum modo, com essas questões... no seu interior.” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 78)

29 A dicotomização língua e fala pode ser compreendida no termos de “A oposição entre sistema da língua e fala do sujeito-falante [ser] a contradição da qual vive a Linguística desde Saussure, e acrescentaremos que essa oposição é retomada/deslocada das oposições pré-saussurianas entre lógica da razão e retórica das posições, de um lado, e entre a existência da língua e uso da língua, de outro.” (PÊCHEUX, 2009, [1975], p. 221)

novo desenho deve-se à AD assumir um olhar diferenciado sobre a linguagem, já que não dicotomiza externo e interno (já que, para essa disciplina, eles são constitutivos), nem toma como objeto a língua (entendida como um sistema fechado que se explica por si mesma), em vista de “[...] a língua se apresenta(r), assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que, [...], os processos ideológicos simulam os processos científicos.” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 81)

A língua, no empreendimento da AD, está em estreita relação com a história para a produção de sentidos. Assim, ela “[...] tem sua ordem própria mas é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem).” (ORLANDI, 2012a, p. 19). A especificidade da língua, então, está em considerá-la como possuidora de uma ordem própria, contudo, a autonomia relativa depende, por exemplo, da história para significar³⁰, em estreita relação com a ordem da língua. Em outras palavras,

[p]ara que a língua signifique há, pois, necessidade da história. Isto nos leva a pensar o sentido como uma relação determinada do sujeito com a história. É o gesto de interpretação (E. Orlandi, 1995) que realiza essa relação do sujeito com a língua. Esta é a marca de subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da **relação da língua com a exterioridade**. (Orlandi, 1996, p. 28, grifo nosso)

Gadet (1981), a seu turno, faz uma discussão a respeito da concepção de língua na perspectiva discursiva, partindo da estreita relação entre língua e sintaxe – o que em nosso estudo é muito caro, visto que esta última “[...] est sentie comme un facteur de rigidité, de contrainte, une barrière, un écran ou une surveillance restrictive (Dobrovsky) une censure[...] une armature [...]”(GADET, 1981, p. 118)³¹. Sob esse olhar, questionamos até onde vai a rigidez da sintaxe em relação a uma língua cuja imagem não mais está associada à ideia do todo, da completude. Sob esse novo olhar, a língua é concebida como um espaço de jogo, entendendo jogo como um mecanismo que permite articular o sistema da língua. Assim, o axioma da linguística saussuriana – “a língua é um sistema de signos” – não se perde; ele, na verdade, ganha novos contornos de forma a atender necessidades outras.

30 “A posição epistemológica da AD conduz, portanto, a supor a existência da língua não como puro sistema (o programa de um órgão mental!), mas como um real específico, que forma o espaço contraditório do desdobramento das discursividades.” (PÊCHEUX, 2011b, p. 101).

31 “[...] é sentida como fator de rigidez, de aprisionamento, uma barreira, uma tela ou uma vigilância restritiva (Dobrovsky), uma censura [...], uma armadura.”(tradução nossa)

Para pensar esse espaço de jogo, podemos recorrer ao que a Gramática Normativa reconhece como complemento nominal, cujo conceito é um dos termos integrantes da oração de caráter transitivo, em vista de que “[...] **os substantivos [...] de complementos nominais sempre admitem a transitividade**, pois ou são nomes concretos de ação ou são nomes abstratos de qualidade ou de ação, que, por sua vez, exigem complementação de sentido.” (GONÇALVES, 1993, p. 801, grifo nosso). Considerando a “regra”³² destacada, vejamos os seguintes enunciados:

- a. João é um leitor de jornal.
- b. João é um leitor.

Na comparação dos dois enunciados, percebemos que, em (1a), o termo nominal *leitor* (nome abstrato de ação) apresentaria, na perspectiva normativa, complementação de sentido, a saber: *de jornal*. Em (1b), o mesmo não ocorre, muito embora haja, da mesma forma que em (1a), um nome abstrato de ação. Seria, então, esse enunciado agramatical³³, já que não segue a “regra”? Certamente, não. O que ocorre é que, pela ordem da língua, os nomes em geral podem ou não ser transitivos, decorre daí que, como a própria língua permite a existência ou não de complementos após os termos nominais, o caso de (1b) estaria encaixado nessa “regra”.

Portanto, mesmo em casos em que é prevista uma “regra” X, há a possibilidade de que ela seja infringida, mas isso não se trata de uma simples subversão da “regra”, é uma subversão permitida pelo sistema linguística e acionada no e por meio do locutor no momento em que enuncia. Trata-se, então, do espaço de jogo que é dado ao locutor e, por que não dizer, ao interlocutor, quando do manejo da sintaxe. Desmitifica-se, assim, em parte, que a sintaxe seria um fator de rigidez e de aprisionamento.

32 Traz-se a palavra *regra* aspeada, pois não há aqui um conceito pré-estabelecido para tal. Dessa forma, “Une perspective particulièrement intéressante de réflexion sur les règles est l’étude des effets de leur violation, soit une façon négative de déterminer ce qu’est la règle. C’est l’un des aspects intéressants de certaines propositions de Chomsky, si l’on entend l’agramatical comme lié au gramatical dans une communauté de nature, d’où le gramatical ne peut donc être dégagé que négativement, parce qu’il n’est pas l’agramatical.” (GADET, 1981, p. 122). (Uma perspectiva particularmente interessante de reflexão sobre as regras é o estudo dos efeitos de suas violações, ou uma maneira negativa de determinar qual é a regra. Este é um dos aspectos interessantes de certas proposições de Chomsky, se entendermos a agramaticalidade como relacionada ao gramatical em uma comunidade de natureza, donde o gramatical não pode por isso ser tirado negativamente, porque ela não é agramatical. Não haveria, portanto, a fronteira assinalável entre as duas (agramaticalidade e gramaticalidade), e cada regra deveria ser afetada pela latitude do jogo.) (tradução nossa)

33 As noções de gramatical e agramatical vêm, sobretudo, da teoria gerativista, inclusive discutidas, a partir do contra ponto discursivo, no texto de Gadet (1981).

Em síntese, podemos presumir que a língua assumida pela AD está calcada na existência de regularidade, garantida, a princípio, pela existência de regras, mas que tal regularidade permite ser afetada/atravessada pela falha. Ao assumirmos isso, a AD adota um dos pontos de vista de estudo da linguagem que fora, na leitura estruturalista feita do CLG, prescindido por Saussure, a saber: o discursivo.

Esse ponto de vista e essa nova concepção de língua trazem consigo as noções de “falha”, “equivoco”, “impossível” e “heterogêneo”, muito distantes da “homogeneidade” apreendida pela leitura estruturalista feita das teorizações de Saussure – una e indivisível, conforme adjetivos de Milner. Sob essa óptica, há um entrelaçamento entre o discursivo e o linguístico, sendo que há, sim, uma estrutura (que suporta “furo”), mas passível de representação e de formalização.

Na clássica oposição língua (interno) e fala (externo), a primeira seria acessível à observação, enquanto que a segunda seria objeto de reflexão linguística. Em decorrência disso, há a dicotomização entre *social* e *histórico*, em que a língua em nada se filiaria à historicidade e à subjetividade, ao passo que a fala em nada se aproximaria do social. O movimento empreendido pela AD em relação à Linguística muito deve à oposição *langue* e *parole* (im)posta pela teoria linguística, visto que toma, no interstício das duas, o discurso como objeto³⁴. Assim, a AD, ao propor um novo quadro teórico para o entendimento da linguagem, desfaz essas dicotomizações, em vista do social e do histórico constituírem uma mesma realidade: o discurso.

1.1.2. O discurso

Ao tratarmos da língua para a AD, muito foi dito também sobre o discurso, sendo que os dois conceitos de língua ora apresentados são elucidativos do conceito e do papel do discurso colocado em discussão aqui. Pelo (ex)posto, a noção de língua se apresenta como imprescindível tanto para a Linguística quanto para a AD, embora receba delimitações teórico-metodológicas diferentes em cada caso³⁵, porque sabemos que, em AD, esse objeto é o discurso.

34 Esse apontamento em muito se deve à passagem: “Pêcheux se colocou entre o que podemos chamar de “sujeito de linguagem” e “sujeito de ideologia”. Isso teve um peso sobre toda sua obra e não apenas naquilo que se pode encontrar e *Análise Automática do Discurso*. Em um de seus livros posteriores, *Les vérités de La Palice*, ele trata, precisamente, de discernir mais claramente as relações entre esses dois sujeitos, (...) e coloca o discurso entre a linguagem (vista a partir da linguística, do conceito saussuriano de *langue*) e a ideologia.” (Henry, 2010a, p. 36), sendo que a ideologia tem evidente filiação com a fala.

35 No capítulo 3, será discutido mais detidamente o papel da língua para a AD em relação aos processos discursivos.

Diante dessa realidade, produzimos dois novos questionamentos. O primeiro deles: qual é, então, a verdadeira função que a língua ocupa em relação a esse objeto? O segundo: por que o discurso?

Como possível resposta ao segundo questionamento, apresentamos a passagem:

É justamente para romper com a concepção instrumental tradicional da linguagem que Pêcheux faz intervir o discurso e tentou elaborar teoricamente, conceitualmente e empiricamente uma concepção original sobre este. Nesta perspectiva de romper com a concepção instrumental de linguagem, Pêcheux seguiu uma orientação que teve uma importância considerável na França. (HENRY, 2010a, p. 26)

Assim, a linguagem deixa de ser tomada como simples meio de transmissão de informações³⁶, passando a ser tomada como não transparente. Essa não transparência considera, por exemplo, que o sentido de uma palavra não deve ser previamente estabelecido por uma ligação direta entre um determinado objeto e a palavra que a ele corresponda³⁷. Desse modo, a língua, para a AD, é a materialidade que veicula ideologias.

Cabe voltarmos agora à segunda questão, cuja resposta não podemos apresentar de forma tão direta.

Na relação língua e discurso, não há, nas palavras de Ferreira (op. cit.), oposição e, sim, contradição. Em vista disso, a língua para a AD, segundo Pêcheux (2009 [1975]), é um sistema com autonomia relativa e, outrossim, a base para a realização dos processos discursivos³⁸. A língua, enquanto base, é o lugar material que possibilita a produção dos efeitos de sentido resultantes de processos discursivos.

A primazia dada por Pêcheux à língua em toda sua teoria encontra-se em considerá-la como acesso à materialidade do discurso. Dessa forma, “[...] a língua, assim como o discurso, não constituem uma estrutura fechada, homogênea, estável. Essa estrutura, esse todo representável que é a língua comporta em si igualmente o não todo, o não representável (o “introyable”).” (FERREIRA, 2003). A partir disso, considera que tanto o discurso quanto a

36 Nessa concepção, a língua é, na verdade, tomada como uma ferramenta utilizada para determinados fins, tais como: a comunicação.

37 “[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em relação transparente com a literalidade significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 147)

38 Em outro texto – *Análise do discurso: três épocas* (1983) -, a posição teórica de Pêcheux sobre o papel da língua é explicitada: “Uma língua natural (no sentido linguístico da expressão) constitui a base invariante sobre a qual se desdobra uma multiplicidade heterogênea de processos discursivos justapostos.” (PÊCHEUX, 2010b, p. 307)

língua, em AD, são dotados de estrutura própria, o que fica perceptível por sua ordem/organização³⁹. Em suma, afirmamos que o discurso é, na verdade, a noção basilar com que trabalha a AD, responsável por materializar, através da língua, aspectos históricos (sobretudo de natureza ideológica) e sociais.

De maneira geral,

Fica assim definida a relação do discurso com a linguística: seu objeto relaciona-se com a linguagem, cujas fronteiras não coincidem com as da língua. Ou seja: as fronteiras entre língua e discurso não são evidentes, não determinam gramáticas específicas, nem possuem categorias linguísticas excludentes. Decorre daí que “as regras fonológicas, morfológicas e sintáticas – que são condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos – sejam objeto de recobrimentos e de apagamentos parciais. (ORLANDI, 1983, p. 101). Desse modo, salienta a autora, **as unidades que concorrem para a estruturação discursiva – os operadores ou articuladores – o fazem por seu modo de funcionamento: “um operador pode ser operador de frase (linguístico, por exemplo) ou de discurso, dependendo da maneira como seu funcionamento é analisado.** “Não se trata de uma unidade de nível diferente. Por isso se podem analisar unidades de qualquer nível ou qualquer tipo de categoria, sob a perspectiva do discurso” (Idem, p. 107). (INDURSKY, 1992, p. 10)

A realidade apresentada no excerto nos conduz a (re)pensar a questão da sintaxe em relação ao discurso, considerando, principalmente, que as regras sintáticas, base dos processos discursivos, seriam (re)cobertas e apagadas parcialmente, permitindo a estruturação discursiva. Encontramos, neste momento, a (inter)relação entre a Linguística e a AD.

1.2. Linguística e Análise de Discurso

Nesta subseção, ocupamo-nos de, primeiramente, esboçar um percurso descritivo-analítico acerca do estabelecimento da Linguística como ciência, pois, em parte, é a partir disso que se pode vislumbrar o empreendimento teórico-metodológico da AD. Logo a seguir, (de)mo(n)stramos o(s) deslocamento(s) empreendido(s) pela AD em referência à Linguística de forma a se estabelecer como um campo de estudo.

39 As palavras *ordem* e *organização* podem acarretar aqui uma certa confusão, visto que, na teoria em questão, elas podem se distinguir. Orlandi (1996) diz que *ordem* volta-se ao discurso (“ordem do discurso”) e ao plano do simbólico, ao passo que *organização* está relacionada à língua (“organização da língua”) e ao plano do imaginário. Nesse sentido, cabe ao histórico a organização da língua, fazendo-a significar.

1.2.1. A Linguística

A preocupação com elementos inerentes à linguagem remonta à Antiguidade Clássica, época em que tal preocupação estava voltada, por exemplo, para questões de retórica (Aristóteles) e para a compreensão de como o ser humano sabe tanto do ponto de vista linguístico, a partir de tão pouco (Platão). Já no século XVIII, a Linguística Histórica estabelece-se visando à descrição da língua a partir do Sânscrito; nesse contexto, assume-se, em primeiro lugar, que todas as línguas apresentam conexões e têm origem em um mesmo ancestral e, em segundo lugar, que elas mudam. Posterior a isso, surge a Neogramática, que tinha como objetivo mapear as línguas, buscando as regras ou “leis universais” que as regessem.

Contudo, até esse momento, a Linguística não apresentava *status* de ciência, pois não apresentava objeto definido, sendo que essa definição ocorre, no início do século XX. Nessa perspectiva, Pêcheux (2011b) pontua que os dicionários definem Linguística como o estudo científico da linguagem, considerando-a como o conjunto de línguas faladas e escritas. Ele acrescenta ainda que, para interpretar os fatos da língua (fonológicos, morfológicos e semânticos), a Linguística precisou elaborar uma teoria da língua.

Essa “teoria da língua” deu-se, na perspectiva de muitos, com o estabelecimento da escola que revolucionou os estudos linguísticos, a saber: o Estruturalismo, constituída a partir de Saussure⁴⁰. Ele propõe, conforme exposto na seção 1.1.1, o conceito de língua segundo a dicotomia língua (*langue*) e fala (*parole*). Então, no bojo da constituição da ciência da linguagem como um campo que se quer científico, a Fonologia – estudo dos sons, posteriormente, a Morfologia – estudo das formas – e, por fim, a Sintaxe – estudo do modo de combinação das palavras – é que lhe dão tal forma. Porém, algo falta: a Semântica.

É a partir, de um lado, de uma concepção idealista⁴¹ de linguagem proposta pelo Estruturalismo e, de outro, da percepção da ausência da Semântica que Pêcheux, de certo modo, faz as seguintes colocações:

40 Em Linguística, os termos *estrutura* e *sistema* são, por assim dizer, foco de muito interesse para os seus estudiosos. Certamente, isso advenha do fato de que a Linguística ganhou *status* de ciência exatamente a partir da referência a *sistema* que Saussure (2004) fez para conceituar *língua*, objeto de estudo da Linguística, então, por ele, fundada. Contudo, há inúmeros questionamentos ao fato de a Saussure ser atribuído o título de “pai do Estruturalismo linguístico”, pois muitos apontam que, no *Curso de Linguística Geral*, não há referência à palavra *estrutura* e, sim, a *sistema*.

41 O idealismo é uma doutrina que apregoa que o mundo material é condicionado pelas ideias. Em termos de linguagem, isso leva a dizer que ela seria transparente.

(...) nenhum dos níveis que caracterizamos (*fonológico, morfológico, sintático*) pode ser definido isoladamente; cada um deles se apoia necessariamente sobre um nível de ordem inferior. É tentador pensar que o mesmo sucede quando nos deparamos com o problema da produção e da interpretação do sentido de uma frase, isto é, quando passamos para a *teoria semântica*. Nestas condições, a semântica seria o prolongamento e o coroamento dos níveis inferiores da linguística. (PÊCHEUX, 2011b, pp. 123-124)

Pela passagem, o lugar que Pêcheux concede para a Fonologia, para a Morfologia e para a Sintaxe é diverso daquele concedido pelo Estruturalismo, pois a AD chama à cena a Semântica, em vista de considerar que eles não podem ser vistos isoladamente e, sim, a partir dela. Diante dessa realidade, notamos que um dos deslocamentos teóricos da AD em relação à Linguística é conceber a *língua* a partir de certos postulados.

O primeiro deles é, segundo Pêcheux citando P. Henry, que “todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística.” (PÊCHEUX, 2009 [1975]), p. 81). Em síntese, a *língua*, para a AD, é tomada como um sistema com autonomia relativa.

O segundo postulado é a proposição do conceito *discurso* que só pode ser concebido *a posteriori* do conceito de *língua*, pois dele se distingue. A respeito disso, temos que considerar, visto Pêcheux (2009 [1975]), que não há a mera superposição entre concreto e abstrato, de um lado; e discurso e língua, de outro; pois essa consideração leva-nos a confundir discurso e fala, no sentido saussuriano. No interior dessa discussão, há ainda um terceiro postulado que diz respeito à noção de *processo discursivo*: “(...) a língua se traduz pelo fato de que todo *processo discursivo se inscreve numa relação ideológica* [...]”. (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 82).

Em razão desses três postulados, empreendemos na subseção seguinte um traçado da AD em relação a sua origem e à constituição do campo.

1.2.2. A Análise de Discurso: da origem à constituição do campo

Conforme Marandin (2010), a AD surge no cenário da intelectualidade francesa na década de 60 do século passado como reação a duas tendências que haviam se firmado no campo da linguagem: o Estruturalismo e a Gramática Gerativa Transformacional. Além delas, opõem-se fortemente a certas áreas das Ciências Humanas cujo enfoque voltava-se para a análise de conteúdo, sendo, pois, essa análise responsável por conferir à linguagem

transparência. Dado tal fato, buscamos entender os motivos pelos quais a ciência da interpretação proposta por Pêcheux emerge a partir dessas duas correntes.

O Estruturalismo é, por assim dizer, um acontecimento que se reflete não só na Linguística, mas também em outras ciências, tais como a Antropologia e a Filosofia. Contudo, o que nos importa, nesse momento, é compreendê-lo como um campo de reflexão sobre a linguagem que não se preocupa com questões ideológicas, e, sim, em buscar condições que forneçam ‘as ferramentas’ necessárias para a análise da língua, enquanto estrutura formal, submetida ao rigor do método⁴².

O rigor do método estruturalista, reinante durante os anos de 1950 e 1960, promoveu a exclusão do sujeito das análises, porque o que importava a esses estudiosos, nesse momento histórico, era normalizar o sujeito, já que ele era visto como uma figura que poderia perturbar a análise do objeto, que correspondia a uma língua padronizada⁴³. É essa exclusão, em parte, que promoveu a inquietação de muitos estudiosos, já que, para eles, a emergência desse sujeito traria consequências importantes para o estudo da linguagem sobre um outro prisma.

Além de se opor a alguns aspectos do Estruturalismo, a AD também faz oposição à Gramática Gerativa (GG). Ela é o empreendimento científico de estudo da linguagem cuja figura central é Noam Chomsky. Para muitos, os estudos chomskyanos foram revolucionários para a época, embora outros afirmem que não chegam a ser propriamente um rompimento com os estudos estruturalistas precedentes, uma vez que o gerativismo, na verdade, levaria às últimas consequências os postulados saussurianos⁴⁴.

Embora Chomsky faça críticas à concepção saussuriana de língua como inventário sistemático de elementos depositados como um tesouro na mente do sujeito falante, para alguns, torna-se perceptível que ele, ao conceber o par dicotômico competência/desempenho, aproximar-se-ia analogamente do par saussuriano língua/fala. Contudo, a diferença dos dois

42 “O estruturalismo francês fez da linguística a ciência-piloto; os estruturalistas tentaram definir seus métodos tendo como referência a linguística, tendo também transferido todo um conjunto de conceitos linguísticos para quase todos os domínios das ciências humanas e “sociais”. Os estruturalistas identificaram cultura e linguagem de tal modo que toda a análise de qualquer fato cultural devia tomar uma forma de análise linguística, ou qualquer coisa de similar (semiologia, semiótica).” (Henry, 2010a, p. 27)

43 “[...] a revolução cultural estruturalista não deixou de fazer pesar uma suspeita absolutamente explícita sobre o registro do psicológico (e sobre as psicologias do ‘ego’, da ‘consciência’, do ‘comportamento’ ou do ‘sujeito epistêmico’). Esta suspeita não é, pois, engendrada pelo ódio à humanidade que frequentemente se emprestou ao estruturalismo; ela traduz o reconhecimento de um fato estrutural próprio à ordem humana: o da castração simbólica. Mas ao mesmo tempo, esse movimento anti-narcísico (cujos efeitos políticos e culturais não estão, visivelmente, esgotados) balançava em uma nova forma de narcisismo teórico. Digamos: em um narcisismo da estrutura.” (PÊCHEUX, 2008 [1983], p. 46)

44 Essa seria, na verdade, uma leitura que se faz da teoria gerativista.

está no caráter criador da linguagem. Para o Estruturalismo em linguística, esse caráter está fortemente ligado à fala; já para o Gerativismo, o caráter criador da linguagem se desdobrar-se-ia no desempenho e na competência.

Na verdade, a GG está baseada em um método formal e que, em seus momentos iniciais, rejeita o sentido, aproximando-se da tradição estruturalista, dado que procurava um sistema formal que explicasse a totalidade dos enunciados da língua⁴⁵. Para concretizar esse objetivo, a GG apoia-se na noção de natureza humana, associando os universais linguísticos ao inatismo, e conferindo à faculdade da linguagem o estatuto de órgão que nos capacita a adquirir a língua.

Pelo caráter altamente cientificista assumido por esse empreendimento, a AD passa a tecer várias críticas, insurgindo-se contra ele, o que se reflete no fato de a AD não coadunar com o paradigma cognitivista assumido pela teoria chomskyana que, segundo a AD, torna o sujeito sem história e a língua assumida como nada mais que um órgão mental. Além disso, “(...) ela (AD) se apoia para se definir contra o modelo vertical de linguagem que articula teoria do espírito, competência e *performance*.” (MARANDIN, 2010, p.117)

Nesse contexto, a AD emerge com um espírito de inovação e transformação, visando ao combate do formalismo linguístico, além de levantar questões no seio da própria Linguística, causando um sensível deslocamento na área, de forma a atuar decididamente, por exemplo, nos conceitos de língua (inclusive já discutido anteriormente) e sujeito, possibilitando uma nova forma de interpretar, não mais textos, e, sim, discursos⁴⁶.

O projeto empreendido por Pêcheux constituiu-se, epistemologicamente,

(...) na articulação de três regiões do conhecimento científico:

12. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
13. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
14. a teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que essas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (PÊCHEUX e FUCHS, 2010, p.160)

A AD, conforme o exposto acima, constitui-se no entremeio (ou melhor, na possibilidade de ressignificação) de três regiões: o Marxismo, a Linguística e a História, o que significa dizer que a AD, para tal, lança questionamentos distintos a cada uma dessas áreas,

45 Língua compreendida na teoria gerativista.

46 Na teoria pechatiana, considera-se que um texto se fecha textualmente, mas não discursivamente, e é esta a questão que moveria a ‘interpretação’ nesse campo.

sabendo que, de cada uma delas, advêm conceitos que sofrem um deslocamento substancial na teoria do discurso. Em vista dos questionamentos, temos que: i) a Linguística é questionada a respeito da sociedade e da história; ii) o Marxismo, sobre a linguagem e a história; iii) a História, sobre a linguagem e a sociedade. Para tanto, as noções conceituais básicas de cada campo – a língua, a ideologia e a memória – ganham novos contornos, principalmente, porque esses lugares teóricos estão atravessados pela Psicanálise.

Diante de uma nova perspectiva dos estudos da linguagem, a AD, minimamente, mantém com a Linguística uma relação complexa, visto questionar, por exemplo, a autonomia dos níveis fonológico, morfológico e sintático em relação à semântica – sobretudo, o nível sintático, pois, conforme Pêcheux e Fuchs (ibidem), é a sintaxe, da teoria Linguística, que interessa à AD. Além disso, em uma via de mão dupla, os estudos em perspectiva discursiva buscam “(...) a possibilidade de representar no interior do funcionamento da linguagem ‘os efeitos da luta ideológica’ e, inversamente, manifestar a existência da materialidade linguística no interior da ideologia.” (FERREIRA, 1994, p. 36).

Em linhas gerais,

uma relação que se costuma estabelecer entre linguística e AD é a mesma existente entre *produto* e *processo*. Enquanto a primeira trata do produto da constituição dos fenômenos linguísticos, a segunda analisa os mecanismos de funcionamento (os processos) desses fenômenos já constituídos, visando o [sic] caráter material dos sentidos. Por isso se costuma falar em “objeto duplo” da AD, considerando-se tanto o *linguístico* (materialidade específica) quando o *histórico*. (FERREIRA, 1994, p. 35)

A compreensão de que a AD trabalha com o processo e não com o produto é revelador para que a sintaxe se tomada, então, sob o viés discursivo seja vista sob a perspectiva do funcionamento, inter-relacionando àquilo que, de certa forma, fora prescindido pela Linguística.

O último dos três pares que estão em discussão, longe de fechar as questões ora levantadas, trará ainda mais questões importantes para o caminho que pretendemos percorrer com esta tese.

1.3. Linguístico e discursivo

No percurso traçado até aqui, deixamos transparecer que a inter-relação entre língua e discurso bem como Linguística e AD não se sobrepõe a uma mera polarização de cada um dos

elementos dos pares, o que aponta para que os limites de cada elemento em relação ao outro sejam tomados como tênues e de alta complexidade. Não podemos esperar, porém, que seja diferente com o último par de que tratamos aqui.

Pareceria lógico afirmarmos que o linguístico estaria para a Linguística e para a língua, assim como o discursivo estaria para a AD e para o discurso; ou, então, que o primeiro estaria para o campo das sistematicidades e o segundo para o campo das não sistematicidades. Contudo, seria reducionista se assim concebêssemos esses dois conceitos, porque a relação da AD com uma certa Linguística dá-se, estreitamente, mesmo que de forma conflituosa, pela língua. Dessa forma, há de se considerar que a língua (e não só a da Linguística) está constitutivamente presente tanto no que é de natureza linguística quanto no que é de natureza discursiva.

O adjetivo “discursivo” na discussão que ora (pro)pomos advém de discurso, enquanto objeto da AD. Dessa feita, devemos lembrar, baseado em Indurky (1992), que o discurso manifesta-se materialmente nos textos que são escritos em uma dada língua natural. Assim, seria ele constituído por uma materialidade linguística e por uma materialidade discursiva, em que se manifestam, respectivamente, a instância do discursivo e a instância do linguístico.

Entendemos o discursivo enquanto instância significa tomá-lo como o lugar de produção de sentidos, sendo que as sequências discursivas vão ser analisadas como elementos desse processo. Em vista disso, o discursivo é fruto da língua, mas não, necessariamente, da língua saussuriana, em que o nível frástico seria suficiente para a análise, mas, sim, da língua cujos princípios de “falha” e “equivoco” se fazem presentes.

Há de considerarmos, portanto, nas palavras de Ferreira (1994), duas espécies de linguístico: o do discurso e o da Linguística. Em resumo, o segundo abarcaria a preocupação que compõe os domínios fonológico, morfológico e sintático, lugar em que a língua é absolutamente autônoma; e o primeiro se caracterizaria por ser marcado pela existência de “(...) une séquence réelle unique et non répétable.”⁴⁷ (MARANDIN, 1979, p.18) e onde a língua apresenta uma autonomia relativa. Dessa diferenciação, “Or, il semble toutaussi intuitivement évident que la description d'une langue et la description d'un discours sont deux opérations radicalement différentes (...)”(MARANDIN, 1979, p.18)⁴⁸; daí a necessidade de se diferenciar o linguístico do discurso do discurso da linguística.

47 Uma sequência real, única e não-repetível (Tradução nossa).

48 Parece evidente que a descrição de uma língua e a descrição de um discurso são duas operações radicalmente diferentes. (Tradução nossa).

Dado o estabelecimento da relação entre o linguístico e o discursivo, há de se considerar que

Pêcheux, ao fazer intervir a filosofia materialista no campo da linguística, dá condições através da AD de que uma série de deslocamentos e rompimentos se estabeleçam. Um deles é considerar o linguístico, no seu aspecto material, na sua espessura de ordem significante. Quanto ao discursivo, como lugar de confronto, como interação, ele vai materializar o encontro entre o linguístico e o ideológico.

A relação entre linguístico e discursivo não é, pois, instrumental ou circunstancial, mas constitutiva e historicamente determinada. Relação do sistema relativamente autônomo, da base material, ao processo sócio histórico, lugar da produção dos efeitos de sentido. (FERREIRA, 1994, p. 43, grifo nosso)

Em outros termos, a estreita relação entre as instâncias linguística e discursiva é algo crucial para compreendermos a produção dos efeitos de sentido.

CAPÍTULO 2

Orientações teóricas. O linguístico do discurso e a sintaxe voltada ao discurs(iv)o.

*As coisas não são tão tangíveis e dizíveis como nos queriam fazer crer.
(Rilke)*

No capítulo anterior, propomos-nos traçar um embasamento teórico que estabelecesse a (in)existência de uma relação entre a sintaxe e o discurso, tendo em vista o funcionamento dos termos ditos acessórios da oração pela GN. Nesse sentido, o primeiro capítulo assumiu a responsabilidade de acenar para a possibilidade da (re)construção de conceitos (aparentemente) basilares para o empreendimento de uma análise produzida nesta tese. Diante desse fato, tracamos um percurso de cunho teórico acerca dos seguintes conceitos: discurso e processos discursivos; condições de produção do discurso; sequência; história, memória, e redes de memória; pressuposto, dito e não-dito; determinação e referência, a fim de fundamentar nossa posição ante a possível relação entre sintaxe e discurso.

2.1. Discurso - processo(s) discursivo(s) e texto

Um dos empreendimentos desta tese até aqui foi compreendermos o lugar que a língua assume na AD. Conforme pontuamos, ela não se configura como sistema fechado, mas, sim, como um sistema com autonomia relativa que permite, a partir de sua ordem própria, abrir-se para um espaço de jogo, servindo, então, como a base para os processos discursivos, ou como queiramos: “[...] a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos.” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 81). Cumpre agora, então, problematizarmos, tendo como ponto de partida, principalmente, as considerações de Orlandi (1978), o conceito de discurso bem como o de processos discursivos.

2.1.1. O discurso: entre a língua e a fala?⁴⁹

Conforme discutimos no capítulo 1, a especificidade da AD está na forma como concebe a língua. Contudo, seu objeto não é a língua, mas, sim, o discurso. A razão para o estabelecimento do discurso enquanto objeto da AD pode ser, em parte, explicada pelos dizeres presentes no excerto abaixo:

[...] o fato de a linguística, e não se trata absolutamente de incriminá-la nesse ponto, não levar em conta nem as diferenças introduzidas por aquele que fala, nem as diferenças introduzidas pela variação do referente; ela considerava a produção fonológica, morfológica ou sintática de um sujeito pensando como sujeito da língua. Daí a necessidade de introduzir outro termo para caracterizar o que, na linguagem, concerne às restrições que não são nem fonológicas, nem morfológicas, nem sintáticas [...] Daí a introdução do termo discurso [...] (PÊCHEUX, 2011e, p. 214)

Assim, o termo *discurso* surge como uma forma alternativa de tratar fatos não na perspectiva da língua (tomada por ela mesma), mas na relação com elementos de ordem outra, como a ideologia, fazendo emergir aspectos semânticos importantes. Em consequência disso, a

49 “[...] a oposição língua/fala, historicamente necessária à constituição da linguística, caminha lado a lado de certa ingenuidade de Saussure em relação à sociologia, o que é plenamente explicável pelo fato de os próprios sociólogos contemporâneos a Saussure compartilharem-na na maior parte dos casos. Essa ingenuidade repousa sobre uma ideologia individualista e subjetiva da ‘criação’, [...]. O par liberdade/determinação ou, se preferirmos, criatividade/sistema possui propriedades circulares de um par ideológico na medida em que cada um dos dois termos em oposição pressupõe o outro: a criatividade supõe com efeito a existência de um sistema que lhe permita fazer irromper, e todo sistema nada mais é do que efeito resultante da criatividade anterior.” (HAROCHE, PÊCHEUX e HENRY, 2011, p.21)

linguagem deixa de ser tomada como simples meio de transmissão de informações, pois o seu funcionamento, na perspectiva discursiva, busca colocar em relação sujeitos e sentidos (in)diretamente afetados pela língua e pela história, sendo que é nessa via que a sintaxe – sobretudo dos termos aos quais se busca dar conta aqui – é vista. Para além da transmissão de informação, a linguagem passa a ser tomada como não transparente, o que leva a termo, por exemplo, que o sentido de uma palavra não deve ser previamente estabelecido por uma ligação direta entre um determinado objeto e a palavra que a ele corresponda ou, então,

[...] que o *sentido* de uma palavra, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em uma relação transparente com a materialidade significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 147)⁵⁰

Decorre daí que o discurso, de acordo com Orlandi (1978), é visto menos como transmissão de informação do que como efeito de sentido entre os interlocutores. (Re)conhecê-lo sob esta perspectiva, ainda segundo a autora, é considerarmos a existência de algumas consequências. A primeira delas está em estreita relação com os componentes do esquema da comunicação, a saber: emissor, receptor, código, referente e mensagem⁵¹. Na perspectiva da AD, a organização e a cronologia de tais componentes sofre um considerável deslocamento, já que eles agem de forma simultânea, além de eles mesmos fazerem parte da produção de sentido da sequência verbal produzida⁵². A segunda consequência está em considerarmos que o conceito de *efeito de sentido* traz consigo a necessidade de haver um deslocamento em relação aos limites de um discurso, em vista de ele não ter origem em si mesmo, mas estar de forma inegável ancorado em discursos outros.

Emergem dessas considerações, ainda conforme Orlandi (1978), dois importantes apontamentos. Podemos dizer que o primeiro deles está em referência direta ao lugar em que se encontra o discurso, não se tratando de um lugar material, e sim um lugar teórico. Assim, o discurso está situado entre a *língua* e a *fala* – tomadas na perspectiva de Saussure. Decorre

50 Uma pontuação a respeito disso pode ser verificada no funcionamento dos advérbios nas balizagens teóricas desta tese.

51 Orlandi (2012b) afirma que a noção de discurso distancia-se, sobremaneira, da definição de mensagem, exatamente pela “nova” disposição dos elementos da comunicação na perspectiva discursiva.

52 Esta afirmação será melhor problematizada em vista da *não linearização* da sequência, o que será abordado posteriormente neste trabalho.

dessa localização que o discurso é assumido “[...] como um modo de **existência social da linguagem**, aquele em que **contam as condições de sua realização**.” (ORLANDI, 1978, p. 33, grifo nosso). O discurso traz intrínseca na sua constituição a natureza social da linguagem, fazendo intervir de forma direta as condições de sua realização.

Em decorrência do lugar em que se encontra o discurso, ele é concebido como parte de um funcionamento social geral e três fatores fazem intervir, sendo eles: a relação de forças, relação de sentido e antecipação. A relação de forças implica a existência de uma relação necessária entre um discurso e o mecanismo social extralinguístico, entre outras palavras, na relação entre o que é dito e o lugar social de onde se diz. A relação de sentido, por sua vez, associa-se ao fato de que qualquer discurso necessariamente re-envia a outro. Esse fator tem consequência decisiva para o que será tratado em 2.1.2, em vista de

[...] não falarmos em discurso mas sim em um estado do *processo discursivo*, uma vez que, de direito, *o discurso não tem início, porque sempre se instala sobre outros anteriores aos quais ele atribui o papel de matéria prima*. Um determinado estado das condições de produção de um discurso deve ser compreendido como resultado de processos discursivos sedimentados. (ORLANDI, 1978, p. 33)

As relações de sentido estão, pois, assentadas não no discurso, mas no processo discursivo, pois não há como determinarmos o início e/ou o fim do discurso, mas, sim, como as condições de produção, por sua vez, estão sendo determinadas pelos processos discursivos sedimentados. A antecipação, afinal, refere-se a uma estratégia do discurso, que faz com que o locutor exercite a sua capacidade de supor, prever, antecipar aspectos do ato enunciativo.

Partindo das particularidades apresentadas, o discurso é, na verdade, a noção basilar com que trabalha a AD, responsável por materializar, através da língua, aspectos históricos (sobretudo de natureza ideológica) e sociais. Contudo, problematizamos o conceito e a função do(s) processo(s) discursivo(s), já que eles parecem trazer consequências importantes para o empreendimento da AD.

2.1.2 Processo(s) discursivo(s)

É interessante notarmos que a AD tem uma preocupação especial com os processos discursivos⁵³, pois quer colocar em evidência os traços que os constituem. Nesse sentido, a

⁵³ Os termos *processo discursivo* e *processos discursivos* não estão em uma mera variação de número, já que fazemos uso do termo *processo discursivo* quando pensamos em *uma* enunciação; por sua vez, usamos *processos discursivos* em vista de inúmeras enunciações, já que é a quantidade de enunciações que determinará a quantidade de processos discursivos.

questão crucial que pretendemos tratar aqui faz referência à relação entre esses processos e a base linguística que dá sustentação a eles (especificamente, pela via da sintaxe) (cf. PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 81; PÊCHEUX e FUCHS, 2010, pp. 170-171). Antes, contudo, de priorizarmos a estreita relação entre os processos discursivos e a língua, via sintaxe, buscaremos encontrar meios que levem a sua provável conceituação, já que a literatura não se mostra suficientemente esclarecedora a este respeito.

Na perspectiva adotada por Orlandi (1978), o processo discursivo é a combinação das condições de produção do discurso (doravante CPD)⁵⁴ com o processo de produção do discurso (abreviadamente PPD). Entretanto, o que seriam CPD? E PPD?

Nomeia-se condição de produção do discurso às circunstâncias em que se realizam um determinado discurso, estando aí envolvidos os sujeitos e a situação. Essas CPD podem ser subdivididas em condições de produção em sentido estrito e condições de produção em sentido amplo. As primeiras também são conhecidas como circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato; já as segundas são as condições que envolvem o contexto sócio-histórico e ideológico. Por sua vez, o PPD⁵⁵ compreende “[...] o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas.” (PÊCHEUX, 2010a, p. 73)

O processo discursivo não seria produzido nem analisado ao acaso, em vista da existência de regras que comandam o PPD na estreita relação com as CPD, sejam elas compreendidas em seu sentido estrito ou amplo. Assim,

Resulta do que precede que o estudo dos processos discursivos supõe duas ordens de pesquisa:

- o estudo das variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção particulares considerados sobre o “fundo invariante” da língua (essencialmente a sintaxe como fonte de coerções universais). [...]
- o estudo da ligação entre as “ circunstâncias” de um discurso – que chamaremos [...] suas *condições de produção* – e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria linguística atual pelo papel dado ao *contexto* ou à *situação*, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão[...].(PÊCHEUX, 2010a [1969], pp. 73-74)

O estabelecimento dessas duas ordens de pesquisa tem como consequência direta que o discurso não pode ser concebido como o lugar de liberdade total, de assistemáticas ou, então, como fruto do acaso, mas como um objeto cuja análise só é possível a partir de determinações de base linguística – principalmente via sintaxe – e de base histórico-social – via

54 Na subseção 2.2, discutimos com maior profundidade teórica o conceito de condições de produção do discurso.

55 A literatura pontua que não há clareza suficiente sobre o tratamento desse conceito.

condições de produção. Uma hipótese que aventamos é que parece decorrer daí que discurso e processo discursivo não seriam sinônimos, pois parece ser o processo discursivo o dispositivo que permite a existência do discurso, já que articula as condições de produção do discurso com processo de produção do discurso. Em outras palavras, “[...] o discursivo só pode ser concebido como um processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber, a materialidade linguística.” (PÊCHEUX e FUCHS, 2010, p. 180)

Parcialmente contrários à hipótese em questão, os autores logo acima citados chamam atenção para a possibilidade de considerarmos o termo discurso como sinônimo de *processo discursivo* (mas com a ressalva de isso acontecer apenas em determinadas situações, como quando em referência a um discurso específico) e de sequência verbal ou oral superior à frase. Nesse último caso, os autores chamam atenção para o fato de que isso só ocorrerá quando consideramos *discurso* como uma entidade concreta. Contudo, a teoria, já evitando trazer confusões, traz o termo *superfície discursiva* para designar essa entidade concreta.

Cumpre-nos ainda priorizar a estreita relação entre os processos discursivos e a língua, visto que, há, nos dizeres de Pêcheux e Fuchs (2010), uma perspectiva de conjunto entre eles. Tal perspectiva deve-se a esses processos estarem na fonte da produção dos efeitos de sentido, e de a língua, por sua vez, constituir o lugar material da realização desses efeitos de sentido. O processo de análise desse lugar material, entretanto, não se constituiria somente a caracterização e manipulação do léxico e do sistema de regras através de uma intervenção semântica, visto que essa estratégia é a prática vigente em uma teoria subjetivista de leitura. O avanço de uma análise linguística de caráter discursivo deve “[...] incluir no próprio funcionamento da língua os processos discursivos historicamente determinados que não podem ser colocados como coextensivos à língua, salvo se identificar-se ideologia e língua.” (PÊCHEUX e FUCHS, 2010, pp. 171-172).

Seguindo a perspectiva desses dois autores, no processo discursivo, como a noção de língua não é a postulada pela Linguística saussuriana, dois aspectos sofrem deslocamentos: o primeiro deles refere-se à concepção de léxico e o segundo à concepção de sintaxe. O léxico, diante dessa inovadora noção de língua, não mais pode ser concebido como “estoque de unidades lexicais” ou, então, como uma lista de morfemas sem nenhuma ligação com sintaxe, mas, sim, como um conjunto de elementos estruturados e articulados sobre a sintaxe. A sintaxe não mais é concebida como um conjunto de regras de ordem formal, mas como o modo de organização dos traços das referências enunciativas, assumindo, assim, uma significação, o que corrobora o ponto de vista assumido linhas acima.

Sob essas configurações, a AD tem como foco o tratamento do discursivo e não do linguístico – embora como dito anteriormente seja, por vezes, imprescindível analisá-lo -, pois é o discursivo que pode ser compreendido como um processo social cuja particularidade está fundada no tipo de materialidade linguística de sua base. É necessário, contudo, sob a configuração de processo discursivo fazer a distinção de três expressões muito comuns na teoria do discurso: superfície linguística, objeto discursivo e processo discursivo.

Em muitos casos, a superfície linguística é entendida, conforme pontuado acima, como uma sequência de extensão variável – oral ou escrita - superior à frase. Essa superfície refletir-se-ia na concretude de um discurso, no sentido de objeto empírico, afetado pelos esquecimentos 1 e 2⁵⁶. O objeto discursivo, por sua vez, é fruto da transformação da superfície linguística de um discurso concreto em um objeto teórico passível de ser dessuperficializado, ou seja, analisável linguisticamente de forma a anular o esquecimento número 2. Por fim, o processo discursivo é o resultado da inter-relação de superfície linguística, derivada de condições de produção estáveis e homogêneas, e objeto discursivo, sendo que o acesso ao processo discursivo só se faz possível pela dessintagmatização que incide sobre o esquecimento número 1⁵⁷. Acrescentamos a isso que

[...] o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre o discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (PÊCHEUX, 2010a, p. 76)

Ademais, a noção de processo discursivo designa, nas palavras de Pêcheux (2009 [1975]), o sistema de relações – de substituição, de paráfrase, de sinonímia - que funcionam entre os elementos linguísticos em uma formação discursiva dada, em que estão em jogo as posições ideológicas que fazem parte do processo sócio-histórico de construção dos discursos.

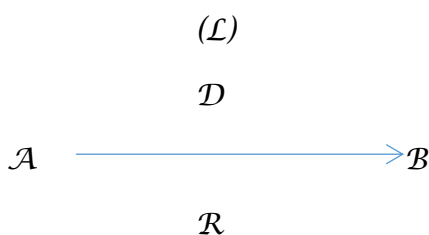
56 Na teoria do discurso distinguem-se, de acordo com Pêcheux (2009 [1975]), dois esquecimentos. O esquecimento no 1 é também denominado esquecimento ideológico, uma vez que faz referência à existência de um sujeito que acredita ser a origem do que diz. O esquecimento no dois é reconhecido como sendo da ordem da enunciação, pois o sujeito, ao falar, o faz de maneira X e não Y, o que, ao longo do dizer, faz com que sejam formadas famílias parafrásticas que dão o indício de que o dizer ainda poderia ser outro. Esse esquecimento traz à tona o fato de que a sintaxe significa, já que as diferentes maneiras de dizer não são indiferentes ao sentido (cf. Orlandi, 2012a).

57 A dessintagmatização linguística (ou dessuperficialização) e a dessintagmatização discursiva só são possíveis pela diferenciação que se faz entre linguístico e discursivo. A dessuperficialização só é possível devido à estrutura não linear dos mecanismos sintáticos juntamente com o esquecimento no. 2. Já a dessintagmatização discursiva só se faz possível pelo apoio na dessuperficialização e no esquecimento no. 1.

2.2 As condições de produção do discurso⁵⁸

As condições de produção do discurso (anteriormente abreviadas CPD), grosso modo, constituem a instância verbal de produção do discurso, envolvendo os seguintes elementos: contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente (cf. Brandão, 2004, p. 105). É Pêcheux (2010a) quem propõe a primeira definição para as CPD, passando a conceber os protagonistas do discurso não como indivíduos, mas como representantes de lugares determinados em uma dada estrutura social. Tanto que apresenta o esquema informacional da comunicação (veja abaixo), mas promove em sua interpretação sérios descolamentos conceituais.

Figura 1: Esquema informacional da comunicação por Pêcheux (2010a [1969])



Fonte: Pêcheux (2010a [1969])

Na perspectiva de Jakobson, o esquema acima seria representativo dos fatores que constituem qualquer processo linguístico. Nessa direção, A é o destinador, ou seja, aquele responsável por enviar uma mensagem a B, o destinatário; R é o referente ou a mensagem; (L) é o código linguístico comum ao destinador e ao destinatário; a seta de A para B simboliza o “contato” estabelecido entre A e B que permite estabelecer e manter a comunicação entre eles; por fim, D é a sequência verbal emitida pelo destinador em direção ao destinatário. Diferentemente dessa interpretação, Pêcheux (2010a), coloca no lugar da mensagem, elemento responsável pela mera transmissão de informação, o discurso que, na sua perspectiva, faz com que D deixe de tratar da transmissão de informação entre A e B, passando a ser concebido como um “ ‘efeito de sentido’ entre os pontos A e B”.

58 Nessa subseção, traçamos uma discussão embrionária acerca do papel das condições de produção do discurso em relação ao processo discursivo.

Vemos, nessa interpretação, o estado germinal da teoria dos efeitos de sentido que emergiria com força total na 3ª época da AD, pois é a partir dessa formulação que permite conceber o *discurso* em AD como efeito de sentido entre interlocutores.

Essa formulação tem como decorrências que aquilo que é *efeito* i) seja resultado de uma relação, no caso, não apenas psíquico, mas também social; ii) dê-se entre interlocutores, que interpretam de modo diferente, sendo que essa interpretação não seria advinda de uma mera questão de lugar, pois esse não é determinante da interpretação; iii) seja uma possibilidade, fruto das relações que se estabelecem a partir de uma série de outros fatores. Por sua vez, o discurso está relacionado ao *sentido*, pois é, na verdade, resultado de relações. Assim, podemos dizer que o *discurso* é (*e*)feito de sentidos entre os interlocutores.

Em decorrência desse posicionamento, formações imaginárias ganham destaque, determinando a existência de diferentes discursos, que estarão em estreita dependência da imagem que cada um faz de seu próprio lugar bem como do lugar do outro. Por isso, A e B deixam de ser a presença física de indivíduos para designar lugares determinados na estrutura de uma formação social. Esses lugares seriam, por exemplo, os lugares de “patrão” (representados na figura de dono da empresa, diretor, coordenador, entre outros) e de “empregado” (operário, encarregado de X, por exemplo), caracterizados por propriedades diferenciais determinantes desses lugares ou, nas palavras do próprio Pêcheux, *lugar como feixe de traços objetivos*. São os processos discursivos os responsáveis por colocar em jogo o funcionamento desses lugares, já que são nesses processos que eles seriam representados. Então,

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações). Acrescentemos que é bastante provável que esta correspondência não seja biunívoca, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada como várias posições, e isto não ao acaso, mas segundo leis que apenas uma investigação sociológica poderá revelar. (PÊCHEUX, 2010a [1969], p. 82)

A existência de qualquer processo discursivo pressupõe a existência de formações imaginárias que são esboçadas por Pêcheux da seguinte forma:

Quadro 1: Esboço das formações imaginárias via PÊCHEUX (2010a [1969])

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondent e
A	IA (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“ Quem sou eu para lhe falar assim?”
	IA (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“ Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	IB (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	IB (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: Pêcheux (2010a [1969])

Esse quadro é ilustrativo da maneira como os protagonistas do discurso atuam em relação às condições de produção do discurso. Dessa forma, o jogo de imagens a que faz referência o quadro em questão volta-se para (i) a imagem que o sujeito, ao enunciar o seu discurso, faz do lugar que ele ocupa e do lugar que ocupa o seu interlocutor; bem como para (ii) a imagem do sujeito que, ao enunciar o seu discurso, faz da imagem que o seu interlocutor faz do lugar que ocupa o sujeito do discurso e do lugar que ele, como interlocutor, ocupa.

Pêcheux acrescenta que o referente *R* (entendido como “contexto”, “situação”) outrossim pertence às CPD e, por isso, merece destaque no jogo de imagens que estabelece, de modo que tenhamos:

Quadro 2: Jogo de imagens via PÊCHEUX (2010 [1969])

	Expressões que designam as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	IA (R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	IB (R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Fonte: PÊCHEUX (2010a [1969])

Temos, então, a imagem que o sujeito faz do próprio discurso ou do que é enunciado (IA (R)), bem como a imagem que o sujeito, ao enunciar seu discurso, faz da imagem que o seu interlocutor faz do discurso ou do que é enunciado (IB (R)).

O jogo de imagens é inegavelmente parte das CPD, contudo é importante ressaltar que elas não preexistem ao discurso, já que elas são construídas pelo sujeito à medida em que ele, ao (se) enunciar, (re)define o curso do processo discursivo. Esse jogo constrói-se, então, a partir do momento em que o sujeito é submetido ao que pode ou ao que deve dizer, partindo do lugar em que ocupa bem como das representações que faz ao (se) enunciar. Dito de outro modo, o sujeito não tem liberdade para dizer o que deseja, visto que a opção do que vai ser dito está determinada pelo lugar ocupado por ele.

Para o estudo aqui empreendido, a compreensão das CPD é importante visto o fato de elas serem responsáveis por conferir sustentação ao(s) sentido(s) produzido(s)⁵⁹, visto que

[...] as diversas formações [imaginárias] resultam, elas mesmas de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a “tomadas de decisão” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco. (Pêcheux, 2010a [1969] p. 85)

Não podemos, então, negar, que as formações imaginárias valem-se do passado para projetar o futuro em relação aos processos discursivos.

2.3 Sequência

O conceito de processo discursivo como o resultado da inter-relação entre superfície linguística, derivada de condições de produção estáveis e homogêneas, e objeto discursivo, sendo que o acesso ao processo discursivo só se faz possível pela dessintagmatização que incide

⁵⁹ Essa discussão será retomada posteriormente.

sobre o esquecimento no 1 traz à tona aspectos a serem contemplados nesta seção, visto estar a dessintagmatização fortemente ligada à noção de sequência. Para tanto, nossa preocupação inicial é fazer um breve traçado do estatuto da sequência para as três épocas da AD, seguida, então, da tentativa de tratarmos a sequência em vista do *real*, tendo como ponto de partida que a própria língua abre-se para que todo enunciado seja descritível como sendo uma série de pontos de deriva (cf. Pêcheux, 2008 [1983]).

2.3.1 O estatuto da sequência – AD três épocas

Pêcheux (2010b) faz a apresentação de três épocas distintas do percurso teórico-metodológico da AD, sendo que, conforme Bertoldo (2011), essas três épocas demonstram os deslocamentos nesse campo de estudo, no que tange ao tratamento dado ao objeto de estudo da AD, o que pode ser visto, principalmente na chamada terceira época, em que o conceito de enunciação pecheuxtiano é fortemente afetado pela teoria da enunciação de Authier-Revuz.

A primeira época da AD (abreviadamente AD-1) é (re)conhecida pela exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural. Em AD-1, são marcantes duas posições teóricas, a saber: o processo de produção discursiva e a concepção de língua natural; bem como certas consequências dessas posições teóricas.

No que diz respeito às posições teóricas consideramos, primeiramente, que “[u]m processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma [...]”(PÊCHEUX, 2010b, p. 307). Decorre daí a existência da ilusão de que os sujeitos são produtores de “seus” discursos, já que um “sujeito-estrutura” (cf. Pêcheux, 2010b) assim os determina, embora, na verdade, sejam assujeitados a esses discursos. Em segundo lugar, tomada do ponto de vista linguístico, uma língua natural é “[...] a base invariante sobre a qual se desdobra uma multiplicidade heterogênea de processos discursivos justapostos.” (PÊCHEUX, 2010b, p. 307). Resulta disso que os processos discursivos, entendidos como a combinatória das CPD e do PPD, só são possíveis porque a língua encontra-se na base desses processos.

Em relação às consequências dessas duas posições, limita-mo-nos a tratar de duas delas, visto estarem em estreita relação com o papel da sequência em AD. A primeira está associada com o fato de “[o] ponto de partida de uma AD-1 [ser] um *corpus* fechado de sequências discursivas, selecionadas [...] num espaço discursivo supostamente dominado por *condições de produção* estáveis e homogêneas.” (PÊCHEUX, 2010b, p. 308). A segunda consequência, por

sua vez, associa-se à análise linguística das sequências, uma vez que ela “[...] é um *pré-requisito* indispensável para a análise discursiva do *corpus*: a análise linguística é considerada como uma operação autônoma, efetuable exaustivamente e de uma vez por todas.” (PÊCHEUX, 2010b, p. 308).

Pela primeira consequência, chegamos à conclusão de que um *corpus* para a AD-1 é o seu ponto de partida. Além disso, ele só será constituído a partir de sequências discursivas advindas de um espaço discursivo em que estejam em jogo CPD de natureza estável e homogênea. Surge, então, a dúvida: o que são, nesta perspectiva, sequências discursivas?⁶⁰ Pela segunda consequência, chegamos ao seguinte ponto: a análise das sequências discursivas só pode ser realizada a partir de um pré-requisito essencial, a saber: a análise linguística dessas sequências. Outro questionamento surge: por que as denominadas sequências discursivas devem passar por uma análise linguística? Certamente, porque “[e]la [análise linguística] supõe a neutralidade e a independência discursiva da sintaxe; ela é opaca em relação à enunciação e às restrições subjacentes são fio do discurso [...]” (PÊCHEUX, 2010b, p. 308). Resumidamente, a AD-1 trabalha fortemente com a noção de sequência discursiva, embora teórica e metodologicamente estejam em jogo, as questões da homogeneidade e da estabilidade das condições de produção do discurso. Além disso, a análise linguística das sequências assume papel primordial⁶¹.

A segunda época da AD (de agora em diante AD-2) enfoca a justaposição dos processos discursivos em relação à tematização de seu entrelaçamento desigual. A AD-2 traz o seguinte deslocamento teórico-metodológico em relação à AD-1: toma como objeto as relações entre as máquinas discursivas estruturais. Nessa época, tais relações são concebidas como “[...] relações de força desiguais entre processos discursivos, estruturando o conjunto por ‘dispositivos’ com influência desigual uns sobre os outros: a noção de *formação discursiva* [...]” (PÊCHEUX, 2010b, p. 310). A noção de formação discursiva (FD) intervém decisivamente na noção de máquina estrutural fechada, uma vez que mobiliza a relação com aquilo que é da ordem da “exterioridade”. Além da noção de FD, a segunda época traz a noção de interdiscurso, que, por sua vez, também mobiliza a “exterioridade”, o que leva a reconhecer

[e]m outras palavras, [que] o interdiscurso é o lugar em que se constituem, para um sujeito que produz uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse enunciator se apropria para fazer deles objetos de seu discurso,

60 Trata-se aqui de uma pergunta de caráter retórico. A resposta à essa pergunta só será a partir de uma análise mais acurada de todos os conceitos a que lançam mão neste capítulo.

61 Na AD-3, esses dois serão foco de problematização.

assim como as articulações entre esses objetos, por meio das quais o sujeito enunciador dará coerência a seu propósito no interior do intra-discurso, da sequência discursiva que ele enuncia. (GREGOLIN, 2011, pp. 163-164)

Diante disso, FD e interdiscurso estão de tal modo intrincados, que “[...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, [...]” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 149).

A questão que emerge na AD-2 em relação à noção de sequência pode ser traduzida da seguinte forma

[...] colocando uma relação de entrelaçamento desigual da FD com um exterior, a problemática da AD-2 obriga a se descobrir os pontos de confronto polêmico nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambiguidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplica “estratégicas”; no horizonte desta problemática aparece a ideia de uma espécie de vacilação discursiva que afeta dentro de uma FD as sequências situadas em suas fronteiras, até o ponto em que se torna impossível determinar por qual FD elas são engendradas. (LECOMTE, LEON e MARANDIN, 2010, p. 310)

Em outros termos, podemos dizer que a preocupação em relação à sequência na AD-2 está associada à questão de fronteira que uma sequência pode assumir. Ou seja, a determinação, mesmo que incipiente, da relação “interior” e “exterior”, mantidas as devidas ressalvas, de uma sequência em relação às FD’s a que ela pertença é a preocupação desse empreendimento. Ademais, “[...] AD-2 manifesta muito poucas inovações: o deslocamento é, sobretudo, sensível ao nível da *construção* dos *corpora* discursivos, que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais, ultrapassando o nível da justaposição contrastada.” (PÊCHEUX, 2010b, p. 311).

A terceira época da AD (AD-3) traz como deslocamento teórico-metodológico a desconstrução das maquinarias discursivas, fruto da emergência de novos procedimentos de cunho discursivo, ou seja, há a desconstrução de máquina discursiva estrutural, que tem suas raízes “[n]o primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* [...] empurrando até o limite a crise da noção de máquina discursiva estrutural.” (PÊCHEUX, 2010b, p. 311).

Em AD-1 e AD-2, os procedimentos por etapas e por ordem fixa – por exemplo, a existência de uma análise linguística das sequências seguida da análise discursiva - norteavam o processo analítico, o que “explode” na AD-3, porque

- através de uma interação cumulativa conjugando a alternância de momentos de *análise linguística* (colocando notadamente em jogo um analisador sintático de superfície) e de

momentos de *análise discursiva* (algoritmos paradigmáticos “verticais” e sintagmáticos/sequenciais “horizontais”): esta preocupação traduz nos procedimentos a preocupação em se levar em conta a incessante desestabilização discursiva do “corpo” das regras sintáticas e das formas “evidentes” de sequencialidade (...) acarretando uma reconfiguração deste campo, aberto simultaneamente a uma nova fase de análise linguístico-discursiva: a produção “em espiral” destas reconfigurações do *corpus* vem *escandir* o processo, produzindo uma sucessão de *interpretações* do campo analisado. (PÊCHEUX, 2010b, p. 312)

Há dois pontos no trecho supracitado que merecem ser melhores explorados, sendo o primeiro deles referente ao estatuto da análise linguística e da análise discursiva; ao passo que o segundo refere-se à questão da sequencialidade no tratamento do *corpus*.

Na AD-1, as análises linguística e discursiva eram realizadas de forma dissociada, de forma que a primeira voltava-se para o tratamento de cada uma das sequências, em relação à especialmente, superfície linguística; ao passo que a segunda voltava-se para o tratamento intersequencial de um *corpus* de sequências.

O tratamento das sequências, voltadas para a sequência linguística, envolve, ao menos, uma problemática: a questão do linguístico do discurso e o linguístico da Linguística Moderna. A partir dessa problemática, compreendemos que a análise linguística, por vezes, estaria estreitamente associada à noção de sequência de um ponto de vista estanque e, por vezes, linear. Essa linearidade seria, então, responsável por suscitar *o* sentido e não *os efeitos de sentido*.

As sequências discursivas na AD-1, eram tratadas de forma dissociada da análise das sequências linguísticas, mas traziam o diferencial de serem analisadas de forma intersequencial. Em virtude disso, as sequências discursivas podiam ser vistas a partir da conjugação de procedimentos que deixavam de priorizar, por exemplo, a linearização dessas sequências. Tudo isso, na perspectiva da AD-3, ainda “[...] tornava vazia de sentidos a noção de análise discursiva de uma sequência na sua singularidade.” (PÊCHEUX, 2010b, p. 312)

O segundo ponto que nos chama atenção no trecho citado diz respeito à sequencialidade no tratamento do *corpus*. Na perspectiva da análise discursiva, a preocupação está voltada para uma análise que leve em conta aspectos paradigmáticos e sintagmáticos, estando estes últimos em estreita relação com a sequência. Com vistas a isso, emerge a *desestabilização discursiva das regras sintáticas*, quebrando, desse modo, por exemplo, com a perspectiva de que a sintaxe é o lugar de aprisionamento, e abrindo para a possibilidade de jogo com a língua (cf. Gadet, 1981). Nessa perspectiva, a língua, que tem sua ordem própria, abre espaço para que o locutor nela se inscreva, já que a sintaxe – entendida como entidade que permite o agenciamento de determinados aspectos da língua - não expurga o locutor, visto ser ele quem faz, a partir da

ordem própria da língua, as articulações e as associações que as FD's que o determinam lhe permite.

Além da desestabilização discursiva das regras sintáticas, há a desconstrução da evidência da sequencialidade, trazendo à tona que as sequências discursivas, na verdade, só são construídas a partir da perspectiva do leitor, não havendo, portanto, como prever o encadeamento que será conferido a elas. Dito de outro modo, a sequência discursiva é uma construção do *efeito-leitor*. Essa afirmação pode ser – com um pouco de pretensão – um caminho para uma possível resposta para o seguinte questionamento: “Se a análise de discurso se quer uma (nova) maneira de ‘ler’ as materialidades escritas e orais, que relação nova ela deve construir entre a leitura, a interlocução, a memória e o pensamento?” (PÊCHEUX, 2010b, p. 313).

2.3.2 A noção de sequência em vista do *Real*

Abrimos essa subseção dizendo que “[...] há um impossível próprio à língua [...] dito de outra forma um *real*. Este real, o ser falante tem de se arranjar com ele[...]” (MILNER, 2012, p. 7). E é esse *real* que movimenta, em grande parte, a AD-3, em razão da existência de uma preocupação especial com o sujeito – “[a] terceira época é, assim, fortemente marcada por uma noção de sujeito clivado pelo seu inconsciente que remete à heterogeneidade constitutiva do discurso.” (BERTOLDO, 2011, p. 75) - e com o *real* da língua – “O equívoco da língua, por sua vez, está associado “ao que é próprio da língua”, ou seja ao seu real.” (FERREIRA, 1994, p.96) . Diante disso,

[o] equívoco deixa de ser o problema para ser o modo de acesso à dimensão que interessa investigar. De fato linguístico marginal a “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico.” (Pêcheux, 1988:51). Por isso, é possível afirmar que todo gesto de tomada da palavra se encontra intrinsecamente exposto ao equívoco da língua. (FERREIRA, 1994, p. 96)

Frente ao exposto, podemos conceber que a AD-3 não se furta ao equívoco. Muito pelo contrário, é ele o ponto central que movimenta a investigação de ordem discursiva que a AD empreende a partir dessa época. Nesse sentido é que dizemos que o gesto de tomada da palavra esteja estreitamente exposto ao equívoco da língua e, desse modo, está implicada também uma prática de leitura, cujo cerne é explicado a partir do fato de

[...] todo enunciado [ser] intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele

explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a [sic] interpretação.” (PÊCHEUX, 2008 [1983], p. 53)

A partir da perspectiva do equívoco, a AD fortalece-se como uma disciplina de interpretação, em vista de o seu objetivo ser expor “[...] o olhar leitor à opacidade (materialidade) do texto, objetivando a compreensão do que o sujeito diz em relação a outros dizeres, ao que ele não diz.” (ORLANDI, 2005, p. 11). É no (in)cessante trabalho de expor o leitor à opacidade e aos (não) dizeres que a noção de sequência surge como algo caro aos procedimentos teórico-analíticos da vertente discursiva, já que, na perspectiva por nós abordada, a sequência seria da ordem do relacional e, por isso, função do efeito-leitor. Nessa perspectiva, há que considerar a sequência em espiral: a partir de um ponto de ancoragem, espiralam-se as relações entre os mecanismos em funcionamento no processo discursivo.

O aspecto relacional da sequência surge em vista do *real*, o que pode ser explicado porque, na perspectiva discursiva, uma sequência só pode ser, desse modo, compreendida se tomada como “[...] o produto de ‘arrancar’ pedaços de texto [...]” (ORLANDI, 1984, p.). Contudo, uma sequência discursiva, por sua vez, não pode ser tratada do ponto de vista da sequencialidade, ou, então, da linearização, uma vez que o texto que, por assim dizer, veicula o discurso, é concebido como uma materialidade opacificante e não transparente. Um ponto interessante a ser considerado é

[...] o próprio termo “discurso” pode remeter ao que chamamos [...] um processo discursivo, mas também a uma sequência verbal oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior a da frase. Esta última realidade, em razão de seu caráter imediatamente “concreto”, foi designada por (PÊCHEUX, 1969) pela expressão “superfície discursiva”, que tem, entretanto, o duplo defeito de deixar entender que as sequências são tratadas no nível das formas de “superfície”, no sentido chomskyano do termo, e de designar sob uma forma muito reduzida o que é de fato, a superfície linguística de um discurso. Este erro acerca do sentido de “superfície linguística” leva-nos a enfatizar a necessária distinção entre os dois tipos de dessintagmatização inerentes, por um lado, ao domínio do linguístico e, por outro ao domínio do discursivo: a dessintagmatização linguística (ou ainda dessuperficialização) remete à existência material da língua, caracterizada pela estrutura não linear dos mecanismos sintáticos e mais profundamente por tudo aquilo sobre o que se exerce o “esquecimento no 2”; quanto à dessintagmatização discursiva, ela só pode começar a efetuar esta escalada além do “esquecimento no 1”, apoiando-se na operação linguística que acabamos de mencionar. (PÊCHEUX e FUCHS, 2010, p. 180)

Nesse sentido, o aspecto relacional da sequência está estreitamente ligado ao olhar leitor, pois esse leitor (sujeito), para interpretar, mobiliza, minimamente, redes de memória e

seu conhecimento da língua. Para se pensar, analiticamente, esse aspecto relacional, tomemos a passagem de um dos textos célebres de Machado de Assis:

28. Verdade é que, ao lado dessas faltas, coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto. (*Memórias póstumas de Brás Cubas*)

Neste enunciado, chama-nos a atenção uma sequência em especial:

28. a. não comprar o pão com o suor do meu rosto.

constrói-se com base em uma relação de contiguidade. Mas, da nossa perspectiva, trata-se de uma *sequência em espiral* e os elementos que a compõem, no processo interpretativo, não estão em uma relação de contiguidade. Assim, de nossa filiação teórica, al trecho exemplifica o fato de os enunciados serem descritíveis como pontos de deriva possíveis a partir de sua estrutura léxica e sintática (cf. Pêcheux, 2010b), já que, minimamente, uma única sequência (28a) geraria, devido à opacidade do texto, duas sequências, a saber:

28. a' não comprar [[o pão][com o suor do meu rosto]]

28. a'' não [[comprar] [com o suor do meu rosto]] o pão

A primeira sequência em questão - 28a' - obedece à linearidade da construção do enunciado; mas isso não implica dizer que se trata de uma *sequência linear* em si, uma vez que ela pode constituir-se como um ponto de ancoragem para a espiralação dos indicativos⁶² de um trajeto de leitura. Nela, teríamos que o sintagma *com o suor do meu rosto* seria um modificador para o sintagma *o pão*. Nesse sentido, a interpretação que emerge é que o pão, que não foi comprado, teria como propriedade característica o suor do rosto do enunciador. Parece, por vezes, estranha essa interpretação, contudo, a ordem própria da língua, permite que essa interpretação emergja, já que o sintagma que funciona como modificador está encaixado a um sintagma que aceita essa modificação. Fazendo um jogo de combinações, tomando como base a perspectiva paradigmática, teríamos: *pão com o açúcar*, *pão com a manteiga*, dentre outros.

A segunda sequência em tela – 28a'' – coloca os termos *com o suor do meu rosto* e *comprar* na condição de indicativos do trajeto de leitura; assim, o termo *com o suor do meu rosto* seria um modificador para o verbo *comprar*. O modificador, nessa perspectiva, não

62 Marcas linguísticas que, em relação de associação, acenam os efeitos de sentido no processo de interpretação.

modifica mais um nominal que o precede imediatamente – conforme descrito na análise de 1a’, mas sim um verbo, com o qual não

[...] preferimos a noção de sentido diferente, já que o sentido nunca está sozinho, não se produz de uma vez só, em um lugar só. Não é linear. O sentido se faz sentido. Em suas relações. Não há gênese punctual de sentido. Ela é múltipla: do mesmo solo discursivo se originam muitos discursos. O sentido (e o sujeito discursivo enquanto posição) é sempre relação a. Não há, em suma, gênese do sujeito nem do sentido. Não há linearidade histórica, quando pensamos em discurso. (ORLANDI, 2003, pp. 18-19)

Assim, a proposta de uma *sequência em espiral* está voltada para o entendimento de que os elementos de uma dada sequência possibilitam uma leitura em potencialidade, ou seja, ela poderia ou não acontecer. Essa teorização emerge como possível, uma vez que a não linearização da sequência vem em razão de uma rede de memória discursiva que faz com que, por exemplo, o termo *com o suor do meu rosto* seja tomado como expressão idiomática cuja relação sinonímia estaria para com o seu *trabalho*, o que é muito comum entre os brasileiros, e que, em vista disso, deve ser associada ao termo verbal *comprar* e não ao substantivo *pão*.

Em ambos os casos, a possibilidade de interpretação traz intrincados os aspectos da ordem da língua bem como de redes de memória, fazendo que esses sejam dois pontos de deriva possíveis, construídos a partir da materialidade linguística que permite, a partir da materialidade histórica, constituir uma materialidade discursiva possível.

2.4. Do dito ao não dito

Ao considerarmos de saída que um discurso é efeito de sentido entre interlocutores, a construção do sentido do discurso é feita a partir, por exemplo, daquilo, de um lado, que é dito de forma explícita ou, em outros termos, por aquilo que está linguisticamente marcado nas palavras, nas frases e nos períodos; e, por outro, por aquilo que não é da ordem do posto ou do explícito, mas sim implícito, que não menos importante, contribui, ao seu modo, para a construção do sentido do discurso. Entre aquilo que está dito e o não dito, podemos, a partir dos estudos sobre a linguagem tomar o posto, o pressuposto, o subentendido e o pré-construído como categorias de análise para os enunciados. Assim, primeiramente esboçaremos a perspectiva de Ducrot (1987) em relação à teorização do dito e do não dito; logo a seguir, buscaremos apresentar a noção de *pré-construído*, a qual surge como uma alternativa discursiva para a abordagem dos implícitos, cujo autor Henry (2013a) é, inclusive, crítico.

2.4.1 Posto, pressuposto e subentendido

Ducrot (1987), ao trabalhar com a hipótese de uma semântica linguística, busca traçar a distinção de dois tipos de efeitos de sentido, a saber: o pressuposto e o subentendido, mostrando que eles são de natureza distinta, já que a descrição de um só se dará a partir do componente linguístico, ao passo que para a descrição do outro há de se fazer intervir o componente retórico⁶³. Diante disso, tomar-se-á, para a conceituação dessas três categorias, o enunciado abaixo:

29. Caso chovesse, a festa não aconteceria.

Do enunciado 3, derivam-se as seguintes interpretações:

- 29.a. A chuva atrapalharia a realização da festa.
- b. Não choveu.
- c. A festa aconteceu.

A interpretação contida em (29a) voltar-se-ia para um conteúdo *posto*, ou melhor, para a informação que está linguisticamente dita, marcada, explícita, associada, portanto, ao sentido literal das palavras e das expressões que a sentença contém. Por sua vez, a informação contida em (29b) trata de um conteúdo *pressuposto*, ou seja, conteúdo que deriva de uma informação contida no posto, sendo que, para que o pressuposto tenha sua existência garantida, deve(m) haver elemento(s) linguístico(s) que o acionem. Por fim, (29c) trata de um conteúdo *subentendido*, já que, embora observável no enunciado, não está marcado.

Posto, pressuposto e subentendido são três categorias distintas, mas que se interligam de forma decisiva, se pensada a relação estabelecida entre o locutor e o interlocutor de um enunciado. Isso se dá em razão de o primeiro ser um conteúdo que o locutor afirma; o segundo, um conteúdo que nem o interlocutor nem o locutor podem deixar de aceitar, sendo, por isso, pertencente ao domínio comum do locutor e do interlocutor,; por fim, o terceiro é o conteúdo que cabe ao interlocutor concluir.

63 A distinção do componente linguístico e do componente retórico é, na teoria de Ducrot, de suma importância para diferenciar o que é (pressu)posto do que é subentendido, de forma que “[...] as circunstâncias da enunciação são mobilizadas para explicar o sentido real de uma ocorrência particular de um enunciado [componente retórico], somente depois que uma significação tenha sido atribuída ao próprio enunciado [componente linguístico], independente de qualquer recurso ao contexto.” (DUCROT, 1987, p, 16)

Nesse sentido, *posto* e *pressuposto*

[...] apresentam-se como contribuições próprias do enunciado (mesmo que, no caso do pressuposto, esta contribuição se restrinja à lembrança de um conhecimento passado). Eles se apresentam como se tivessem sido escolhidos concomitantemente ao enunciado e empenham, a seguir a responsabilidade daquele que escolheu o enunciado (mesmo que, no caso do pressuposto, o locutor tente partilhar esta responsabilidade com o ouvinte, disfarçando o que fiz sob a aparência de uma crença comum). (DUCROT, 1987, p. 21)

Desse excerto, ponto de suma importância reside no fato de que o pressuposto seria uma construção partilhada entre o locutor e o interlocutor, já que aquele seria responsável por deixar pistas para que este chegue à determinada interpretação. Ademais, aos pressupostos, então, estaria ligado o componente linguístico, já que a *pressuposição* mantém estreita relação com as construções sintáticas. Diferentemente da realidade do *pressuposto*, o *subentendido* apresenta um conteúdo fruto da reflexão do interlocutor sobre um enunciado, de modo que se trata do resultado das reflexões do interlocutor sobre as circunstâncias que envolveram a produção do enunciado. Nesse ponto, papel fundamental exerce as condições de produção do discurso, em vista do fato de não serem concebidas apenas como de ordem cronológica ou gráfica, cabendo (re)conhecer que “[...] a situação de discurso, à qual remetem as pressuposições, comporta como parte integrante certos conhecimentos que o sujeito falante empresta a seu ouvinte. Ela concerne, pois, à imagem que se fazem uns dos outros os participantes do diálogo.” (DUCROT apud PÊCHEUX, 2010a, p. 85).

Em vista do exposto, a perspectiva adotada por Ducrot (1987) no tratamento dado ao *posto* e ao *pressuposto* aponta para uma internalização da língua, tanto que distingue o *pressuposto* do *subentendido* a partir do entendimento do primeiro como um fato de língua, e do segundo como um fato de fala. Mais do isso, a importância dos conceitos apresentados pelo linguísta francês às três categorias volta-se para tomá-las como constitutivas do que chamamos analiticamente de *trajetos de leitura*.

2.4.2. Pré-construído

Ao abordarmos a noção de *pré-construído*, propomo-nos, antes de mais nada, a falar do estatuto dos implícitos e de sua relação com o papel da memória no dispositivo da interpretação.

O papel da memória ao qual nos referimos não está relacionado às interpretações psicológicas, conforme pontua Achard (1999), ou seja, a memória tomada em termos do que já

fora ouvido ou de um registro mecânico, por exemplo. A *memória* a qual nos referimos está em estreita ligação com o funcionamento formal do discurso, visto que

[d]o ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo. [...] Com efeito, o funcionamento do discurso (e é nisso que a noção de discurso se distingue da de fala no sentido do CLG) supõe que os operadores linguageiros só funcionam em relação à imersão em uma situação, quer dizer, levando-se em consideração as práticas de que eles são portadores. De outro modo, o passado, mesmo que realmente memorizado, só pode trabalhar mediando as reformulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos. (ACHARD, 1999, pp. 13-14)

A partir da compreensão da memória não como algo mecânico, mas como algo que está ligado ao *desconhecimento* fundado pelo *reconhecimento*, considerando que “[...] a função de *reconhecimento* ideológico [...] é uma das funções da ideologia como tal (sendo o seu inverso a função de *desconhecimento*).” (ALTHUSSER, 1970, p. 96), projetando que, por exemplo, há entre os sujeitos e o sujeito o reconhecimento de cada sujeito por si próprio; podemos, então, chegar ao conceito de *pré-construído* como um conceito de extrema importância para o estabelecimento da Análise de Discurso e, por conseguinte, do seu comparecimento nos dispositivos analíticos os quais estão embasados nessa linha teórica.

Grosso modo, o conceito de *pré-construído* trabalha com a ideia de que o que dizemos, o que escutamos, é sempre atravessado por algo que, no passado, já foi dito, por isso atravessado por um dito anterior. Essa ideia trabalha o fato de que o discurso não funciona isoladamente, já que ele está a qualquer tempo em estreita associação a outros discursos que são convocados via materialidade discursiva.

A construção do conceito em tela, parte, a princípio, das teorizações de pressuposição desenvolvidos por Frege. Contudo, há um distanciamento rápido desse filósofo, pois ele trabalha com a ideia de conteúdo e, assim considerando, podiam existir, minimamente, dois níveis em um texto: um superficial e outro enganchado no primeiro. Essa perspectiva considera que um texto se organizaria hierarquicamente em dois níveis: um superficial e um abaixo desse. Frege acreditava, então, que a palavra tem um sentido. Assim, ao falarmos de pressuposição, consideramos que, ao pronunciarmos uma frase, há, implícita a ela, asserções provenientes de seu interior, que não estão explícitas no nível frasal, mas que não emergiriam sem ele. Em suma, a ideia de pressuposição põe em jogo que para que uma frase tenha sentido, algo além da frase deve ser evocado.

Sob a perspectiva discursiva, por outro lado, os discursos trabalham linguisticamente no interior de um discurso, por isso a existência de um *pré-construído* está ligada à ideia de que um discurso só funciona por fazer apelo a outros discursos. Surge a distinção entre *pressuposição* e *pré-construído*:

E então simplesmente é um limite da noção de pré-construído, que é uma generalização dessa ideia, quer dizer, efetivamente há asserções, para dizer como os lógicos, mas eu diria discursos que são convocados como se eles nunca fossem anteriores ao discurso explícito atual. É importante, efetivamente, é verdade que a ideia de pressuposição funciona assim, mas justamente ela continua tributária da ideia da literalidade: há um sentido literal, é isso o que é discutido, de fato, sempre.

Pode-se certamente ter o sentimento, quando se está sob determinadas condições, em um momento dado, de que há uma literalidade do sentido, mas a questão aí é de saber como esse sentido se constrói, se fabrica. (HENRY, 2013b)

Sumariamente, a *pressuposição* estaria ligada ao âmbito da literalidade do sentido, ao passo que o *pré-construído* estaria ligado à construção do sentido. Essa construção está fundada no “esquecimento” das determinações que colocaram o sujeito no lugar que ele ocupa, ou seja, por ser “sempre-já” sujeito, ele “ sempre-já” esqueceu-se das determinações que o colocaram neste lugar. Decorre daí, que o *pré-construído* é “‘aquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e àquilo que todo mundo em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’” (PÊCHEUX, 2009 [1975], pp. 158-159).

PÊCHEUX (2009 [1975]) pontua que a abordagem da questão do *pré-construído* é um dos pontos fundamentais da teoria dos discursos com a Linguística, o que decorre da própria definição (pro)posta por Paul Henry: “[...] o termo *pré-construído* [...] remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “construído” pelo enunciado.” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 89).

2.5. Determinação

A necessidade de contemplarmos a *determinação*, ao serem traçadas as orientações teóricas de nossa tese, deve-se, sobretudo, inicialmente, à problemática a ser apresentada quando da abordagem da adjunção dos nominais. Nesse sentido, cabe perguntar: o que é *determinação*? Os estudos que a contemplam tomam-na como um fato associado à frase, ao enunciado /e ou ao discurso? A *determinação* estaria em estreita associação apenas com a adjunção? Diante de tais questionamentos, procedemos na busca de (possíveis) respostas, já

adiantando que a resposta para o último questionamento foi construída com base em nossa análise dos proferimentos da presidente Dilma Rousseff sobre o Dia do Trabalho.

Em primeiro lugar, cumpre-nos esclarecer que a *determinação* é um fato que se apresenta contemplado em diferentes correntes de estudo, a saber, minimamente: a filosofia, a gramática e a linguística, sendo, por isso, apresentado com especificidades inerentes a cada uma delas.

2.5.1. Determinação: o viés filosófico

Do ponto de vista filosófico, de forma mais específica, de natureza aristotélica, a *determinação* é entendida

[...] como a explicação apropriada e precisa, capaz de especificar com exatidão a qualidade da substância. Ou seja, já que a substância, idêntica a si mesma e una, pode sofrer modificações que a tornam apta a receber contrário, é preciso que a explicação dê conta de tais peculiaridades. (INDURSKY, 1992, p. 241)

Para melhor compreensão desse conceito, é necessário fazermos, mesmo que sumariamente, um traçado da teoria aristotélica em relação à ideia de *substância*. Antes de mais nada, é preciso dizer que a importância do legado aristotélico, em grande medida, está no conceito de *substância*, uma das dez categorias por ele apresentadas, a saber: substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, posse, ação e paixão.

A *substância* seria composta por quatro características. Assim, seria tudo aquilo que (i) **não pode ser predicado**, ou seja, que pode ocupar a função de um predicado, de um argumento, pois seria a *substância* quem sofreria a predicação (por exemplo, em “O homem comeu a maçã.”, “comeu a maçã” predica “o homem”); (ii) **independe de todo o resto**, já que ela é a base de tudo, a matéria, a propriedade só existiria em função da *substância*; (iii) **permanece através da mudança**, pois a mudança se dá nela mesma, não sendo exterior a ela; e, finalmente, (iv) **é a união da matéria** – aquilo de que um ser é feito - **e da forma** – aquilo que se mostra de algo – essencial, por isso passível de receber determinações.

Seria, sobretudo, a última característica que se ligaria à ideia de *determinação*, que estaria voltada para a proposição de uma explicação de natureza apropriada e precisa da *substância*. Fala-se, assim, em *substância primária*, significação de um ser determinado devido a ser idêntica e una; e *substância secundária*, aquela que por referir-se a uma multiplicidade de seres, volta-se para uma qualificação.

Ao conceber que a *determinação* seria responsável por promover modificações na substância, expondo-a ao contrário, apresenta-se o caráter relacional dessa categoria – ou, em outros termos, a qualidade de uma substância só poderia ser dada a partir da relação com outras – o que, por sua vez, implicaria a qualidade da substância.

Em síntese, a *aptidão para receber contrário*, a *relação* e a *qualidade* são responsáveis por delinear a *determinação* em termos filosóficos. Por isso, pode-se dizer político *corrupto* e político *honesto*, pois a *substância* ‘político’ pode receber a qualificação *corrupto* ou o contrário *honesto*, mas só se saberá se ele é um ou outro, se postos em relação.

Diante desse quadro, observamos, em termos aristotélicos, que a *determinação* acontece em vista do uso de certas expressões linguísticas em que a *substância* passaria por um processo de nomeação. Reflete-se aí as categorias aristotélicas, já que o substantivo nomearia a *substância* (1ª categoria), e sua *determinação* dar-se-ia via termos e expressões de valor adjetivo, *qualidade* (2ª categoria). Nesse sentido, a *determinação* desponta-se como assumindo uma relação inerente à adjunção, uma vez que a adjunção seria o mecanismo de determinação da substância. Essa perspectiva sofre críticas severas, por ser considerada reducionista, já que a *determinação* seria concebida somente em âmbito linguístico.

2.5.2 Determinação: estudos gramaticais dos séculos XVI, XVII e XVIII

Outra corrente de estudo que contempla reflexões sobre a *determinação* é a gramática, em suas diferentes perspectivas, inclusive. Contudo, essas reflexões não estão apartadas das reflexões filosóficas, porque há, em grande medida, uma fusão das categorias gramaticais com as filosóficas. Grosso modo, as categorias aristotélicas refletem-se nas categorias gramaticais, sobretudo, na divisão das classes de palavras, pois à *substância*, relacionam-se os substantivos; à *quantidade*, à *qualidade* e à *relação*, cada um a seu modo, os adjetivos, os numerais e certos pronomes; ao *lugar* e ao *tempo*, os advérbios; à *posição*, à *possessão*, à *ação* e à *paixão*, os verbos de suas inúmeras naturezas.

Para darmos conta da reflexão da determinação do ponto de vista gramatical, tomamos o percurso histórico apresentado por Haroche (1992) a respeito dessa questão.

Inicialmente, “Determinar (‘determinare’) [nos diz Despautere, no século XVI] é eliminar uma confusão de ‘significação’: se fazem notar [precisa ele] o adjetivo, o advérbio, o pronome um nome em oposição.” (HAROCHE, 1992, p. 146). O ponto de vista adotado por

Despautere, no século XVI, reflete significativamente a perspectiva aristotélica, já que a *determinação* seria uma maneira de retirar a confusão da significação, valendo-se, para tanto, de certos elementos linguísticos.

No século XVII, a discussão acerca da *determinação* fica por conta da Gramática de Port-Royal, Arnould e Lancelot (2001). Essa não é uma discussão explícita, já que se dá quando da distinção entre os nomes e os substantivos, que segue a mesma direção proposta por Aristóteles. Esses autores acreditam que

[e]xiste a seguinte diferença entre as coisas e as substâncias, e a maneira das coisas e dos acidentes: as substâncias subsistem por elas mesmas, enquanto os acidentes só existem pelas substâncias.

É isso que fez a principal diferença entre as palavras que significam os objetos dos pensamentos: pois os que significam as substâncias foram denominados *nomes substantivos*, e os que significam os acidentes, designam o sujeito ao qual esses acidentes convêm, *nomes adjetivos*. (ARNOULD e LANCELOT, 2001, p. 25)

A partir do excerto, notamos que os gramáticos corroboram as reflexões aristotélicas ao considerarem que a substância – representada pelos substantivos – subsistem por si mesmas, ao passo que a qualificação – por sua vez representada pelos adjetivos – não tem sua subsistência garantida por si, mas, sim, em ligação estreita com os substantivos.

Além da discussão da determinação acerca dos substantivos e dos adjetivos, Arnould e Lancelot (2001) apresentam questões de (in)*determinação* em relação ao uso dos artigos, já que, segundo eles, os nomes comuns e apelativos têm significação vaga e, em razão disso, necessitariam de partículas – os artigos – que servissem para determinar-lhes a significação. A determinação feita pelos artigos voltar-se-ia, sobretudo, para a questão do número (singular ou plural).

Ademais, existe uma problemática em relação ao uso dos artigos enquanto determinantes, já que

[d]issemos que em geral o uso dos artigos era para determinar a significação dos nomes comuns; é difícil, porém, assinalar com precisão em que consiste essa determinação, porque isso não é uniforme em todas as línguas que possuem artigos. (ARNOULD e LANCELOT, 2001, p. 52)

Nessa direção, a *determinação* em relação aos artigos assume um *status* diferente de quando ela se dá com os adjetivos, já que, no primeiro caso, não há, segundo os gramáticos, como precisar de que natureza seria essa determinação.

Em termos de determinação para a Gramática de Port-Royal, outra questão deve ser considerada: a diferença entre *significação* e *extensão*, o que é tratado nos seguintes termos:

[...] é preciso lembrar-se de que é possível distinguir duas coisas no nome comum: a significação, que é fixa (pois, se ela varia às vezes, por equívoco ou por metáfora é acidente), e a extensão dessa significação, que está sujeita a variar conforme se toma o nome para toda a espécie ou para uma parte certa ou incerta.

Somente em relação a essa extensão dizemos que um nome comum é *indeterminado*, quando nada há que indique se deva tomá-lo de modo geral ou particular; e sendo tomado de modo particular, se é para um particular certo ou incerto. E, ao contrário, dizemos que um nome é determinado quando há algo que lhe indique a determinação. Isso mostra que por *determinado* não entendemos *restrito*, já que, conforme o que acabamos de dizer, um nome comum deve ser tomado em toda a sua extensão, como nesta proposição: *Todo homem é racional*. (ARNOULD e LANCELOT, 2001, p. 70)

Em síntese, a ideia dos gramáticos em relação à *significação* e à *extensão* é a de que, a primeira seria fixa, vindo a variar de forma accidental, seja por meio do equívoco, seja por meio da metáfora; a segunda, a seu turno, estaria ligada à primeira, pois só poderia ser entendida como em relação à *significação*, sendo, portanto, variável. A *extensão* seria uma forma de determinação e não de indeterminação, pois estaria voltada para a delimitação do sentido do substantivo⁶⁴.

No século XVIII,

[d]u Marsais se aplica em teorizar o problema da determinação no interior da sintaxe em que ele distingue dois tipos de relações “*A relação de identidade [que ele considera] como o fundamento do acordo do adjetivo com seu substantivo, porque o adjetivo só enuncia ou declara o que se diz que é o substantivo; de modo que o adjetivo é o substantivo analisado, isto é, considerado como sendo de tal ou tal maneira, como tendo tal ou qual qualidade. Assim, o adjetivo não deve marcar, em relação ao gênero, ao número e ao caso, perspectivas que são diferentes daquelas sob as quais o espírito considera o substantivo [...] a segunda espécie de relação que regula a construção das palavras é a relação de determinação [...]: uma palavra deve ser seguida de uma ou várias outras palavras determinantes todas as vezes que, por si mesma, faz só uma parte da análise de um sentido particular; o espírito tem então necessidade de esperar e pedir a palavra determinante para ter todo o sentido particular que a primeira palavra só lhe anuncia em parte*”. (HAROCHE, 1992, p. 149)

O que é caro na perspectiva de Du Marsais é o fato de ele situar a questão da determinação em termos sintáticos, não priorizando a discussão sobre *substância* empreendida tanto na perspectiva aristotélica quanto na da Gramática de Port-Royal. Desse modo, a preocupação do gramático está voltada para a teorização da *determinação* em relação a dois tipos diferentes de relação sintática: a relação de identidade e a relação de determinação.

64 Para Haroche (1992), essas reflexões são responsáveis por trazer à tona os quadros do discurso e as limitações da gramática.

A relação de identidade voltar-se-ia para o aspecto da concordância nominal, especificamente em relação aos adjetivos em função dos substantivos; e a relação de determinação voltar-se-ia para o fato de que a um substantivo agregar-se-iam vários determinantes com a finalidade de restringir o significado do termo ao qual se agregam, determinando-o. Assim, na relação de determinação, o que percebemos, em vista do caráter sintático impresso a ela, pois a determinação não se restringiria à presença de um artigo e/ou de um adjetivo acrescido ao substantivo, o que, amplia, de modo significativo, a abrangência da determinação.

Comparando a teorização de Du Marsais à da Gramática de Port-Royal, poderíamos pontuar que a questão da *significação* e da *extensão* tratada nos últimos refletir-se-ia na teorização do primeiro, em vista de a relação de identidade voltar-se para a significação, e a relação de determinação para a noção de extensão. Recorrendo às reflexões de PÊCHEUX (2009 [1975]), pensariamos que a relação de identidade e a questão da *significação* estariam para o necessário, e a relação de determinação e a questão da *extensão* estariam para o contingente, sendo que

[c]onvém sublinhar que, para Kant, o juízo *analítico* consiste em tomar consciência de uma relação *necessária*, inscrita no próprio conceito (isto é, de uma verdade de natureza definicional ou redutível por cálculo a uma identidade), enquanto que, e aqui está o novo elemento decisivo, o juízo *sintético* é um *ato* do sujeito que coloca uma ligação entre o conceito e algo que é exterior a ele. De onde a afirmação de Kant: “Os juízos de experiência, como tais, são todos sintéticos”. (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 47)

Diante desse quadro,

O postulado geral da determinação traduz uma necessidade de formalismo que atua na gramática: é preciso determinar para poder, ao mesmo tempo, identificar, delimitar (o que consiste um problema de método) e referir, isto é, dar a essas formas uma significação, ancorando-as. A determinação preenche, pois, uma função de designação.” (HAROCHE, 1992, p. 150)

A determinação aparece, então, como uma necessidade de fechamento e de totalização do sentido, mesmo que esse fechamento e essa totalização sejam imaginários.

2.5.3 Determinação: o viés dos estudos linguísticos (gerativos)

A *determinação* é concebida, conforme Dubois (2000), como uma função exercida pelos determinantes, que constituem uma classe específica, que tem como objetivo fazer a atualização

do substantivo, ou seja, conferir-lhe uma propriedade de definição ou de indefinição. Cabe, diante de tal conceituação, esclarecer o que sejam, então, determinantes.

O mesmo dicionarista elenca três conceitos distintos para *determinantes*. Segundo ele, em sentido *lato*, seriam *determinantes* os constituintes do sintagma nominal que têm dependência do substantivo, conhecido como cabeça ou constituinte principal dessa forma de sintagma. Os *determinantes* seriam representados por elementos linguísticos que atualizariam os nominais.

O conceito mais restrito está em considerar os *determinantes* como uma classe de morfemas gramaticais que estão em dependência estreita com o substantivo a que se propõe a especificar. Para essa conceituação, elencam-se como possíveis *determinantes* as seguintes classes de palavras: artigos; pronomes possessivos, demonstrativo, adjetivos interrogativos, relativos e indefinidos; bem como os numerais. Diferentemente do conceito *lato*, os elementos elencados não misturam classes de palavras com funções sintáticas.

Na perspectiva da gramática gerativa, o *determinante* (Det) é, segundo o dicionarista, constituinte obrigatório do sintagma nominal. Assim, esse sintagma seria escrito da seguinte forma:

Informação distinta da de Dubois (2000) é a trazida por Sousa e Silva e Koch (2005), pois apontam que o *determinante* poderá vir acompanhando o nome, núcleo do sintagma nominal. Para tanto, elucidam que o Det pode ser simples – representado por um artigo, numeral ou pronome adjetivo – ou complexo - quando apresenta mais de um elemento de base (det-base), sendo, portanto, acompanhado de um pré-determinante (pré-det) e de um pós-determinante (pós-det), cuja regra completa seria a seguinte:

Os artigos e os pronomes demonstrativos podem funcionar como determinantes de base, sendo que um, ao ocupar esse lugar, exclui a possibilidade do outro em fazê-lo; na ausência desses dois elementos, os pronomes possessivos podem assumir tal ocupação. Os pós-determinantes serão os numerais e os pronomes possessivos, e os pré-determinantes, quantificadores universais e – todos, nenhum) ou partitivos (alguns de, muito de, por exemplo).

Observamos, na perspectiva gerativa, que a *determinação* volta-se para a ocupação de um lugar, a saber: antes do núcleo do sintagma nominal, o que, nessa teorização, reflete-se no fato de o adjetivo não ser o termo obrigatório a partir dessa função.

Salvaguardadas as devidas proporções, a noção de *modificador* trazida pela gramática gerativa estaria associada à ideia de *determinação* trabalhada na perspectiva filosófica e gramatical, visto que o *modificador*, conforme Sousa e Silva e Koch (2005), constituem-se de

um sintagma adjetival ou, então, de um sintagma preposicional – quando este for modificador de um nome.

Associada à noção de *determinação*, trataremos na próxima seção da noção de *referência*.

2.6 Referência

Compartilhando da perspectiva de Mondada e Dubois (2003), é inegável que a questão de como a língua refere o mundo tem sido objeto de discussões há muito tempo, bem como tem ocupado lugar em quadros conceituais distintos, apontando para abordagens plurais das práticas referenciais, tanto que o tratamento da questão da *referência* ganha corpo tanto na filosofia da linguagem, quanto na Linguística. De modo que

[...] para uns, a referência é concebida no interior de um modelo de correspondência entre as palavras do discurso e os objetos do mundo, de modo que a validade das primeiras é avaliada em um quadro vericondicional; para outros, a referência é resultado de um processo dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre locutores, e é suscetível de se transformar no curso dos desenvolvimentos discursivos, de acordos e desacordos. (MONDADA, 2005, p. 11)

Diante dessa pluralidade de tratamento dado à *referência*, cabe-nos aqui fazer um inventário, a partir dos estudos relacionados à linguagem, de algumas das noções mais recorrentes no que diz respeito a ela. A razão desse inventário tem estreita relação com a necessidade de compreender os entendimentos já conferidos a essa noção para perceber se, havendo necessidade de alçar mão dela, aqueles já existentes darão conta de seu tratamento ou se haverá necessidade de, quando da análise, projetar algum deslocamento conceitual.

Para o empreendimento em questão abordamos as noções mais recorrentes dos estudos relacionados à linguagem, já que referir é requerer linguagem. Em vista disso, fazemos um esboço da teoria da referência elaborada por Frege (2009), bem como da abordagem de Ducrot (1984).

2.6.1 A referência para Frege⁶⁵

Para o tratamento da referência, Frege (2009) elege o par *sentido e referência*, ou seja, o entendimento da referência (*Bedeutung*) dá-se em estreita ligação com o sentido (*Sinn*). Para tal, o filósofo alemão Gottlob Frege tem seu anteparo teórico na lógica, propondo que existe uma relação estreita entre lógica e linguagem, o que, conseqüentemente, terá reflexos na relação entre essa última e a referência. Assim, uma das preocupações do lógico é explicar a possibilidade de existência de enunciados que mantêm entre si uma relação de identidade (cf. Ducrot, 1989) ou, como queira, uma relação de referência. Em vista disso, a preocupação aqui, entretanto, recai sobre o reconhecimento de como *sentido e referência* são entendidos sob a óptica de Frege.

Em Frege (2009), o início de suas reflexões aponta que a igualdade, entendida no sentido de identidade, é algo que traz desafios à reflexão e, por sua vez, dá origem a questões de difíceis respostas. Isso se dá em razão de trazer questões relacionadas ao fato de a igualdade ser uma relação, ou então uma relação entre objetos, ou ainda uma relação entre nomes ou sinais de objetos. Inicialmente, assume que a igualdade é uma relação que se dá entre nomes ou sinais, conforme prevê a última questão assinalada, ou seja, o sinal A é igual ao sinal B, se tiverem o mesmo conteúdo conceitual. Concretamente, *Patos de Minas* = A seria o mesmo que *Terra do Milho* = B. Posteriormente, o lógico reconhece que a relação entre símbolos ou sinais ($A = B$) traz o risco de ser entendida apenas como uma abreviação; passando a assumir, então, que a relação de igualdade dar-se-ia entre objetos, o que refletirá inegavelmente no conceito de *referência*.

Da discussão entre a relação entre nomes e/ou sinais de objetos surge, inicialmente, a problemática em razão do par *sentido e referência*, já que

[é], pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo que por ele designado, que pode ser chamado de referência (*Bedeutung*), ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido (*Sinn*) do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. Conseqüentemente, [...], a referência das expressões [...] seria a mesma, mas não os seus sentidos. [...] (FREGE, 2009, p. 131)

O sentido, até aqui, nada mais é que aquilo que o sinal designa. Em outros termos, $A = \textit{Patos de Minas}$, $B = \textit{Terra do Milho}$, sendo que o sentido de A seria uma cidade do interior de

65 A doutrina de Frege sobre a *referência* encontra-se no desenvolvimento de sua teoria desde a *Conceitografia*, 1879, até o artigo *Sobre o sentido e a referência*, 1892. Contudo, os pressupostos que se discutem aqui são, sobremaneira, baseados nesse artigo bem como em outro, denominado *Digressões sobre o sentido e a referência*.

Minas Gerais, onde os patos em rota migratória aportariam em certa época do ano devido à existência de lagoas e de abundância de alimentos; e B seria uma terra onde o milho é sua principal cultura, em razão da alta produtividade desse cereal. Assim, A e B possuem sentidos diferentes, embora possuam a mesma referência, já que $A = B$; entendendo, dessa forma, que *sentido* e *referência* não são a mesma coisa e levando em consideração que o sentido de duas expressões é diferente, mas a sua referência pode ser a mesma.

A partir de suas análises, Frege faz a discussão a respeito da identidade de duas expressões que podem ser matemáticas ou linguísticas, verificando, assim, que há mais de um sentido para um mesmo referente. Em relação aos números, Frege aponta que eles podem ser representados por diferentes funções, ou seja, o número 10 pode ser tomado na expressão $(a)=(b)$, sendo que $(a) = 7 + 3$ e $(b) = 8 + 2$, ou então, $(a) = 5 + 5$ e $(b) = 12 - 2$; por exemplo. Do ponto de vista linguístico, em que impera a polissemia, o lógico toma o planeta Vênus, como equivalente à *estrela da manhã* e à *estrela da tarde*. Tanto os casos referentes aos números quanto os casos linguísticos têm sua explicação calcada na relação de identidade, que, nesse caso, está limitada ao referente. Das análises empreendidas pelo lógico, conclui-se que para um mesmo referente pode haver dois ou mais sentidos diferentes.

Sentido e referência são de tal forma indissociáveis que, na perspectiva fregeana, o sentido funcionaria como o mediador entre a *expressão* – nome próprio, termo conceitual ou sentença – e o seu *referente* – objeto ou classe de objetos que pode ser isolado de um conjunto genérico, por meio de asserções descritivas (cf. Mari, 2003) , embora o sentido dessa expressão não possa ser concebido nem como uma realidade linguística, nem subjetiva, nem psicológica ou ainda como um objeto, já que o sentido de uma expressão independe de seu referente. Um dos motivos para isso encontra-se no fato de que

[a] referência e o sentido de um sinal devem ser distinguidos da ideia (*Vorstellung*) associada a este sinal. Quando a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, então a ideia que dele tenho é uma imagem interna emersa das lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas, que realizei. Essa imagem interna está frequentemente impregnada de emoções; os matizes de suas diversas partes variam e oscilam. Até num mesmo homem, nem sempre a mesma ideia está associada ao mesmo sentido. A ideia é subjetiva: a ideia de um homem não é a mesma de outro. Disto resulta uma variedade de diferenças nas ideias associadas ao mesmo sentido. [...] assim como a mesma palavra, alguém pode associar esta ou aquela ideia, do mesmo modo alguém pode associar a essa palavra este ou aquele sentido. Mas a diferença aqui reside no modo de associação. Isto não impede que vários indivíduos apreendam o mesmo sentido; mas eles não podem ter a mesma ideia. [...] A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a ideia que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade,

não é subjetivo como a ideia, mas que também não é o próprio objeto. [...] (FREGE, 2009, pp. 134-135)

Na concepção fregiana, parece-nos existir, levada às últimas consequências, a separação entre linguagem e mundo. Desse modo, as discussões empreendidas pelo lógico direcionam a questão do sentido para uma concepção referencial. Dito de outro modo, Frege assume a posição de que o sentido das expressões linguísticas é referencial, visto que o valor de verdade de uma dada sentença estaria em estreita dependência da referência no mundo, em outros termos, a referência é algo tangível. Em síntese, *referente*, *valor de verdade* e *sentença* estão em estreita relação, já que o *referente* de uma *sentença* é o seu *valor de verdade*: assim, caso a existência do *referente* seja confirmada, essa sentença será verdadeira, caso contrário, será falsa.

Existe, subjacente à discussão do *sentido*, mediador entre a expressão e seu referente; *referência*, objeto de observação; e a *ideia*, ‘imagem’ subjetiva do objeto, a discussão daquilo que é interior ou exterior ao funcionamento da linguagem, já que, referir é, inegavelmente, requerer linguagem. Assim,

[o] *referente* não se identifica ao objeto real e autônomo, mas a um objeto que pode ser designado, numa circunstância objetiva, a partir de asserções descritivas, descrições definidas e expressões predicativas, como componentes de uma proposição. Logo a sua função primordial é a de reportar objetos, enquanto fatos de linguagem, enquanto por ela interpelados. O papel das estruturas linguísticas, no interior de uma proposição, é garantir o isolamento de indivíduos, ou classe de indivíduos num dado conjunto referencial. Ao resultado desse procedimento de seleção que uma proposição faz emergir, ao operar um conjunto referencial genérico, damos o nome de *referente*. (MARI, 2003, p. 03)

Em síntese, *referente*, na perspectiva fregiana, volta-se para um objeto de natureza delimitável e que pode se localizar em um mundo cuja existência é anterior à linguagem e independente dela. Essa (de)limitação seria possível em vista das possibilidades de sentido que são responsáveis por viabilizar a apreensão de um objeto no mundo.

2.6.2 A referência para Ducrot

Pelas teorizações de Frege, vemos que há uma diferenciação radical entre o mundo e a linguagem, sendo que, por isso, sob essa óptica, não há como conceber que o mundo, na verdade, seria aquilo que os discursos constroem enquanto realidade. Ducrot (1984), passa a assumir esse ponto de vista considerando que o mundo, tomado como uma dimensão física e

real, dá lugar à noção de realidade extralinguística, em que a relação entre signo e essa realidade não pode ser confundida com a própria existência do *referente*.

A perspectiva da realidade extralinguística ou exterioridade linguística é entendida como constitutiva do processo enunciativo, sendo que tal processo seria responsável por promover recortes entre as várias perspectivas do dizer, afetando significativamente a construção dessa realidade. A essa teorização, estão relacionadas algumas questões, as quais tratamos aqui, embora de modo conciso.

A primeira delas diz respeito ao fato de que o problema da referência assenta-se na ligação do que se diz com o mundo e com a realidade, sendo que esse problema estaria, por sua vez, em estreita relação com o que entende por *o* mundo e *pela* realidade. Considerar essa problemática só é possível em vista de se conceber que um dado enunciado⁶⁶ trata de um universo muito diferente do que se declara pensar ou se deseja declarar acerca dele. Assim, diferentemente de Frege (2009), postula-se que uma referência não existe prévia e autonomamente em relação a um dizer, pois seria esse dizer o responsável por construir a referência.

Ao assumir que a referência não preexiste ao mundo, devemos buscar compreender, então, o que seria a *referência* bem como o *referente* para a perspectiva em tela. Dessa forma, assumimos que

[...] desde que haja um acto de fala, um dizer, há uma orientação necessária para aquilo que não é o dizer. É a esta orientação que podemos chamar “referência”, chamando “referente” ao mundo ou objeto que ela pretende descrever ou transformar. (O referente de um discurso não é, assim, como por vezes se diz, *a* realidade mas sim a *sua* realidade, isto é, o que o discurso escolhe ou institui como realidade). (DUCROT, 1984, p. 419)

Diante desse quadro, o *referente* é assumido não como sendo um objeto tangível, mas, sim, como uma construção que se dá via discurso, sendo que seria, em parte, essa construção que evocaria, segundo Ducrot (1984) o estatuto ambíguo do *referente*. Em outras palavras, o *referente* é colocado como alvo externo de um dizer, sendo, portanto, exterior ao discurso; ao mesmo tempo em que, ao ser dito por um discurso, fica inscrito nele.

Diante da dupla face do *referente*, minimamente dois questionamentos devem ser feitos, a saber: Qual seria o papel da realidade extralinguística se um *referente* só o é em relação ao

⁶⁶ É importante salientar que a perspectiva de Ducrot (1984) advém do momento em que os estudos enunciativos começaram a ganhar corpo nas teorizações linguísticas.

dizer que o institui? De que outro modo conhecer um *referente* senão através de um discurso que o configura?

Esses dois questionamentos são necessários, a nosso ver, visto que o estatuto ambíguo do *referente* ameaçaria a oposição entre o que se fala – o *referente* – e o que se diz dele – a *referência*. Desse modo, Ducrot (1984) tem a preocupação de apresentar o caminho para desfazer esta ameaça, já que, para ele, o papel da realidade extralinguística volta-se para o fato de que existe um grande número de discursos sobre um determinado objeto, ou melhor, a externalidade de um referente justifica-se em razão de o referente não ser propriedade única de apenas um discurso. Então, o *referente* é concebido como sendo de natureza complexa e difícil de ser delineado, de modo que

[a] palavra, ao exigir ser posta em relação com um real que lhe é exterior, impede a concepção deste real como sendo diferente da imagem que dele é dada. A realidade é muda se não for o referente de um discurso e, se o for, parece condenada a refleti-lo. Tentar escapar a este dilema tem sido um objetivo constante dos filósofos, dos lógicos e dos linguistas. (DUCROT, 1984, p. 421)

A segunda questão que deve ser apresentada diz respeito à relação entre *sentido* e *referente*. Segundo Ducrot (1984), a distinção desses termos foi, na tradição dos estudos da linguagem, utilizada na tentativa de promover a separação entre o que é interno ao discurso, mas relativo a uma realidade independente; e o que lhe é externo, mas visado por ele. Nessa direção, novamente, assume um ponto de vista distinto do de Frege, pois assume que a relação entre esses dois termos não está associada à existência de um único referente para diversos sentidos, mas sim à especificidade de cada um dos sentidos que são inerentes a determinado conteúdo linguístico, por exemplo uma palavra ou uma expressão. Essa perspectiva toma a *referência* como uma construção de ordem linguística, pois é algo que passa pela atribuição de sentido, que, claramente, pode ser modificado. Em outros termos, o referente de uma construção linguística é interno à linguagem e é esta que lhe constrói.

Em síntese,

[o] referente aparece então como fundamentalmente indizível [...], no sentido em que esse referente não pode ser dito por nenhum outro discurso a não ser o discurso de que ele é referente. [...] A necessidade que o discurso tem de referir implicaria, portanto, a necessidade de admitir um indizível originado no próprio dizer. A palavra não cessa de projetar um mundo que, diferente dela, não pode reduzir ao que ela diz dele, mas que, no entanto, fica inacessível a qualquer outra palavra. Um tal modo indizível por um lado, não pode ser esgotado pelo discurso que o revela (caso contrário não seria um

mundo) mas, por outro lado, nenhum discurso diferente pode revelá-lo melhor. [O.D.] (DUCROT, 1984, p. 437b)

Nessa direção, não há como dissociar *determinação* e *referência*. Em primeiro lugar, temos que considerar que comumente há uma oposição entre determinação e indeterminação, sendo que as formas linguísticas empregadas seriam as grandes responsáveis por isso. Mas, visto o funcionamento do discurso, essa oposição não seria procedente, já que o que está em jogo para essa vertente, mais que o emprego das formas linguísticas seria o manejo que o interlocutor faz delas no momento da leitura, pois o que há é uma (re)construção referencial que promove determinados efeito(s) de sentido. Assim, ao considerarmos a perspectiva discursiva, falamos, em consonância com Leite (2015), em *in-determinação*, ou seja, algo “[...] constitutiv[o] do funcionamento discursivo, porque há sempre um recorte na construção referencial, pois esta é feita a partir de um lugar social e segundo as relações e movimentações entre as redes de memória dos interlocutores.” (LEITE, 2015, p. 223). Em outros termos, a *in-determinação* é concebida como um efeito de sentido que está relacionado à referência, à construção de um *objeto-de-discurso*. Falar em *in-determinação* é falar no não fechamento da referência que é concebido como mais ou menos acirrado nos mais diferentes discursos. Sinteticamente, assumimos que a construção do *objeto-de-discurso* contempla sempre um ponto de vista, construindo-se a partir dele.

CAPÍTULO 3

O discurso político presidencial

Até aqui, os partidos revolucionários se constituíram como sínteses de interesses em lugar de funcionar como analisadores de desejos das massas e dos indivíduos. Ou então, o que dá no mesmo: os partidos revolucionários se constituíram como embriões de aparelhos de Estado, em lugar de formar máquinas de guerra irreduzíveis a tais aparelhos.

(Deleuze)

Recorrendo à literatura disponível sobre a temática *discurso político*, percebemos que há uma infinidade de trabalhos, de hipóteses e de reflexões sobre o mesmo. Sob a perspectiva da Análise de Discurso, a preocupação em compreender esse discurso recai, por exemplo, sobre a possibilidade de serem reveladas as distorções ideológicas que existem entre diferentes grupos sociais, o que faz com que sejam visualizados fortes reflexos dessa realidade no comportamento linguísticos desses grupos. Isso, a seu turno, leva a crermos que o comportamento verbal tem uma correlação muito estreita com o comportamento não verbal, considerando, então, que o emprego de uma determinada palavra ou expressão possa ser representativo de uma determinada postura assumida nas práticas sociais pelo locutor.

Diante dessa realidade, temos, no presente capítulo, a preocupação de apresentar um percurso que esteja voltado para a compreensão do *discurso político presidencial* como um discurso dotado de determinadas especificidades e cuja fundação nos aspectos verbais – linguísticos – são de relevância ímpar para a construção de uma determinada imagem frente a uma nação. Para tanto, este capítulo está dividido em quatro subseções: (i) *O discurso (político)* – cujas preocupações são elencar e discutir a dificuldade de emprego do termo *discurso* quando ele está designando tanto um proferimento feito em público ou não, mas voltado para um determinado público, quanto um termo teórico da filiação aqui assumida; além de discutir a especificidade de tal discurso no seio da sociedade; (ii) *O discurso político presidencial* - após traçada a especificidade do discurso (político), a nossa intenção é compreender como o discurso presidencial constitui-se como uma forma específica de discurso político; (iii) *O discurso político presidencial brasileiro* como um discurso político com particularidades ligadas ao período da História no qual emerge; e, finalmente, consideramos (iv) *O discurso político presidencial brasileiro de Dilma Rousseff*, assumindo-o a partir dos proferimentos em comemoração ao Dia do Trabalho.

3.1 O discurso (político)

A palavra *discurso*, segundo Osakabe (1979), devido ao seu uso ter sido privilegiado em vários âmbitos de estudo da linguagem, passou a fazer referência a um domínio muito amplo de investigação, podendo ser associado aos mais diversos interesses de cunho científico. Dessa forma, é um termo que se associa a diferentes estudos: discurso estético, discurso musical, discurso filosófico, discurso político, por exemplo.

Quando não vem adjetivada, a palavra *discurso* pode tanto ser associada a um termo ou a um conceito teórico, voltada a uma determinada área de investigação, como na Análise de Discurso, ou, então, vulgarmente, associar-se a uma exposição de ideias feitas em público e/ou para um público. Devemos considerar ainda o fato de, no senso comum, a simples menção a discurso fazer as pessoas pensarem que *discurso* é algo que remeteria automaticamente à política, ou seja, aos atos que estão em estreita relação a um poder governamental e/ou partidário.

Na perspectiva dos estudos da linguagem assumida, contudo,

[o] político é aqui compreendido como um ponto de vista discursivo sendo definido pelo fato de que o sentido é sempre dividido, esta divisão tendo uma direção que não é

indiferente às injunções que derivam da forma da sociedade tomada na história em um mundo significado e significante, em que as relações de poder são simbolizadas. (ORLANDI, 2008, p. 90)

Dessa forma, falar em *discurso* no seio das reflexões da AD é falar em algo que é político, pois não há o sentido, mas sentidos possíveis a partir das injunções sociais a que se está submetido, consideradas tanto a via da produção, quanto da interpretação. A partir da citação, parecer-nos-ia ser redundante, então, falar em discurso político, pois qualquer discurso, sob a perspectiva da AD, é político por natureza. Há, contudo, discursos que cumprem explicitamente a função política, pois deixam (entre)ver de forma mais nítida as relações de poder envolvidas, enquanto que, em outros, isso não aconteceria. São exemplos dos primeiros as propagandas políticas partidárias veiculadas em época de eleição, por exemplo. Já do segundo caso, considera-se as propagandas de cerveja, que velam, em certo sentido, a questão do machismo, mas ela está presente de forma radical.

Nesse contexto, a nosso ver, surge a dificuldade de emprego da palavra *discurso* no decorrer dessa tese, pois ele pode assumir significados diferentes ao longo da exposição, pois ora ele pode designar o discurso que cumpre de forma explícita a função política – quando faz referência aos proferimentos em análise, ora ele designa o termo teórico da AD.

Nos capítulos anteriores, fizemos a discussão do conceito de *discurso* para a perspectiva teórica aqui assumida. Para tanto, assumimos que o *discurso é um (e)feito de sentido entre os interlocutores*, considerando-o como uma instância que, embora em estreita relação com o sistema, não se prende a ele e não o considera uma estrutura fechada. Assumimos, conforme Pêcheux, que o sentido de um determinado discurso não está nele mesmo, mas, sim, na relação que há entre os protagonistas do discurso e a situação, o que nos faz corroborar o fato de o discurso ter seu viés político.

Para além dessa questão, nesse momento, o retorno à compreensão de frase, de texto e de discurso é essencial. Isso, primeiramente, em razão de “[...] nos termos de M. Pêcheux, vê[r]-se que *só é possível falar de um locutor no discurso e não na frase* (salvo quando esta tiver o valor de um discurso).” (OSAKABE, 1979, p. 15). Diante dessa realidade, tomamos as seguintes frases que têm valor de discurso, a saber, os lemas dos últimos governos presidenciais brasileiros:

30. Brasil, um país de todos

31. Brasil, país rico é país sem pobreza

32. Brasil, pátria educadora

Orlandi (2012c) analisa (30) – lema do governo Lula – e (31) – lema do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff como textos de propaganda política do Estado. Lembrando aqui que o texto é uma dada sequência – de sons, de letras, de imagens – com (imaginariamente) um começo, um meio e um fim. Ou seja, é uma materialidade a que se confere unidade. Cabe-nos lembrar que esses lemas são veiculados socialmente da seguinte forma:

Figura 2 - Lema Lula



Fonte: Disponível em: < <https://danvizi.wordpress.com/2010/10/07/brasil-um-pais-de-todos-e-todas/>>. Acesso em: 10 de dez. de 2014.

Figura 3 - Lema Dilma -1º mandato



Fonte: Disponível em: < <http://blog.planalto.gov.br/um-pais-rico-e-um-pais-sem-pobreza/>>. Acesso em: 10 de dez. de 2014.

Figura 4 - Lema Dilma - 2º mandato



Fonte: Disponível em: < http://blog.planalto.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Patria_Educadora.png > . Acesso em: 10 de dez. de 2014.

Dessa forma, a logomarca constrói-se como um texto que é composto de elementos verbais – o lema – e elementos imagéticos – disposição do lema. Nas três logomarcas, a bandeira do Brasil é estampada na letra A, sendo colocada, então, em local de destaque. Na logomarca que apresenta o lema do governo Lula, além da bandeira do Brasil e da disposição dos dizeres, há a exploração de cores diversas: as cores da bandeira (verde, amarelo, azul e branco), além das cores rosa, vermelho e preto. A presença das três últimas cores poderia ser interpretada do seguinte modo: o rosa como referência às mulheres; o vermelho como referência ao partido do presidente Lula; e, finalmente, o preto como referência às raízes africanas do povo brasileiro. Em razão disso, a parte verbal da logomarca estaria relacionando-se às cores que a compõe, deixando transparecer que são as mulheres, os negros, os brancos (porque pode haver a equivocidade dessa cor), homens ou mulheres, que fizeram o Partido dos Trabalhadores chegar ao Governo Federal e possibilitar que o Brasil seja um país de todos.

Tomando a parte verbal das três logomarcas, consideramos que os três lemas são frases com valor de discurso, mais especificamente como um discurso político que faz funcionar a língua do Estado. Lançando mão da análise feita por Orlandi (2012c), em (30), acreditamos que há uma constelação de dizeres edificantes do mito da cidadania, construído pelo discurso transversal no funcionamento da aposição, em que se insinua contra o pré-construído da imagem do Brasil enquanto um país em que reina a desigualdade. Ou seja, dizer que o Brasil é um país de todos é camuflar a desigualdade (social) e a diversidade, ao mesmo tempo, que é exaltar a consolidação dos direitos das mais diversas classes sociais.

Em (32), a autora supracitada coloca-nos que o lema não fala nem de “pobres”, nem de “povo”, mas, sim, de pobreza, atuando em prol da reinscrição de uma suposta natureza da população pobre que os condena à essa situação. Assim, a autora (de)mo(n)stra que o lema

busca desviar o foco das causas da pobreza, de forma que se isso fosse inserido na propaganda, abriria margem para os espaços de mobilização e de contestação popular. A nosso ver, *sem pobreza* remete-nos a uma série de questões: sem pobres, sem dívida externa, sem inflação “galopante”, sem recessão, por exemplo.

Em (32), o que percebemos nem é a preocupação com a cidadania ou com a garantia do direito de todos nem com a situação da população em relação à pobreza, pois parece-nos que a ideia é que já foi superada a desigualdade e a pobreza, mas a preocupação em (re)dizer o quanto a educação seria importante para o (segundo) mandato de Dilma Rousseff. Dessa forma, mais uma vez via aposição, busca-se construir uma imagem para o Brasil que está sob a governança da dita *esquerda*, ou seja, um Brasil que valorizaria a educação. Contudo, cabe-nos perguntar: que educação seria essa?

Retomando a compreensão de frase, de texto e de discurso, esses três lemas podem ser considerados frases, já que cada um deles poderia se conectar semanticamente a outras frases. Assim, teríamos, por exemplo:

30 a. Brasil, um país de todos, já que todos são felizes.

31 a. Brasil, um país rico é país sem pobreza, onde se vive bem.

32 a. Brasil, pátria educadora, onde quem quer estuda.

(30), (31) e (32), além de serem frases, também podem ser considerados discurso, porque da leitura de cada um podem haver efeitos de sentidos possíveis, pois, nessa conjuntura, os interlocutores estariam em jogo, assim como as suas condições de produção. Por isso, do nosso ponto de vista, poderíamos assumir as paráfrases (30a), (31a) e (32a). Em (30a), assumimos a relação entre o Brasil ser um país de todos e a felicidade, já que, se esse país é de todos, todos são felizes, pois tudo seria compartilhado de modo, inclusive, igualitário (renda, salário, terra, por exemplo), isso visto, sobretudo, o fato que esses dizeres estão em relação aos mandatos do governo Lula, ou seja, momento em que parte dos brasileiros estava ávida por uma mudança na conjuntura nacional. Já em (31b), reconhecemos, inicialmente, uma redundância de sentido fundado em (31), já que há uma afirmação do óbvio: país rico é país sem pobreza; ao qual acrescentamos em nossa paráfrase ‘onde se vive bem’, pois onde não há pobreza viver-se-ia bem: as pessoas teriam, então, minimamente, seus direitos básicos garantidos: saúde, educação, lazer, esporte. Finalmente, em (32a), teríamos a *pátria educadora*, lugar em que

quem quer estuda, visto os programas de incentivo à educação, propagados pelos governos petistas.

Com efeito, há uma contradição entre o comportamento verbal e comportamento político, pois, para 2015, primeiro ano do segundo mandato da presidente, dos 22,7 bilhões de reais em cortes anunciados, 7 bilhões, ou seja, por volta de 1/3 dos cortes totais, foram para a educação. Conjecturamos que o lema *Brasil, pátria educadora* seria uma tentativa de manter, na memória dos brasileiros, todos os investimentos que foram feitos em educação tanto no primeiro mandato de Dilma Rousseff, como nos dois mandatos de Lula: criação de institutos e universidades federais, aumento da verba para financiamento estudantil ou, ainda, as somas vultosas para que estudantes fossem para o exterior, por exemplo; tentando colocar em segundo plano, assim, o que não foi feito de agora em diante.

Os enunciados dos quais lançamos mão exemplificam, de um lado, o *discurso* em sentido teórico ao passo que seu sentido só pode ser construído na relação entre os seus interlocutores a partir das suas condições de produção; de outro, um *discurso político*, na medida em que, nitidamente, há as relações de poder envolvidas na relação em que estabelece com atos de um poder governamental.

3.2 O discurso político presidencial

O discurso político presidencial representa uma das formas de discurso político, sendo que, mais do que em outro discurso, seja ele político ou não, há a necessidade eminente de entender esse discurso a partir de seu contexto histórico e situacional. Dessa forma, conceitualmente, concebemos o discurso político presidencial como sendo os proferimentos feitos em público e/ou dirigidos a um determinado público, sendo que ambas as situações conferem-lhes um estatuto semelhante.

Quando, porém, esses discursos tratam, na verdade, da leitura de textos escritos, convém sublinhar que apresentam marcas pessoais, ou seja, advindas da própria postura do presidente, mas também são atravessados por um discurso coletivo, que, conforme pontua Brito (2010), pode ser compreendido em um duplo sentido. O primeiro desses sentidos volta-se ao fato de o discurso político presidencial ser coletivo, ou seja, constituir-se um trabalho a várias mãos: o presidente associado a seus assessores. O segundo sentido está voltado para o fato de o presidente não deixar de lado a sua posição partidária e, portanto, exprimir, explícita ou

implicitamente, as posições ditas oficiais de seu partido, fazendo com que os militantes do partido se reconheçam, e as outras pessoas sejam chamadas a segui-las⁶⁷.

Em linhas gerais, a compreensão do discurso político presidencial constrói-se a partir das condições de produção do discurso, discutidas no capítulo 3, já que um sujeito ao tomar a palavra mobiliza um funcionamento discursivo, ou seja, a “[...] atividade estruturante de um sujeito determinado, para um locutor determinado, com finalidades específicas.” (ORLANDI, 1983).

Esse funcionamento discursivo é, então, movido por questões que estão relacionadas à configuração das imagens que sustentam o discurso. Seriam elas voltadas ao âmbito do locutor, de um lado: “Quem sou eu para lhe falar assim?” e “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”; e, de outro, ao âmbito do interlocutor: “Quem sou eu para que ele me fale assim?” e “Quem é ele para que me fale assim?”. Interessa, neste momento, perseguir as (possíveis) respostas para as duas primeiras questões.

Em relação à pergunta “Quem sou eu para lhe falar assim?”, Osakabe(1979) pontua que tal pergunta levaria a duas significações distintas, a saber: à relação de ordem interpessoal que se articula entre locutor e ouvinte; e ao quadro de conhecimento em que o locutor situa o ouvinte.

Primeiramente,

[...] [a]s imagens relativas à relação interpessoal constituem o conjunto mais imediatamente observável de imagens e reúnem dentro de si um quadro de relações em que se articulam locutor e ouvinte [...] dentro de um quadro de relação de dominação. Não se trata aqui de nenhum tipo de dominação psíquica ou social, mas simplesmente de dominação pela posse do discurso. Quem enuncia é, no momento específico em que enuncia, a entidade dominante, na medida em que é ela quem manipula as coordenadas do discurso. Sob esse aspecto [sic] o dominador será sempre o locutor, coincida ou não essa dominação com a dominação efetiva, social ou psicológica. [...] Sob esse aspecto, a imagem fundamental que o locutor faz do ouvinte é a de *dominado*, isso pela própria situação de (aparente) inércia que tem o ouvinte naquele momento. (OSAKABE, 1979, pp. 62-63).

Assim, a relação de ordem interpessoal que faz a articulação entre o locutor e o ouvinte faz com que o primeiro seja assumido como o dominador – por meio do discurso – e o segundo como dominado, passivo ao discurso do primeiro. Contudo, no âmbito do discurso presidencial, existe a coincidência da relação de dominância social, já que o presidente – chefe máximo de

67 Discussão semelhante à (pro)posta no parágrafo anterior vem nos seguintes termos: “Tanto pode ser considerada a produção do ponto de vista de um produtor individualizado quanto pode ser considerada a produção do ponto de vista de um produtor socializado”. (OSAKABE, 1979, p. 46).

um país – fala para o povo ou parte do povo desse país, com a relação de dominância via discurso, pois é o presidente – chefe máximo Estado Nacional– que toma a palavra via discurso para dirigir-se ao povo ou a parte do povo – dominado, passivo.

Em segundo lugar, ou melhor, em relação ao quadro de conhecimento em que o locutor situa o ouvinte, tem-se que Osakabe (1979) assume que o locutor, ao proferir seu discurso, não faz um estudo preliminar a respeito de determinados valores para o ouvinte, mas os assume como pressupostos pelo/no ouvinte.

A resposta à questão “Quem é ele para que eu lhe fale assim?” não se desliga da resposta à questão tratada anteriormente. Assim, “[...] ela se refere basicamente ao pressuposto da imagem que o ouvinte tem do locutor enquanto *locutor político*. Isto é, [...], o que basicamente conta para essa imagem são os implícitos a respeito da *função política* ou da *função pública*.” (OSAKABE, 1979, p. 72). Nesse sentido, o *locutor político* situado no espaço da *função política* ou da *função pública* é concebido como situado em um nível mais alto do que o da individualidade. É por isso que

[...] se, enquanto candidato, o locutor se justifica como representante de forças fundadas no próprio povo, por exemplo, enquanto chefe de governo, situando-se acima da própria força que o conduziu ao poder, ele se caracteriza como diretamente ligado a um interesse mais amplo e mais abstrato e mais geral ainda: a Nação. (OSAKABE, 1979, pp. 75-76).

A análise das questões “Quem sou eu para lhe falar assim?” e “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”, a partir das reflexões de Osakabe (1979), em síntese, levam a crer que o discurso político presidencial trabalha com a ideia de dominância, primordialmente via discurso, e com a imagem da função pública, que, a partir da perspectiva assumida por esta tese, corroboraria a questão da dominância no âmbito do discurso político presidencial, pois é o fato de o locutor ocupar uma função pública que lhe confere o poder para falar da forma que ele fala, e o que diz passa a ter força de ordem e de lei.

No que concerne à organização argumentativa desse discurso, o autor em tela postula que “[...] o ato de discursar constitui um ato de argumentar, ele deve revelar em sua totalidade as marcas desse ato.” (OSAKABE, 1979, p. 96). Para ele, as marcas desse ato seriam a *promoção*, o *envolvimento* e o *engajamento*.

Nas teorizações desse autor, a *promoção* está associada ao ato de *promover* ao ouvinte um lugar de decisão na estrutura política. Desse modo, o discurso político tem como objetivo dirigir-se a um ouvinte cuja participação interessa ao locutor, embora, em muitos casos, esse ouvinte não tenha condições reais de decidir. O *envolvimento*, por sua vez, volta-se à

necessidade de envolver, sobretudo via elementos extralinguísticos, o ouvinte de forma que seja anulada a possibilidade de crítica. Essa marca envolve a noção pressuposta de poder político e sua natureza coletiva bem como a imagem que o locutor faz do referente e, ao mesmo tempo, aquela que o locutor pressupõe que o ouvinte faz de tal referente. Por fim, o *engajamento*, ato diretamente ligado ao envolvimento, apresenta a finalidade do discurso, ou melhor, trata-se da alternativa dada ao ouvinte para a solução do provável problema apresentado no envolvimento.

O discurso político presidencial

[...] coloca em evidência o papel que tem o locutor nos processos de construção e manipulação do efeito de sentido que visa a atingir no ouvinte e, nessa medida, evidencia e dá prioridade ao papel da subjetividade de um discurso que, no fundo, o locutor não pretende falar por si mesmo, mas em nome da função e do papel exteriores à sua própria individualidade. (OSAKABE, 1979, pp. 121-122).

Nos termos do excerto, consideramos uma das problemáticas de se lidar com o discurso político presidencial: o embate entre a individualidade, de um lado, e a função e o papel que são inerentes à função política ‘presidente da república’. Além dessa problemática, cabe voltar àquele enunciado no início da subseção: o fato de os discursos presidenciais serem feitos a muitas mãos, ou seja, por trás da suposta individualidade há uma coletividade diferente, inclusive aquela discutida no excerto. Dessa forma, o processo de análise de um discurso político presidencial não se constitui em algo simples ou unilateral, já que envolve facetas múltiplas que devem ser levadas em conta nesse processo.

3.3 O discurso político presidencial brasileiro ao longo da história: um panorama geral

Antes de nos ocuparmos com o discurso político presidencial brasileiro, destacando as suas especificidades, é necessário explicitarmos questões históricas relacionadas ao Presidente no âmbito brasileiro.

O Brasil, entre os anos de 1822 e 1889, apresentou a Monarquia como regime de governo, sendo que, nesse período, o país teve, como representantes máximos, cada um a seu turno, dois imperadores: Dom Pedro I e Dom Pedro II. Contudo, razões de ordens várias, dentre elas: a crise e o desgaste da monarquia, a forte influência de Dom Pedro II nas questões religiosas, ocasionando um desgaste com a Igreja Católica bem como o fortalecimento do movimento republicano, fizeram com que a república fosse proclamada no dia 15 de novembro de 1889.

A partir dessa data, no Brasil, foi instaurada a República Federativa e Presidencialista, regime de governo que, ao invés do imperador, tem como representante máximo o presidente. Ele é a autoridade do Poder Executivo, representante máximo do povo, a quem, naquela época, coube a tarefa de pronunciar o primeiro discurso presidencial brasileiro, a saber: o discurso de proclamação da república. À época da instauração da república no Brasil, assumiu a presidência o Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), responsável por esse primeiro discurso, que trata de um discurso de posse. Segundo Bonfim (2008), o discurso do Marechal volta-se mais para uma “proclamação”, em sentido de comunicado, do que um discurso. Mesmo assim, ainda de acordo com o estudioso, apresenta determinados valores, como *pátria*, *direitos* e *garantias*, buscando obter da audiência um apoio à ação de tomada de poder e destituição do antigo governante e, por conseguinte, do antigo regime de governo.

Em relação aos discursos de posse dos presidentes, além do discurso proferido pelo Marechal Deodoro da Fonseca, outros 33 discursos foram proferidos por outros presidentes.

Ainda no século XIX, pronunciaram-se Floriano Peixoto (1891-1894), Prudente Moraes (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902). Na primeira metade do século XX, os pronunciamentos de posse ficaram a cargo de Rodrigues Alves (1902-1906), de Affonso Pena (1906-1909), de Hermes da Fonseca (1910-1914), de Wenceslau Brás (1914-1918), de Epitácio Pessoa (1919-1922), de Arthur Bernardes (1922-1926), de Washington Luís (1926-1930), de Getúlio Vargas (1930-1934; 1934-1937; 1937-1945) e, por fim, de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Na segunda metade do século XX, Getúlio Vargas (1951-1954) abre, em seu quarto mandato, os proferimentos dessa fase da história do Brasil. Logo a seguir, segue-se Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-1964). Com o Golpe Militar de 1964, cinco militares ocupam, nos 20 anos de Ditadura Militar, a presidência do Brasil e não deixam de fazer seu pronunciamento quando da posse. São eles: Marechal Castelo Branco (1964-1967), Marechal Costa e Silva (1967-1969), General Emílio G. Médici (1969-1974), General Ernesto Geisel (1974-1979) e, por fim, General João Batista Figueiredo (1979-1985).

No processo de redemocratização do Brasil, assume o presidente eleito indiretamente, Tancredo Neves, mas que doente dá a missão ao vice, José Sarney (1985-1989), a ler o pronunciamento daquele que trata, na verdade, não de um discurso de posse, mas de uma fala dirigida ao seu ministério a quem incumbe a tarefa de implementar transformações em diferentes âmbitos, além de preservar a unidade do governo. Sete meses mais tarde é que José Sarney, em cadeia de rádio e televisão, pronuncia o seu discurso de posse.

Após José Sarney (1985-1989), assume a presidência Fernando Collor de Melo (1989-1992), primeiro presidente brasileiro eleito de forma direta. Contudo, devido ao *impeachment*, assume Itamar Franco (1992-1994). Segue-se a ele, devido à possibilidade de re-eleição, dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002); dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), além de mais dois mandatos da presidente Dilma Rousseff (2011-2014; 2015).

Os 33 discursos de posse proferidos pelos presidentes apresentam marcas específicas da cada período histórico ao qual se ligam bem como ao estilo de cada presidente. Cabe-nos aqui traçar algumas palavras a respeito do estilo de Getúlio Vargas, visto o mesmo ter, em certa medida, reflexos na análise empreendida posteriormente nesta tese.

Getúlio Vargas assume o poder presidencial no Brasil por quatro vezes, sendo três dessas consecutivas (1930-1945) e uma não (1951-1954). Durante esse período, os seus discursos são marcados por duas vias: a conservadora e a libertária. Essa última está em estreita relação com a proposta da quebra do padrão da política daqueles que se mantinham presos a padrões ao comando do Estado. A primeira via, a seu turno, revela-se quando, Getúlio Vargas, visando à permanência no poder dá sucessivos golpes, restringindo o funcionamento do congresso e desfazendo o espaço da oposição. Além disso, segundo Bonfim (2008), Getúlio Vargas é responsável por trazer para o espaço oficial a demanda dos trabalhadores e, nas palavras de muitos, ele é responsável também por assumir, em grande proporção, esse discurso. Os avanços das leis trabalhistas e previdenciárias podem ser consideradas um reflexo disso, dando, assim, um caráter progressista à postura desse presidente.

Nasce, nesse cenário, o *populismo* brasileiro. O entendimento do *populismo* está relacionado a uma nova postura do líder político frente à população, principalmente aos trabalhadores. Assim, o *populismo* prevê não uma política de governo que haja não “em favor” do povo, mas, sim, que haja “em nome” do povo. Para tanto, o *populismo* age duplamente: de um lado, o presidente populista busca a teatralização do poder, pois é um líder carismático que se utiliza do poder da palavra em grandes eventos e/ou via meios de comunicação para dirigir-se à nação, que, no campo das palavras, faz valer-se de um discurso direto e, até mesmo, inflamado para conseguir o apoio popular; de outro, estão as medidas governamentais que têm a finalidade de atingir as massas, como, no caso de Vargas, a tentativa de inclusão das classes profissionais e econômicas no governo, prescindindo os partidos, além do reconhecimento de determinados benefícios aos trabalhadores, realizando uma série de medidas que beneficie a maioria da população.

Ainda conforme Bonfim (2008), há que se considerar que o *populismo* é marcado por sua retórica peculiar. Essa retórica caracteriza-se inicialmente pela audiência privilegiada pelo governante: as massas. A massa não só é privilegiada do ponto de vista do discurso como a ela é garantido mais poder, pois passa a ter mais participação nas eleições. Contudo, o discurso presidencial continua sendo verticalizado, ou seja, o presidente fala de cima para baixo, já que Getúlio Vargas fala “ao povo”, “em nome do povo”, em uma linguagem que é acessível a esse público. Essa verticalização ganha mais eficácia com a disseminação do rádio e com a atuação mais incisiva da imprensa de modo geral. A criação do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, no ano de 1939, com a intenção de disseminar as ideias do Estado Novo faz com que os aparelhos estatais ganhem ainda mais eficácia.

De forma mais pontual, vemos nos discursos de Vargas uma quebra da tradição do uso de certos termos que são substituídos por outros, cujo valor de aproximação com o povo é inegável. Exemplo disso é que as saudações nos discursos públicos deixam de ser “Vossa Excelência” ou “Ilustríssimos Senhores e Senhoras” para “Brasileiros” ou “Trabalhadores do Brasil”, em que se vê nitidamente a incorporação dos ideais nacionalistas. Dando um salto temporal, nos discursos de José Sarney, a forma “Brasileiros” é substituída pela fórmula “Brasileiras e Brasileiros”, em que se percebe a variação de gênero e a mulher alçada a um primeiro plano.

Dando mais um salto temporal, observamos o discurso de posse do primeiro mandato do presidente Luís Inácio da Silva, em que notamos, apesar de ser alcunhado como um líder populista, neste primeiro momento, como sendo muito formal, já que se vale das fórmulas formais de endereçamento, tais como: “Excelentíssimo”, “Senhores e Senhoras”. Entretanto, no discurso de posse do segundo mandato, além do endereçamento formal, o então presidente lança mão dos vocativos “Meus amigos e minhas amigas”, “Minhas queridas brasileiras, meus queridos brasileiros”, deixando, assim, (entre)ver a proximidade entre o presidente e a nação brasileira.

Além dos discursos de posse, um outro discurso que assume destaque nos estudos dessas alocuções são os discursos de 1º de maio. A prática foi inaugurada pelo presidente Getúlio Vargas em 1938, o que pode ser entendido como mais uma de suas ações de caráter populista. Contudo, o 1º de maio fora instituído como feriado nacional 14 anos antes, no mandato do presidente Arthur Bernardes. Mas foi no governo de Vargas, mais especificamente no ano de 1943, que a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – foi anunciada.

Nessa conjuntura, o dia 1º de maio é assumido como

[...] originalmente destinado a congregar forças, protestar contra abusos, divulgar lutas e reivindicações dos trabalhadores, promove-se uma transformação que institui a referida data como dia de comemorações, no qual passa a ter destaque um novo ator social – o Presidente da República.

Essa nova situação de comunicação coloca frente a frente dois atores sociais que historicamente atuaram em campos diferenciados. O enfrentamento e a luta marcam essa trajetória. No entanto, no caso específico desses pronunciamentos, a circunstância é de comemoração e, como tal, não comporta desarmonias e embates diretos. Ao serem realizados, os discursos precisam considerar esse fato. (DAHER, 2003, p. 50)

Pelo excerto supracitado, a comemoração do 1º de maio no espaço brasileiro abandonou a sua essência, já que a data em questão deveria ser um dia em que o trabalhador se voltasse para a luta e para o protesto por melhores condições de trabalho ou, então, ao menos, para a reflexão a respeito de sua realidade; mas com o fato de o poder presidencial entrar em cena com o seu proferimento ou, até mesmo, com comemorações promovidas por determinadas instituições ligadas ao poder governamental, rarefaz-se a ideia primeira, chegando, em alguns pontos, a anular a possibilidade de questionamento, de luta, de embate.

Na Era Vargas, os discursos de 1º de maio eram feitos publicamente, fazendo parte de um cerimonial que envolvia paradas, desfiles e apresentações. Esse cerimonial tinha como ato final o discurso de segmentos dos trabalhadores, do Ministro do Trabalho e do Presidente da República. De modo específico, o discurso do Presidente era transmitido pelo rádio além de ser publicado na imprensa diária. A partir do primeiro ano da década de 50 do século passado, a televisão passa a ocupar lugar de destaque. No governo de Costa e Silva, os pronunciamentos aos trabalhadores deixam de ser públicos e passam a ser realizados do gabinete do presidente. Na atualidade, tais pronunciamentos são veiculados em cadeia nacional de rádio e televisão, seja na véspera do dia 1º de maio, seja na própria data. Ademais, o pronunciamento na íntegra é publicado em vídeo e escrito no site governamental que também mantém o arquivo escrito de todos os pronunciamentos oficiais do presidente.

Nos quase 80 anos de história dos pronunciamentos referentes ao 1º de maio, a maioria dos presidentes optou por dar continuidade à prática inaugurada por Getúlio Vargas. Contudo, três presidentes não seguiram essa mesma linha, a saber: Café Filho, Jânio Quadros e Fernando Henrique Cardoso.

No que tange a esse último, vale pontuar que Fernando Henrique Cardoso não foi um presidente que privilegiasse a prática dos pronunciamentos em cadeia de rádio e televisão, já que, em seus primeiros quatro anos de governo (1995-1998), ele fez apenas cinco pronunciamentos dessa natureza. A distribuição da realização desses discursos e suas

respectivas temáticas, nos quatro anos de mandato, aconteceu da seguinte forma: no ano de 1995, em 07 de fevereiro, fez um pronunciamento sobre a educação; no ano de 1996, fez dois pronunciamentos, a saber: no dia 19 de março, sobre a estabilização da economia e reforma da previdência e, no dia 5 de novembro, sobre a criação do imposto Simples. Já no ano de 1998, fez dois pronunciamentos: um sobre a aprovação da reforma da previdência, em 15 de maio, e um sobre o Programa de Estabilidade Fiscal, em 27 de outubro.

No seu segundo mandato (1999-2002), Fernando Henrique Cardoso fez ao todo 17 pronunciamentos em cadeia nacional sobre temáticas bastante díspares. No ano de 1999, são feitos dois pronunciamentos, ambos no primeiro semestre do ano: no dia 15 de janeiro, fala sobre a cotação flutuante do dólar e, no dia 12 de abril, sobre as medidas para o enfrentamento da crise econômica. No ano de 2000, ele faz apenas um pronunciamento sobre o sequestro do ônibus 174, no dia 12 de junho. No ano de 2001, faz nove pronunciamentos: dois no mês de março, tratando da instituição da multa de 10% do FGTS e da antecipação do reajuste do salário mínimo; dois também no mês de maio, ambos sobre o racionamento de energia (dia 7 e dia 18); um no dia 26 do mês de junho, tratando do lançamento do programa Bolsa Escola; um no mês de agosto – dia 21 –, cuja temática tratava do reajuste salarial dos servidores públicos; um no dia 11 do mês de setembro, falando sobre o ataque terrorista nos Estados Unidos; um no mês de outubro – dia 08 – para tratar da guerra no Afeganistão e, por fim, um no mês de dezembro, no dia 20, para tratar da redução do preço da gasolina. No ano de 2002, seu último ano de governo, Fernando Henrique Cardoso pronuncia cinco discursos, distribuídos da seguinte forma: no dia 28 de abril, trata da distribuição de coleções de literatura a estudantes do ensino fundamental; no dia 14 de maio, fala sobre crise financeira; no dia 12 de junho, sobre a aprovação da CPMF; no dia 19 de agosto sobre encontro com candidatos à Presidência e, no dia 07 de outubro, sobre o resultado das eleições.

Pela exposição, percebemos que o presidente Fernando Henrique Cardoso privilegia em seus proferimentos temáticas relacionadas às questões econômicas, ao cenário internacional e a políticas de governo, deixando de lado datas comemorativas do cenário nacional, ficando, assim, confirmado o fato de tal presidente não privilegiar, em seus pronunciamentos oficiais, sobre o 1º de maio, tradição que os seus sucessores, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff retomaram.

O presidente Lula, em seus dois mandatos (2003-2006;2007-2010), faz apenas três pronunciamentos referentes ao 1º de maio, a saber: nos anos de 2005 e 2006 – primeiro mandato – e no ano de 2010 – no segundo mandato. Diferentemente do seu antecessor, há, mesmo que

em pouca medida, a preocupação com datas comemorativas, tais como o 7 de setembro (anos de 2005, 2008 e 2009) e o final de ano (2008, 2009 e 2010).

A presidente Dilma, em seus primeiros quatro anos de mandato (2011-2013), superou o presidente Lula no que se refere aos pronunciamentos referentes ao 1º de maio, já que, em todos os anos, ela se pronunciou em cadeia de televisão e de rádio. Segundo dados sobre a comparação dos pronunciamentos dos três últimos presidentes brasileiros, a presidente Dilma Rousseff foi a que mais convocou a cadeia de televisão e de rádio para se pronunciar, já que Fernando Henrique teve uma média de 2,75 proferimentos por ano, Lula 2,62 proferimentos por ano e Dilma Rousseff, só nos três primeiros anos de mandato, equiparou-se à média de Fernando Henrique Cardoso nos dois mandatos.

Parece-nos inegável, diante desse quadro, que os pronunciamentos dos presidentes brasileiros ocupam um lugar privilegiado na história desse país, visto que se trata de momentos em que o representante máximo da nação exerce uma função, muitas vezes, afetiva diante dos cidadãos, cabendo a ele, por exemplo: congratular-lhe, comunicar-lhe algo ou, então, acalmá-lo frente a situações adversas. Assim, feito o panorama geral dos proferimentos dos presidentes da república brasileiros, na próxima subseção deste trabalho, ocupamo-nos de determinadas peculiaridades dos proferimentos da presidente Dilma Rousseff.

3.4 O discurso político presidencial brasileiro de Dilma Rousseff

Como visto na subseção anterior, o discurso político presidencial brasileiro tem suas raízes quando da Proclamação da República no final do século XIX. De lá para cá, esse discurso ganha contornos diferenciados, principalmente, em razão dos avanços dos meios de comunicação de massa e do processo de (re)democratização. Assim, além de serem pronunciados publicamente, passam, muitas vezes, a serem transmitidos via rádio e televisão e, mais recentemente, muitos deles podem ser acessados nos acervos da internet.

A presidente Dilma Rousseff, conforme pontuado anteriormente, tinha o hábito de se pronunciar em cadeia de rádio e televisão com mais frequência do que seus antecessores. Contudo, os contornos da *crise* pela qual o seu governo tem passado desde a posse de seu segundo mandato, a presidente tem se pronunciado menos, tanto que, no ano de 2015, o

proferimento do 1º de maio, feito nos quatro anos anteriores, não foi feito. Antes de tratar de forma específica de seu discurso, fazemos uma breve abordagem de sua biografia⁶⁸.

Dilma Vana Rousseff nasceu, na cidade de Belo Horizonte – MG, no ano de 1947. É filha de Pedro Rousseff – imigrante búlgaro – e de Dilma Jane da Silva – professora nascida em Resende no Rio de Janeiro. Além de Dilma, o casal tem mais dois filhos: Igor e Zana.

A trajetória política presidente iniciou-se aos 16 anos quando passou a integrar organizações de combate ao Regime Militar. Em 1969, conhece o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo e, juntos, sob perseguição militar, sendo condenada por subversão e, por isso, fica presa de 1970 a 1972. Após esse período, muda-se para Porto Alegre, retoma os estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1975, começa a trabalhar na Fundação de Economia e Estatística daquele estado e, no ano seguinte, nasce sua filha Paula Rousseff Araújo.

Sua vida política continua com a campanha pela Anistia durante o processo de abertura política, ainda no governo dos militares. Funda, juntamente com o marido, o PDT - Partido Democrático Trabalhista e, por isso, trabalha na acessoria da bancada estadual desse partido durante os anos de 1980 a 1985. Em 1986, Dilma assume a convite de Alceu Collares a Secretaria da Fazenda da capital gaúcha.

Sua relação com o Partido dos Trabalhadores – PT – pelo qual seria eleita presidente do Brasil anos mais tarde, começou no ano de 1989, quando, após apoiar, no primeiro turno, o candidato à presidência Leonel Brizola, passa a apoiar, no segundo turno, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, representante do PT.

A relação com este partido político se estreitaria anos mais tarde quando a aliança entre PDT e PT elegeria Olívio Dutra como governador do Rio Grande do Sul, e Dilma Rousseff ocuparia a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação daquele estado. O seu trabalho frente a essa secretaria chama a atenção de Lula, pois foi um dos poucos estados brasileiros que não sofreram com o racionamento de energia em 2001.

No ano seguinte, Dilma, a convite de Lula, integra a equipe de transição entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. Entre os anos de 2003 e 2005, comanda o ministério de Minas e Energia, reformulando consideravelmente o setor. Além desse cargo, ocupa, a partir de 2005, a chefia da Casa Civil, assumindo a direção de programas estratégicos do governo petista: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de

68 A síntese da biografia apresentada abaixo baseia no que é exposto em: Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidente-atual/biografia>. Acesso em 25 de março de 2015.

habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Coordenou ainda a Comissão Interministerial encarregada de definir as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada pré-sal e integrou a Junta Orçamentária do Governo, que se reúne mensalmente para avaliar a liberação de recursos para obras.

Em 2010, último ano do governo Lula, é lançada a segunda fase do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – que ampliaria as metas da primeira fase do programa. Em abril daquele ano, Dilma deixa o governo, pois se candidataria à presidência, o que seria oficialmente divulgado no dia 13 de junho. No segundo turno, já com 63 anos de idade e uma carreira política sólida, Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher Presidente da República Federativa do Brasil. Quatro anos mais tarde, em 2013, é re-eleita para o mesmo cargo.

Durante os primeiros quatro anos de seu mandato, os proferimentos da presidente em cadeia nacional de rádio e televisão estão distribuídos de forma regular nos três primeiros anos.

No ano de 2011, Dilma Rousseff faz cinco pronunciamentos oficiais, assim divididos: dia 10 de fevereiro, fala sobre o retorno às aulas, dando continuidade a seu antecessor; no dia 29 de abril, pronuncia-se sobre o Dia do Trabalhador, continuando a prática iniciada por Getúlio Vargas; no dia 06 de setembro, sobre o 7 de setembro, também em consonância com seu antecessor; e, por fim, no dia 8 de novembro sobre dois programas governamentais: Programa Melhor em Casa e SOS Emergência.

No ano seguinte, o número de pronunciamentos continua o mesmo, repetindo-se aqueles sobre o Dia do Trabalhador (30 de abril) e Dia 7 de setembro (6 de setembro); mas se pronunciando sobre o Dia Internacional da Mulher (8 de março); sobre o Dia das Mães (13 de maio), e sobre o final de ano (23 de dezembro). Ao pronunciar-se sobre o Dia Internacional da Mulher e sobre o Dia das Mães, a presidente inaugura essa prática, marcando uma postura discursiva diferenciada, visto ela ser mulher e ser mãe.

No ano de 2013, o número de proferimentos passa de cinco para sete. A presidente mantém sua fala sobre o Dia Internacional da Mulher (08 de março), sobre o Dia do Trabalhador (01 de maio), sobre o Sete de Setembro (06 de setembro) e a mensagem de final de ano (30 de dezembro). Além desses quatro, a presidente pronuncia-se sobre a redução da tarifa de energia elétrica (23 de janeiro), sobre as manifestações e os cinco pactos (21 de junho) e sobre o Leilão do Campo de Libra (21 de outubro). Os três últimos proferimentos têm sua temática estreitamente ligada ao contexto histórico nacional vivido naquele momento, ao passo que as outras temáticas são mais genéricas e/ou voltadas para a comemoração de datas pré-definidas em calendário.

O ano de 2014 distingue-se substancialmente dos anos anteriores no que tange à quantidade de proferimentos, pois ela faz apenas três desses em cadeia nacional, assim distribuídos: em março, dia 08, ela fala sobre o Dia Internacional da Mulher; em abril, no dia 30, sobre o Dia do Trabalhador; em junho, no dia 6, sobre a Copa do Mundo. A queda significativa do número de proferimentos deve-se a 2014 ser o ano da campanha de re-eleição da presidente. Essa queda justifica-se pela própria legislação vigente que proíbe o uso da máquina administrativa em campanhas eleitorais, sendo que o responsável por infringir essa lei pode ser processado por improbidade administrativa. Ou seja, pronunciar-se em cadeia nacional pode ser entendido, visto o conteúdo dos pronunciamentos, como a utilização da máquina pública em benefício próprio.

Contudo, a quantidade de proferimentos em cadeia nacional foi substituída pelos discursos feitos em inúmeros eventos dos quais a presidente participou. A exemplo disso, no mês de abril de 2014, a presidente fez 26 discursos em diferentes solenidades: de assinaturas de contratos de concessão de aeroportos a formaturas de turmas do PRONATEC; contra 15 do mesmo período em 2013. No mês de maio de 2014, são 21 discursos, contra 12 no mesmo período no ano anterior.

Para além da questão quantitativa, interessa-nos desenhar o perfil dos proferimentos da presidente, sobretudo, conjugando a (possível) temática dos mesmos com a matéria do qual realmente eles tratam. Para tanto, serão tomados, para tentar promover essa compreensão, os quatro proferimentos analisados no próximo capítulo, pontuando, desde já que, caso necessário, outros proferimentos ou discursos poderão ser trazidos para elucidar algum ponto. Assim, devemos considerar que a presidente Dilma Rousseff faz, em todos os anos do seu primeiro mandato, o proferimento referente ao Dia do Trabalho. Em sendo assim, na sequência, cada um desses quatro é analisado da seguinte forma: primeiramente, eles terão suas palavras contadas, visto o fato de haver, circulando na mídia, a ideia de que, por exemplo, os discursos de posse dos presidentes brasileiros têm, ao longo dos anos, diminuído drasticamente a sua complexidade, o que estaria, em parte, ligado ao número de palavras que ele apresenta, ideia que aqui se busca estender para a compressão dos proferimentos em tela; em segundo lugar, cada um deles é dividido em blocos que visam ao reconhecimento do tratamento de possíveis subtemáticas em cada um deles. Esse segundo ponto tem como objetivo buscar (re)conhecer o fato supramencionado de que haveria um esvaziamento do discurso político.

O proferimento de 2011, o primeiro dos quatro do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, é constituído por 1196 palavras, apresentando um número de palavras que está

um pouco acima da quantidade mínima de palavras empregadas pelos presidentes brasileiros em seus discursos de posse – 1000 palavras. Essas 1196 palavras estão divididas em uma média de 20 parágrafos. A partir da questão temática, o primeiro proferimento foi dividido em seis blocos. Além dos aspectos mencionados, o proferimento da presidente, embora devesse versar sobre aspectos relacionados ao 1º de Maio, traz, em destaque, outras discursividades, que, por vezes, a presidente busca associar à data comemorativa. Essas discursividades são discursivizadas por meio da articulação de determinadas palavras⁶⁹: crescimento (6 vezes), crescer (1 vez), desafio (7 vezes), economia (5 vezes), emprego (8 vezes), inflação (3 vezes), mercado de trabalho (2 vezes), política (4 vezes), renda (3 vezes), trabalhador (8 vezes), trabalho (3 vezes).

Essas palavras foram levantadas, em parte, a partir dos eixos temáticos estabelecidos pela análise dos blocos. Nesse sentido, no primeiro bloco, observamos que a questão central é a questão econômica associada, em segundo plano, às políticas públicas de combate à desigualdade e de respeito aos princípios democráticos. Nesse sentido, confirmamos, por ora, o que foi dito já em relação ao apagamento da temática do Dia do Trabalho, sendo que, ao longo do proferimento, essa questão ganha corpo, pois para o seu tratamento são trazidas questões sobre emprego, inflação, mercado de trabalho e renda.

Já no segundo bloco, em uma clara relação de implicação com o primeiro, a presidente traz à tona uma outra temática: a questão do crescimento, a qual ela associa com a ideia de desafio. Assim, o emprego das palavras “crescer”, “crescimento” e “desafio” estão em consonância. Isso em razão de a presidente dizer que o “crescimento [econômico?] traz inúmeros desafios” e que “há os desafios são gerados pelo crescimento [econômico?]”. Neste momento, a presidente não especifica de qual crescimento ela está falando. O apagamento do complemento nominal de “crescimento” autoriza-nos a questionar sobre o que estaria em crescimento, mas também autoriza a interpretar que o crescimento seria totalizante: economia, política, sociedade, produção de tecnologia etc.

No terceiro bloco, como uma resposta a um dos desafios do “crescimento”, a presidente apresenta medidas que, segundo ela, visam a atender a questão do emprego e do mercado de trabalho, a saber: a qualificação profissional. Embora não apareça a palavra “educação” ou outra palavra ou expressão que remeta ao discurso sobre a educação na explanação feita pela presidente no referido bloco, há um direcionamento do dizer para um discurso de consolidação

69 Baseamo-nos no conceito de *palavra-discurso*, segundo Orlandi (2013).

de estratégias voltadas para a tecnologização do conhecimento que se voltam para a qualificação do trabalhador, o que irá gerar mão de obra qualificada, capacidade de conseguir um bom emprego e, por conseguinte, um bom trabalho, o que o tornará um consumidor em potencial (ideia que aparece, de forma sutil, na sequência desse proferimento e, posteriormente, em outros).

A partir disso, duas leituras podem ser feitas: a primeira delas é que a Presidente está (realmente) preocupada com a educação; a segunda é de a Presidente estar preocupada em fazer acreditar que ela se preocupa com a educação, que pode ser sinônimo de qualificação profissionalizante ou de produção de conhecimento. Para a educação como sinônimo de qualificação profissionalizante, teríamos associado a ideia do saber fazer em detrimento do saber explicar, sendo, portanto, reducionista; o que nos autorizaria falar do *sujeito do fazer*. Já para a educação como sinônimo de produção do conhecimento, teríamos a ideia do saber explicar, sem, entretanto, excluir o saber fazer, portanto, falaríamos do *sujeito do saber*.

O *sujeito do fazer* estaria associado ao discurso neoliberal que prega o imediatismo, o utilitarismo e o consumismo, ou seja, a educação seria algo que serviria para o desenvolvimento da economia do país, pois aumentaria a mão de obra qualificada para trabalhar na produção. Até mesmo o *sujeito do conhecer* pode ser associado a essa vertente, pois o saber tornar-se, nessa perspectiva, um instrumento e não um conhecimento para o questionamento e para a criação de outras realidades, por exemplo.

No quarto bloco, diferentemente do anterior, a presidente fala abertamente do crescimento do emprego e da renda, voltando a abordar a atual situação econômica do Brasil. Para isso, ela apresenta a sua postura frente à inflação, mostrando que sua política econômica está voltada para o “jogo duro” com a inflação. Vale ressaltar que o emprego da palavra *política* está, neste proferimento, associada a políticas públicas, sejam elas de ordem econômica ou de ordem social.

Nos três blocos que seguem, a presidente segue uma progressão temática: promete – manter a marcha harmônica do Brasil; convoca o interlocutor – a combater a miséria – e, finalmente, projeta o futuro de realizar o sonho coletivo dos brasileiros: retirar as pessoas da margem do caminho. Em relação à convocação, a presidente emprega as palavras *luta* e *batalha*, algo que será recorrente nos proferimentos seguintes, visto se buscar associá-las a uma discursividade corrente, ou seja, há uma conotação de franca oposição a determinados elementos – miséria, inflação.

O emprego das palavras *trabalhador* e *trabalho* não foram trazidas para a análise na explanação da temática dos blocos, visto que, embora apareça oito vezes, a palavra *trabalhador* é empregada em apenas metade das vezes fora dos vocativos. Ou seja, a construção do *objeto-de-discurso trabalhador* nesse proferimento está associada àquele que coloca comida na mesa e àquele que está desempregado e precisa se qualificar para voltar ao mercado de trabalho. Nesse sentido, *trabalhador* é o mesmo que *consumidor*. Além disso, no proferimento de 2011, a presidente endereça a eles de forma direta, mas apagando questões que poderiam ser abordadas: a luta do movimento sindical – ao qual ela faz uma referência muito breve; a promessa de uma revisão das lacunas da legislação trabalhista, por exemplo.

Com quase 300 palavras a menos que o proferimento de 2011, a presidente, em 2012, dirige-se, pela segunda vez a nação, quando da comemoração do Dia do Trabalho em seu primeiro mandato. Esse proferimento foi analisado a partir da divisão em quatro blocos. Nessa mesma direção, perpassa, de forma decisiva, a questão econômica ao longo de todo o proferimento de 2012, tanto que as palavras que mais comparem em tal proferimento são: *consumidor* (6 vezes ao longo de todo o proferimento); *comprar* (3 vezes); *desenvolvimento* (4 vezes); *economia* (7 vezes); *emprego* (3 vezes); *juros* (8 vezes); *luta* (2 vezes) e *lutar* (1 vezes); *taxa* (6 vezes) e *trabalhador* (8 vezes). Dessas dez palavras, seis delas – *consumidor*, *comprar*, *economia*, *emprego*, *juros*, *taxas* – estão de forma inegável ligadas ao âmbito da economia (inter)nacional.

No primeiro bloco temático do proferimento, o que notamos é a presidente faz alusão às riquezas do país – na visão da presidente, principalmente aquilo que é produzido no Brasil – e as associa a questões de ordem econômica: *emprego*, *salário* e *formação profissional*.

No segundo bloco temático, a presidente fala de *desenvolvimento*. Das quatro vezes que essa palavra é enunciada, todas elas estão em razão dos dois parágrafos que compõem o bloco. Assim, ela dá o tom do desenvolvimento: não só o desenvolvimento do país, mas o desenvolvimento das pessoas. Conjecturamos que há entre as palavras *crescimento*, no proferimento de 2011, e *desenvolvimento*, no proferimento de 2012, uma relação metonímica, de forma que *desenvolvimento* seja parte do *crescimento*, de modo que aquele contribui para esse.

Ainda no bloco temático em tela, observamos a construção do *objeto-de-discurso trabalhador*: cidadão, dotado de direitos civis (com o apagamento de seus deveres) e *consumidor*. Ou melhor, a presidente quer desenvolver as pessoas para que elas se tornem

consumidoras, de forma que, a partir daí, elas contribuam, conseqüentemente, para o desenvolvimento/crescimento do país.

O terceiro bloco temático, por sua vez, é composto por oito parágrafos e busca detalhar as ações efetivas que o governo federal tem empreendido em relação à economia. Vale ressaltarmos que a questão econômica sempre constituiu um problema no e para o país, portanto, valer-se de um momento de estabilização da economia para promover-se traz um apagamento do que o governo de Fernando Henrique Cardoso começou, atribuindo, assim, a situação de estabilização econômica aos governos Lula e Dilma. Nessa direção, os oito parágrafos justificariam a quantidade de vezes que foram empregadas as palavras *taxa* e *juros*, que estão indissociavelmente ligadas à política econômica do governo. E é na exposição dessas ações que a presidente insere a figura do opositor: sistema financeiro e malfeitores, sendo que esses últimos podem estar tanto associados, unicamente, ao sistema financeiro ou àqueles que, de alguma forma, seriam responsáveis por barrar o desenvolvimento do país.

No quarto bloco, a presidente assume a preocupação de garantir às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros (i) a continuidade de uma política que vise baixar os impostos, (ii) o combate aos malfeitos e aos malfeitores e (iii) o estímulo às coisas bem feitas e às pessoas honestas do Brasil. Nesse momento, aparece a polarização de duas categorias: malfeitos e coisas bem feitas, de um lado; malfeitores e pessoas honestas, de outro. Aqui, mesmo sem a presença da palavra *luta*, conforme visível em outros lugares do proferimento, o que há é um chamamento ao combate, como ela mesma diz, e do qual ela se coloca como a protagonista (Garanto[...]).

É tão visível o viés econômico nesse proferimento que tudo o que é dito está associado à economia. É prova disso que as medidas por ela apresentadas seriam a garantia do crescimento brasileiro, aumentando a capacidade de produzir e de consumir, de viver bem e de ser feliz. A construção do *objeto-de-discurso* trabalhador como sendo aquele que consome é reiterada neste momento, já que a presidente faz significar a ideia de que viver bem e de ser feliz está associada diretamente à ideia do consumo. Trata-se, assim, do discurso capitalista fazendo-se presente, pois, como presidente, e não mais como militante de um partido político, a presidente deve incentivar o desenvolvimento/crescimento do país. Assim, desenvolver-se significa *consumir*, a ordem é *consumir*. Está, então, (re)desenhada a postura da presidente frente aos seus interlocutores que, por alguns instantes, deixam de ser o povo brasileiro ou os trabalhadores, e passam a ser os responsáveis pelo setor financeiro.

O proferimento de 2013 é o segundo maior dos quatro analisados com 1429 palavras, contendo 25 parágrafos, divididos em cinco blocos temáticos. A tônica desse proferimento de Dilma Rousseff está voltada para os resultados das políticas desenvolvidas ao longo dos dois anos e quatro meses de governo, por vezes associados aos oito anos de seu antecessor na presidência da República. Os resultados vão, principalmente, na direção das questões econômicas e educacionais. Por isso, levantam-se como palavras-chave: desigualdade (6 vezes); desemprego (5 vezes); direito(s) (4 vezes); educação (10 vezes); emprego (15); luta (2 vezes) e lutar (1 vez); política (8 vezes); renda (7 vezes); salário (11 vezes); trabalhador (16 vezes), trabalhista (2 vezes) e trabalho (4 vezes).

Os três parágrafos que constituem o primeiro bloco temático do proferimento apontam para a alegria da comemoração do 1º de maio. Nos dizeres da presidente, essa alegria deve-se às conquistas: emprego, salário e educação, de forma que as duas primeiras estão voltadas ao campo econômico, e a última ao campo educacional voltado para o econômico. Essa alegria manifesta aparece, neste momento, a nosso ver, visto ser o início do terceiro ano de mandato da presidente, ou seja, já é hora de ela chamar para si os resultados de seus pouco mais de dois anos de governo.

No segundo bloco, a presidente volta-se às políticas por ela desenvolvidas: as políticas econômicas – salário, emprego e renda – e as políticas sociais – diminuição da desigualdade e respeito aos direitos trabalhistas, por exemplo. Esse segundo bloco é de uma extensão considerável, buscando apresentar, inclusive, via exemplos concretos, dados, as ações que foram desenvolvidas pela presidente em razão dessas duas políticas, buscando tornar, assim, irrefutável a apresentação, de tal modo a atribuir-lhe um valor positivo.

No terceiro bloco, a presidente traz à tona a questão da educação. Para tanto, ela traz a discursividade de que só uma educação de qualidade garantirá o acesso a um bom emprego e renda; em última instância, mais uma vez a educação voltada para o econômico. Embora não verbalize isso, a educação vem sendo tratada no seu governo, a partir dos efeitos de sentido suscitados pelos proferimentos em análise, na verdade, como uma política social que reverbera como efeito da política econômica desenvolvida por ela. Dessa forma, os vultuosos recursos investidos no Pronatec, no ProUni, no Fies e no Programa Ciência sem Fronteiras, mais do que garantir o desenvolvimento das pessoas, como pontuado no proferimento de 2012, garantirá o desenvolvimento do país, via avanço para o emprego e para o salário. Em outros termos, temos que considerar que *se desenvolver* significa *consumir*, o que em relação ao país significa aquecer a economia por meio da circulação de capital. Mas, para isso, a própria presidente

apresenta duas condições: a vontade política e a existência de verba suficiente (algo que, dois anos depois, levará a uma revisão da postura do Estado).

No quarto bloco, os dizeres da presidente voltam a apresentar uma discursividade associada à educação, mas em âmbito mais local: a família e a escola, chamando, primeiramente, a responsabilidade da família para o desenvolvimento educacional de seus filhos, no sentido de a educação ser um bem de consumo que levará a formação profissional, técnica; e, em segundo lugar, conclamando os mestres a superarem as dificuldades que eles enfrentam: salário baixo? má condições de trabalho?; além de concluir dizendo que toda a sociedade deve trabalhar mais pela educação, pois ela é um dever do Estado, e um direito do cidadão.

Devido à quantidade de vezes em que a palavra *trabalhador(a)* comparece, observamos que efeito de unidade para a construção do *objeto-de-discurso trabalhador* não se dá. A princípio, o trabalhador é aquele que luta por comida, elemento básico para a subsistência; logo a seguir, a ele é atribuída a imagem de alguém que merece ter suas conquistas sociais, inclusive a extensão dos direitos da CLT e o diálogo via sindicato; finalmente, a ele também é associada, como no proferimento de 2012, a sua garantia de poder de compra, ou seja, o trabalhador é um consumidor nato. Por isso, não fica apagada nesse proferimento a ideia de luta que está associada aos fatores econômicos: controle da inflação e redução dos impostos, além da luta pela educação que, conforme dito anteriormente, levará à consolidação do poder econômico por meio do poder de compra do cidadão.

No terceiro proferimento em relação ao Dia do Trabalho, a presidente conjuga as temáticas centrais dos dois outros proferimentos: a economia e a educação, sendo a última reduzida a bem de consumo para o consumo, discursivizando, assim, o discurso neoliberal, para o qual a educação da massa não deve ser voltada para o saber em função do conhecimento, mas em função da melhoria da qualidade da mão de obra do trabalhador, a fim de melhor consumir. Economia e educação são colocadas de forma interligada, o que apaga, fortemente, a data comemorativa, pois tudo o que é dito vem em razão de certas condições de produção: a relação com os fatos históricos e ideológicos no momento em que é produzido o discurso. A presidente não rememora a luta dos trabalhadores para alçarem a condição que hoje têm, até mesmo porque fazer isso é, por outra via, apagar os feitos do seu governo.

O proferimento de 2014, ano em que Dilma Rousseff concorrera a re-eleição, é o mais longo de todos os quatro proferimentos analisados, sendo constituído de quase 1500 palavras, quase 400 a mais que o primeiro deles, e quase o dobro do segundo. Em razão da sua extensão,

ele é constituído de oito blocos temáticos. Diante de um proferimento com oito blocos temáticos, há a recorrência de palavras-chave já vistas em outros proferimentos, como outras que só parecem aqui. Assim, há: continuar (7 vezes); corrupção (6 vezes); economia (2 vezes); educação (2 vezes); emprego (5 vezes); inflação (5 vezes); luta (7 vezes) e lutando (2 vezes) e lutar (1 vez); mudança (5 vezes), mudando (1 vez) e mudar (2 vezes); pacto (6 vezes); salário (6 vezes) e salário-mínimo (5 vezes); trabalho (3 vezes) e trabalhador (24 vezes).

O primeiro bloco temático volta-se para a questão da mudança e da continuidade da mudança. A presidente trabalha com a ideia de que o Brasil tem passado por um processo de mudança, principalmente no que concerne a questões econômicas: emprego, combate à inflação, valorização do salário-mínimo. Contudo, a presidente reflete sobre dois pontos: que mudar não é fácil e, por isso, muitas vezes, ela encontra adversários; e que, mesmo diante das dificuldades e dos adversários, ela e sua equipe de governo têm forças para continuar a mudança, fazendo um enfrentamento nas áreas que forem necessárias, principalmente dos (partidos) políticos ávidos por apossarem-se da máquina do Estado. Esse primeiro bloco acena para a campanha eleitoral, pois ela busca construir uma imagem de alguém que, mesmo diante das adversidades – a sinalização de que o momento de estabilidade econômica começa a ruir, denúncias de corrupção envolvendo políticos ligados à Presidente, por exemplo – consegue manter o seu foco e a vontade de fazer o melhor.

No segundo bloco, a presidente ocupa-se de expor as ações feitas por ela em relação a questões de ordem da política econômica e da política social. No terceiro bloco, Dilma Rousseff já em tom de campanha eleitoral faz promessas relativas a questões econômicas, tais como a valorização do salário-mínimo, defesa dos direitos dos trabalhadores e a diminuição da desigualdade social.

No quarto bloco, a presidente volta a ocupar-se de questões econômicas, chamando a atenção do interlocutor para a sua (não) responsabilização no que tange à inflação em determinadas épocas do ano: questões de ordem climática. Desse modo, ela (de)mo(n)stra que determinados fatos transcendem ao controle humano, não, sendo, portanto, incompetência dela ou de sua equipe econômica; rebatendo a discursividade dos opositores, que, a todo custo, querem desmoralizá-la. No quinto bloco, a presidente abandona a questão econômica e volta-se, novamente, a promessas relacionadas à continuidade da mudança e ao combate à corrupção.

No antepenúltimo bloco do proferimento, a tônica recai sobre a corrupção ou, em outros termos, sobre combate à corrupção; focalizando os escândalos da Petrobrás. A postura da presidente diante disso é de luta, de enfrentamento, pois, segundo Dilma, o que envergonha não

é apurar a corrupção, mas, sim, não a combater. No penúltimo bloco, reconhece-se, mais uma vez, o aparecimento de uma temática que antes não havia sido visada nos proferimentos da presidente: os pactos, o que se justifica em razão de eles terem ganhado força no cenário nacional após as manifestações de junho de 2013. Assim, a presidente fala dos pactos apresentando os resultados que eles surtiram e projeta. No último bloco, finalmente, a presidente fala da necessidade da reforma política e convoca os outros dois poderes – Judiciário e Legislativo – e os trabalhadores a discutirem tal reforma. Ao final do proferimento, Dilma Rousseff ressalta que há “coragem e vontade política” e que ela está do lado do povo. Ao dizer isso, faz significar também que os seus opositores estão contra o povo, pois se Dilma está do lado do povo, quem estiver contra ela está também contra o povo. Em síntese, esses dizeres apontam para o chamamento do povo a ficar do lado dela (nas eleições).

Esse proferimento chama-nos atenção, entre outros aspectos, pela presidente, pela primeira vez em quatro proferimentos, nomear a data comemorativa pelo Dia do Trabalho, mesmo que via aposição da data 1º de Maio. Esse aspecto remete-nos ao fato de que quem colocou o PT no governo foi o trabalhador, além, é claro, de a ideologia do partido estar voltada, mesmo que imaginariamente, principalmente por meio do nome do partido, para esse segmento da sociedade. Consequência disso é a quantidade de vezes que a palavra trabalhador(a) foi mobilizada ao longo do proferimento: 24 vezes. Assim, o trabalhador e a trabalhadora são chamados, convocados a decidirem se querem a continuidade da mudança ou não.

A construção do *objeto de discurso* trabalhador está para aquele com quem o governo Dilma Rousseff se preocuparia e é para quem a (continuidade da) mudança dever-se-ia voltar. Isso porque ele é honesto, já que vive do suor do seu trabalho – ideia, inclusive, trabalhada em proferimentos anteriores. Rarefaz-se, nesse proferimento, a imagem do trabalhador como consumidor, uma vez que o que ela quer aqui é alçá-lo a uma perspectiva de direitos: à saúde, à educação, à mobilidade e à escolha a partir da reforma política.

Em síntese, os quatro proferimentos do 1º de Maio enunciados pela presidente Dilma Rousseff acenam para três aspectos: (i) ao não se nomear a data comemorativa, a presidente promove um efeito de abertura para que sejam faladas de outras temáticas, como a economia e a educação determinada pelo discurso neoliberal; (ii) ora mais, ora menos a presidente mantém-se em uma relação (quase) simbiótica com o seu antecessor, Lula, remetendo-nos à questão da (continuidade da) mudança; (iii) há a construção de um *objeto-de-discurso* trabalhador que é construído como interlocutor do dizer da presidente, fruto de uma discursividade que o alça,

por vezes, à condição de cidadão; por vezes, a condição de consumidor. É importante ressaltarmos que esses três aspectos encontrarão eco na análise feita em relação à adjunção e à aposição, pois permitirão (entre)ver por quais processos essa realidade é (re)produzida.

CAPÍTULO 4

Mo(vi)mentos Analíticos. O Discurso Político no e pelo Discurso Capitalista Neoliberal. A direita na esquerda ou a esquerda na direita?

O sujeito se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. E o faz em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia. A ordem da língua e a da história, em sua articulação e seu funcionamento, constituem a ordem do discurso.

(Eni Orlandi, 2012a)

4.1. Considerações iniciais

Antes de iniciarmos os mo(vi)mentos analíticos a que nos propomos neste capítulo, julgamos necessário voltar, mesmo que sumariamente, a alguns pontos que balizam a análise.

O primeiro desses pontos diz respeito à premissa com a qual trabalhamos: o fato de a sintaxe constituir tanto o mecanismo de articulação que permite a compreensão dos processos

discursivos quanto o mecanismo fundamental que possibilita os efeitos de sentido no discurso político institucionalizado. Sob essa óptica, a adjunção e a aposição fundamentam a produção de efeitos de sentido que ocupam lugar fundamental no processo de interpretação.

A GN, conforme visto na introdução desta tese, ao apregoar a dispensabilidade tanto semântica quanto estrutural de termos ditos por ela acessórios, como os adjuntos e os apostos, desconsidera os possíveis efeitos de sentido por eles suscitados, fato ao qual pretendemos dar novos contornos; pois, na perspectiva discursiva, consideramos não mais os adjuntos e os apostos como termos acessórios, mas como mecanismos linguístico-sintáticos que fazem parte do processo discursivo no qual estão inseridos e cuja função é trabalhar para a construção de certa realidade política, de forma específica na análise em tela, nos proferimentos institucionalizados de Dilma Rousseff do Dia do Trabalhador.

Sob essa perspectiva, concebê-los como mecanismos linguístico-sintáticos acarreta uma consequência significativa: esses são considerados como pertencentes à ordem da língua-discurso⁷⁰ e, por conseguinte, não podem ser considerados dispensáveis, visto que suscitam efeitos de sentido juntamente com as demais unidades do discurso. Decorre disso que deixamos de olhar apenas o emprego da língua e voltamo-nos para as questões de produção do sentido e de seus efeitos, buscando (re)conhecer a articulação entre o interdiscurso e o intradiscurso no processo discursivo.

O segundo desses pontos é indissociável da hipótese assumida por nós, pois está voltado para o aspecto de como (re)conhecer como recursos da estrutura linguística – adjunto e aposto – são combinados em um discurso particular – o discurso político institucional da presidente Dilma Rousseff em seu primeiro mandato como presidente do Brasil (2011-2014), passando a constituir, assim, os processos de adjunção intra e intersintagmática e de aposição. Para tanto, inicialmente, consideramos a combinação em tela como fruto de um trajeto do locutor em função das redes de memória que o constituem, para então, buscar possíveis efeitos de sentido produzidos por essa combinação na recepção por um interlocutor possível, de modo a explicitar e compreender como outros trajetos de leitura se abrem via sintaxe.

A interpretação decorrente da presença dos mecanismos adjunção e aposição está, a nosso ver, voltada para a significação do discurso político no e pelo discurso capitalista neoliberal, de forma que esses mecanismos são responsáveis por essa significação. É notório

70 Utilizamos a expressão língua-discurso em menção à língua enquanto base dos processos discursivos.

que o discurso capitalista neoliberal, em suas diferentes discursividades, encontra-se em relação de dominância, no mundo globalizado, de modo a constituir o espaço simbólico mundial, fazendo com que, em menor ou em maior grau, sejamos afetados e determinados por ele. No Brasil, a situação não é outra; tanto é assim que, embora o governo federal, há 13 anos, seja ocupado por um governo que se diz de esquerda, tem atuado segundo a determinação do discurso capitalista neoliberal. Quem poderia colocar-se fora do mundo, como um marciano, e, assim, não ser afetado e determinado pelo capitalismo neoliberal?

Conforme nossa análise dos proferimentos, o que veremos é a direita movimentar-se como esquerda e a esquerda atuar como direita, produzindo uma (in)distinção entre os ditos “polos” políticos, se assim ainda podemos nos referir a eles. De nossa perspectiva discursiva, não é estranho e nem poderia ser diferente encontrarmos aproximações e afastamentos nos dizeres de distintas posições políticas, uma vez que a contradição é constitutiva. Assumimos, assim, que o lugar da Presidente Dilma Rousseff, nessa conjuntura, é um lugar determinado pelo capitalismo neoliberal. Essa realidade faz com que a presidente, ao ocupá-lo, seja enredada nas e pelas redes discursivas que o constituem. Eis, então, o in-sabido do funcionamento da Ideologia nessa conjuntura sócio-histórica.

Ressaltamos que, na análise da adjunção e da aposição, há uma variação do mo(vi)mento analítico empreendido, o que se dá em razão da especificidade de cada mecanismo na constituição do processo discursivo. Assim, analisamos, primeiramente, a adjunção; e, na sequência, a aposição; em concomitância à análise da presença de tais mecanismos no processo discursivo em funcionamento nos proferimentos da presidente do Dia do Trabalho, estabelecemos, quando relevante, uma relação com a presença dos vocativos.

4.2. Adjunção intrassintagmática e intersintagmática

Dada a natureza da adjunção, separamo-la em adjunção intrassintagmática – aquela que ocorre em sintagma - e adjunção intersintagmática – aquela que envolve uma relação entre sintagmas. A adjunção intrassintagmática envolve os casos em que há adjunção a nominais e a adverbiais, enquanto a adjunção intersintagmática envolve apenas casos em que há adjunção a adverbiais.

4.2.1. Adjunção intrassintagmática de ordem nominal

A recorrência de SAdn no *corpus discursivo* em tela é extensa e de característica linguística muito diversa. Contudo, para fins analíticos, tomamos as ocorrências que apresentam SAdn, relacionando-os a sua característica linguística sempre que possível. Por isso, o foco recai sobre o SAdn-adj e sobre o SAdn-locadj, cujo objetivo está voltado, então, para a percepção da relação intrassintagmática de unidades linguísticas de ordem adnominal representadas tanto por adjetivos como por locuções adjetivas. Ademais, quando possível e/ou necessário, trazemos à tona a análise de outros sintagmas adnominais, a saber: SAdn-art (representado morfossintaticamente por artigos); SAdn-pronadj (representado morfossintaticamente por pronomes adjuntos a um nominal); bem como o SAdn-ora (adjuntos representados por orações relativas).

Para iniciarmos as análises, tomemos o recorte abaixo, presente no primeiro proferimento do mandato de Dilma Rousseff em comemoração ao 1º de maio:

[Rec5 – 29042011] Trabalhadoras e trabalhadores,

O crescimento do emprego e da renda é uma realidade *concreta* nesse *novo* Brasil que juntos estamos construindo.

No recorte supracitado, há a presença de dois SAdn-adj: *concreta* e *novo*. Devemos lembrar-nos de que, na compreensão do SAdn sob a óptica da GN, esses adjuntos seriam termos que se juntariam a outro termo de natureza nominal. Assim, tendo o seu escopo - uma relação que, necessariamente, envolve a interdependência entre palavras, termos ou todo o enunciado, cujo foco é a atribuição de sentido a partir do trajeto de leitura empreendido pelo interlocutor⁷¹ -, conforme essa perspectiva, em um nominal. Dado os sintagmas adnominais em questão, notamos que, inicialmente, eles atenderiam a esse critério, de forma que o escopo do SAdn-adj *concreta* seria o termo *realidade*, e o escopo do SAdn-adj *novo* seria o termo *Brasil*. Para uma análise mais detalhada de cada um desses adjuntos, tomemos, em primeiro lugar, a sequência em relação ao SAdn-adj *concreta*:

71 O escopo é marcado com a presença dos colchetes nas sequências, nos trajetos de leitura ou nas re-escritas nos quais ele é evocado para elucidar certas relações.

[Rec5(1)– 29042011] O crescimento do emprego e da renda é uma realidade *concreta* [...]

A partir do [Rec5(1)– 29042011], poderíamos compreender, conforme a visão da GN, que o SAdn-adj *concreta* juntar-se-ia à palavra *realidade*. Recorrendo ao que dizem os gramáticos acerca dos adjuntos adnominais, ter-se-ia que esse adjetivo cumpriria a função de acrescentar uma ideia accidental ou complementar; além de especificar ou delimitar ou, ainda, acrescentar um dado novo à significação da palavra *realidade*. Diante disso, contudo, questionamos: alguma dessas explicações se aplica ao enunciado em tela?

Para (tentar) respondê-lo, devemos levar em consideração que o adjetivo *concreta* está se ligando, considerada a linearidade do enunciado, à palavra *realidade*, de forma que não há como considerarmos que esse adjetivo esteja acrescentando uma ideia de caráter complementar ou accidental, ou, ainda, um dado novo à sua significação. Falar em *realidade concreta* seria uma afirmação do óbvio; o que constitui uma tentativa do locutor de não deixar margem a qualquer outro efeito de sentido que possa emergir a partir da leitura desse enunciado.

No entanto, ao lançar mão da adjunção intrassintagmática, ou melhor, ao se produzir uma sequência em espiral a partir da espiralação do SAdn-adj *concreta* ao nominal *realidade*, o locutor faz significar, por contraste, a possibilidade de a realidade poder ser concebida de outras formas, conforme proposto nas releituras abaixo:

[Rec5(1) – 29042011– Rel1] O crescimento do emprego e da renda é uma realidade *imaginária* [...]

[Rec5(1) – 29042011– Rel2] O crescimento do emprego e da renda é uma realidade *virtual* [...]

[Rec5(1) – 29042011– Rel3] O crescimento do emprego e da renda é uma realidade *forjada* [...]

[Rec5(1) – 29042011– Rel4] O crescimento do emprego e da renda é uma realidade *falsa* [...]

[Rec5(1) – 29042011– Rel5] O crescimento do emprego e da renda é uma realidade *longe de ser alcançada* [...]

Essas releituras mostram que o indicativo responsável pela espiralação da sequência é o SAdn-adj – Rel1 a Rel4 – e o SAdn-locadj – Rel5. Considerando o fato de que é a presidente que o enuncia, é possível dizer que ela intenta construir uma referência para a *realidade* de forma a não dar margem para que outro (possível) sentido emerja. Isso seria explicado em razão da resposta a uma das formações imaginárias colocados por Pêcheux (2010a [1969]): “Quem sou eu para lhe falar assim?”. Precisamos nos lembrar de que o [Rec5(1) – 29042011] foi enunciado no primeiro proferimento da presidente Dilma Rousseff em comemoração ao Dia do Trabalho, o que coincide também com o seu primeiro ano de mandato, mais precisamente, com o início do quinto mês desse mandato.

Dessa forma, falar em *realidade concreta* é falar em uma realidade que o seu antecessor, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, teria construído em seus oito anos de mandato e que ela, como sua sucessora, teria a obrigação de manter. Há, nesse momento, uma relação (quase) simbiótica entre as figuras da presidente e a de seu antecessor⁷², o que foi, quando da luta sucessória e do início do mandato de Dilma explorado midiaticamente de *n* formas.

Em razão dessa interpretação, não poderíamos falar em dispensabilidade para o SAdn-adj *concreta*, pois a sua ausência comprometeria os efeitos de sentido que a referência construída por e nesse discurso pode fazer emergir, uma vez que a referência seria outra. Resta ainda, por outro lado, considerarmos que o escopo do SAdn-adj *concreta* transcende os limites do sintagma e, nesse caso, consideramos a sequência em espiral, aquela que não é dada *a priori*, mas proveniente da associação de indicativos para promover o efeito leitor.

Para tanto, tomemos, o trajeto de leitura a seguir:

[Rec5(1) – 29042011– T1] [[O crescimento do emprego e da renda] [[é uma realidade] [concreta]] [...]]

72



. (Disponível em <http://4.bp.blogspot.com/-exDXdVm6l84/VNVxyBUcESI/AAAAAAAAADGo/IwA1OVH03so/s220/charge-Dilma-Lula.jpg>. Acesso em 15 de setembro de 2015)

Para a construção do trajeto de leitura T1, levamos em consideração, diferentemente do que é preconizado pelos estudos gramaticais normativos, que o SAdn-adj *concreta* constitui o enunciado e que, portanto, estabelece relações que vão além da construção da frase. Desse modo, consideramos que SAdn-adj *concreta* incide sobre *é uma realidade* e não apenas sobre o núcleo do predicativo do sujeito. Vemos, nesse caso, que o SAdn-adj em análise cumpriria a função de especificador, uma vez que teria como objetivo in-determinar, dessa feita, o sentido da palavra *realidade* que o acompanha. Essa possível interpretação é corroborada pelo escopo de *é uma realidade concreta* que seria o sujeito da oração *O crescimento do emprego e da renda*.

No primeiro proferimento em comemoração ao 1º de maio, existe a necessidade de afirmação do crescimento desses dois fatores sociais, emprego e renda, como algo real, tangível, e não uma possibilidade sem fundamento, pois, caso a sequência fosse, assim, re-escrita:

[Rec5(1) – 29042011–ReL1] O crescimento do emprego e da renda é uma realidade [...]

teríamos a possibilidade de os interlocutores projetarem a referência da palavra *realidade* de outros modos. Uma possibilidade seria as cinco releituras anteriormente aventadas, sendo que todas essas cinco projeções seriam, provavelmente, advindas de leituras de interlocutores em posição não simpática ao governo da presidente Dilma Rousseff. Outra possibilidade: “o crescimento do emprego e da renda é uma realidade *inquestionável*” adviria de leituras empreendidas por interlocutores em posição simpatizante ao governo da Presidente Dilma Rousseff, por exemplo. Nada mais importante, nesse caso, que construir, via o uso do SAdn-adj *concreta*, uma referência para o termo *realidade* que está associada ao crescimento do emprego e da renda; fazendo com que surja como efeito, a princípio, uma não abertura para outras referências para o termo realidade.

Pela re-escrita do [Rec5(1) – 29042011], observamos que, em termos estruturais, a oração continua a existir mesmo sem a presença do SAdn-adj *concreta*; mas o enunciado (entendido aqui como o particípio passado do verbo *enunciar*), por sua vez, torna-se outro, uma vez que o dizer seria outro. Por isso, do ponto de vista discursivo, não é possível falar em dispensabilidade, mesmo que estrutural. Em outros termos, do ponto de vista da produção do sentido, o enunciado seria outro, já que o mecanismo da adjunção ao (não) constituir o processo discursivo em funcionamento mobiliza elementos de diferentes ordens, havendo, assim, a

produção de um efeito de sentido. No entanto, não há garantia de que esse efeito seja produzido, porque o interlocutor, se estiver afetado por outras redes de memória, pode ser conduzido a outro trajeto de leitura, já que poderá tomar outro indicativo para espiralar a sequência.

Pela análise desse primeiro recorte, cabe-nos, de saída, pontuar que no dizer da Presidente, em seu primeiro proferimento do Dia do Trabalhador, está em funcionamento, de modo determinante, o discurso capitalista neoliberal, pois, ao invés de, por exemplo, associar a importância da data comemorativa aos direitos e às melhores condições de trabalho adquiridos pelos trabalhadores ao longo da história do Brasil ou aos momentos de luta do próprio PT em prol da classe trabalhadora; fazendo emergir redes de memória associadas a um avanço das questões sociais; o destaque à questão da renda e do emprego aparece margeado pelo discurso econômico, em sua faceta capitalista neoliberal, como não poderia ser diferente, uma vez que, na contemporaneidade, o sujeito de Estado é o sujeito do capitalismo (Cf. Orlandi, 2005). Em outros termos, a tônica do proferimento está em questões voltadas para o desenvolvimento econômico.

Em relação ao recorte [Rec5(2) – 29042011], também referente ao primeiro proferimento do mandato da presidente em comemoração ao Dia do Trabalhador, observamos outra sequência:

[Rec5(2) – 29042011] [...]é uma realidade *concreta* nesse *novo* Brasil que *juntos* estamos construindo.

O SAdn-adj *novo* está associado ao nome próprio *Brasil*, cuja importância reside na referência construída, uma vez que a adjunção de “novo” a Brasil produz uma in-determinação da referência, suscitando certos efeitos de sentido. Um efeito de sentido possível é o de contraste entre um “velho Brasil” e o “novo Brasil” que, nessa conjuntura discursiva, pode significar o “velho Brasil” como aquele que não oferecia aos trabalhadores brasileiros emprego e renda e o “novo Brasil” como aquele que oferece emprego e renda. Mas também pode referenciar “novo Brasil” como aquele país em que a economia encontra-se estabilizada, com inflação controlada e melhores condições de empregabilidade e, por conseguinte, de consumo.

No entanto, é oportuno dizer que inerente a esses efeitos está pareada a referência temporal, apresentando como efeito de sentido o contraste entre o *Brasil do passado* e o *Brasil do presente*, em que *Brasil do passado* circunscreve o Brasil anterior ao PT no governo e o *Brasil do presente* circunscreve o Brasil do governo PT. Assim, o locutor intenta fazer significar

a ideia de que o *Brasil do passado* é um país com problemas econômicos, dívida externa, inflação, má distribuição de renda, desigualdade social e problemas sociais e que, em relação ao *Brasil do presente*, a ideia que sobressairia é a de prosperidade econômica, distribuição mais igualitária da renda, diminuição da desigualdade e dos problemas sociais.

A presença da adjunção faz, de forma implícita, o discurso capitalista neoliberal atravessar o proferimento, pois, a nosso ver, o contraste promovido pelo SAdj-adj *novo* funcionaria para (de)marcar a questão da realidade econômica brasileira, não apartada, por exemplo, também do desenvolvimento social. Essa última realidade é significada como uma característica possibilitada pela conjuntura política brasileira: a chegada e a manutenção do poder executivo federal nas mãos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Interessante é notarmos, no enunciado em tela, que o SAdn-adj *novo* antecede o nome em que incide. Diante disso, o SAdn-adj *novo* leva-nos a considerar que o Brasil a que a presidente se refere é um Brasil que tem pouco tempo de existência e que se oporia a um *velho* Brasil. Dito de outro modo: é o Brasil construído pelo governo petista entre os anos de 2003 a 2010 com o presidente *Luiz Inácio Lula da Silva*, cuja continuação se dá, agora, com o governo de Dilma Rousseff. Essa interpretação dá-se a partir da presença do SAdn-ora *que juntos estamos construindo*.

Essa construção sintática mencionada apresenta dois pontos importantes. O primeiro deles é a elipse do sujeito, *nós*, que, a seu turno, expõe uma equivocidade, porque mantém indeterminada a referência. Assim, a elipse do *sujeito* em *que juntos estamos construindo* pode ser interpretada, minimamente, de três formas: (i) Dilma e seu antecessor - Lula; (ii) Dilma e sua equipe de governo; ou, então, na tentativa de trazer uma ideia de pertença ao interlocutor, (iii) Dilma, seu governo e a população brasileira, em especial os trabalhadores. Cada uma dessas interpretações ou, inclusive, nenhuma delas, certamente, está estreitamente relacionada à visão que no interlocutor constrói-se em relação à presidente. Em síntese, essa interpretação norteia-se na pergunta “Quem é ele para que me fale assim?” (PÊCHEUX, 2010a [1969]).

O segundo ponto é relativo ao fato de que a presença da relativa *que juntos vamos construindo*, se consideradas as noções de *restrição* e de *explicação*, levar-nos-ia aos seguintes trajetos de leitura:

[Rec5(2) – 29042011 – T1] é uma realidade concreta nesse novo [[Brasil] [que juntos estamos construindo.]]

[Rec5(2) – 29042011 – T2] é uma realidade concreta [nesse [novo Brasil] [que juntos estamos construindo.]]

No primeiro trajeto de leitura proposto, T1, consideramos a relativa *que juntos estamos construindo* como uma restritiva, pois o seu escopo é *Brasil*. Assim, a relativa funciona como um indicativo que faz a sequência se espiralar a partir daí; nesse caso, ligando-se a apenas *Brasil*. Em vista disso, poderíamos falar na bipartição do conjunto *Brasil*: um Brasil que juntos estamos construindo, e um Brasil que não estamos construindo juntos. Certamente, essa interpretação seria possível se fosse considerado, mais uma vez, um interlocutor em posição de não simpatizante da presidente, pois a sua posição política e/ou partidária o permitiria pressupor que existem dois “Brasis”: um cuja construção se dá em conjunto e outro não, o que justificaria, em parte, falarmos em direita e em esquerda. Essa perspectiva corrobora a leitura que postula a existência de um novo Brasil, o qual poderia ser associado ao Brasil da esquerda e de um velho Brasil, associado ao Brasil da direita. Essa possibilidade de associação à direita ou à esquerda é foco de questionamento mais adiante.

Por sua vez, no segundo trajeto de leitura, T2, a relativa não seria mais interpretada como restritiva, mas como explicativa, pelo fato de considerarmos o escopo do SAdn-ora *que juntos estamos construindo* como *novo Brasil*. Como na análise anterior, a relativa funciona como um indicativo que faz a sequência se espiralar a partir daí; mas, nesse caso, ligando-se a *novo Brasil*. Dessa forma, há uma explicação para *novo Brasil*, algo que poderia ser considerado uma propriedade de um novo Brasil. Em decorrência disso, o interlocutor que poderia traçar esse trajeto de leitura seria alguém cuja posição política e/ou partidária está em consonância com a da presidente.

Diferentemente dos dois recortes analisados, cujo foco recaiu sobre a análise de SAdn representados por adjetivos e orações relativas, o próximo recorte, além de priorizar adjetivos, também apresenta o seu foco sobre locuções adjetivas. Diante disso, temos:

[Rec8 – 29042011] O Brasil vai realizar esse *grande* sonho *coletivo* e ele vai concretizar os sonhos *de milhões de brasileiros* que ainda esperam por uma chance na margem do caminho. Essa estrada é de todos e vamos trilhá-la bem juntos.

Observamos, nesse recorte, a presença do SAdn-adj *grande* e do SAdn-adj *coletivo*, bem como o SAdn-locadj *de milhões de brasileiros*. Em relação aos dois SAdn’s, consideramos:

[Rec8(1) – 29042011] O Brasil vai realizar esse *grande sonho coletivo* [...]

Antes de empreendermos a análise do mecanismo da adjunção no recorte, consideremos o sintagma *O Brasil*, visto haver uma personificação para tal, já que a ele é atribuída a ação de realizar algo. Nesse sentido, perguntamo-nos: qual a referência para *Brasil*? Parece-nos que Brasil, nesse caso, é o Brasil construído pelo T2 referente ao [Rec5(2) – 29042011], ou seja, o país *que juntos vamos construindo*. Nessa perspectiva *O Brasil* pode reescrever o governo Dilma e os trabalhadores minimamente, já que a produção e o consumo são os dois pilares da economia brasileira.

No recorte em tela, os dois adjetivos estão relacionados ao nominal *sonho*, cuja referência no proferimento seria a existência de “[...]um país sem pobreza com as famílias podendo subir na vida.”⁷³, ou seja, as pessoas, movidas pelo ideal da mobilidade social, anseiam sair da pobreza (por meio do trabalho?). Contudo, a partir da construção dos trajetos de leitura, (re)desenha-se essa construção referencial, o que pode ser visto nos dois trajetos de leitura:

[Rec8(1) – 29042011] – T1 O Brasil vai realizar [esse [grande] [sonho [coletivo]]] [...]

[Rec8(1) – 29042011 – T2] O Brasil vai realizar [[esse grande sonho] [coletivo]] [...]

Na tentativa de apresentar o efeito leitor de cada um dos trajetos de leitura acima, consideramos que, no primeiro trajeto, o SAdn-adj *coletivo* incide sobre *sonho*, ou seja, um país livre da pobreza e com as pessoas podendo melhorar suas condições de vida. Desse modo, a leitura produzida via sequência em espiral propõe que o *sonho* de que se fala não é um sonho individual, mas, sim, que envolve os interesses de uma coletividade, sobre a qual não se produz um efeito de exatidão, estando, pois, in-determinada: as famílias que estão na miséria? os brasileiros? Os empresários? Ou seja, nesse momento, a leitura é feita do final para o início do recorte, produzindo uma sequência em espiral. O SAdn-adj *grande*, a seu turno, teria seu escopo de incidência sobre *sonho coletivo*, levando, então, a interpretarmos *que* o sonho coletivo a que a presidente faz referência é grandioso. Pela espiralação da sequência, teríamos que *coletivo* incidiria sobre *sonho*; *grande* sobre *sonho coletivo*. Essa sequência dá vistas ao fato de que a associação dos indicativos a outros elementos da sequência promove o efeito leitor.

73 Esse dizer mantém clara relação com o slogan de seu governo “Brasil, país rico é país sem pobreza.”, anunciado oficialmente no dia 10 de fevereiro de 2011, conforme visto em na Figura 3.

Não obstante, no segundo trajeto de leitura, consideramos que o SAdn-adj *coletivo* incidiria em *esse grande sonho*. Desse modo, essa forma teria como referência o anseio de um país livre da pobreza e com as pessoas podendo melhorar suas condições de vida, cuja caracterização volta-se ao caráter coletivo desse grande sonho, que, considerando as condições de produção desse discurso, traz à tona que o ideário do governo da Presidente Dilma Rousseff “Brasil, país rico é país sem pobreza.”, o que deve ser algo de caráter coletivo e não, apenas, governamental. Esse ideário, que parece colocar ênfase na necessidade de erradicação da pobreza, coloca em evidência, na verdade, a necessidade de o Brasil ser um país rico (economicamente), pois, a pobreza ao ser, ao menos minimizada, alavanca a economia e faz o capital girar.

No caso desses dois trajetos de leituras, tanto o SAdn-adj *coletivo* quanto o SAdn-adj *grande* contribuem significativamente para a construção da referência em relação ao termo *sonho*, visto que o seu papel na produção da sequência permite a construção de um objeto-de-discurso ao qual é acessado por meio do trajeto de leitura empreendido no e pelo interlocutor; que, por sua vez, lê/interpreta em relação às redes de memória que o constituam. Nesse sentido, ao se produzir esse objeto-de-discurso, haveria uma estabilização que produziria como efeito de sentido a naturalização do sentido, de forma que ele (ilusoriamente) passaria a existir independentemente da discursivização que o produziu. Avançando mais um pouco, poderíamos, então, dizer que a equivocidade, manejada analiticamente por meio dos trajetos de leitura distintos, dar-se-ia pelo *real* da língua e pelo *real* da história.

4.2.2. Adjunção intra e intersintagmática: os adverbiais

Os mecanismos de adjunção e de aposição são fundamentais para o processo discursivo em funcionamento no discurso político institucionalizado e governamental, uma vez que esse discurso tende a construir uma realidade de valoração positiva para o governo em vigência em detrimento de outros governos, a fim de manter-se no poder da instituição política Estatal. Os proferimentos da Presidente Dilma Rousseff, embora sejam relativos à data comemorativa do Dia do Trabalhador, não deixa de estar sob a égide de tal funcionamento; por isso, torna-se relevante analisar nele a adjunção e a aposição de adverbiais, a fim de compreender e explicitar

sua participação no mo(vi)mento político do dizer e na construção referencial de certa realidade como real (mesmo que imaginariamente).

Assim sendo, analisamos, nesse tópico, as ocorrências do Sadv. Não consideramos, para tanto, a sua natureza estrutural, a não ser em função da produção dos efeitos de sentido possíveis. Assim, teremos: SAdv-advérbio (SAdv-adv) - representado por um advérbio; SAdv-locução adverbial (SAdv-loc) - representado por uma locução adverbial e SAdv-oracional (SAdv-ora) - representado por uma oração subordinada adverbial. Conforme a análise da adjunção dos nominais, a análise da adjunção de adverbiais segue a ordem cronológica dos proferimentos, a fim de mostrar os mo(vi)mentos na produção discursiva de uma realidade política de valoração positiva que resultaria do governo PT. Para tanto, inicialmente, consideremos o recorte:

[Rec1 – 29042011] - Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Mais uma vez o Brasil vai festejar o 1º de Maio da forma como este dia deve ser comemorado: com crescimento do emprego e da renda, com economia sólida, e pleno de esperança no futuro. Isso porque, na medida em que o emprego e o salário aumentam, a desigualdade diminui e o país continua avançando *sem retrocessos*.

Esse recorte é relativo à abertura do primeiro proferimento da presidente em razão da comemoração do 1º de maio. Nele, observamos que o vocativo empregado pela presidente é composto pela expressão *querido(a) brasileiro(a)*, o que produz um efeito de proximidade da autoridade com os seus interlocutores. Assim, fica explícito um direcionamento não só ao trabalhador - quem deveria ser o foco do pronunciamento - mas a qualquer compatriota que esteja assistindo, ouvindo ou lendo os seus dizeres. Também é possível que essa mesma expressão, na condição de vocativo, produza um efeito irônico para interlocutores na posição de não simpatizante ao governo PT, o que significaria esse dizer como ofensivo, como uma forma de afronta, por exemplo. Assim, teríamos para a questão “Quem é ela para que me fale assim?” uma projeção imagética distinta daquela que pode ser produzida a partir da interpretação de “querido(a)” como expressão de carinho e reconhecimento.

Outro aspecto importante a ser considerado é que não há referência ao Dia do Trabalhador como tal, mas, sim, como 1º de maio; o que funcionaria como um mecanismo de

abertura para que outras temáticas fossem tratadas ao longo do proferimento e não apenas questões relativas ao trabalhador.

No recorte supracitado, destacamos a presença do SAdv sob a forma de locução adverbial: *mais uma vez e sem retrocessos*. Ao SAdv-loc *mais uma vez*, isoladamente⁷⁴, poderíamos conferir o valor semântico de repetição, o que não traria (aparentemente) implicações outras para tal significação. Contudo, interessante é notarmos que essa locução adverbial abre, após o vocativo, o proferimento em tela. Remetendo-nos, novamente, às condições de produção do discurso, o que (de)marca o modo de enunciar nesse mo(vi)mento, lembremos que esse é o primeiro pronunciamento da presidente em comemoração ao Dia do Trabalho, sendo que seria de sua responsabilidade, visto inclusive sua filiação partidária, ou seja, ela fora eleita como presidente pelo Partido dos Trabalhadores (PT)⁷⁵, além de trabalhar com a (possível) exaltação do trabalhador e/ou da (melhoria de) sua condição de trabalho, fazer, mesmo que de forma implícita, menção ao legado herdado de seu antecessor - Lula⁷⁶.

Diante desse quadro, analisamos a sequência abaixo:

[Rec1(1) – 29042011] “Mais uma vez o Brasil vai festejar o 1º de Maio da forma como este dia deve ser comemorado[...]

A partir de [Rec1(1) – 29042011], analisamos a presença do SAdv-loc *mais uma vez*, permitindo, a princípio, traçar os seguintes trajetos de leitura:

74 A utilização do termo *isoladamente* remete à possibilidade de se tomar o sentido logicamente estabilizado para uma expressão, prescindindo, assim, o funcionamento de uma palavra ou expressão, por exemplo, no enunciado em que apareça.

75 “O Partido dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), nasceu no contexto de intensas mobilizações sociais que marcaram a história política, econômica e social brasileira a partir da segunda metade da década de 70. O País ainda vivia sob uma ditadura militar imposta ao povo pelo golpe deflagrado em 1964. Tendo à frente o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, o PT foi oficialmente reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral no dia 11 de fevereiro de 1982. A criação do PT foi resultado da combinação entre a idéia e, principalmente, a prática de trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais, artistas que almejavam um instrumento de representação para promover profundas alterações nos destinos de suas histórias e da sociedade brasileira pela via democrática.” (Disponível em http://www.pt.org.br/o_partido. Acesso em 22 de março de 2014)

76 Dilma Rousseff é sucessora de Lula na Presidência da República. Isso em razão de o PT ter “Disputando eleições desde 1982, nestes 33 anos de existência o Partido dos Trabalhadores legitimou e consolidou a sua representatividade no Poder Executivo e nos parlamentos. Na Presidência da República desde 2003, com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff [...]”(Disponível em http://www.pt.org.br/o_partido. Acesso em 22 de março de 2014)

[Rec1(1) – 29042011 – T1] [[Mais uma vez] [o Brasil vai festejar o 1º de Maio da forma como este dia deve ser comemorado]] [...]"

[Rec1(1) – 29042011 – T2] [[Mais uma vez] [o Brasil vai festejar o 1º de Maio]] da forma como este dia deve ser comemorado [...]

[Rec1(1) – 29042011 – T3] [[Mais uma vez] [o Brasil vai festejar o 1º de Maio] [da forma como este dia deve ser comemorado]] [...]

Cada trajeto de leitura constitui uma sequência em espiral no processo de interpretação que mobiliza cada qual um efeito-leitor distinto, o que implica a possibilidade de constituição de diferentes leitores. Assim, é possível vermos que a diferença de leitura não é apenas função das condições sócio-históricas e ideológicas que constituem a posição do leitor, mas também função do real da língua em relação ao real da história. Assim compreendendo a questão, vejamos os trajetos de leitura:

No trajeto de leitura, [Rec1(1) – 29042011 – T1], vemos marcado, mais que a repetição de uma situação – “ [...]o Brasil vai festejar o 1º de Maio da forma como este dia deve ser comemorado [...]” – o efeito de continuidade de um trabalho feito ao longo dos oito anos anteriores, já que de 2003 a 2010, quem governava o executivo nacional era Lula. Na construção desse trajeto de leitura, o SAdv-loc *mais uma vez* não modifica um verbo, um adjetivo ou um outro advérbio, conforme apregoado pela GN. Com efeito, produz sentidos na relação com os sentidos que a construção seguinte pode reclamar nas condições de sua produção. Nessa direção, falaríamos em adjunção intersintagmática, visto que há um sintagma, SAdv-loc, incidindo na construção seguinte, de modo a constituir com ela uma possível sequência em espiral.

O recorte dessa sequência, assim constituído, habilita interpretar que Dilma Rousseff estaria, de início, já afirmando o quanto a sua eleição foi benéfica ao Brasil, uma vez que teria possibilitado a continuidade de a comemoração do Dia do Trabalho dar-se do modo como o Brasil merece, ou seja, de um modo valorado positivamente.

No segundo trajeto de leitura possível, [Rec1(1) – 29042011 – T2], o SAdv-loc *mais uma vez* incide na construção *o Brasil vai festejar o 1º de maio*. Nesse trajeto de leitura, um efeito de sentido possível seria a reincidência do festejo do 1º de maio - feriado instituído pelo presidente Artur Bernardes, na década de 1920 - e que vem, de lá para cá, sendo marcada por manifestações, festejos ou descasos. Dessa forma, parece ser algo recorrente na história brasileira que, de alguma forma, a data seja comemorada. Partindo desse escopo, poderíamos

fazer, minimamente, o seguinte questionamento: o Brasil tem realmente motivos para comemorar o 1º de maio?

Em relação a esse segundo trajeto de leitura, a expressão adverbial “da forma como este dia deve ser comemorado” (con)figurar-se-ia como uma expressão de ordem. Por isso, sua participação no processo de interpretação permaneceria, de certo modo, silenciado. Ou seja, não produziria o efeito de ligar o modo de a comemoração se dar ao governo petista, por exemplo. O efeito seria de adequação: comemorado com feriado nacional, proferimento da presidente, desfiles etc.

No terceiro trajeto de leitura possível, [Rec1(1) – 29042011 – T3], o SAdv-loc incide em outro SAdv. O SAdv de incidência é de natureza oracional: *da forma como este dia deve ser comemorado*, e, por isso, é considerado um SAdv-ora de modo. Compreendemos, então, o SAdv-loc *mais uma vez* incidindo semanticamente na forma de comemoração que se faz ao 1º de maio; ao passo que o SAdv-ora, por sua vez, incide sobre a construção “[...] *o Brasil vai festejar o 1º de Maio [...]*”, ou seja, mais uma vez comemora-se o 1º de Maio como ele deve ser comemorado. Decorre daí, primeiramente, o pressuposto de que, anteriormente, já havia comemorações para esse dia *da forma como ele deve ser comemorado*, ou seja, essa não seria uma novidade para o trabalhador.

Essa construção, por outro lado, pode fazer emergir os seguintes pré-construídos: tal data, anteriormente, pode não ter sido comemorada desta forma, visto, por exemplo, as condições de trabalho a que os trabalhadores eram submetidos bem como os baixos salários por eles recebidos; mas na atualidade não seria mais assim. Os trabalhadores teriam motivos para comemorar, de modo correto, o Dia do Trabalho, ou seja, com condições melhores de trabalho e com salários dignos que lhes permitam mais consumir. Nessa direção, é possível chegar ao efeito de sentido de que essas conquistas seriam resultado da política econômica do governo Lula e, em continuidade, do governo Dilma. Assim, se Dilma Rousseff não tivesse sido eleita para dar continuidade ao trabalho de Lula, essa comemoração poderia não estar acontecendo do modo como ela deve acontecer.

Os três trajetos apresentados anteriormente são responsáveis por colocar em evidência a equivocidade da língua e da história em função do real que atravessa a consistência do simbólico de modo a tornar um enunciado uma série de pontos de deriva (do sentido) possíveis (Pêcheux, 2008 [1983]), o que marca, assim, a sua não transparência. Em outros termos, há diferentes trajetos de leitura possíveis para um recorte, o que marca a potencialidade relacional a que o processo de interpretação está submetido.

Ademais, é interessante salientar que, se tomada a dispensabilidade estrutural dos SAdv's que compõem as sequências do recorte em análise, ela poderia ser re-escrita da seguinte forma:

[Rec1(1) – 29042011 – ReL1] O Brasil vai festejar o 1º de Maio.

Na re-escrita proposta, prescinde-se tanto o SAdv-loc *mais uma vez* quanto o SAdv-ora *da forma como este dia deve ser comemorado*. Diante disso, todos os efeitos de sentido produzidos quando da produção dos trajetos de leitura possíveis e supracitados se esvaneceriam e, certamente, a construção da valoração positiva que o dizer de Dilma Rousseff imprime ao seu antecessor também. Fica, mais do que nunca, acesa a centelha de que a dispensabilidade do mecanismo da adjunção de adverbiais não se sustenta em uma sintaxe voltada para o discursivo. Ao contrário, o mecanismo da adjunção se mostra, nesse caso, como um mecanismo fundamental ao processo discursivo em funcionamento, uma vez que dizer “O Brasil vai festejar o 1º de Maio”, além de se constituir uma afirmação do óbvio, não se marca como um dizer propriamente político, no sentido de um dizer relativo à instituição política do executivo nacional. É o comparecimento do mecanismo linguístico-sintático da adjunção que alça esse dizer ao espaço discursivo político brasileiro.

Para dar continuidade à análise do recorte eleito, consideremos o SAdv-loc *sem retrocessos* em:

[Rec1(2) – 29042011] [...] a desigualdade diminui e o país continua avançando sem retrocessos.

Ao SAdv-loc *sem retrocessos*, semanticamente, atribuímos, sem levar em conta as relações que ele contrai no enunciado, valor de modo: a maneira como algo se dá ou se deu. Observado o escopo desse advérbio, teríamos os seguintes trajetos de leitura possíveis:

[Rec1(2) – 29042011 – T1] [...] a desigualdade diminui e o país continua [avançando [sem retrocessos]].

[Rec1(2) – 29042011 – T2] [...] a desigualdade diminui e o país [continua avançando [sem retrocessos]].

[Rec1(2) – 29042011– T3] [...] a desigualdade diminui e [o país continua avançando [sem retrocessos]].

Cada um dos três trajetos de leitura são fruto da espiralação da sequência a partir do indicativo *sem retrocessos*, que, em cada um dos três casos, associa-se a elementos diferentes.

Um efeito de sentido suscitado no trajeto 1, a partir da incidência do SAdv *sem retrocessos* sobre a forma verbal *avançando*, é de que o avanço, marcado pela sua continuidade na forma verbal no gerúndio (índice de aspecto inconcluso), acontece de modo a não privilegiar possíveis retrocessos, o que se constrói na relação antonímica das formas “avançando” e “retrocesso”. Dessa forma, o SAdv-loc *sem retrocessos* corrobora e, ao mesmo tempo, reflete a maneira como o avanço acontece.

Em relação ao trajeto 2, o escopo de *sem retrocessos* seria a locução verbal *continua avançando*. Desse modo, a noção de continuidade é intensificada pela conjugação da forma verbal *continua* com a forma verbal *avançar*, no gerúndio (índice de aspecto inconcluso). Diante disso, o SAdv *sem retrocessos*, ao invés de marcar somente o modo como se dá esse avanço, seria responsável por intensificar que o avanço se dá progressivamente, sem paradas ou, até mesmo, sem pontos de retrocessos, ou seja, é um avanço ininterrupto, contínuo e intenso. Esse efeito de sentido é possível quando o escopo da locução adverbial é ampliado.

Esse segundo trajeto de leitura apresenta uma forte implicação na construção de uma continuidade entre os governos Lula e Dilma. Por esse trajeto de leitura, interpreta-se que o Brasil avançou com Lula e continua a avançar com Dilma (e sem retrocessos). Assim, é possível uma leitura de que a presidente estaria intensificando o avanço do país, o que, metaforicamente, implicaria dizer que “Dilma está sendo uma boa presidente para o Brasil, assim como Lula foi”; e que, logo, isto seria resultado do fato de ela ser “a herdeira de Lula”. A locução adverbial *sem retrocessos* apresenta um funcionamento fundamental para o processo discursivo em questão.

Há, em relação a essas duas sequências, a adjunção de ordem interssingamática, pois o escopo do SAdv-loc recai, em ambos os casos, sobre parte ou toda a locução verbal, ou seja, tanto o sintagma quanto a locução estão no sintagma verbal. O terceiro trajeto apresentado, por sua vez, aponta para um escopo ainda mais ampliado do que o segundo, já que o adverbial recai sobre toda a oração, *o país continua avançando*.

No terceiro trajeto de leitura, o SAdv marca valores de modo e de intensidade, o que justificaria, do ponto de vista histórico, a interpretação de que a presidente estaria enfatizando a chamada Era Lula – 2003 a 2010 – ao responsabilizá-la por avanços importantes na conjuntura

nacional, dentre os quais destacar-se-iam: aumento da renda da população mais pobre, sobretudo, através de programas de caráter social, como Bolsa Família, que teria retirado, segundo estatísticas, 20 milhões de pessoas da miséria; e a estabilidade econômica, visto que, durante os seus oito anos de governo, o índice inflacionário teria se mantido abaixo dos cinco por cento.

Para além dessas questões, o sentido do SAdv *sem retrocessos* funcionaria estreitamente com a relação de causa e consequência (im)posta entre “a desigualdade diminui” e “o país continua avançando.” Assim, como a Era Lula fora dita responsável por diminuir a desigualdade econômica no Brasil, nas mãos de Dilma Rousseff, o país continuaria avançando ininterruptamente.

A economia, nesse caso, deve ser competitiva e proporcionar desenvolvimento tecnológico, pois, há muito tempo, a qualidade da produção está atrelada a esse desenvolvimento. Em suma, avançar “sem retrocessos” significa ter: economia competitiva, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento social para manter a economia “aquecida”.

Em síntese, a construção sintática do recorte refletiria determinadas condições de produção, pois os adjuntos adverbiais *mais uma vez* e *sem retrocessos* embora apresentem funcionamentos distintos, são mecanismos linguísticos que compõem, de modo fundamental, o processo discursivo em funcionamento, cujo objetivo específico é apresentar o compromisso com o legado do governo anterior, de forma a preocupar-se com a reincidência do que foi positivo, bem como de não deixar que o avanço do Brasil seja prejudicado.

Se no recorte anteriormente analisado há uma preocupação da presidente em marcar a continuidade entre os governos Lula e Dilma, isso já se rarefaz no recorte posterior:

[Rec3 – 29042011] Vale destacar uma novidade: a partir de agora, as empresas que desejarem, receberão empréstimos do governo, com juros baixos, para custear cursos de formação para seus empregados.

O uso do SAdv-loc *a partir de agora* cumpre, a nosso ver, a função de promover uma distinção entre o governo Lula e o governo que Dilma inicia, pelo fato de marcar o pressuposto de que antes, seja no governo de seu predecessor ou em outros, não havia a prática de empréstimo do governo a empresas que quisessem custear a formação de seus empregados. Dessa feita, subjetiva-se seu governo ao deixar (entre)ver que é o seu governo que promoverá

essa ação. A questão da qualificação, seja ela em espaço técnico ou acadêmico, é algo que se reflete em questões como: cargo de chefia, melhor remuneração, permanência no emprego.

Nesse momento, podemos pensar que comparece a figura do trabalhador como o *sujeito de fazer*, ou melhor, aquele que produz a partir de um conhecimento técnico e não acadêmico-científico. Esses trabalhadores constituem a base do sistema econômico brasileiro, pois são responsáveis por produzir e por consumir. Como o governo quer manter essa base sólida, nada mais interessante do que ele “incentivar” as empresas para que invistam na qualificação de seus empregados – aqueles que já têm emprego –, fazendo (ilusoriamente) com que os trabalhadores/empregados tenham a sensação que o governo estaria do lado deles.

Com efeito, não passa de uma ilusão construída a partir do discurso político governamental instituído, pois, em última instância, o que o governo quer é garantir as condições para que a produção não seja penalizada pela má qualificação do trabalhador/empregado. Assim procedendo, para um leitor menos engajado às questões políticas o que permanece enquanto efeito é a imagem de um governo preocupado com o trabalhador e, por conseguinte, com o povo. Cabe-nos perguntar: e a qualificação para os trabalhadores desempregados: quem irá custear? Isso em razão de que se o governo quer qualidade na produção, os trabalhadores que forem ser inseridos no mercado de trabalho têm, obrigatoriamente, que estejam qualificados.

Pensando ainda no viés econômico, a re-escrita do recorte dar-se-ia da seguinte maneira:

[Rec3 – 29042011-Rel1] Vale destacar uma novidade: as empresas que desejarem, receberão empréstimos do governo, com juros baixos, para custear cursos de formação para seus empregados.

A ausência do SAdv-loc *a partir de agora* trabalharia no sentido de manter a continuidade de ações entre o legado do presidente Lula e o governo de Dilma. O uso de tal SAdv-loc funciona de forma interessante, pois promove uma separação entre ela e as ações dos outros presidentes da república em relação a esse assunto. Desse modo, a re-escrita promove o apagamento da diferenciação de postura com os governos anteriores, e a manutenção do sintagma faz com que essa diferença seja construída.

A ideia de continuidade acompanhada pela intensificação é novamente trabalhada no recorte seguinte:

[Rec5 – 30042012] Garanto às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros que vamos continuar buscando meios de baixar impostos, de combater os malfeitos e os malfeitores e, cada vez mais, estimular as coisas bem-feitas e as pessoas honestas de nosso país.

O recorte põe em evidência o SAdv-loc *cada vez mais*, para o qual, isoladamente, a GN imprime um valor de intensificação. Embora seu escopo não recaia sobre a locução verbal *vamos continuar buscando*, dada a presença da conjunção aditiva *e* anterior a ela, o termo encontra-se em estreita relação com essa locução verbal, uma vez que converge os efeitos de sentido possíveis para a mesma direção argumentativa. Contudo, antes de mais nada, para sua melhor compreensão, tomemos seu funcionamento em:

[Rec5(1) – 30042012] [...] cada vez mais, estimular as coisas bem-feitas e as pessoas honestas de nosso país.

Para a qual, podemos apresentar os seguintes trajetos de leitura possíveis:

[Rec5(1) – 30042012– T1] [[cada vez mais], estimular] as coisas bem-feitas e as pessoas honestas de nosso país.

[Rec5(1) – 30042012– T2] [[cada vez mais], estimular as coisas bem-feitas] e as pessoas honestas de nosso país.

[Rec5(1) – 30042012– T3] [[cada vez mais], estimular as coisas bem-feitas e as pessoas honestas de nosso país].

No primeiro trajeto em questão, [Rec5(1) – 30042012– T1], a sequência espirala-se a partir do enganchamento mecanismo da adjunção a um verbo, ou seja, privilegia-se o verbo – *estimular* – como foco de incidência de *cada vez mais*. Assim, o ato de estimular apresenta-se intensificado. No segundo trajeto [Rec5(1) – 30042012– T2], a espiralação da sequência acontece a partir do momento em que há uma ampliação do escopo do SAdv para a construção do sentido da primeira oração do enunciado, fazendo com que haja a intensificação do estímulo às coisas bem feitas, prescindindo-se o estímulo às pessoas honestas do Brasil; o que faz emergir o pressuposto de que existem as coisas mal feitas e que elas não deveriam ser estimuladas –

corrupção, por exemplo. Funciona, nesse caso, o pré-construído de que a desonestidade está, em grande medida, ligada à corrupção.

Finalmente, no terceiro trajeto [Rec5(1) – 30042012– T3], a sequência espirala-se a partir do indicativo *cada vez mais*, havendo a incidência do SAdv em toda a oração ou, em outras palavras, intensifica-se o estímulo tanto às coisas bem feitas quanto às pessoas honestas do Brasil, sendo que, conforme o trajeto 2 dessa sequência, existe tanto a bipartição do conjunto das coisas em bem feitas, que precisam ser estimuladas, e em mal feitas, que não devem ser estimuladas; quanto o conjunto das pessoas honestas e desonestas, sendo que só as primeiras devem ou precisam ser, cada vez mais, estimuladas. Estabelece-se, assim, uma visão maniqueísta, a partir da qual a presidente lança mão para construir a sua imagem. Nesse sentido, a presidente ocuparia o lugar daquela que está do lado do bem.

Recorrendo ao proferimento, notamos que o [Rec5 – 30042012] associa-se a um trecho que foi pronunciado anteriormente a ele, a saber: “O setor financeiro, portanto, não tem como explicar essa lógica perversa aos brasileiros. A Selic baixa, a inflação permanece estável, mas os juros do cheque especial, das prestações ou do cartão de crédito não diminuem.”. Essa associação autoriza interpretar “malfeitores” como as pessoas ligadas ao setor financeiro. Assim, os malfeitos seriam, por exemplo, os bancos que não diminuem os juros.

Interessante é, pois, notar que dizer que “o setor financeiro não tem como explicar a lógica perversa aos brasileiros” intensifica essa associação, colocando-os como os “vilões” do Brasil. Assim, poderíamos dizer não querem explicar e quem teria autoridade para fazê-los explicar? A Presidente, neste momento, (de)mo(n)stra o papel que cabe ao Estado em uma economia de ordem neoliberal, ou seja, intervindo o mínimo possível, no caso, baixando a Selic. Ao enunciar sobre isso, a Presidente desresponsabiliza a si e a sua equipe econômica (lado do bem) frente aos brasileiros, pois explicita que o papel estatal tem sido cumprido, mas o setor privado – a base da economia neoliberal – (lado do mal) não tem feito a sua parte. Isso (com)prova que a questão econômica, novamente, torna-se a tônica do proferimento.

Voltando aos aspectos da materialidade linguística envolvidos na construção do [Rec5 – 30042012], observamos a oscilação da 1ª pessoa do singular, na forma verbal *garanto*, e da 1ª pessoa do plural, na forma verbal *vamos*. Reconhecemos que a importância do uso dessas formas verbais está em estreita relação com o fato de todo o enunciado construir-se na perspectiva da continuidade, não mais como analisado no [Rec1 – 29042011], como a continuidade do governo anterior, mas, sim, na continuidade das ações da própria presidente –

garanto – ou de seu governo – *vamos*; já que só este último pode traçar estratégias para, por exemplo, conter os impostos.

Novamente, aparecem questões relacionadas ao discurso capitalista-neoliberal: a questão dos impostos, pois um dos princípios defendidos por essa corrente é ser contrária a impostos e a tributos excessivos. Assim, quando a Presidente diz que irá traçar estratégias para a contenção dos impostos, novamente joga com a possibilidade de estar do lado do trabalhador, ou seja, diminuindo os impostos que ele paga para que, assim, ele tenha maior poder de compra; contudo, ela está fazendo funcionar a lógica de um sistema perverso que tem como prioridade o desenvolvimento e prosperidade das empresas privadas e, na maioria dos casos, pertencentes ao capital internacional.

Ainda no proferimento de 2012, encontramos um recorte em que a presidente, empregando a 1ª pessoa do plural, produz uma equivocidade com base na indistinção presidente/equipe de governo ou presidente/povo, conforme visto a seguir:

[Rec6 – 30042012] Mas não vamos abrir mão de cobrar, com firmeza, de quem quer que seja, que cumpra o seu dever, que faça a sua parte para que o Brasil cresça e todos os brasileiros cresçam juntos; para que nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras melhorem sua capacidade de produzir e de consumir, sua capacidade de viver bem, de ser feliz e de fazer seus irmãos igualmente felizes.

Do [Rec 6 – 30042012], partimos da sequência:

[Rec 6(1) – 30042012] Mas não vamos abrir mão de cobrar, com firmeza, de quem quer que seja, que cumpra o seu dever, que faça a sua parte para que o Brasil cresça e todos os brasileiros cresçam juntos; [...]

em que o SAdv-loc *com firmeza* está funcionando em razão da anáfora-zero *nós*; pois seja a referência dessa anáfora construída como a presidente e a sua equipe de governo, seja a presidente e os trabalhadores e as trabalhadoras; segundo a presidente, é obrigação de um desses conjuntos cobrar com firmeza que o dever seja cumprido e que façam a sua parte para que haja o crescimento do Brasil e dos brasileiros.

Diferentemente de outros momentos dos proferimentos, o *crescimento* a que a Presidente faz menção não é algo dado como fato. A equivocidade do pronome de 1ª pessoa é

relevante para a construção do sentido do proferimento, pois a presidente (des)responsabiliza a sua equipe, pois põe em cena os trabalhadores e as trabalhadoras. A presidente ainda trabalha com a perspectiva da causa e da consequência: se houver cobrança firme, as pessoas farão seu dever e sua parte, e o Brasil e os brasileiros crescerão (juntos).

Voltando à temática da *continuidade*, os recortes abaixo são colocados em análise:

[Rec 1 – 01052013] Queridas trabalhadoras e queridos trabalhadores,

O Brasil passou a ser mais Brasil quando o brado por mais emprego, mais salário e mais comida deixou de ser um grito solitário dos trabalhadores para ser a voz e o compromisso de toda uma nação. É por isso que nós, brasileiras e brasileiros, estamos tendo, nos últimos anos, a alegria de comemorar o 1º de Maio com recordes sucessivos no emprego, na valorização do salário e nas conquistas sociais dos trabalhadores.

[Rec3 – 01052013] Minhas amigas e meus amigos,

O Brasil avançou muito nos últimos anos por causa de políticas econômicas corretas e de políticas sociais profundas.[...]

[Rec5 – 01052013] O Brasil gerou, nos últimos dez anos, 19 milhões e 300 mil empregos com carteira assinada, e o salário-mínimo cresceu mais de 70% em termos reais. Somente nos dois anos do meu governo foram criados 3 milhões e 900 mil novos empregos.[...]

Os três recortes fazem referência ao proferimento de 2013, ou seja, o terceiro do primeiro mandato da presidente. Assim, a temática da continuidade conduz-se de maneiras distintas, embora não excludentes: a continuidade do governo de Dilma Rousseff em relação à Era Lula e a continuidade de ações no decorrer dos seus dois anos e quatro meses de governança.

Nos três recortes, pelo uso dos SAdv *nos últimos anos*, *nos últimos dez anos* e *nos dois anos do meu governo*, encontramos, em parte, retomado o sentido abordado por meio da análise do [Rec1 – 29042011], isto é, a preocupação com o compromisso de se perpetuar as ações do primeiro governo petista na história do Brasil, conforme as razões já apresentadas. Em vista

disso, a preocupação agora recai no entendimento desses três SAdv, tomada, sobretudo, essa relação.

Sobre os três sintagmas em questão, de saída, podemos, desconsideradas as relações que eles mantêm no interior do enunciado, afirmar que apresentam valor semântico relativo à construção da temporalidade (linguística). Há, ainda, que se mencionar que existem, no mesmo proferimento, demarcações temporais bastante distintas. Essas demarcações mostram-se fundamentais para a construção de certa realidade que o governo intenta produzir e, assim, promover efeitos de sentido de valoração positiva para o mandato da presidente Dilma Rousseff.

Os recortes tomados para a análise, conforme explicitado, fazem parte do terceiro proferimento realizado por Dilma Rousseff em razão da comemoração do 1º de maio, sendo perceptível, ao longo do proferimento, uma necessidade de se demarcar, de formas distintas, o passado, seja ele mais distante ou mais recente do movimento atual do governo.

A partir de uma rápida leitura, os SAdv *nos últimos anos*, *nos últimos dez anos* e *nos dois anos do meu governo* (de)marcariam a ideia da existência de um *novo Brasil* em contraposição a um *velho Brasil*. A aposição dos três adverbiais em questão são o eco do fato de o locutor estar se referindo à Era Lula e à Era Dilma e, concomitante a isso, desmerecendo o passado do governo do Brasil em relação aos demais presidentes. Nessa direção, a ideia de temporalidade que o SAdv suscita é, na verdade, o estopim para a evocação de outros efeitos de sentido.

A partir de agora, permenorizamos o funcionamento de cada um dos SAdv no processo discursivo em análise.

O primeiro dos recortes é:

[Rec 1(1) – 01052013] É por isso que nós, brasileiras e brasileiros, estamos tendo, nos últimos anos, a alegria de comemorar o 1º de Maio com recordes sucessivos no emprego, na valorização do salário e nas conquistas sociais dos trabalhadores.

Nele, há o funcionamento do SAdv-loc *nos últimos anos*, que abre margem para o seguinte pré-construído: de que antes dos últimos anos, os brasileiros e as brasileiras não tinham motivos para comemorar o 1º de maio, já que o emprego, o salário e as conquistas sociais dos trabalhadores não se comparariam àquelas promovidas em um passado recente, o do governo PT. Evoca-se, então, a memória de um Brasil que passou por altas taxas inflacionárias e por

uma séria recessão. Suscitar essa memória é, de certa forma, a garantia de uma parceria do brasileiro e da brasileira com a presidente, pois, a princípio, ninguém gostaria de (re)viver esse tempo.

No [Rec3 – 01052013], há também o emprego do SAdv-loc *Nos últimos anos* que seria responsável, mesmo que de forma indeterminada, a fazer ressoar, também como no [Rec 1 – 01052013], no interlocutor a ideia de que teria sido nos últimos anos da história nacional que o avanço do Brasil teria ocorrido. Esse efeito de sentido, a seu turno, tem estreita relação com o funcionamento de outro SAdv, a saber: o advérbio *muito*, cujo valor semântico associa-se à ideia de intensidade. Diante disso, o recorte em questão permite que tomemos a seguinte sequência:

[Rec3(1) – 01052013] O Brasil avançou muito nos últimos anos [...]

Para a qual podemos fazer (entre)ver dois trajetos de leitura possíveis distintos:

[Rec3(1) – 01052013 – T1] O Brasil [avançou [muito]] nos últimos anos [...]

[Rec3(1) – 01052013 – T2] O Brasil avançou [muito [nos últimos anos]] [...]

Nos dois trajetos de leitura, notamos a espiralação da sequência a partir do indicativo *muito*. Na estreita relação do SAdv-adv *muito* com o SAdv-loc *nos últimos anos*, teríamos o segundo trajeto de leitura colocado. Nele, o caráter intensificador do advérbio *muito* recairia não sobre o verbo, *avançou*, mas, sim, sobre a locução adverbial *nos últimos anos*, escopo previsto, inclusive, pela GN, já que um termo de natureza adverbial pode incidir sobre outro termo de natureza adverbial. O efeito de sentido em questão dá primazia à questão da temporalidade em detrimento da ação que foi desenvolvida nesse espaço de tempo.

Em outros termos, seria mais relevante dizer que os últimos anos foram marcados pela intensidade de suas ações. Conjecturamos que a indeterminação do SAdv *nos últimos anos*, tanto no [Rec1 – 01052013] quanto no [Rec3 – 01052013], teria como foco fazer remissão à relação simbiótica entre o governo da presidente e o de seu antecessor, principalmente, se tomada a preocupação governamental dos últimos anos.

Em contrapartida, diferentemente do que foi preconizado pelo efeito de sentido que emerge do trajeto dois, já que o escopo do SAdv *muito* é o verbo *avançar*, a leitura que emergiria é de que a ação de *avançar* é que seria intensificada, sendo que fica evidente a

necessidade de se marcar, nos proferimentos, que o Brasil é um país que só faz avançar, seja econômica, socialmente. Parece-nos, assim, que um bom governo é aquele que leva o país sempre adiante, que o faz progredir, fazendo, então, jus aos dizeres de um dos símbolos nacionais, a bandeira brasileira, *Ordem e Progresso*.

Nesse caminho trilhado até aqui, cabe-nos pensar o que a lexia “avanço” poderia estar significando no discurso político governamental de Dilma Rousseff: (i) Seria o avanço do PT nos meandros do governo, com suas raízes, cada vez mais, imbricando-se pelas instituições políticas em suas ordens legislativas e executivas? (ii) Seria uma economia robusta que poderia projetar o Brasil à condição de potência? (iii) Seria um rearranjo da sociedade em relação à distribuição da renda? Seria (i), (ii) e (iii) ao mesmo tempo ou nenhuma delas? Seja de que modo seja interpretado estará o feito de valoração positiva mantido? Eis questões que se reportam ao aspecto relacional do sentido: as condições de produção, o lugar de interpretação do interlocutor e o linguístico-histórico do discurso em operação incessante

A partir do [Rec3 – 01052013], entretanto, poderíamos ainda tomar o trecho em que há o SAdv – loc *por causa de políticas econômicas corretas e de políticas sociais profundas*, ao qual se filia o valor semântico de causa:

[Rec3(2) – 01052013] O Brasil avançou muito nos últimos anos *por causa de políticas econômicas corretas e de políticas sociais profundas*. [...]

A partir da qual, traçamos as seguintes leituras possíveis:

[Rec3(2) – 01052013 – T1] [[O Brasil avançou [muito]] nos últimos anos [por causa de políticas econômicas corretas e de políticas sociais profundas]]. [...]

[Rec3(2) – 01052013 – T2] [[[O Brasil avançou muito] [nos últimos anos]] [por causa de políticas econômicas corretas e de políticas sociais profundas]]. [...]

No primeiro trajeto de leitura proposto, o SAdv *muito* incide na construção *O Brasil avançou*, fazendo (entre)ver que a intensificação que o advérbio promove recai sobre o ato de o Brasil avançar, e não a Argentina, o Chile ou a Espanha, por exemplo. O efeito de sentido aí suscitado tem como causa o SAdv-loc *por causa de políticas econômicas corretas e de políticas sociais profundas*. Assim, é possível interpretar que o avanço seria fruto de políticas econômicas – por exemplo, contenção da inflação – associada a políticas sociais – programas

de caráter assistencialistas, como o Bolsa Família, que são adjetivados como corretas e profundas respectivamente, o que pode fazer significar uma competência política do governo PT.

Nesse momento, o discurso capitalista-neoliberal, que sustenta os argumentos do governo, mostraria o modelo de economia neoliberal como a solução inteligente do governo para os problemas do Brasil e, por isso, apareceria como capaz de proporcionar, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social do país. Assim, pode fazer significar que o Brasil estaria resolvendo todos os seus problemas do passado mais distante. Além disso, pode fazer significar que esses problemas não foram solucionados antes por falta de competência dos governos que antecederam o governo petista, já que teriam tido políticas econômicas erradas e políticas sociais superficiais.

No trajeto de leitura proposto, [Rec3(2) – 01052013 – T1], a presença do SAdv-loc *nos últimos anos* não seria imprescindível, o que não acontece no segundo trajeto proposto, para o qual entendemos que o escopo desse SAdv seria a construção *O Brasil avançou muito*, fazendo com que concebamos que um tal avanço vertiginoso teria ocorrido nos últimos anos e que, na verdade, isso só aconteceu diante de um esforço e de se promover políticas econômicas corretas e políticas sociais profundas.

Haveria, portanto, uma implicação de causa - *políticas econômicas corretas e políticas sociais profundas* - e consequência - *O Brasil avançou muito nos últimos anos*. Diante desse trajeto, fica subentendido que, em um passado mais remoto, ou seja, para além dos últimos anos, o Brasil não tinha avançado muito em razão de não ter priorizado nem as políticas econômicas corretas nem as políticas sociais profundas que o governo PT teria implantado. Assim, esse discurso contradiria outro discurso, algo frequente em alguns setores da sociedade brasileira, que prediz que esse momento de estabilidade na economia brasileira seria fruto apenas de uma contingência na economia mundial, de tal forma que, dependendo dos problemas que afetassem a economia mundial, essa estabilidade poderia romper-se.

Esse discurso outro que apregoa a fragilidade da economia neoliberal é frequentemente rebatido nos proferimentos por meio de afirmações sobre a solidez da economia brasileira. Essas afirmações resultam do fato de os proferimentos da Presidente apresentarem-se atravessados pelo discurso capitalista-neoliberal, o que marca a contradição referente ao que o PT defendia em suas campanhas eleitorais, pois criticava fortemente a intitulada direita (nas figuras dos presidentes que os antecederam, a saber: Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso), por apresentar a política neoliberal como a ideal para o cenário brasileiro.

Isto poderia fazer parecer que essa mudança seria resultado de um mero jogo de interesses. De nossa posição teórica, por sua vez, julgamos que essa mudança resulta do fato de o PT ter assumido lugar no executivo nacional de tal forma que aqueles que estão em cargos políticos não têm como se furtar a essa injunção, uma vez que se trata de uma discursividade em relação de dominância.

A in-determinação temporal embutida no SAdv *nos últimos anos* desfaz-se quando tomado o [Rec5 – 01052013], no qual há o aparecimento de dois outros SAdv de valor temporal *nos últimos dez anos* e *nos últimos dois anos de meu governo*, pois podemos perceber o seguinte movimento: ao utilizar o adjunto adverbial *nos últimos anos*, a presidente, na verdade, faz uma tímida alusão aos dois mandatos de presidente anteriores ao seu, o que se confirma com o uso do SAdv *nos últimos dez anos*, utilizado no primeiro proferimento em comemoração do 1º de maio de seu mandato – ano de 2011; concomitante a isso, nesse terceiro proferimento, em consonância com o segundo, ela busca (de)marcar o espaço por ela ocupado (não apenas de sombra ou fantoche de Lula), conforme, inclusive, ao que já foi pontuado em momentos anteriores. Assim, essa (de)marcação temporal é fundamental para subjetivar seu governo e lhe atribuir uma valoração positiva. Daí *nos últimos dois anos de meu governo* poder significar que, nesse período, teria acontecido “importantes ações para a ampliação do avanço do Brasil”. Notamos, assim, que há um embate constante entre a presidente, ela mesma, e a presidente, figura decalcada de Lula.

Para o [Rec5 – 01052013], elegemos o enunciado abaixo, na tentativa de mostrar o movimento que o SAdv *nos dois anos de meu governo* promove no *espaço* discursivo em questão:

[Rec5(1) – 01052013] Somente nos dois anos do meu governo foram criados 3 milhões e 900 mil novos empregos.

Além do SAdv já colocado em tela anteriormente, observamos também o SAdv-adv *somente*, para o qual podemos atribuir o valor semântico de restrição, circunscrição, visto o sentido que ele assume em tal construção. Em vista disso, propomos os seguintes trajetos de leitura possíveis:

[Rec5(1) – 01052013– T1] [[Somente] [nos dois anos do meu governo]] foram criados 3 milhões e 900 mil novos empregos.

[Rec5(1) – 01052013– T2] [[[Somente] [nos dois anos do meu governo]] [foram criados 3 milhões e 900 mil novos empregos]].

No primeiro trajeto de leitura [Rec5(1) – 01052013 – T1], observamos que o SAdv- adv *somente* incide no SAdv-loc *nos dois últimos anos de meu governo*. Antes de qualquer colocação, é necessário esclarecemos a construção desse último SAdv, pois não se trata apenas de uma simples construção temporal, já que *nos dois últimos anos* vem acompanhado de um especificador, a saber: *de meu governo*; em que aparece o pronome possessivo *meu*. Isto é, não se trata de falar dos anos de 2011 e 2012, como os dois últimos anos, mas, sim, de falar que 2011 e 2012 foram os anos em que ela, Dilma Rousseff, esteve à frente da presidência da república do Brasil. Assim, fica (de)marcada a diferença entre ela e seu antecessor, sendo que, linguisticamente, o SAdn-pron *meu* contribui para essa construção. Ademais, a incidência do *somente* sobre essa construção serve para reforçar a *singularidade* desses dois anos, além de criar uma expectativa: se foram criados quase quatro milhões nos dois primeiros anos de governo da presidente, nos dois próximos anos, muito mais empregos serão criados, aumentando, dessa forma, a expectativa dos brasileiros em relação às ações competentes da chefe do executivo nacional. Buscando responder, mais uma vez à questão: “Quem sou eu para lhe falar assim?”, consideramos que a presidente, neste momento, já ocuparia de forma autônoma o lugar de presidente da República, diferentemente de outros momentos em que ela apresenta uma forte ligação com o ex-presidente Lula.

No segundo trajeto de leitura em tela [Rec5(1) – 01052013– T2], vemos dois movimentos distintos, mas não excludentes. O primeiro desses movimentos refere-se ao exposto em relação ao primeiro trajeto de leitura apresentado, ou seja, que o SAdv- adv *somente* incidiria no SAdv-loc *nos dois últimos anos de meu governo*, sendo que esse efeito de sentido, por sua vez, incide sobre o sentido de *foram criados 3 milhões e 900 mil empregos*, em que se prioriza o fato de que foram nos últimos anos de governo da presidente que foram criados quase quatro milhões de emprego. É importante salientar que o escopo do SAdv-adv *somente* não seria o verbo *foram* nem a sequência *foram criados 3 milhões e 900 mil novos empregos*, pois, assim, haveria a construção do menosprezo da quantidade de empregos criada nos últimos anos, o que invalidaria a tentativa de exaltação da competência do governo de Dilma Rousseff.

Assim como os três recortes do proferimento de 2013 analisados acima, os recortes, a princípio, selecionados no proferimento de 2014 põem em realce sintagmas adverbiais que se associam à construção de uma realidade em uma temporalidade in-determinada, visando a

trabalhar a diferença substancial que há entre os proferimentos do 1º de maio compreendidos entre os anos de 2011 a 2013 e o de 2014.

Como nos outros três proferimentos, Dilma Rousseff já na abertura faz referência à data comemorativa em questão: em 2011 e em 2013, “1º de maio”; em 2012, “Amanhã, 1º de maio”. Ou seja, neste instante, a preocupação é trazer à memória do interlocutor que os seus dizeres, naquele momento, estão voltados para aspectos da comemoração do 1º de maio, embora como já pontuado, a nomeação de 1º de maio e não de Dia do Trabalho/Trabalhador, funcionaria como uma forma de abertura para que fossem tratadas outras temáticas (sobretudo, econômica), já que a data não diz por si só, não evoca discursivamente a questão do trabalho.

Recorrendo ao proferimento de 2014, encontramos, nas suas primeiras linhas, os seguintes dizeres:

[Rec 1 – 30042014] [Trabalhadores e trabalhadoras,

Neste 1º de Maio, quero reafirmar, antes de tudo, que é com vocês e para vocês que estamos mudando o Brasil. Vocês que estão nas fábricas, nos campos, nas lojas e nos escritórios sabem bem que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante: a luta do emprego e do salário.]

No recorte, são empregados o SAdv-loc *Neste 1º de maio* e o SAdv-loc *antes de tudo*, compondo a sequência:

[Rec 1(1) – 30042014] Neste 1º de Maio, quero reafirmar, antes de tudo, que é com vocês e para vocês que estamos mudando o Brasil.

O emprego do SAdv-loc *Neste 1º de maio* assinala uma diferença em relação à abertura dos proferimentos anteriores, pois somente neste último que o 1º de maio está em uma locução adverbial. Nos dizeres de 2012, a data aparece como um aposto do SAdv-adv *amanhã*, visto ter sido pronunciado em cadeia de rádio e televisão no dia 30 de abril. Embora o mesmo ocorra em 2014, nesse dizer aparece *neste 1º de maio*. Isso parece ocorrer porque o proferimento em análise estaria projetando uma preocupação do locutor em marcar o presente, inclusive de aspecto inconcluso, dado o emprego do gerúndio, e não mais o passado, conforme visto nas análises dos proferimentos anteriores. A partir disso, os trajetos de leitura possíveis seriam:

[Rec 1(1) – 30042014 – T1] [[[Neste 1º de Maio], [quero reafirmar]], [antes de tudo]], que é com vocês e para vocês que estamos mudando o Brasil.

[Rec 1(1) – 30042014 – T2] Neste 1º de Maio, quero reafirmar, [[antes de tudo], [que é com vocês e para vocês que estamos mudando o Brasil.]]]

No primeiro trajeto de leitura, propomos que o SAdv-loc *Neste 1º de maio* incide na expressão *quero reafirmar*; de modo que a reafirmação tem sua pertinência associada à data em questão; ademais, no trajeto proposto, o outro Sadv-loc *antes de tudo*, incide na ideia de que a reafirmação que ocorre no 1º de maio, dá-se antes de tudo. Ressaltamos que o pronunciamento é aberto dirigindo-se aos *trabalhadores e às trabalhadoras*, e não às *queridas brasileiras* e aos *queridos brasileiros* (pronunciamento de 2011), nem às *minhas amigas* e aos *meus amigos* (pronunciamento de 2012), nem às *queridas trabalhadoras* e aos *queridos trabalhadores* (pronunciamento de 2013), mantendo, aparentemente, um distanciamento entre ela e seus interlocutores, o que não fora feito nos três primeiros proferimentos, em que os vocativos (de)mo(n)stram tom de afetividade pelo(s) interlocutor(es).

No segundo trajeto de leitura, o SAdv-loc *antes de tudo*, diferentemente do que foi exposto no parágrafo anterior, incide na mudança do Brasil que é feita com os trabalhadores e pelos trabalhadores. Diante disso, os trabalhadores – mulheres e homens, como a presidente explicita no vocativo – são colocados em primeiro lugar nas mudanças, até mesmo porque eles são os seus precursores: produzem e consomem, estando, pois, na base dos dois pilares de sustentação da economia brasileira em seu modelo neoliberal. Por isso, percebermos que o processo discursivo nesses proferimentos coloca em evidência o *sujeito de fazer e o sujeito do consumir*, já que a lógica capitalista (im)põe a eles que o que é produzido deve ser consumido.

Voltando a [Rec 1 – 30042014], ressaltamos que a forma verbal empregada, a saber: *estamos mudando*, faz uso do gerúndio, sinalizando para o aspecto inconcluso da ação de mudar, o que, se tomado em razão do segundo trajeto de leitura, aponta para o fato de que são os trabalhadores, a presidente Dilma e a sua equipe de governo que *estão mudando o Brasil*. Essa forma verbal não se faz acompanhar de um Sadv, marcando o caráter de in-determinação dessa ação: *desde quando? até quando? De que modo?* Assim, logo nas primeiras linhas do proferimento, percebemos o vestígio da campanha de re-eleição em andamento naquele momento. Nesse sentido, evocar os trabalhadores é uma forma de buscar garantir de antemão nas urnas o máximo de eleitores a seu favor. Nesse sentido, a resposta à questão, “Quem sou eu para lhe falar assim?”, é a presidente em campanha de re-eleição.

O segundo recorte do proferimento de 2014 traz um SAdv voltado para a marcação de temporalidade:

[Rec 3 – 30042014] Se hoje encontramos um obstáculo, recomeçamos mais fortes amanhã, porque para mim as dificuldades são fonte de energia e não de desânimo.

No recorte em questão, notamos o emprego de dois sintagmas adverbiais, a saber: SAdv-adv *hoje* e SAdv-adv *amanhã*. No caso do proferimento em que foram empregados, o seu funcionamento discursivo não aponta para uma referência temporal determinada, além de o sentido do enunciado se construir a partir de uma equivocidade que tem a ver com a memória, sendo que para fazer um desdobramento sobre ela, eleger-se-á o seguinte recorte:

[Rec 3(1) – 30042014] Se hoje encontramos um obstáculo, recomeçamos mais fortes amanhã, [...]

A construção de [Rec3(1) – 30042014] está associada ao domínio semântico de referência dos discursos de autoajuda, em que, segundo Brunelli (2014), a manifestação da certeza é um dos aspectos que o constituem. Tanto isso é assim que, no [Rec 3 – 30042014], o locutor lança mão de formas verbais no presente do indicativo *encontramos*, *recomeçamos* – para as quais *nós* é genérico – para marcar um alto grau de certeza daquilo que diz, mesmo que o enunciado esteja em uma forma condicional. Assim, os dizeres podem ser interpretados como uma verdade que pode ser espelhada na situação hipotética de se encontrar um obstáculo, mas fazer dele um degrau para que, no futuro, haja um recomeço com mais força e não com desânimo. Ou seja, constrói-se uma situação hipotética que pode acontecer na vida de qualquer pessoa, mostrando que, quem passar por ela, pode sair de tal situação ainda melhor. Essa mesma leitura poderia acontecer, caso o enunciado fosse o seguinte:

[Rec 3(1) – 30042014 – Rel1] Se encontramos um obstáculo, recomeçamos mais fortes, [...]

em que foram suprimidos dos dois SAdv de marcação temporal. Isso ocorreria, pois o efeito de sentido (pro)posto trabalha com a ideia genérica de superação frente a uma situação-problema. O funcionamento discursivo dos advérbios *hoje* e *amanhã*, neste caso, não seria

decisivo para construção do sentido, mas são fundamentais para o efeito de sentido de que a presidente e seu governo estão preparados para enfrentar “obstáculos” hoje e que, ao enfrentá-los, amanhã recomeçará x. Uma pergunta interessante nesse mo(vi)mento é: recomeçar-se-á o quê? Mais uma vez o discurso permanece à deriva da equivocidade dos implícitos. Estaria, por ventura, referindo-se à campanha eleitoral como um obstáculo e que, ao reeleger-se, recomeçaria um mandato outro e, por isso, diferente do primeiro? Ou estaria referindo-se às dificuldades anunciadas de desestabilização da economia e, por isso, recomeçaria outras políticas e estratégias para estabilizar a economia? A que estaria fazendo referência esses dizeres da presidente Dilma Rousseff?

O segundo sentido possível constrói-se a partir da significação de *hoje* não ser o dia 30 de abril de 2014, e *amanhã* não ser o dia 1º de maio do mesmo ano, e sim, que *hoje* é tempo presente; no caso, o momento em que Dilma Rousseff apresenta, de uma forma ou de outra, empecilhos para uma boa prática de governança, sendo eles: os escândalos de corrupção na Petrobrás e o aumento da inflação, por exemplo. Por sua vez, *amanhã* é o tempo futuro que se fará seguir esse momento que, sob a óptica da presidente, tratar-se-ia apenas de um degrau para o seu fortalecimento.

Ressaltamos que esses dois sentidos se subsomem, já que, no [Rec 3 – 30042014], a presidente parte da 1ª pessoa do plural para a 1ª pessoa do singular, incluindo o interlocutor na situação e depois chamando-a para sua responsabilidade, criando, nesse momento, empatia do interlocutor – sobretudo os trabalhadores e as trabalhadoras. Essa realidade acena, novamente, para a campanha eleitoral em andamento; de forma que falar de *amanhã*, mais do que falar do restante de seu primeiro mandato, é falar da possibilidade de um segundo mandato. Sob essa perspectiva, a releitura proposta [Rec 3(1) – 30042014 – Rel1] não caberia, pois ficariam apagadas as referências para cada um dos sintagmas em análise. Por isso, os SAdv constituem mecanismo o processo discursivo do discurso político.

Em consonância com a segunda leitura, o recorte que segue, embora trabalhe com sintagmas adverbiais diferentes dos até aqui analisados, segue a mesma linha da análise dos dois recortes acima.

[Rec 5 – 30042014] [Nosso governo nunca será o governo do arrocho salarial, nem o governo da mão dura contra o trabalhador. Nosso governo será sempre o governo da defesa dos direitos e das conquistas trabalhistas, um governo que dialoga com

os sindicatos e com os movimentos sociais e encontra caminhos para melhorar a vida dos que vivem do suor do seu trabalho].

Os sintagmas adverbiais *nunca* e *sempre* são considerados diferentes dos até então trabalhados, visto o grau de determinação que, imaginariamente, produzem. Para procedermos à análise de cada um deles, devemos pensar, antes de mais nada, no sentido que eles podem assumir.

O SAdv-adv *nunca*, quando empregado em enunciados afirmativos, significa *em tempo algum, jamais*. Sob um olhar mais minucioso, observar-se-ia que a esse sintagma assume valor temporal e de negação (em tempo algum: nem no passado, nem no presente e nem no futuro); já o SAdv-adv *sempre* assume o sentido de *todo o tempo* – presente, passado e futuro. Então, essas formas, visto seu valor antonímico, marcariam, no proferimento, uma oposição entre dois fatos: a negação do arrocho salarial e da mão dura contra o trabalhador, de um lado; e a defesa dos diretos e das conquistas, do diálogo e da melhoria de vida do trabalhador, de outro.

Voltando nossos olhos para as condições de produção desse discurso, há aqui um forte apelo eleitoral, sendo que esse apelo ganha corpo na medida em que a presidente intenta evocar, no interlocutor, uma certa memória de que a estabilidade econômica e as conquistas trabalhistas seriam fruto do governo petista. A base de construção desse apelo são os dois elementos linguísticos em tela. A razão primordial para se assumir esse ponto de vista é que o emprego do SAdv-adv *nunca* tem por responsabilidade evocar os oito anos de governo do presidente Lula (2003-2010) e os três anos e quatro meses de presidência de Dilma Rousseff, tentando fazer o interlocutor assumir como verdade que, com o PT no governo, o trabalhador e a trabalhadora têm, minimamente, garantia de um bom trabalho. Sob essa perspectiva, o emprego do SAdv-adv *sempre* tem como finalidade construir a ideia de que essa verdade perpetuar-se-ia enquanto os petistas estivessem frente ao executivo nacional; dessa forma, os trabalhadores deveriam pensar nessa possibilidade e re-elegerem Dilma Rousseff.

O efeito de sentido apresentado nas linhas anteriores é confirmado mais à frente no proferimento de 2014 quando a presidente enuncia:

[Rec 6 – 30042014] Temos credibilidade política para dizer isso. Nos últimos 11 anos, tivemos o mais longo período de inflação baixa da história brasileira. Também o período histórico em que mais cresceu o emprego e em que o salário mais se valorizou.

O recorte em tela, apresenta uma anáfora zero, que, funciona equivocadamente, pois abre, minimamente, para duas possibilidades de leitura. Na primeira delas, *(nós) temos* pode ser interpretada como Dilma Rousseff e sua equipe de governo, que não é formada apenas por petistas, mas por pessoas da base aliada, que, inclusive, pertencem a partidos políticos cujas ideias em muito se distanciam da proposta do Partido dos Trabalhadores⁷⁷. Na segunda leitura possível, *(nós) temos* pode ser interpretada como Dilma Rousseff e os petistas – cujo maior ícone seria seu antecessor, o que seria corroborado com os seguintes dizeres do recorte: “*Nos últimos 11 anos, tivemos o mais longo período de inflação baixa da história brasileira. Também o período histórico em que mais cresceu o emprego e em que o salário mais se valorizou.*”, em que os últimos 11 anos são construídos como o período de inflação baixa, crescimento do emprego e valorização do salário mais expressivo que o Brasil já teria tido.

É preciso lembrarmos que as possibilidades apresentadas fazem parte do trajeto de leitura que o interlocutor pode ou não empreender no processo de interpretação, de forma que esses trajetos são afetados por fatores de ordem outra, dentre os quais citam-se: a habilidade de manejar a língua bem como, no caso, o conhecimento acerca do cenário político brasileiro e da filiação partidária. Dessa feita, a primeira leitura seria possivelmente empreendida por alguém que não seja eleitor do PT, mas é alguém que deteria certo conhecimento, mesmo que embrionário de política partidária; ao passo que a segunda leitura seria proveniente de um possível eleitor do PT, que acreditaria que esse partido governaria em prol dos trabalhadores.

Ainda no que tange ao emprego dos advérbios, ressaltamos o aparecimento do SAdv-loc *nos últimos 11 anos* no recorte em questão em contraposição aos proferimentos de 2012 e de 2013, quando a presidente (de)marca a relação do seu mandato com os mandatos do ex-presidente Lula de forma imprecisa, a partir do aparecimento do SAdv-loc *nos últimos anos*, conforme analisado acima. Diante disso, a questão seria: o que moveria, no último proferimento, a necessidade discursiva de precisar *nos últimos 11 anos*? O anseio de “mostrar” ao seu interlocutor o quanto os governos petistas são eficazes para garantir a inflação baixa, o crescimento do emprego e a valorização do salário. Assim, esses 11 anos de governo do PT

77 No Brasil, durante as campanhas eleitorais, seja a nível estadual, municipal ou federal, é comum que haja as chamadas coligações, que, *grosso modo*, em âmbito jurídico, dizem respeito ao consórcio de partidos políticos que visam à atuação conjunta e cooperativa na campanha eleitoral. Há, entretanto, mais que um interesse de atuação coletiva e cooperativa, já que os partidos que compõem uma coligação tem como objetivo ter voz e vez junto ao chefe do executivo, sendo que isso ocorre, principalmente, pela indicação de nomes para compor a equipe de governo.

fariam parte da história brasileira, visto que haveria muitos aspectos positivos a serem lembrados.

Em síntese, a análise dos sintagmas adverbiais de valor temporal aponta para a existência de uma série de efeitos de sentidos que podem ser (re)construídos a partir de seu emprego; não podendo serem considerados dispensáveis, pois a (re)construção do sentido do discurso ganharia contornos muitos diferentes em sua ausência.

Para continuarmos a discussão sobre o funcionamento dos advérbios, propomos, nesse momento, colocar em tela o advérbio *bem*, devido a sua recorrência nos quatro proferimentos. Salientamos que a esse advérbio, normativamente falando, atribuiria valor de intensidade – muito, bastante – bem como valor de modo – convenientemente e/ou com perfeição. A partir disso, tomemos os seguintes sequências:

[Rec8(1) – 29042011] - Essa estrada é de todos e vamos trilhá-la *bem* juntos.

[Rec6(1) – 30042012] - Se para que nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras melhorem sua capacidade de produzir e de consumir, sua capacidade de viver *bem*, de ser feliz e de fazer seus irmãos igualmente felizes.

[Rec8(1) – 01052013] - Mas um governo só pode cumprir *bem* o seu papel se tiver vontade política e se contar com verba suficiente.

[Rec 1(2) – 30042014] [...] sabem bem que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante: a luta do emprego e do salário.

Partindo do [Rec8(1) – 29042011], observamos que o SAdv-adv *bem* pode (re)velar dois trajetos de leitura possíveis:

[Rec8(1) – 29042011-T1] Essa estrada é de todos e vamos trilhá-la [bem [juntos.]]

[Rec8(1) – 29042011-T2] Essa estrada é de todos e [[vamos trilhá-la [bem]] juntos.]

No primeiro trajeto de leitura apresentado, podemos compreender que o SAdv-adv *bem* tem como escopo o SAdn-adj *juntos*. Esse escopo produz uma equivocidade do advérbio, visto que, primeiramente, podemos conceber que, em *bem juntos*, o SAdv-adv *bem* assume relação sinonímica com a ideia de intensidade, ou seja, *bem* é igual a *muito*; em segundo lugar, o SAdv estabelece uma relação sinonímica com *perfeitamente*.

Os dois trajetos de leitura em questão funcionam de modo a produzir uma proximidade entre a presidente e seus interlocutores; nada tão conveniente que evocar a nação brasileira, principalmente, os trabalhadores para que junto a ela, nos próximos quatro anos, a estrada – metáfora para o mandato – seja trilhada, tanto com perfeição quanto com intensidade. Recorrendo ao recorte, notamos que esses dois efeitos de sentido funcionam em estreita ligação com o enunciado *essa estrada é de todos*, momento em que, no dizer da presidente, busca-se levar os interlocutores, em especial os trabalhadores brasileiros, à condição de suposto *sujeito de fazer*, a uma situação de pertença em relação à “estrada”, o que é (re)forçado com a forma verbal *vamos* – 1a. pessoa do plural.

Em relação ao segundo recorte em análise, percebemos um trajeto de leitura cuja equivocidade é marcada, com efeito, pela possibilidade de o SAdv-adv *bem* assumir, ao menos, dois sentidos diferentes em vista de seus sentidos socialmente estabilizados: de intensidade e de modo. Assim, apontamos para o recorte [Rec6 – 30042012], o seguinte trajeto de leitura:

[Rec6(1) – 30042012– T1] – [Se para que nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras melhorem sua capacidade de produzir e de consumir, [sua capacidade de [viver [bem],]] de ser feliz e de fazer seus irmãos igualmente felizes.]

A partir do trajeto apresentado, notamos que o escopo do SAdv-adv *bem* é a forma verbal *viver*. Nesse sentido, a equivocidade do advérbio em questão centra-se, sobretudo, conforme adiantado, na possibilidade de apresentar um valor de intensidade, mantendo relação sinonímica com o SAdv-adv *muito*, ou valor de modo, mantendo relação sinonímica com SAdv-loc *com perfeição*, por exemplo⁷⁸. Assim, poderiam ser feitas as seguintes substituições possíveis:

[Rec6(1) – 30042012– ReL1] - Se para que nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras melhorem sua capacidade de produzir e de consumir, sua capacidade de viver muito, de ser feliz e de fazer seus irmãos igualmente felizes.

⁷⁸ A associação entre o advérbio *bem* e o verbo *viver* é bastante recorrente em outros discursos. O mais comum volta-se para o discurso da medicina, em que muitos programas e projetos, inclusive, intitulam-se “viva bem”, cuja equivocidade também se encontra marcada, ou seja, as interpretações “viva mais” e “viva melhor” emergem com frequência. Pode-se, concluir, portanto, que esses dois sentidos são socialmente estabilizados, de forma que tanto podem funcionar concomitantemente quanto isoladamente.

[Rec6(1) – 30042012– ReL2] - Se para que nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras melhorem sua capacidade de produzir e de consumir, sua capacidade de viver com perfeição, de ser feliz e de fazer seus irmãos igualmente felizes.

A releitura 1, proveniente da substituição do SAdv-adv *bem* pelo SAdv-adv *muito*, suscita no interlocutor a ideia de longevidade, sendo que essa longevidade seria fruto da capacidade de produzir e, conseqüentemente, de consumir, dos trabalhadores brasileiros, o que atende em grande medida aos preceitos capitalista da produção e do consumo, aquecendo, assim, a economia do país.

A releitura 2, em que se vê a substituição do SAdv-adv *bem* pelo SAdv-loc *com perfeição*, também traz consigo a ideia de que *viver de modo perfeito* só pode estar associado à produção e ao consumo, sendo elemento indissociável da prática de produção e, conseqüentemente, das relações trabalhistas. Outro sentido que comparece seria a ideia de felicidade que é associada a *viver bem*. Isso se deve ao fato de que tanto para a ideia de longevidade quanto para a ideia de modo ou estilo de vida estaria associado o fato de que isso está em estreita relação com a felicidade própria e a felicidade dos próprios irmãos.

Vale ressaltar, ainda, que o proferimento abre margem para a interpretação de que a felicidade estaria associada a ideia do consumo. Dito de outro modo, só seria feliz quem produz e, principalmente, quem consome; por isso, em outros momentos dessa tese, falamos em *sujeito do consumo*. Isto é, o discurso capitalista-neoliberal, mais uma vez, faz eco no proferimento da Presidente.

A terceira sequência em que aparece a SAdv-adv *bem* segue abaixo:

[Rec8(1) – 01052013] - Mas um governo só pode cumprir bem o seu papel se tiver vontade política e se contar com verba suficiente.

Na sequência, contudo, o duplo funcionamento semântico do SAdv-adv *bem* não ocorre, visto que, neste caso, a ele só é possível ligar o valor de modo, visto o seguinte trajeto de leitura possível:

[Rec8(1) – 01052013– T1] - Mas um governo [[só] [pode cumprir [bem]]] o seu papel se tiver vontade política e se contar com verba suficiente.

A partir do fato de o escopo do SAdv-adv *bem* ser a locução verbal *pode cumprir*, vemos que a ele poderíamos associar apenas o sinônimo *com perfeição* ou *com qualidade*, por exemplo. Na construção desse trajeto, embora não fosse nosso foco aqui, trouxemos à cena o SAdv-adv *só* que contribui significativamente para a (re)construção do sentido do recorte, já que esse advérbio produz sentido de restrição, o que coloca em cena uma relação condicional única; assim, se somente se, contar com as condições presentes: vontade política associada à verba suficiente, o governo poderá cumprir seu papel. O modo como será cumprido o papel do governo dependeria de dois outros fatores: um apresentado como intrínseco ao governo e o outro não; respectivamente, vontade política e verba suficiente.

Propomos abaixo as seguintes re-escritas procurando verificar as consequências da ausência dos adjuntos adverbiais:

[Rec8(1) – 01052013– T1– ReL1] - Mas um governo só pode cumprir o seu papel se tiver vontade política e se contar com verba suficiente.

[Rec8(1) – 01052013– T1– ReL2] - Mas um governo pode cumprir bem o seu papel se tiver vontade política e se contar com verba suficiente.

[Rec8(1) – 01052013– T1 – ReL3] - Mas um governo pode cumprir o seu papel se tiver vontade política e se contar com verba suficiente.

Na primeira re-escrita, [Rec8(1) – 01052013– T1– ReL1], omitimos o SAdv-adv *bem*, permanecendo na construção o SAdv-adv *só*. O efeito de sentido que essa construção possibilita seria de que o governo, para cumprir seu papel, seja ele de forma boa ou ruim, deve priorizar, obrigatoriamente, a vontade política e a existência de verba suficiente; enquanto, na segunda re-escrita, o bom cumprimento do governo estaria ligado, não obrigatoriamente, aos dois elementos já citados.

Na terceira re-escrita [Rec8(1) – 01052013 – ReL2], a seu turno, em que se omitem os dois SAdv's já mencionados, parece haver uma falha estrutural, porque tanto a palavra *só* quanto a palavra *bem* seriam responsáveis por construir a estrutura condicional da sequência.

Diante dessa última análise, a propalada dispensabilidade de um SAdv poderia, inclusive, ocasionar, dependendo da estrutura em que aparece, problemas em seu encadeamento, o que incide, de forma fundamental, na possibilidade de lê-la e de interpretá-la.

O último recorte em que analisamos o SAdv-adv *bem* refere-se ao proferimento de 2014, conforme podemos ver abaixo:

[Rec 1(2) – 30042014] [...] sabem bem que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante: a luta do emprego e do salário.

para a qual propomos o seguinte trajeto de leitura:

[Rec 1(2) – 30042014– T1] [...] [[[sabem][bem] que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante:] a luta do emprego e do salário.]

No trajeto de leitura proposto, consideramos que o escopo do SAdv-adv *bem* é a forma verbal *sabem*. A partir de tal escopo, assumimos que o sentido do advérbio *bem* mantém relação sinonímica com *perfeitamente*, de modo que a substituição de uma forma pela outra, embora afetasse a significação do enunciado, não o seria de forma a alterar a (re)construção referencial da realidade ali (re)produzida. Tratar-se-ia de intensificar a posição. Assim, teríamos:

[Rec 1(2) – 30042014– T1– Rel1] [...] sabem perfeitamente que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante: a luta do emprego e do salário.

Dessa forma, o emprego do SAdv-adv *bem* incidindo na forma verbal *sabem* funciona decisivamente para a (re)construção da ideia de que o que a Presidente faz é (re)conhecido pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras; principalmente a luta do emprego e do salário. Nesse processo, os trabalhadores estão inteirados do que a chefe do executivo teria feito para garantir a eles o emprego e o salário.

4.3 Da aposição

A existência do aposto, assim como o processo de adjunção que envolve tanto os adnominais quanto os adverbiais, é no *corpus discursivo* bastante recorrente, haja vista sua função no processo discursivo em funcionamento: trata-se de um processo discursivo que intenta valorar positivamente e em grau superlativo os governos petistas de modo a produzir uma realidade singular e exaltativa. Diante disso, buscamos (de)mo(n)strar qual é o seu funcionamento no processo discursivo do qual faz parte.

Nos proferimentos em análise, observamos que a aposição segue os pronomes *nós* e *você(s)*, alguns adverbiais e determinadas expressões e segmentos de frase⁷⁹. Sendo assim, a análise da aposição segue o seguinte percurso: primeiro são analisados SAp que seguem os pronomes, devido à recorrência significativa nos quatro proferimentos; depois, é promovida a análise de advérbios que são seguidos por um Sap; na sequência, procedemos à análise de SAp que seguem determinadas expressões ou segmentos de frases.

Iniciamos a análise com o recorte abaixo:

[Rec2 – 29042011] Com orgulho, nós, brasileiros, já vemos que nosso país se firma não apenas como uma das principais economias do planeta, mas, também, como o criador de um modelo de políticas sociais modernas, que ajuda a consolidar uma das maiores democracias do mundo atual. Vemos que o Brasil começa a realizar uma parte do grande sonho brasileiro, o sonho dos nossos poetas, pensadores e visionários; o sonho de um país independente, tolerante, fiel aos valores morais e símbolo de trabalho, alegria e fraternidade para o mundo. É hora de ampliarmos este sonho e, para isso, precisamos vencer vários desafios.

No recorte, há o SAp *brasileiros* acompanhando o pronome pessoal *nós*, promovendo um efeito de determinação para esse pronome e, dessa forma, construindo um *objeto-de-discurso*. É interessante notarmos que, em outros momentos do proferimento, o pronome pessoal *nós*, aparece sem estar acompanhado da aposição, o que marca a equivocidade. Nessa direção, o pronome *nós*, caso estivesse desacompanhado do aposto *brasileiros*, abriria margem para os possíveis efeitos de sentido: (i) *nós* seria igual à presidente e a sua equipe de governo?, (ii) *nós* seria igual à presidente e a nação brasileira?, (iii) *nós* seria igual à presidente e ao seu interlocutor direto, (iv) *nós* seria igual à presidente Dilma Rousseff? O aparecimento do aposto, em certo sentido, determina a referência de *nós*, fazendo com que essa determinação esteja voltada para um processo de referenciação – a atividade de ordem discursiva que passa, necessariamente, pela (re)construção dos sentidos possíveis. Assim, o *objeto-de-discurso nós* constituir-se-ia a partir da menção a *brasileiros*.

Cumpramos, então, considerarmos que o recorte em tela seria responsável por desfazer a equivocidade apresentada, mas faz surgir no interior do discurso uma ambiguidade constitutiva

79 Para efeitos de análise, chama-se expressão um agrupamento de caráter nominal que apresenta duas ou mais palavras; por sua vez, segmento de frase trata-se de um grupo que se organiza em torno de um verbo ou de uma locução verbal.

do referente. Dito de outro modo: o *referente* – nós, construído a partir da aposição do nominal *brasileiros* – é colocado como alvo externo de um dizer, sendo, portanto, exterior ao discurso; ao mesmo tempo em que, ao ser dito por esse discurso, fica inscrito nele, sendo essa inscrição a grande responsável pelo processo de (re)construção de seu sentido.

No [Rec2 – 29042011], vemos que a aposição, tomada como responsável por promover um processo de determinação, deixa inscrito no discurso essa perspectiva, já que observamos logo após a essa (re)construção semântica, os seguintes verbos na 1ª pessoa do plural: *vemos*, *ampliarmos* e *precisamos*; bem como do uso do pronome de 1ª pessoa do plural *nossos*; para os quais a elipse de *nós* antes das formas verbais bem como o pronome possessivo de 1ª pessoa do plural têm seu sentido (re)construído a partir da aposição de *brasileiros* ao pronome *nós*, ou seja, logo no início do recorte.

Cumpre-nos lembrar que, ao comparecer no proferimento, a palavra *brasileiros* seria responsável por (de)marcar uma generalização, ou seja, todos os brasileiros, que veem o Brasil se firmar como economia forte, deveriam lutar para ampliar um determinado sonho, por exemplo. Mas sabemos que não seria bem assim, já que ela apresenta, no cenário nacional, uma oposição muito forte que, certamente, não coadunaria com essa discursivização.

A (re)construção de um *objeto-de-discurso*, conforme apresentado, elucida o fato de que a língua não existe para além dos sujeitos que fazem uso dela, muito menos fora dos processos discursivos nos quais eles atuam de forma decisiva, mobilizando suas percepções tanto de natureza linguística quanto de natureza sócio-histórica. Associado a isso e ao fato de a referência só poder ser percebida como uma (re)construção linguística que se inscreve em um dado processo discursivo, tomamos um recorte que também apresenta a aposição relacionada ao pronome de 1ª pessoa do plural, mas de forma diferente da forma do primeiro recorte:

[Rec1 – 01052013] Queridas trabalhadoras e queridos trabalhadores,

O Brasil passou a ser mais Brasil quando o brado por mais emprego, mais salário e mais comida deixou de ser um grito solitário dos trabalhadores para ser a voz e o compromisso de toda uma nação. É por isso que nós, brasileiras e brasileiros, estamos tendo, nos últimos anos, a alegria de comemorar o 1º de Maio com recordes sucessivos no emprego, na valorização do salário e nas conquistas sociais dos trabalhadores.

A aposição, no recorte acima, traz *brasileiros* e *brasileiras* acompanhando o pronome *nós*. Em consonância com o que foi dito na primeira análise, o movimento seria de determinar a referência do pronome *nós*, o que se justifica devido a, em vários momentos dos quatro proferimentos, notarmos a presença da elipse do pronome, marcando a equívocidade: *nós* igual a Dilma e seu governo; *nós* igual a Dilma e Lula, por exemplo.

A presença da aposição no [Rec1 – 01052013] cumpre, ainda, um outro papel: fazer eco com o vocativo que antecede esse processo apositivo, ou seja, refere-se aos interlocutores como trabalhadoras e trabalhadores, (de)marcando a diferença de gênero; assim, ao lançar mão do aposto, ela continua mantendo essa diferença ao dizer *brasileiras* e *brasileiros*, diferenciando-se substancialmente do [Rec2 – 29042011], em que o *objeto-de-discurso* foi construído de modo generalizado.

O vocativo, além disso, contribui para a referência do *objeto-de-discurso nós*, em razão de ele ter sentido generalizante a partir de *brasileiras* trabalhadoras e *brasileiros* trabalhadores. Outro apontamento deve ser feito: a presidente coloca, primeiramente, *trabalhadoras* e *brasileiras*, para, então, mencionar *trabalhadores* e *brasileiros*; mais uma vez (de)marcando, sobretudo, a importância das mulheres no cenário nacional. Para além da marcação dessa importância, mencionar *trabalhadoras* antes de *brasileiros* demonstraria polidez.

Se comparados os recortes [Rec2 – 29042011] e [Rec1 – 01052013], comprovamos que um *objeto-de-discurso* é uma (re)construção de ordem discursiva, visto que é algo que passa pela (re)produção de sentido em dado processo discursivo. O processo discursivo em funcionamento determina a construção linguística. O processo discursivo envolvido nos proferimentos em análise intenta produzir uma valorização positiva, em grau superlativo para a atuação do governo petista, em particular do Governo Dilma. Por isso, a adjunção bem como a aposição constituem mecanismos fundamentais para esse processo discursivo que, em certo sentido, é constitutivo do discurso político brasileiro (institucionalizado) que funciona por comparação.

No primeiro recorte, o pronome pessoal *nós* tem sua significação construída e inscrita no processo discursivo em tela visto estar acompanhado da palavra *brasileiros*, o que marca uma generalização para *nós*; no segundo recorte, diferentemente, a significação do pronome de 1ª pessoa do plural emerge a partir da presença da aposição de *brasileiros* e de *brasileiras*, que, por sua vez, liga-se ao vocativo *queridas trabalhadoras* e *queridos trabalhadores*, que, inclusive, pode marcar, por meio do emprego do adjetivo *queridos*, (i) um tom de proximidade entre os interlocutores ou (ii) um tom irônico, embora não seja o que a presidente deseja. Nessa

direção, o aposto, conforme Dias e Coelho (2014), é indispensável para a direção argumentativa do texto.

Como no segundo recorte já foi colocada a questão da relação (estreita) entre *aposto* e *vocativo*, nada mais justo que continuarmos nessa linha de análise, observando agora o SAp associado ao pronome de tratamento *você*. Para tanto, analisamos o recorte abaixo:

[Rec7 – 01052013] Para encerrar, faço um chamamento decisivo a você, trabalhador, e a você, trabalhadora: a educação não é apenas um dever do Estado e um direito do cidadão. É também tarefa da família e responsabilidade de todos, sem exceção. A educação começa com você. Todos têm que procurar a educação por seu próprio desejo, e lutar pela educação com sua própria força. Somente sua força de vontade vai fazer você descobrir tempo e meios para educar-se. Somente sua atenção como pai, como mãe vai estimular seu filho na escola. Somente sua dedicação de mestre fará você, professor, superar as dificuldades que enfrenta. Somente a pressão de todos vai fazer os governos, as empresas, as igrejas, os sindicatos, em suma, toda a sociedade trabalharem ainda mais pela educação.

No recorte supracitado, observamos três ocorrências do vocativo *você* em relação ao aposto que acompanha cada um deles. Assim, tem-se *você* acompanhado de *trabalhador*; de *trabalhadora*, e também de *professor*. Diante desse quadro, continuamos trabalhando com a perspectiva de que a aposição busca in-determinar a referência e, assim, promover certos efeitos de sentido.

Para trabalhar o recorte em tela, questionamos: qual a necessidade de, em apenas um parágrafo do proferimento, haver a repetição do “mesmo” vocativo? Qual o funcionamento do aposto seguido ao vocativo?

A resposta ao primeiro questionamento poderia estar relacionada ao fato de o recorte em questão iniciar-se da seguinte forma: “Para encerrar, faço um chamamento decisivo [...]: a educação não é apenas dever do Estado e um direito do cidadão. É também tarefa da família e responsabilidade de todos, sem exceção.”, ou seja, a presença dos vocativos funcionaria como um reforço ao chamamento decisivo, inclusive, é (re)construído sob a forma de aposição. Nessa construção, chama-nos atenção a presença do pré-construído de muitos acreditarem – na construção, principalmente os trabalhadores e as trabalhadoras – que a educação seja apenas

dever do Estado, cabendo, então, à presidente – autoridade máxima do poder executivo nacional – dizer a elas, via endereçamento generalizante, que essa não seria uma verdade.

Consideramos, assim, que a repetição do vocativo *você* mostra-se relacionada, no proferimento analisado, a partir do que já foi pontuado, à necessidade de endereçamento ao interlocutor, reforçando o efeito de interpretação, de tal modo a produzir uma palavra de ordem que responsabiliza a família e todo e qualquer cidadão pela Educação. Para tanto, tomamos:

[Rec7(1) – 01052013] Para encerrar, faço um chamamento decisivo a você, *trabalhador*, e a você, *trabalhadora*: a educação não é apenas um dever do Estado e um direito do cidadão. É também tarefa da família e responsabilidade de todos, sem exceção.

Antes de mais nada, é preciso levarmos em conta que, em [Rec7(1) – 01052013], a construção “a educação não é apenas dever do Estado”, não determina a palavra educação, ou seja, as redes de memória levam-nos a construir o sentido de que a educação de que ela fala é a *educação escolar*. Assim, há o pré-construído de que a educação é dever exclusivo do Estado e o posto de que a educação é direito do cidadão.

A ideia proveniente do pré-construído é atribuída, a partir do processo discursivo em análise, nos seguintes termos: pela construção do locutor, o efeito de sentido que emerge é que os trabalhadores tomaram como verdade que ao Estado, somente a ele, cabe garantir a educação, já que o que se vê correntemente, nos mais variados meios de comunicação, é, principalmente, as trabalhadoras exigindo do Estado mais creches para seus filhos para que possam trabalhar; escolas perto de suas casas, para que não tenham que arcar com os custos de transporte, por exemplo. Contudo, o que deveria ser o complemento da educação, torna-se, na verdade, a sua essência, no sentido de que, se pensarmos na educação escolar, a grande preocupação deveria recair sobre a qualidade da educação no sentido de termos materiais didáticos de qualidade, sobre os investimentos na qualificação dos profissionais envolvidos no processo educativo e, principalmente, sobre as políticas que façam com que a educação seja mais eficaz e mais valorizada.

Em termos de construção linguística, [Rec7(1) – 01052013] apresenta dois dos pronomes de tratamento acompanhados da aposição, sendo que a forma *você* está, primeiramente, acompanhado de *trabalhador*; em segundo lugar, acompanhado da forma *trabalhadora*. Diferentemente do que ocorreu em [Rec1 – 01052013], a referência às mulheres

está após a referência aos homens, o que apagaria, nesse momento, a primazia das mulheres sobre os homens, encontrada em tantos outros momentos nos proferimentos.

Ao comparecer, nesse caso, o aposto (con)firma o que foi dito anteriormente: são os trabalhadores e as trabalhadoras que têm acreditado que a educação é dever único e exclusivo do Estado, sendo que, segundo o locutor, a eles cabe desfazer essa imagem. O pré-construído de que a educação é dever do Estado vem, por exemplo, do fato da universalização do ensino e da divisão da responsabilidade entre municípios, estados e governo federal em relação à responsabilidade sobre cada nível da educação. De modo específico no [Rec7(1) – 01052013], a presidente endereça-se aos trabalhadores e as trabalhadoras não para parabenizá-los pela data comemorativa da qual ela parte para enunciar, mas para chamar-lhes a atenção, via advertência, sobre o fato de que a educação, além de ser um dever do Estado, é também um dever dos trabalhadores. Mas o que significa “educação” nos dizeres de Dilma?

A segunda ocorrência do pronome *você* seguido por um SAp segue transcrita abaixo:

[Rec7(2) – 01052013] Somente sua dedicação de mestre fará você, *professor*, superar as dificuldades que enfrenta.

[Rec7(2) – 01052013], por sua vez, apresenta o vocativo *você* acompanhado do aposto *professor*. Do ponto de vista temático, a aposição surge visto que a presidente, ao contrário da sequência anterior, em que ela – representante do Estado – compartilha a responsabilidade da educação com a família, atribui ao professor toda responsabilidade – visto o uso do advérbio *somente* no início da sequência – de superar as dificuldades que ele enfrenta, sendo isso possível, segundo ela, com a dedicação de mestre que o professor possui. Esse terceiro *você* constrói-se referencialmente a partir da aposição da palavra *professor* bem como à caracterização a ele impressa: mestre dedicado, sendo que, pelo fato de ele ser dedicado, ele irá superar as dificuldades que enfrenta: péssimas condições de trabalho, alunos indisciplinados, baixos salários, por exemplo; que inclusive não foram mencionadas no proferimento, mas que são evocadas pelas redes de memória em funcionamento. Esses problemas não são mencionados no proferimento, pois seria assumir que o Estado falha em muitos dos aspectos relacionados à educação.

Diante desse quadro, temos que considerar que

Enquanto o aposto refere-se à terceira pessoa, ou seja, a não-pessoa de Benveniste, o vocativo refere-se ao *tu* (o interlocutor) que a enunciação de *eu* instala, configurando

para si uma função interpelatória que trata a construção da imagem do interlocutor no processo de alocução (qual a imagem que faço daquele com quem falo? Ou a quem me dirijo? Ou falo dessa maneira?). Esse elemento pode apontar para o que pode e deve ser dito pelo locutor em uma conjuntura social dada. Dessa forma, na relação com essa imagem, se reconhece a forma de dizer autorizada histórica e socialmente, assim como as relações de poder que configuram a nossa sociedade. [...]

Por outro lado, o vocativo é um elemento que guarda uma relação específica com a construção da referência, visto que pode reenviar a relações de parentesco, a relações sociais e, também, há vocativos, como *senhor* e *senhora*, por exemplo, que não reenviam a nada muito preciso. [...] no entanto, expressa uma avaliação do locutor em relação à distância e/ou proximidade que suscita as condições de produção da alocução. (AGUSTINI, 2005, pp. 72-73)

Analisadas as sequências que contêm vocativos acompanhados da aposição, voltamos agora às sequências que apresentam uma forma de endereçamento, mas que não são acompanhadas pela aposição:

[Rec7(3) – 01052013] A educação começa com você.

[Rec7(4) – 01052013] Somente sua força de vontade vai fazer você descobrir tempo e meios para educar-se.

Nesses dois casos, o endereçamento ao interlocutor acontece de forma genérica, já que não se faz acompanhar de aposição conforme explicitado nas sequências um e dois referentes ao Rec7 – 01052013. Assim, quem seria o *você* em [Rec7(3) – 01052013] o trabalhador, a trabalhadora, o pai de família, a mãe de família, a dona de casa, o estudante? E em [Rec7(4) – 01052013]? Diante disso, o interessante é notar que o ponto de vista do locutor parte de uma visão (aparentemente) particular – trabalhador, trabalhadora, professor – para uma visão (notoriamente) generalizante. Em síntese, construções tão díspares permitiriam dizer, primeiramente, que quando o SAp segue, no caso, um pronome, ele cumpre a função de indeterminar a referência e, assim, promover certos efeitos de sentido.

Cumprir esclarecer que a diferença desses funcionamentos no processo discursivo leva a considerar que o locutor visa a atingir o seu interlocutor de diferentes maneiras, já que ora coloca uma determinada classe em destaque, como os trabalhadores e os professores, ora não destaca o seu interlocutor de modo específico, de tal modo que qualquer um pode acabar por ocupar esse lugar. Assim, a aposição que segue os pronomes está em estreita relação com a imagem que o locutor projeta de seu interlocutor e com o endereçamento que é feito a ele. Em consonância com Agustini (2005), a aposição (re)vela as condições de produção envolvidas em tal processo discursivo.

Para além da questão da aposição, a análise dessas duas sequências leva a fazer um apontamento: o proferimento do 1º de maio está provocando um efeito de deslocamento, já que faz o interlocutor migrar de uma dada rede de memória – relacionada à comemoração do 1º de maio no Brasil – para uma outra ordem de memória: a responsabilidade sobre a educação no cenário brasileiro.

Analizadas algumas ocorrências com os pronomes *nós* e *você(s)*, que consideramos como o momento em que o locutor fala dele mesmo e/ou de seu interlocutor, tornando-os a não pessoa do discurso, seu *objeto-de-discurso*, para os quais ele busca in-determinar sentido em vista das condições de produção desse discurso, voltamo-nos, neste momento, para a aposição de adverbiais, a partir dos dois recortes, sendo o primeiro deles:

[Rec 1 – 30042012] Minhas amigas e meus amigos,

Amanhã, 1º de Maio, é um bom dia para refletirmos sobre uma verdade nem sempre lembrada: que tudo que um país produz é fruto do esforço do trabalhador e, por isso, todo trabalhador tem o direito de usufruir de tudo que o seu país produz.

No recorte do proferimento de 2012, há um SAp – 1º de Maio – para um SAdv-adv – Amanhã. De forma específica, notamos que esse aposto, mais uma vez, in-determina a referência do advérbio *amanhã*, evocando a data comemorativa referente ao Dia do Trabalho. Conhecidas as condições de produção desse discurso, poder-se-ia considerar que a menção ao 1º de Maio seria algo redundante. Contudo, como o recorte trabalha com uma reflexão a respeito do esforço do trabalhador, via aposição, há a menção à data comemorativa, o que promove certos efeitos de sentido. Um deles dá-se entre a relação existente entre essa data comemorativa e a condição de *trabalhador* evocada nos dizeres presidenciais. Assim, essa relação sustenta as questões abordadas no proferimento enquanto questões importantes e relativas aos trabalhadores. Teríamos, entretanto, que lembrar de que não há deslocamento das questões econômicas, servindo, então, em última instância, a data apenas como pano de fundo para as questões econômicas.

Promovendo a re-escrita desse recorte, ele poderia ser reconstruído das seguintes formas:

[Rec 1 – 30042012 – ReL1] Minhas amigas e meus amigos,

Amanhã, primeiro dia do quinto mês do ano, é um bom dia para refletirmos sobre uma verdade nem sempre lembrada: que tudo que um país produz é fruto do esforço do trabalhador e, por isso, todo trabalhador tem o direito de usufruir de tudo que o seu país produz.

[Rec 1 – 30042012– ReL2] Minhas amigas e meus amigos,

Amanhã é um bom dia para refletirmos sobre uma verdade nem sempre lembrada: que tudo que um país produz é fruto do esforço do trabalhador e, por isso, todo trabalhador tem o direito de usufruir de tudo que o seu país produz.

Observado, na primeira releitura proposta, que a referência determinada para *amanhã* é o primeiro dia de um determinado mês, no caso, o quinto do ano, há o seguinte sentido evocado: a quantidade de meses do ano, a ordem dos meses do ano e o lugar do mês de maio nessa ordenação. A partir disso, essa possibilidade de construção da aposição nesses termos dissiparia a possibilidade de referir-se ao 1º de Maio como data comemorativa. Na segunda releitura, por sua vez, há o apagamento da aposição, de forma que *amanhã*, se não conhecidas as condições de produção do discurso, não assumiria um outro sentido senão o de o dia seguinte ao hoje, ou seja, hoje nem ontem seriam bons dias para refletirmos sobre a verdade nem sempre lembrada, mas amanhã seria. Assim, é possível ler ali uma espécie de adiamento.

O segundo recorte em que vemos a aposição de adverbiais é:

[Rec 7 – 30042014] [Neste 1º de Maio, Dia do Trabalhador, dia de quem vive honestamente do suor do seu trabalho, quero reafirmar o compromisso do meu governo no combate incessante e implacável à corrupção. Novos casos têm sido revelados por meio do trabalho da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União, órgãos do governo federal.

Para melhor realizar a análise desse recorte, tomamos a seguinte sequência:

[Rec 7(1) – 30042014] [Neste 1º de Maio, Dia do Trabalhador, dia de quem vive honestamente do suor do seu trabalho,...]

Isso em razão de nela percebermos a presença de dois SAp, a saber: Dia do Trabalhador e dia de quem vive honestamente do suor do seu trabalho. De todos os quatro proferimentos, é

neste proferimento em que vemos, pela primeira vez, a presidente referindo-se ao 1º de Maio como o Dia do Trabalhador. Contudo, a partir dos dois apostos, são construídos três trajetos de leitura:

[Rec 7(1) – 30042014 – T1] [[[Neste 1º de Maio], [Dia do Trabalhador]], dia de quem vive honestamente do suor do seu trabalho,...]]

[Rec 7(1) – 30042014 – T2] [[[Neste 1º de Maio], [[[Dia do Trabalhador]], [dia de quem vive honestamente do suor do seu trabalho,]]...]]

[Rec 7(1) – 30042014 – T3] [[[Neste 1º de Maio], [Dia do Trabalhador], [dia de quem vive honestamente do suor do seu trabalho,]]...]]

No primeiro trajeto de leitura proposto para o [Rec 7(1) – 30042014], o que vemos é o SAp – Dia do Trabalhador – seguido ao SAdv-locadv – Neste 1º de Maio. Assim, a aposição é responsável por determinar, em certo sentido, a referência da locução adverbial. Essa formação funciona, por exemplo, como um lembrete ao interlocutor ou, em outros termos, uma sinalização para o interlocutor que o dia 1º de maio é Dia do Trabalhador; além disso, poderíamos considerar que, ao determinar o 1º de Maio como Dia do Trabalhador, excluem-se outras possibilidades de determiná-lo no proferimento, como Dia da Literatura Brasileira ou Dia de São José Operário, por exemplo.

No segundo trajeto de leitura proposto, o SAp – Dia do Trabalhador –, por sua vez, também passaria por um processo de aposição, no sentido de que o SAp – dia de quem vive honestamente do suor do seu trabalho – funcionaria como um aposto para Dia do Trabalhador. Nessa direção, o Dia do Trabalhador tem seu sentido redirecionado com base na ideia de que este é o dia para ‘quem vive honestamente do suor do seu trabalho’. Notamos, nesse segundo trajeto de leitura, o que Dias e Coelho (2014) chamam de avaliação do interlocutor, uma vez que promover essa determinação para o Dia do Trabalhador está em função de dirigir-se a uma parcela da população que, literalmente, vive do suor de seu trabalho; assim, poderíamos compreender que está colocado em cena o *sujeito do fazer*, pois é ele quem, com o seu suor, produz e alavanca os bons índices econômicos da economia nacional neste período.

No terceiro trajeto de leitura, (re)construímos a perspectiva de que há dois apostos para o SAdv-locadv, ou seja, tanto “Dia do trabalho”, quanto “dia de quem vive honestamente do suor do seu trabalho” estariam em função de “Neste 1º de Maio”, determinando o seu sentido na direção do nome da data comemorativa e da razão que levaria o 1º de Maio a existir: a

honestidade do trabalhador que vive do seu suor. Assim, “trabalhador” está re-escrito no proferimento por “quem vive honestamente do suor do seu trabalho”, o que, em certo sentido, circunscreve o domínio semântico de referência de “trabalhador”. Poderíamos, por isso, compreender essa relação de diferentes modos, o que afetaria, sobremaneira, a interpretação do dizer.

Uma possibilidade seria compreender que o trabalho honesto é aquele que produz suor e, por isso, relacioná-lo ao trabalho físico/braçal em detrimento de outras formas de trabalho. Poder-se-ia, também, interpretá-lo de modo metafórico e compreender que toda forma de trabalho implica desgaste físico e/ou mental, por mobilizar capacidades e/ou habilidades específicas para a realização do trabalho.

Vistos esses três trajetos de leitura, o que se observa é que também a aposição marca a equivocidade no e do discurso. Além dos pronomes e dos advérbios, a aposição faz acompanhar alguns nomes, expressões e segmentos de frase. Em vista disso, a análise aqui proposta continua a partir do funcionamento da aposição em relação a nominais, de forma mais específica a nomes próprios, como pode ser visto em:

[Rec8 – 01052013] Somente assim poderemos gritar, em uma só voz, uma nova marca de fé e amor para nosso país. Poderemos gritar, do fundo do nosso coração: Brasil, pátria educadora!

No recorte em questão, encontramos um SAp para o nome próprio *Brasil*, a saber: *pátria educadora*. Surge, inevitavelmente, a questão: qual a pertinência de determinar o sentido de *Brasil*, no proferimento em comemoração do 1º de maio, em função da Educação? Possível resposta a esse questionamento é fato de esse proferimento, de modo específico, estar trabalhando com a discursivização da educação como elemento que pode garantir o avanço para o emprego e para o salário, porque há avanços, em números, significativos para a realidade educacional brasileira.

Por conseguinte, se Educação está vinculada à “avanço para o emprego e para o salário”, então não se trata de Educação, em seu sentido nobre, de dotar o indivíduo de tal forma a alçá-lo à condição de *sujeito de saber*. Por isso, não está em primazia fomentar a educação e a necessidade da formação de um *sujeito de saber*. Está subjacente ao discurso sobre a Educação, o discurso capitalista-neoliberal que busca mão-de-obra qualificada para a produção em função do consumo.

Diante dessa realidade, o texto de Rubem Alves, *Diploma não é a solução*, embora escrito há mais de dez anos, coloca a educação como negócio nos seguintes termos: “Como todos os pais querem que seus filhos entrem na universidade e (quase) todos os jovens querem entrar na universidade, configura-se um mercado imenso, mas imenso mesmo, de pessoas desejosas de diplomas e prontas a pagar o preço. Enquanto houver jovens que não passam nos vestibulares das universidades do Estado, haverá mercado para a criação de universidades particulares. É um bom negócio.” Ou seja, ter um diploma é um negócio. Mais do isso: é um negócio rentável, principalmente, para os donos de universidades que têm um público-alvo grandioso. Na contramão, o diploma pode não ser a solução, pois ter frequentado um curso superior não é garantia *sine qua non* para o sucesso profissional.

Nesse sentido, a própria Educação torna-se um bem de consumo, passando a sofrer as (im)posições do discurso utilitarista e imediatista, de modo que o saber entra em tensão com a técnica, nos cursos de formação universitária. Essa tensão produz reformas educacionais nos currículos, aumento de disciplinas voltadas para a prática profissional, implementação de Educação à distância, objetivação dos instrumentos de acesso à Educação Superior, para citar apenas alguns (e)feitos do neoliberalismo na Educação Brasileira.

Nessa lógica de funcionamento, determinar Brasil como Pátria Educadora constitui um jogo político muito interessante, uma vez que, o governo, aparentemente, estaria preocupado com o povo, em especial com o trabalhador; quando, com efeito, busca implementar políticas que intentam manter a economia “aquecida”, de modo a tentar manter a estabilidade política e econômica do país, em uma conjuntura mundial difícil, já que o capitalismo parece à beira de um colapso, que pode, inclusive, alterar profundamente o atual cenário econômico mundial. A manutenção de tal estabilidade consistiria, possivelmente, em uma (man)obra para a perpetuação do governo executivo nacional nas mãos do PT.

Outro aspecto interessante está no fato de na construção da aposição aparecer a palavra *pátria* e não *nação* ou *país* para construir a referência de *Brasil*. Essas três palavras assumem conceitos diferentes; a *país*, associa-se a ideia de um território geograficamente delimitado com organização política própria; à *nação*, associa-se o conceito de país acrescido da questão dos valores culturais comuns a uma população; finalmente, à *pátria*, está associada a ideia de um território enquanto uma realidade afetiva a que determinados grupos e indivíduos estão ligados. Assim, os conceitos de *país* e de *nação* estão mais próximos semanticamente, enquanto que o conceito de *pátria* se distancia deles por trazer a questão da afetividade, já que a palavra *pátria*, ao ser derivada da palavra *pai*, pode simbolizar o berço acolhedor de um povo.

A partir disso, consideramos que a palavra *pátria* tem implicações em relação à (re)construção do sentido do proferimento, porque, por ser uma palavra feminina, de certa forma, remeteria a presidente voltar a valorizar as mulheres, e ao fato de serem elas as grandes responsáveis pelo processo educativo (de seus filhos). Ademais, a palavra *pátria* é responsável por movimentar nas redes de memória dos interlocutores a questão afetiva, trazendo à tona um apelo sentimental, inclusive presentes em um dos símbolos nacionais, o Hino Nacional, que, ao fazer referência ao Brasil, diz: “Ó pátria amada/idolatrada/Salve!Salve”. Dessa forma, o SAp, ao seguir *Brasil*, determina o sentido desse nome próprio, já que pelos dizeres da presidente não se anseia que o *Brasil* seja apenas entendido como um simples país (extensão territorial) ou nação (país com valores culturais), mas, sim, como a pátria educadora. Caso contrário, poderíamos considerar a releitura do recorte do seguinte modo:

[Rec8 – 01052013 – Rel1] Somente assim poderemos gritar, em uma só voz, uma nova marca de fé e amor para nosso país. Poderemos gritar, do fundo do nosso coração: Brasil!

em que o grito *Brasil!* não diria muito mais do que a saudação ao país.

Ao fazer uso da aposição, Dilma Rousseff, mesmo em um proferimento voltado à comemoração do 1º de maio, anseia que seus interlocutores comunguem com ela o fato de o Brasil estar se tornando uma *pátria educadora*. Interessante é notarmos que, em maior ou em menor grau, os proferimentos de 2011 e de 2012 apresentam em algum momento a tônica da educação voltada para a necessidade de se atender ao que preconiza o neoliberalismo: colocar a educação como prioridade, apresentando-a como alternativa de “ascensão social” e de “democratização das oportunidades”.

Em relação à aposição a determinadas expressões, analisamos três recortes referentes aos anos de 2011, 2013 e 2014. Vemos, logo a seguir, o primeiro deles:

[Rec3 – 29042011] Vale destacar uma novidade: a partir de agora, as empresas que desejarem, receberão empréstimos do governo, com juros baixos, para custear cursos de formação para seus empregados.

A expressão que vem acompanhada do aposto é *uma novidade*. Para análise desse recorte, antes de mais nada, propomos duas re-escritas, nos seguintes moldes:

[Rec3 – 29042011 – RE11] Vale destacar uma novidade.

[Rec3 – 29042011– RE12] Vale destacar que, a partir de agora, as empresas que desejarem, receberão empréstimos do governo, com juros baixos, para custear cursos de formação para seus empregados.

Contrastando o recorte com as duas releituras (não seria re-escrita?), percebemos que, em nenhuma das duas, foi privilegiada a construção apositiva. Diante disso, fica apagada na releitura 1, qual a novidade que quer ser destacada, não se construindo, assim, uma referência para a expressão *uma novidade*. Na releitura 2, ao seu turno, o que se apaga é o fato de as empresas poderem custear, se desejarem, a juros baixos a formação de seus empregados como sendo uma novidade.

O apagamento provocado pela releitura 1 prejudicaria a (re)construção do sentido do discurso haja vista que não se cita a novidade. O apagamento provocado pela releitura 2, por sua vez, não apresentaria a questão como uma novidade do governo Dilma, não promovendo o efeito de sentido de mérito da presidente sobre ele.

A partir disso, a oposição presente no [Rec3 – 29042011] não se constitui como uma redundância, já que não se afirma o mesmo sobre a expressão, projeta-se, na verdade, uma referência determinada para essa expressão, de modo que, em [Rec3 – 29042011 – RE11], fica evidente a indeterminação da expressão *uma novidade*.

O segundo recorte que é analisado em vista da relação de oposição com uma expressão trata-se do [Rec 7 – 01052013] abaixo:

[Rec 7(1) – 01052013] Para encerrar, faço um chamamento decisivo a você, trabalhador, e a você, trabalhadora: a educação não é apenas um dever do Estado e um direito do cidadão. É também tarefa da família e responsabilidade de todos, sem exceção.

Nesse recorte, a construção apositiva está voltada para a expressão *um chamamento decisivo*. Contudo, diferentemente do que vemos em análises normativas, o aposto não está no mesmo período da expressão a qual se vincula. Para melhor compreender essa questão, tomamos os dois trajetos de leitura abaixo:

[Seq1 - Rec 7 – 01052013 – T1] Para encerrar,[faço [um chamamento decisivo] a você, trabalhador, e a você, trabalhadora: [a educação não é apenas um dever do Estado e um direito do cidadão.]] É também tarefa da família e responsabilidade de todos, sem exceção.

[Seq1 - Rec 7 – 01052013 – T2] Para encerrar,[faço [um chamamento decisivo] a você, trabalhador, e a você, trabalhadora: [a educação não é apenas um dever do Estado e um direito do cidadão. É também tarefa da família e responsabilidade de todos, sem exceção.]]

A partir da compreensão do primeiro trajeto de leitura, a expressão *um chamamento decisivo* teria como apostro a construção *a educação não é apenas um dever do Estado e um direito do cidadão*. Contudo, o sentido da construção apositiva não constitui um chamamento, ou seja, não traz uma ancoragem para a ideia traduzida na expressão; o que não ocorre no segundo trajeto de leitura. Em [Rec 7(1) – 01052013 – T2], o apostro seria *a educação não é apenas um dever do Estado e um direito do cidadão. É também tarefa da família e responsabilidade de todos, sem exceção*, de forma que é a construção do período seguinte que traz a ancoragem para a (re)construção da referência, pois é nele que há a ideia do chamamento (ou seja, a educação é tarefa da família e responsabilidade de todos).

Por meio do segundo trajeto de leitura, o que notamos é que o chamamento é decisivo, pois a presidente, enquanto representante do Estado, quer responsabilizar os outros pela educação, seja ela em âmbito escolar ou não, pois o Estado tem se voltado, inclusive, à regulação sobre (possíveis) castigos físicos, a horário de trânsito de menores nas ruas, bem como à (im)possibilidade de frequentar determinados lugares. Ou seja, ela busca via informação apenas construir o discurso de que há uma corresponsabilidade nesse processo. Nesse sentido, podemos afirmar que a aposição, assim como a adjunção, no funcionamento do processo discursivo em análise são elementos determinantes para a (re)construção da referência de realidades relacionadas ao papel do governo.

O terceiro recorte que visa a ser analisado em vista da relação de aposição com uma expressão segue transcrito abaixo:

[Rec 1 – 30042014] [Trabalhadores e trabalhadoras,

Neste 1º de Maio, quero reafirmar, antes de tudo, que é com vocês e para vocês que estamos mudando o Brasil. Vocês que estão nas fábricas, nos campos, nas lojas e nos escritórios sabem bem que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante: a luta do emprego e do salário.]

Nele, a expressão que segue acompanhada de um aposto é *a luta mais difícil e mais importante*. Em vista disso, propomos duas releituras para ele:

[Rec 1 – 30042014 – ReL1] Trabalhadores e trabalhadoras,

Neste 1º de Maio, quero reafirmar, antes de tudo, que é com vocês e para vocês que estamos mudando o Brasil. Vocês que estão nas fábricas, nos campos, nas lojas e nos escritórios sabem bem que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante.

[Rec 1 – 30042014 – ReL2] Trabalhadores e trabalhadoras,

Neste 1º de Maio, quero reafirmar, antes de tudo, que é com vocês e para vocês que estamos mudando o Brasil. Vocês que estão nas fábricas, nos campos, nas lojas e nos escritórios sabem bem que estamos vencendo a luta do emprego e do salário.

Na primeira releitura, há o apagamento do aposto, mantendo-se apenas a expressão *a luta mais difícil e mais importante*; e, na segunda releitura, mantém-se a informação que, em [Rec 1 – 30042014], estava apensa, ou seja, *a luta do emprego e do salário*. O primeiro apagamento faz com que a referência para *a luta mais difícil e mais importante* desapareça, não havendo, então, a possibilidade da (re)construção da referência para essa luta, no sentido de se dizer qual é a luta. O mesmo não ocorre com o segundo apagamento, já que apresenta *luta* como aquela *do emprego e do salário*, mas retira o mérito da presidente que é vencer *a luta mais difícil e mais importante*.

Chama-nos atenção, ainda, o aspecto estranho da construção “a luta do emprego e do salário”, uma vez que ela abre para leitura diferentes: (1) quem luta por emprego e por salário? E, nesse caso, o agente da luta estaria apagado e, por isso, in-determinado. (2) “Emprego” e “salário” lutam juntos por algo. O que seria esse algo? Uma sociedade com menos desigualdade social? Um mercado consumidor mais eficaz? (3) “Emprego” e “salário” lutam entre si. Se lutam entre si, um estaria contra o outro? Acenar-se-ia, então, para uma bipartição da luta

operária? De um lado o empregador, sedento de lucro e, de outro, o trabalhador, necessitado de salários mais dignos, para melhor viver, ou seja, consumir?

Por fim, analisamos a presença de apostos seguidos de segmentos de frase. O primeiro caso em que isso ocorre pode ser visto no proferimento de 2011, a exemplo do recorte a seguir:

[Rec1 – 29042011] - Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Mais uma vez o Brasil vai festejar o 1º de Maio da forma como este dia deve ser comemorado: com crescimento do emprego e da renda, com economia sólida, e pleno de esperança no futuro. Isso porque, na medida em que o emprego e o salário aumentam, a desigualdade diminui e o país continua avançando sem retrocessos.

A aposição – *com crescimento do emprego e da renda, com economia sólida, e pleno de esperança no futuro* – se dá para o segmento de frase *da forma como este dia deve ser comemorado*, mediante os quais serão trabalhadas as seguintes releituras:

[Rec1 – 29042011 – ReL1] Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Mais uma vez o Brasil vai festejar o 1º de Maio da forma como este dia deve ser comemorado. Isso porque, na medida em que o emprego e o salário aumentam, a desigualdade diminui e o país continua avançando sem retrocessos.

[Rec1 – 29042011 – ReL2] Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Mais uma vez o Brasil vai festejar o 1º de Maio com crescimento do emprego e da renda, com economia sólida, e pleno de esperança no futuro. Isso porque, na medida em que o emprego e o salário aumentam, a desigualdade diminui e o país continua avançando sem retrocessos.

Na primeira releitura, [Rec1 – 29042011 – ReL1], notamos o apagamento da possibilidade de (re)construção da referência a partir do aposto, que buscava enumerar as três formas com que o 1º de maio deve ser comemorado, o que afetaria a construção da relação de implicação do período que segue: aumento do emprego e do salário, diminuição da desigualdade. Perder-se-ia, então, a possibilidade de uma relação de implicação do primeiro para o segundo período do recorte, de tal modo que a comemoração pode ser entendida como

uma comemoração com desfile, proferimento das autoridades políticas, inclusive o da chefe do executivo nacional etc.

Na segunda releitura, [Rec1 – 29042011– ReL2], o aposto se mantém, mas é apagada a construção que o precedia no [Rec1 – 29042011]. Neste caso, a relação de implicação entre períodos se mantém, mas o apagamento de *da forma como este dia deve ser comemorado* afetaria o sentido do enunciado, visto que tira o mérito da Presidente em relação à forma de comemoração.

O último recorte analisado em razão da aposição é encontrado no último dos quatro proferimentos da presidente Dilma Rousseff em razão do Dia do Trabalhador, a saber:

[Rec 2 – 30042014] É com esse sentimento que garanto a vocês que temos força para continuar na luta pelas reformas mais profundas que a sociedade brasileira tanto precisa e tanto reclama: nas reformas para aperfeiçoar a política, para combater a corrupção, para aumentar a transparência, para fortalecer a economia e para melhorar a qualidade dos serviços públicos.

O segmento de frase que se faz acompanhar de uma construção apositiva é *as reformas mais profundas que a sociedade brasileira tanto precisa e tanto reclama*, para a qual a aposição funcionaria na (re)construção desse *objeto de discurso*. O fato de a presidente mencionar *reformas que a sociedade brasileira precisa e reclama* pode ser associado às manifestações de junho de 2013, quando grande parte da população brasileira foi às ruas, após anos de passividade, para exigir melhorias nos setores públicos, principalmente, transporte, saúde e educação (pátria educadora?); além de criticarem com veemência os gastos exorbitantes com a Copa do Mundo de 2014. É válido lembrar, também, que o proferimento ao qual tal aposto faz parte é referente ao ano de campanha para a re-eleição da presidente. Dessa forma, via aposição, enumera quais seriam as reformas, no caso, necessárias que estariam no âmbito da continuidade: *aperfeiçoar, combater, aumentar, fortalecer, melhorar*. Em vista disso, serão propostas duas releituras para o recorte:

[Rec 2 – 30042014 – ReL1] É com esse sentimento que garanto a vocês que temos força para continuar na luta pelas reformas mais profundas que a sociedade brasileira tanto precisa e tanto reclama.

[Rec 2 – 30042014 – ReL2] É com esse sentimento que garanto a vocês que temos força para continuar na luta para aperfeiçoar a política, para combater a corrupção, para aumentar a transparência, para fortalecer a economia e para melhorar a qualidade dos serviços públicos.

Como em análises anteriores, há, respectivamente, o apagamento do aposto – [Rec 2 – 30042014 – ReL1] – e do segmento de frase – [Rec 2 – 30042014 – ReL2].

Em [Rec 2 – 30042014 – ReL1], há o apagamento do aposto; por isso, ressalta-se apenas que serão continuadas as reformas profundas que a sociedade brasileira precisa e reclama, sem determiná-las. Em [Rec 2 – 30042014 – ReL2], por sua vez, há a enumeração das ações que seriam continuadas (caso a presidente fosse re-eleita). Apaga-se, na segunda releitura, a ideia de reformas profundas que a sociedade precisa e reclama, sendo, pois, esses dois movimentos legítimos e geradores de efeitos de sentidos diferentes.

Finalmente, é possível dizer que a aposição mostra-se, também, como um mecanismo decisivo na (re)construção da referência de vocativos, afastando, assim, a ideia de que estes seriam meras formas de endereçamento bem como que determinam, de forma significativa, o sentido das palavras ou expressões ao qual se ligam, desfazendo, sobretudo, o valor genérico de algumas delas ou, então, a sua equivocidade, como é o caso de *Brasil*, que, ao longo dos proferimentos, funciona de diferentes formas, marcando, por exemplo, relação sinonímica com país; Partido dos Trabalhadores e povo; Partidos dos Trabalhadores, Dilma Rousseff e equipe de governo e povo, por exemplo; o que se encontra marcado nos dois recortes abaixo, presentes no mesmo proferimento do Rec8, em que não há a presença de aposto para o substantivo *Brasil*:

[Rec3 – 01052013] Minhas amigas e meus amigos,

O Brasil avançou muito nos últimos anos por causa de políticas econômicas corretas e de políticas sociais profundas.[...]

[Rec5 – 01052013] O Brasil gerou, nos últimos dez anos, 19 milhões e 300 mil empregos com carteira assinada, e o salário-mínimo cresceu mais de 70% em

termos reais. Somente nos dois anos do meu governo foram criados 3 milhões e 900 mil novos empregos.[...]

No [Rec3 – 01052013], por exemplo, a referência para *Brasil* pode ser simplesmente *país*, entendendo-o em toda a sua extensão territorial. Esse possível efeito-leitor não se aplica ao [Rec5 – 01052013], já que *Brasil* está associado ao sentido de geração de emprego em um período específico: os últimos dez anos, o que traz como referência para *Brasil*, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores e povo; Partidos dos Trabalhadores, Dilma Rousseff e equipe de governo e povo.

4.4 Considerações finais

Ao término dos mo(vi)mentos analíticos, compreendemos que, tomado o processo discursivo em análise, sintagma(s) de natureza adverbial funciona(m), de modo fundamental, na construção referencial do discurso político brasileiro oficial. Em vista disso, o emprego desses sintagmas marca, em certo sentido, os anos de governo do PT (esquerda?) como apresentando o melhor governo que o Brasil teve ao longo de sua história, a despeito do que os demais governos (direita?) teriam feito, ou seja, como se a situação atual brasileira de propalada estabilidade política e econômica fosse fruto unicamente de *políticas econômicas corretas e políticas sociais profundas* da Era Lula e do governo da presidente Dilma Rousseff. Assim, a produção dos proferimento intenta apagar qualquer relação possível entre a propalada estabilidade política e econômica com a história do Brasil, principalmente no que tange aos governos anteriores à Era PT. Além disso, a adjunção é fundamental para subjetivar os governos petistas e lhe atribuir uma valoração positiva.

Cabe-nos, ainda, considerar que a compreensão da aposição em um dado processo discursivo não pode se fazer de forma isolada como propõe os estudos gramaticais de cunho normativo, mas, sim, levando em consideração o aspecto relacional do sentido, o que, nos proferimentos em análise, mostrou-se algo de extrema significância, porque está voltado para um processo de (re)construção da referência de realidades ligadas ao papel do governo. Ademais, o que devemos considerar na construção dos quatros proferimentos é que eles acenam para o fato de que, embora o PT tenha sido considerado um partido de esquerda, ele, na verdade, acirrou as políticas já existentes, ou seja, as de direita, principalmente, no que tange ao

aquecimento da economia, via, por exemplo, acesso ao ensino e aos programas assistencialistas. Neste sentido, podemos afirmar que a vontade de mudar pode ter sido a gênese de tudo, mas a garantia da governabilidade fez com que esse ideal se apagasse.

CONCLUSÃO

A materialidade da sintaxe é realmente o objeto de um cálculo, mas, ao mesmo tempo, ela escapa daí, na medida em que o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua, e é por aí que a questão do sentido surge no interior da sintaxe. Isso implica o reconhecimento da língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo.
(Teixeira, 2005)

Língua. Gramática. Sintaxe. Discurso. Sujeito. Ensino. As quatro primeiras palavras-conceito foram abordadas na introdução e no desenvolvimento de nossa tese, comparecendo como responsáveis por estabelecerem a direção que tomaríamos. Para tanto, assumimos que elas estariam alinhadas a fim de possibilitar a discussão e a problematização do fato de a sintaxe constituir o mecanismo de articulação fundamental que nos permite a compreensão dos processos discursivos ao passo que ela se mostra como elemento que possibilita os efeitos de sentido em textos escritos. Consideramos, então, que a adjunção e a aposição – mecanismos da língua os quais foram foco das análises – possibilitam, nos proferimentos do Dia do Trabalhador do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff(2011-2014), a emergência de efeitos de

sentido e, por isso, suas funções tomam lugar privilegiado no processo de interpretação, não sendo, portanto, mecanismos sintáticos dispensáveis, conforme postula a GN, pois fazem (re)significar, sob a perspectiva discursiva, o discurso neoliberal, em suas diferentes facetas discursivas, em perspectiva no discurso político governamental.

As duas últimas palavras-conceitos comparecem, neste momento, em razão de o mo(vi)mento analítico empreendido ter nos possibilitado (entre)ver que a adjunção e a aposição põem em jogo uma injunção à política neoliberal discursivizada na e pela presidente nos proferimentos; ademais, pensar discursivamente a sintaxe pode trazer implicações significativas para o ensino de Língua Portuguesa e para a formação leitora do cidadão.

Ao tratarmos da *língua*, consideramos que ela diz respeito ao objeto teórico da Linguística, ou seja, *o próprio da língua*, e ao papel que ela assume na perspectiva da AD, *atravessada por uma divisão discursiva* (conforme PÊCHEUX (2008 [1983])). Sob a perspectiva dessa Linguística, poderíamos dizer que as significações são tomadas como petrificadas, normatizadas, ou melhor, como não havendo espaço para a falha, o equívoco; o que estaria em jogo é uma propalada transparência da linguagem, ao ponto de um professor, por exemplo, ensinar que o sentido de um texto estaria nele mesmo e não na relação entre leitor-texto-conjuntura de sua (re)produção.

À segunda perspectiva, por sua vez, as significações não estão presas a normas estabelecidas anteriormente, já que o que existe é um incessante “[...] trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações.” (PÊCHEUX, 2008 [1983], p. 51). Assim, não há como falar em sentidos estabilizados, normatizados ou transparentes, haja vista, nas análises empreendidas, a existência de diferentes *trajetos de leitura* para um mesmo recorte.

A estabilização, a normatização e a transparência estão associadas ao entendimento da *língua* enquanto um sistema que prevê que o seu funcionamento se dê em relação a si mesmo; portanto é fechado, não suscetível à falha. Há a suposição de que o sujeito controla o sentido do que diz, o que acontece em razão de se pensar que há um reflexo das estruturas que o compõem, com independência da enunciação. Embora a AD não negue que a *língua* seja um *sistema*, considera que ela é um sistema com autonomia relativa, sendo que esse movimento de pensar essa autonomia relativa do sistema só é possível em razão da abertura para o batimento interno – próprio da língua, estruturas que a compõem – e externo – enunciação e condições de produção constitutivas.

A *língua*, então, para a AD é um sistema com autonomia relativa e a base comum de *processos discursivos* diferenciados no sentido de ser indispensável a qualquer processo

discursivo (conforme PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 81-82). Dessa forma, compreendemos a sintaxe - em nosso caso, em especial, a adjunção e a aposição – como uma das estruturas que, juntamente com as estruturas fonológicas e morfológicas, formam o sistema linguístico, submetendo-se as suas leis e ao seu jogo, mas de modo relativamente autônomo, porque estão implicadas a eles a exterioridade constitutiva: o histórico social e ideologicamente situados. “Ora, a dimensão do discurso na linguagem supõe a existência da sintaxe: a sintaxe está situada, na linguagem, na articulação da língua e do discurso. A identificação da sintaxe, isto é, a construção de uma gramática supõe uma explosão da dimensão do discurso.” (HENRY, 2013a, p. 175)

Buscamos, ao longo do empreendimento analítico, levar a termo, conforme Pêcheux, que a língua é a base comum dos processos discursivos. Consideramos que, nos proferimentos do Dia do Trabalhador analisados, a *adjunção* e a *aposição* comparecem e têm um funcionamento que vai além das questões da língua, pois colocam, em grande medida, o locutor em relação ao seu interlocutor, (re)significando o discurso político institucional e discursivizando práticas de um modo, a princípio, (im)pensável visto a posição partidária da presidente, a saber: práticas relacionadas à política neoliberal. Dizemos discurso político institucional, em razão de ele se diferenciar do discurso político eleitoral e/ou partidário, já que os proferimentos são pronunciados pela presidente Dilma Rousseff já no exercício do cargo e não durante campanha eleitoral, por exemplo; logo, fazem parte de um discurso de governo.

Ao assumirmos a *língua* como a base dos *processos discursivos* e a sintaxe como uma das estruturas que a compõe, não há como falar que a *aposição* e que a *adjunção* sejam mecanismos dispensáveis, havendo, assim, um posicionamento diferente daquele postulado pela GN, que trata os adjuntos e o aposto como termos acessórios. Nessa direção, *grosso modo*, consideramos que tanto a GN quanto a *gramática descritiva* expurgam, em conformidade com a dita linguística estruturalista, a questão do sentido assumida pela adjunção e pela aposição em uma perspectiva discursiva, limitando-se a lidar com o conceito de informação partível. Assim sendo, é possível falar em informação mínima e informações complementares e preconizar a dispensabilidade das tidas informações complementares.

De modo específico, no que tange à GN, a justificativa para esse expurgo está no fato de ela trabalhar com enunciados soltos, desconsiderando as suas condições de produção; além de a sua preocupação estar voltada para legislar sobre a língua, de modo a ditar as regras para bem escrever e bem falar. Há, nesse sentido, uma (tentativa de) homogeneização da língua e,

por conseguinte, uma unificação do sentido, petrificando-o. Não há, assim, sob a óptica normativa, como pensarmos a possibilidade de efeito(s) de sentido.

A *gramática descritiva*, diferentemente da GN, não tem como objetivo legislar sobre a língua, mas trabalha, também, com os elementos da língua de forma estanque, fazendo com que a significação seja prescindida. A finalidade da *gramática descritiva* está voltada para a compreensão das análises combinatórias das estruturas da língua.

Para além dessas duas perspectivas, consideramos ainda que “[...] é no nível da frase que a sintaxe existe na linguística [...]. A sintaxe da frase parte do postulado da existência de relações significativas entre frases [...]” (HENRY, 2013a, p. 173), ou dito de outro modo, na linguística, de modo geral, a sintaxe está reduzida à análise de elementos locais presentes na frase.

O ponto de partida de nossa tese foi exatamente esse: os estudos tradicionais de sintaxe não privilegiarem a questão do sentido, já que se voltam para aspectos normativos e/ou preocupam-se em elencar os elementos que fazem parte da estrutura do sistema linguístico sem abordar, seja de forma prioritária ou não, a significação. Ao privilegiar a análise de enunciados soltos ou simplesmente frases, há uma preocupação sobre o plano de organização da língua – as formas têm lugar de destaque – e não sobre a ordem da língua – o funcionamento das formas.

Diante desse quadro, julgamos que a sintaxe “[...] tem como objeto as funções próprias das unidades linguísticas[...]” (SAUSSURE, 2004, p. 157), no sentido de que uma função seria o papel representado por um elemento na estrutura do qual ele faz parte. Entretanto, não consideramos que essa estrutura seja fechada, nem que essa função seja única. Por isso, apostamos, conforme Pêcheux 2008 [1983], que todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, delocando-se discursivamente de seu sentido de forma a derivar para outro.

A partir dessa aposta, concluímos que, adotada a perspectiva da AD, a abordagem da sintaxe pode se dar a partir de uma *gramática descritiva voltada para o discurs(iv)o*, proposta com a qual trabalhamos nas análises. Essa abordagem dos elementos sintáticos, de forma específica em relação aos mecanismos da *adjunção* e da *aposição*, nos proferimentos do Dia do Trabalhador dos anos de 2011 a 2014 foi possibilitada a partir da proposta de PÊCHEUX (2008 [1983]) ao falar em *descrição* e *interpretação*, entendendo-as como práticas da análise de discurso que se entremisturam.

Em vista de serem processos que se entremisturam, elegemos, a partir dos proferimentos, os *recortes* – trechos dos proferimentos em que aparecem a adjunção e a

aposição; as *sequências em espiral* – partes relacionadas dos recortes que permitam visualizar o funcionamento dos mecanismos analisados; os *trajetos de leitura* – efeito(s) leitor produzido pela interpretação da sequência em espiral; as *releituras* – construções em que se trabalha com a ausência e a troca da adjunção e da aposição para a emergência de efeitos de sentidos outros e, assim procedendo, poder avaliar a participação de tais mecanismos em possíveis efeitos de sentido. Por isso, em razão do ponto de vista assumido por nós, *sintaxe* e *discurso* são elementos inseparáveis, já que a sintaxe é uma das estruturas da língua, e a língua, por sua vez, é a base dos processos discursivos.

Para assumirmos tal postura, não perdemos de vista a diferença existente entre três aspectos. O primeiro deles é o objeto da Linguística ser a *língua*; o segundo é o objeto teórico com o qual trabalhamos ser o *discurso*, porque toda a teorização empreendida esteve voltada para o *discurso*, entendido como efeito de sentido entre interlocutores, não considerando, assim, que há o sentido, mas possibilidades de *efeitos de sentido*; por fim, o terceiro aspecto é o fato de o objeto de estudo de nossa tese ser os quatro proferimentos do Dia do Trabalhador enunciados pela presidente Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato, pois são uma manifestação de linguagem específica em que os mecanismo sintáticos funcionam para (re)significar determinados(s) discursos. Portanto, *sintaxe* e *discurso*, assim como *descrição* e *interpretação*, são elementos concebidos como entremisturados, sendo que, da nossa posição, a partir do empreendimento analítico, podemos afirmar que as consequências de *sintaxe* e *discurso* serem, por assim dizer, faces da mesma moeda, são inúmeras.

Uma dessas consequências está voltada para o fato de que os mecanismos da língua, de forma específica a adjunção e a aposição, são analisados a partir de uma manifestação de linguagem e, por isso, mais que a combinatória dos elementos, está em jogo a significação que essa combinatória pode fazer emergir. Em vista disso, cai por terra, por exemplo, a chamada linearidade da sequência. Em nossa perspectiva discursiva, foi e é necessário trabalharmos com o conceito de sequência em espiral: um ponto desencadeia e mantém a relação entre os constituintes da espiral, de modo a promover uma rede de relações que, nas redes de memória, acionam o processo interpretativo.

Os proferimentos do Dia do Trabalhador pronunciados entre os anos de 2011 e 2014 são, conforme já pontuado, uma manifestação específica de linguagem caracterizada por ser um discurso político de governo. Nesse discurso, visualizamos que a *adjunção* e a *aposição* constroem uma posição do dizer, funcionando a partir de certas regularidades. Vejamos:

(De)marcando a análise a partir da perspectiva da *gramática descritiva voltada para o discurs(iv)o*, compreendemos a *adjunção* a partir de dois funcionamentos distintos: a *adjunção intrassintagmática de ordem nominal* e a *adjunção intrassintagmática de ordem adverbial*, que se caracterizam por terem sua incidência no mesmo sintagma que integram, e a *adjunção intersintagmática*, cuja incidência ocorre para além do sintagma que integra. Contudo, esse entendimento também foi responsável por nos fazer deslocar uma outra questão: o tratamento da sequência.

Seja para a GN ou para a *gramática descritiva*, a *sequência* é concebida a partir da contiguidade dos elementos e, portanto, ela só pode ser vista linearmente, como extensão; há, assim, uma (ilusão de) contiguidade dos elementos que a compõem. Quando a questão é os efeitos de sentido possíveis, não há como pensar a sequência dessa forma, pois os sentidos possíveis não são função do somatório dos elementos que compõem o enunciado; as relações entre indicadores que provocam as associações e, em consequência, os efeitos de sentido são dependentes, não só da materialidade linguística, mas também da materialidade histórica que constitui o discurso.

Assim, contrariamente à noção de sequência recorrente na Linguística, assumimos uma noção de sequência topológica, daí a organização das formas em uma dada sequência não fazer com que ela exista por si só e, por isso, ela não seja linear; afinal um enunciado sempre é suscetível a tornar-se outro e, para nós, pensar a sequência é pensar em um mo(vi)mento de interpretação. Assim, não falamos em sequência linear, aquela em que os elementos estão em uma relação de contiguidade, mas, sim, em uma sequência em espiral, aquela em que os elementos estão dispostos, ou melhor, conjugam-se a partir do olhar leitor.

Da perspectiva discursiva, portanto, a sequência não é dada *a priori*, porque ela é função do efeito leitor. Em função disso, o sentido não é composicional, não é o somatório dos elementos. Assim, toda a produção de sentido é baseada na espiralação.

Pela análise do funcionamento do processo discursivo dos proferimentos analisados, notamos que no que se refere à *adjunção intersintagmática nominal* comparecem sintagmas adnominais representados por adjetivos, locuções adjetivas ou orações, por exemplo. Esses sintagmas acompanham nominais de forma a promover a construção da referência, fazendo, então, com que determinada forma em seu funcionamento no discurso seja alçado à condição de *objeto-de-discurso*, associado, sobretudo, ao discurso neoliberal.

Como os proferimentos analisados têm sua ancoragem na comemoração do Dia do Trabalhador, 1º maio, partimos, inicialmente, do pressuposto que a presidente voltaria seu

discurso para questões relacionadas estritamente à realidade dos trabalhadores. Contudo, com o desenrolar das análises, percebemos que o discurso da presidente volta-se para questões econômicas, colocando o trabalhador não como aquele *dado ao trabalho, aquele que trabalha* (cf. Michaelis), mas como *aquele que faz parte de um sistema produtivo (capitalista)*. Nesse sentido, os nominais *crescimento, realidade, Brasil, sonho, dia, esforço, bancos, economia, condições, instrumentos, compra, empregos, luta, sentimento* são acompanhados da adjunção e têm sua referência construída a partir do discurso capitalista neoliberal.

Esses nominais e a referência construída a partir da adjunção leva-nos a considerar que a presidente, pertencente à dita esquerda, lança mão do discurso de direita para garantir que a engrenagem do sistema produtivo brasileiro não perca força ou, nas suas próprias palavras, “continue avançando sem retrocessos”. Isso, porque, conforme já dissemos, não analisamos um discurso político partidário ou eleitoral, analisamos um discurso de governo, ou seja, a presidente, embora tenha sua filiação partidária (de esquerda), neste momento, ocupa o mais alto cargo do executivo nacional e, por isso, representa o Brasil, nominal radicalmente heterôgeneo, que, em seu valor de coletivo, deve(ria) abarcar desde trabalhadores até empresários.

Assumirmos a posição de que a *adjunção intersintagmática* constrói a referência dos nominais significa dizer que esse mecanismo é responsável por **in-determinar** o que está sendo dito. Dizemos in-determinar na direção de que a adjunção promove uma atualização do sentido do nominal, tornando-o outro, ao mesmo tempo em que não há uma garantia de que essa atualização se dê da mesma forma se comparados os diferentes efeitos-leitores relativos a um “mesmo” o discurso, já que “[...] o que determina, determina para alguém; determina numa certa situação, mas não em outra; determina alguns traços, mas não todos etc.; e o mesmo se dá com a indeterminação. (LEITE, 2015, p. 221).

Assim, ao falar em *crescimento*, há a determinação desse nominal, via adjunção, a partir da perspectiva *do emprego e da renda*, isto é, a nosso ver, de elementos constitutivos do sistema produtivo. Desse modo, se crescem o emprego e a renda, consequentemente, o capital gerado pela última também crescerá, o que dará ao *trabalhador* maior poder de *compra*, fazendo com que a *economia do novo Brasil*, que está em oposição a um velho Brasil (com altas taxas de juros e inflação), seja mais *saudável* e mais *moderna*.

A atualização promovida pela adjunção nominal leva-nos a pensar no trabalhador, que deveria ser o foco dos proferimentos, mas não o é, pois como *sujeito do fazer* e como *sujeito do consumir*, é significado como elemento fundamental para manter a economia estabilizada.

Assim, nas construções referenciais, o trabalhador – *sujeito do fazer* – é aquele que coloca sua força a disposição do sistema produtivo e o trabalhador – *sujeito do consumir* – é aquele que emprega o fruto de seu trabalho, salário, na compra dos mais diversificados bens de consumo, a fim de manter a economia aquecida. Embora sob a aparência de uma preocupação com o bem-estar do trabalhador, está subjacente ao proferimento o discurso neoliberal, inclusive com a presidente fazendo significar, em vários mo(vi)mentos, que o trabalhador feliz é aquele que pode consumir sempre mais, fazendo significar que ser feliz é consumir.

A possível ausência da *adjunção intersintagmática nominal*, conforme apontam as análises, afetaria de forma significativa a construção da referência do e no discurso; afinal a atualização a partir de determinadas redes de memória para os nominais afetados por esse mecanismo deixaria de acontecer e os efeitos de sentido poderiam ser outros.

O nosso olhar entende que a *adjunção inter e intrassintagmática adverbial*, assim como a *adjunção intersintagmática nominal*, assume também a função da construção da referência nos proferimentos presidenciais referentes ao primeiro mandato de Dilma Rousseff, pois acena para a produção discursiva de uma certa realidade política inegavelmente entrelaçada com a realidade econômica do país: a estabilidade econômica é mostrada como fruto, unicamente, da política econômica “correta” do governo petista.

Enquanto a *adjunção intersintagmática nominal* comparece como responsável por construir a referência de nominais, ou seja, de formas (aparentemente) específicas dentro de um mesmo sintagma, fazendo com que haja sua in-determinação via atualização do sentido, a *adjunção inter e intrassintagmática adverbial* tem seu escopo alargado, afetando desde uma palavra até o enunciado todo. O segundo mecanismo em tela é responsável por (de)marcar uma diferença entre o mandato da presidente Dilma Rousseff e os do presidente Lula, ora projetando uma relação simbiótica, ora projetando a diferença entre eles, por trazer à tona, de forma acirrada, aspectos da realidade política e econômica nacional atravessados pelo discurso capitalista neoliberal, além de, no último proferimento, servir para fins eleitorais ou eleitoreiros. Na mesma direção da *adjunção intersintagmática nominal*, a questão *trabalho e trabalhador* fica relegada a um segundo plano.

No que tange à adjunção referente à relação simbiótica entre os governos Lula e o primeiro mandato de Dilma Rousseff, a **in-determinação** funciona de forma incisiva. A presidente, ao enunciar, constitui-se a partir do movimento das peças do sistema linguístico, por vezes se aproximando dos feitos de seu antecessor; por vezes distanciando-se dele, via in-

determinação. Esse movimento, sob nossa perspectiva, é marcado via adjunção, porque formas como *mais uma vez* e *a partir de agora*, presentes no proferimento de 2011, vão nessa direção.

O sintagma *Mais uma vez* participa do processo discursivo de modo a marcar uma repetição de modo in-determinado, pois não há, de modo preciso, quantas vezes antes o feito repetiu-se e quantos momentos: só no governo Lula? no governo FHC? Em nosso movimento analítico, consideramos que, devido às condições de produção desse discurso, nesse caso, a adjunção seria responsável por marcar a continuidade do legado do presidente Lula, e Dilma Rousseff empregou-a, no início de seu primeiro proferimento, como forma de marcar a continuidade de seu governo em relação a seu antecessor.

O sintagma *a partir de agora*, por sua vez, marcaria um divisor de águas entre os governos Lula e o governo Dilma Rousseff. A partir disso, notamos que a presidente coloca-se, via *adjunção*, em relação ao seu interlocutor de forma a, no primeiro caso, mostrar-se como subserviente ao seu antecessor, e, no segundo caso, afastar-se dele, a fim de produzir sentidos de autonomia.

No que diz respeito aos aspectos da realidade política e econômica nacional, a *adjunção* comparece para (de)marcar a continuidade em relação à era Lula ou às ações do próprio governo de Dilma Rousseff. Em vista disso, reafirmamos que não há como pensarmos a dispensabilidade do mecanismo em tela, visto que a posição do locutor frente a determinada realidade é construída a partir dele. No proferimento de 2013, a presidente lança mão de, ao menos, três sintagmas adverbiais distintos: *nos últimos anos*, *nos últimos dez anos* e *nos dois anos do meu governo* para referir-se, respectivamente às conquistas dos trabalhadores (de forma indeterminada); às políticas econômicas e sociais, e, finalmente, a empregos (de forma determinada). Esse jogo de determinação e de indeterminação em relação ao emprego dos advérbios sinaliza para a necessidade de a presidente tentar manter viva na memória dos brasileiros a figura de Lula em relação a todo cenário político e econômico nacional, inclusive creditando a ele, via *nos últimos anos*, as conquistas no âmbito trabalhista, e via, *nos últimos dez anos*, o sucesso das políticas econômicas e sociais, que é reflexo do discurso capitalista neoliberal.

A determinação aparece em relação à temática do *emprego* de forma a atribuir à presidente um saldo positivo em relação a isso. Logo, uma das funções da *adjunção adverbial* é, no processo discursivo analisado, ser responsável por trazer a (in)dissociação das figuras Lula e Dilma, concebendo a segunda apenas como um decalque da primeira. A adjunção mais que

construir a referência dos elementos formais aos quais, de uma forma ou de outra estão ligados, constrói a imagem do locutor, no caso aquele que se constitui a partir do ex-presidente Lula.

Ainda no que se refere à *adjunção adverbial*, devemos considerar que o locutor joga com o passado, presente e futuro, a partir de certas formas (hoje, amanhã, nunca e sempre), alternando entre determinação e indeterminação para (re)afirmar a competência dos governos petistas em relação à estabilidade econômica nacional e, por conseguinte, fazer o interlocutor partilhar com locutor dessa (pseudo)realidade. Notamos que, ao usar *nunca* e *sempre*, formas que marcam a in-determinação, a presidente tenta evocar sentidos que se associem aos feitos dos governos petistas; sendo que ao *nunca* estão associados aspectos negativos e ao *sempre* aspectos positivos em relação à situação econômica nacional. Assim, o discurso político institucional apoia-se na adjunção, a partir da óptica do locutor, para construir uma referência para determinada realidade.

A *adjunção*, a nosso ver, no processo discursivo em tela, tem o papel de construir, via in-determinação, a realidade brasileira em seus vários aspectos – político, econômico, educacional – de forma homogênea e exaltativa, visto a valoração positiva que é dada as realizações de tais governos. Pontuamos ainda que a *adjunção* (re)vela determinados elementos, já que a presidente não fala apenas de aspectos positivos da realidade nacional, mas também de certos aspectos negativos, mas atribui aos últimos uma responsabilidade que não é dela ou dos seus aliados. Em outros termos, a *adjunção* é um mecanismos que funciona também para (des)responsabilizar a presidente e/ou os governos petistas de diversas ações.

No caso específico da *aposição*, a discursivização da educação e da construção do *objeto-de-discurso* trabalhador merece destaque, principalmente visto o discurso neoliberal atravessar os proferimentos em análise. A estreita relação entre *educação* e *trabalhador* dá-se em razão de que, considerado o projeto neoliberal, conforme (1998), a formação escolar teria uma função utilitária, isto é, serve para que aqueles que sejam submetidas a ela tenham uma atuação eficiente, competitiva no mercado global. A educação de que fala a presidente nos proferimentos não é uma educação voltada para a formação do cidadão enquanto um sujeito do saber, mas uma educação que atenda às necessidades do mercado de trabalho, aumentado a competitividade internacional, o lucro e a disciplina. Tanto que os projetos de seu governo priorizam uma série de ações nesse sentido.

O funcionamento da *aposição*, assim como a *adjunção*, ocorre a partir de um efeito de in-determinação, de modo a atualizar o sentido do termo ao qual está em estreita ligação, o que acontece em relação às condições de produção do discurso em que aparece, não, sendo,

portanto, um acréscimo contingente. A partir disso, *objeto-de-discurso* trabalhador, construído via *aposição*, dá-se a partir dos seguintes sujeitos: *sujeito do fazer* e o *sujeito do consumir*, que, a seu turno, são reflexos do *sujeito do capitalismo*.

O sistema educacional calcado em princípios neoliberais não tem como primeiro objetivo a formação do *sujeito do saber*, com formação acadêmica voltada para a compreensão dos processos e mecanismos implicados no fazer científico, mas, sim, o *sujeito do fazer*, aquele formado com fins profissionalizantes, cujo objetivo é fazer com que o sistema produtivo seja cada vez mais eficaz. O *sujeito do fazer*, por sua vez, pode ser o *sujeito do fazer formal*, aquele com estabilidade garantida a partir do fato de ter carteira assinada, ou o *sujeito do fazer informal*, aquele que vive à margem da estabilidade econômica.

A subdivisão entre o *sujeito do fazer formal* e o *sujeito do fazer informal* sinaliza para o *sujeito do consumir*, aquele que atende aos preceitos do sistema capitalista. Contudo, o *sujeito do fazer informal*, por não ter emprego garantido, não apresentar renda fixa e não estar em um patamar de estabilidade econômica, não é um consumidor em potencial.

Visto esse quadro, a *aposição* é um gesto de nomeação que intenta circunscrever o objeto, fazendo funcionar a in-determinação, comparecendo como efeito de uma inserção de algo que existiria antes e em outro lugar, fazendo-a funcionar como pré-construído. Na *adjunção nominal*, a in-determinação é parte do processo de construção da referência, ou melhor, parte da presente articulação discursiva.

Logo, a in-determinação subjaz tanto o mecanismo da *adjunção* quanto da *aposição*, mas de formas diferentes. No último caso, sua função está associada a um sentido antecedente ao momento da produção desse discurso, daí o seu efeito de pré-construído. No primeiro caso, sua função volta-se à atualização do sentido do sintagma ao qual está em estreita ligação, o que acontece em relação às condições de produção do discurso em que aparece. Em ambos os casos, nem a *adjunção nominal* nem a *aposição* podem ser considerados acréscimos contingentes.

De nossa posição, a in-determinação, conforme Leite (2015), é constitutiva do funcionamento discursivo, acirrando ou rarefazendo determinadas práticas. Assim, no que tange ao discurso neoliberal, observamos que os mecanismos em tela jogam com essas duas possibilidades, o que podemos atribuir à posição assumida pelo locutor: um representante da esquerda, discursivizando práticas da direita.

Só chegamos a essa conclusão, porque nossa perspectiva de análise está em relação às condições de produção do discurso, ou seja, o enunciado isolado nos diz muito pouco ou quase nada, quando o foco é o funcionamento discursivo. Por isso, consideramos que a *adjunção* e a

aposição são mecanismos desse funcionamento, que permitem (re)velar certas práticas presentes no discurso político institucional da presidente do Brasil nos proferimentos do Dia do Trabalhador entre os anos de 2011 a 2014.

As análises nos levam a corroborar que o ponto de vista muda o objeto, uma vez que sob a perspectiva discursiva *adjunção* e *aposição* não são mecanismos acessórios ou acréscimos contingentes, pois (re)afirmam e (re)constroem, por meio de construções linguísticas, *objetos-de-discurso*. Para além da questão da dispensabilidade da *adjunção* e da *aposição*, as análises nos fizeram refletir sobre como o ensino trata essa questão, levando-nos a considerar o ponto de vista didático-pedagógico relacionado a ela.

É inegável que a GN goza, em razão de um posicionamento político, de lugar de destaque nas práticas pedagógicas no ensino regular, o que tem como consequência inevitável que os mecanismos por nós analisados sejam tratados, no contexto escolar, não sob a perspectiva do funcionamento, mas como constituintes de um dado enunciado (solto) e, por isso, sendo da ordem do dispensável. Nossas análises, então, abrem possibilidade de problematizações para a prática contemplada pelo ensino tradicional de Língua Portuguesa nas escolas, de modo mais específico o estudo dos ditos termos acessórios, buscando fazer a apresentação, de forma não prescritiva, de pontos que podem ser compreensíveis e importantes para a prática em sala de aula. As contribuições desta tese, nessa direção, ultrapassam os limites da pesquisa linguística, alcançando possível repercussão nas práticas pedagógicas no que concerne ao ensino de sintaxe. Contudo, antes de apresentarmos essas possíveis repercussões, da nossa visada, faz-se necessário recorrer à base oficial que sustenta o ensino de Língua Portuguesa na atualidade.

Os documentos oficiais, de modo específicos os Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa (1997), postulam que o ensino e a aprendizagem de língua materna deve ser resultado da articulação de três variáveis – aluno, língua e ensino. Diante disso, o aluno é concebido como o sujeito da ação do aprender, sendo responsável por agir sobre a língua – objeto de conhecimento – o que da nossa perspectiva constitui o *sujeito do saber*. A língua, a seu turno, objeto do conhecimento não seria uma língua idealizada, mas aquela se fala em instâncias públicas e a que se tem acesso nos textos escritos que circulam oficialmente, ou seja, não se trata de uma idealização da língua, mas da língua em uso em diferentes instâncias. O ensino é a prática educacional responsável por mediar sujeito e objeto de conhecimento, cujo responsável é o professor. Neste cenário, cabe ao professor “[...] planejar, implementar e dirigir

as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, **apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno.**” (BRASIL, 1997, p. 29, grifo nosso).

O ensino e o aprendizado da Língua Portuguesa devem estar pautados na reflexão do aluno sobre a língua, orientados pelo professor, de modo que práticas de natureza metalinguística, que visam apenas à memorização, a nosso ver, não atendem essa perspectiva.

A partir dessa realidade, os PCN's organizam os conteúdos a serem abordados no processo de ensino e de aprendizagem do objeto de conhecimento em três blocos: língua oral – usos e formas; língua escrita – usos e formas; análise e reflexão sobre a língua. Estaria, portanto, contemplados nesses blocos o plano de organização da língua e a ordem da língua. O segundo bloco, por sua vez, subdividir-se-ia em duas práticas: de leitura e de produção de texto. Essas duas práticas, ainda segundo o documento, desdobrar-se-iam em: aspectos notacionais – referentes às características da representação gráfica da linguagem – e aspectos discursivos – referentes às características da linguagem em uso.

De forma sintética, o documento postula que os conteúdos de Língua Portuguesa devam se organizar no eixo USO □ REFLEXÃO □ USO, para o qual a ideia de ciclo prevalece: “[...] tanto o ponto de partida como a finalidade do ensino da língua é a produção/compreensão de discursos. Quer dizer: as situações didáticas são organizadas em função da análise que se faz dos produtos obtidos nesse processo e do próprio processo.” (BRASIL, 1997, p. 44)

Os PCN's acenam para o fato de que não é mais plausível organizar o processo de ensino e de aprendizagem de Língua Portuguesa a partir de conteúdos como ortografia, pontuação, redação e gramática, por exemplo, embora o que se veja, na prática, mesmo após quase dezoito anos da publicação desse documento, são as práticas escolares organizarem-se a partir deles. Fica nítido que há um distanciamento entre teoria e prática.

No que tange de modo específico a essa tese, voltamo-nos para a compreensão da sintaxe – via adjunção e aposição – como mecanismo de articulação fundamental que nos permite a compreensão do discurso na medida que ela se mostra como elemento que possibilita os efeitos de sentido em textos escritos, ou seja, a sintaxe, a nosso ver, é um dispositivo de leitura. Nessa direção, colocamo-nos, em parte, em consonância com o conceito de leitura como

[...] um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto [...]. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita. (BRASIL, 1998, p. 53)

Dissemos, em parte, porque, primeiramente, da nossa perspectiva, o papel ativo do leitor é levado às últimas consequências, visto que o processo de interpretação acontece via produção de *trajeto(s) de leitura*, o que se dá a partir do posicionamento do leitor diante da manifestação de linguagem⁸⁰ a qual ele é exposto, fazendo (re)significar os discursos que ali aparecem. A leitura, além de implicar a compreensão dos sentidos anteriores a ela, deve implicar a relação *interno/externo*, na direção de considerar questões como a ordem da língua, a enunciação e a condições de produção constitutivas.

Em vista desse quadro,

[f]ormar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos. (BRASIL, 1998, p. 53)

Mais uma vez, da perspectiva teórica assumida, deslocamos o conceito de texto para o conceito de discurso, considerando que o aluno/leitor deve ser capaz de estabelecer relações entre discursos, atribuindo significação aos mais diferentes discursos aos quais é exposto, sabendo, sim, justificar e validar a sua leitura, pois a leitura do ponto de vista discursivo não é um *vale-tudo*, ela está ancorada na materialidade linguística e da materialidade histórica que se fazem significar a partir de seu funcionamento em uma dada manifestação de linguagem. Mas é, exatamente, neste ponto que reside a problemática para o processo de ensino e de aprendizagem de língua e com o qual essa tese, em grande medida trabalha: traçar dispositivos analíticos que possam ancorar dada(s) leitura(s).

Ao contrário da perspectiva desta tese e do que, em parte, propõe os PCN's, o processo de ensino e de aprendizagem de Língua Portuguesa na escola básica, via professor e/ou material didático, tem como objetivo dar conta do sentido, pois o professor, ao ocupar o lugar do suposto saber, joga com a transparência da linguagem e, por conseguinte, trabalha com a transparência do sentido, pois, assim, não poderá ter seu lugar de autoridade questionado. Em consequência disso, por exemplo, o professor (i) barra, bloqueia (possíveis) leituras postas pelos alunos no momento de uma explicação sobre aspectos gramaticais, reduzindo esse momento a uma análise metalinguística e não interpretativa ou reflexiva; e/ou (ii) privilegia, ao elaborar questões voltadas à interpretação, aspectos que sejam norteados para uma leitura unívoca, não abrindo

80 Um texto é uma manifestação de linguagem, mas nem toda a manifestação de linguagem constitui um texto. Se conceituamos texto como uma consecução de frases que produz um efeito de unidade significativa, uma palavra escrita em um muro não será um texto, embora possa constituir-se como palavra-discurso.

margem para a discussão de pontos relevantes da manifestação de linguagem em análise; (iii) utiliza-se, unicamente, do manual do professor presente nos livros didáticos adotados, aceitando como possíveis respostas para as questões elaboradas aquelas apresentadas pelo material, o que poupa tempo do professor, que, muitas vezes, nem ao menos fez uma análise mais acurada da questão, pois sabe que já tem em mãos uma resposta pronta.

Essa realidade aponta para uma escola coercitiva, não como a escola do passado, cujas práticas feriam os princípios éticos e morais, ao agredir tanto física quanto moralmente os alunos, por meio de práticas associadas a castigos físicos e a agressões verbais; ou, então, uma escola que se utiliza de recursos enfadonhos, como as cópias ou os cadernos de caligrafia; mas, sim, coercitiva, minimamente, por ainda apresentar práticas pedagógicas em que o ato de decorar sobressai sobre o ato de refletir sobre a linguagem e seu funcionamento, além de, também, controlar o sentido, fazendo com o que o aluno acesse aquele sentido que o ensino, via professor, o permita chegar.

Esse sentido a que o aluno é permitido acessar está sob duas formas, não excludentes. Primeiramente, é o professor que escolhe as manifestações de linguagem a que o aluno será exposto, seja via livro didático (pois é responsabilidade do professor a sua escolha), seja via materiais levados pelo professor para serem analisados em sala de aula. Em segundo lugar, elaborando questões e aceitando respostas para essas questões que estejam de acordo com a perspectiva do professor e não sob a perspectiva das possibilidades que o olhar leitor lhe permite. Falamos, dessa maneira, que o aspecto composicional do sentido é privilegiado, pois dá-se lugar de destaque a questões em que a relação de contiguidade dos elementos estejam em jogo.

Corroborar toda essa problemática o fato de que, embora esse não mais seja o ideal, o ensino de aspectos gramaticais, sejam eles fonológicos, morfológicos ou sintáticos, ser regido pela GN que ainda ocupa lugar privilegiado nas práticas escolares, pois ainda se propala que o objetivo da escola é ensinar o português padrão (cf. Possenti, 2000, p. 17), além de que essa gramática goza de lugar privilegiado devido a ser baseada em regras. Assim, cabe ao aluno segui-las – estando correto – ou não segui-las – estando errado e, por isso, sendo estigmatizado no processo de ensino e de aprendizado.

As nossas análises referendam o fato de que há, especificamente, uma lacuna na posição assumida pela GN no que tange ao entendimento da *adjunção* e da *aposição*, o que é estendido para o ensino de Língua Portuguesa, pois o cenário escolar desconsidera o funcionamento desses mecanismos e, por consequência, o aspecto relacional do sentido. As práticas em sala de

aula, em vista disso, pautam-se, significativamente, na classificação das formas, considerando, de um lado, a contiguidade dos elementos no enunciado, de outro, desconsiderando questões de ordem discursiva presentes ali, sendo que esses dois pontos afastam-se das conclusões a que chegamos com este trabalho.

As conclusões, as quais nos referimos, permitem-nos dizer que há um movimento expressivo no modo em como devemos pensar a *adjunção* e a *aposição*, muito embora não tenha sido feito um estudo do funcionamento desses mecanismos em outras manifestações de linguagem, as análises sinalizam para o fato de que não há dispensabilidade, porque nada está na língua que não esteja em discurso. Há a compreensão de que o ensino possibilitaria outras análises, caso as práticas de ensino de sintaxe voltassem o seu olhar para uma *gramática descritiva voltada para o discursivo*.

A proposta dessa gramática, em primeiro plano, trabalha fortemente com o aspecto relacional do sentido, ou seja, não concebe o sentido como composicional, pois não nos filiamos à perspectiva de que o sentido de um discurso esteja para o somatório desses elementos e, por isso, baseie-se na existência de uma sequência linear. Essa é, por exemplo, a perspectiva da Linguística Textual e dos estudos sintáticos que têm na frase ou em enunciados soltos seu objeto de análise.

Para nós, o sentido é relacional, pois trabalha com a relação constitutiva entre *interno* e *externo*, e porque toda a produção de sentido está baseada na espiralação, ou seja, na produção de sequência(s) que ocorre(m) em função do (e)feito leitor, na medida que ela é fruto da associação de indicativos que promovem esse efeito.

Ao considerarmos esses indicativos, isto é, marcas linguísticas que, em relação de associação, acenam os efeitos de sentido no processo de interpretação, levaríamos a sério o que nos diz Pêcheux, em sua 3ª época de teorização, ao dizer que um enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva, responsáveis pela interpretação. Seria papel do professor (re)conhecer, levantar – não de modo exaustivo, pois isso seria impossível – a partir de cada aspecto a ser estudado na perspectiva da *gramática descritiva voltada para o discursivo*, quais marcas linguísticas promovem a espiralação da sequência em relação ao enunciado. De modo específico, nesta tese, esses indicativos estão para as palavras, expressões ou termos referentes ao mecanismos da adjunção e da aposição.

Cabe, então, um processo de (re)visitação na forma como a sintaxe é ensinada, em especial no modo como os ditos termos acessórios são trabalhados tanto nos manuais didáticos quanto nas práticas efetivas em sala de aula, pois a perspectiva tradicional é reducionista e não

privilegia a condição de que os trajetos de leitura que o leitor empreende são responsáveis pela compreensão do que é lido. Assim, uma das saídas, por assim dizer, seria não priorizar a superficialidade linguística ou o texto, avançando para o funcionamento do discurs(iv)o, mostrando ao aluno que não há *o* sentido, mas *efeitos de sentido* possíveis a partir da leitura de um discurso, o que não significa dizer, de modo algum, que o sentido possa ser qualquer um. A questão é outra: é lidar com o jogo da língua no discurs(iv)o. Dessa feita, o ensino de Língua Portuguesa seria responsável por contribuir de forma efetiva para a formação de um *sujeito de saber*, que manipula o conhecimento e o aplica a diferentes situações, e não um *sujeito do fazer*, que pura e simplesmente classifica formas, por exemplo.

A perspectiva de ensino (pro)posta embate com a perspectiva de ensino pregada nos proferimentos analisados e com aquela vigente na realidade brasileira, visto que, neles, a educação tem como finalidade exclusiva a formação de um educando/trabalhador que atenda aos anseios da prática neoliberal, sendo, acima de tudo, utilitarista e imediatista, o que encontra eco, inclusive, na fala dos alunos: “para que vou estudar isso?”, “não vou aplicar isso na minha profissão”. Entretanto, temos que retornar a ideia de que a escola é o lugar da contradição: ao mesmo tempo que é o lugar onde se perpetuam determinados discursos, é o lugar onde se discutem esses mesmos discursos e, portanto, é o lugar que permite que haja movimentações no sentido de que saíamos do lugar comum.

Para tanto, devemos nos questionar: que aluno queremos formar? Um aluno que acesse o sentido da ordem da transparência e, por isso, fruto de uma escola coercitiva, ou um aluno que tenha ciência da opacidade da linguagem e que, portanto, posicione-se ativamente frente a ele de modo a desvelar as discursividades nele presentes? É, certamente, a resposta para esse questionamento que norteará a prática pedagógica do professor.

Da nossa visada, concluímos, (não) como (e)feito de fechamento, que a compreensão dos mecanismos por nós analisados deve levar

[...] o leitor [a] preced[er]-segu[ir] vários caminhos entrecruzados, vários fios que se sobrepõem. O terreno que atingimos [...] deve permitir-nos, de agora em diante, [...] indicar as posições relativas dos caminhos percorridos, ou, para retomar a outra imagem, unir os fios entre si. (PECHEUX, 2008 [1983], p. 125)

Os proferimentos do Dia do Trabalhador, enquanto manifestações de linguagem, trouxeram em si uma abertura profícua para o tratamento da *adjunção* e da *aposição* como mecanismos essenciais para a construção do discurso capitalista neoliberal, ora rarefazendo-o, ora acirrando-o na prática discursiva em tela.

Dessa forma, o caminho por nós percorrido via proferimentos do Dia do Trabalhador (2011-2014) permite-nos dizer que, mesmo sendo representados por um partido de esquerda, o discurso político institucional brasileiro lança mão de um discurso de direita, por isso a *adjunção* e a *aposição* presentes nesse discurso constroem um discurso neoliberalista, levando-nos a crer, conforme Pêcheux, que mais do que não haver salvação para além da sintaxe, não há, no cenário brasileiro atual, salvação para além do neoliberalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. [et al.] **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. pp. 11-19.

AGUSTINI, C. Da contingência sintática à pertinência semântica do vocativo. In: **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 20, n.2, p. 11-20, 2005.

_____.; BERTOLDO, E. S. A constituição de *corpora* em Linguística da Enunciação. In: SILVEIRA, E. M. (org). **As bordas da linguagem**. Uberlândia: EDUFU, 2011. pp.121-133.

_____.; LEITE, J. D. Benveniste-Authier: aproximações conceituais e aplicações práticas. In: **Desenredo**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, vol.8 – n. 1, pp. 253-274, jan./jun. 2012.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1970.

ARNOUL, A.; LANCELOT, C. **Gramática de Port-Royal**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 227p.

BRANDÃO, H.N. **Introdução à análise do discurso**. 2a ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. 122p.

BRASIL. **Discursos da Presidenta**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta>. Acesso em 30 de mai. 2015

_____.Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Básica: Brasília (DF), 1997. pp.144.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª. Ed. Atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Lucerna: 2009. 671p.

BERTOLDO, E. S. Discurso e enunciação: implicações da emergência do sujeito. In: AGUSTINI, C., BERTOLDO, E. S. **Linguagem e enunciação: subjetividade-singularidade em perspectivas**. Uberlândia: EDUFU, 2011. pp.72-83. (Série Linguística IN FOCUS)

BONFIM, J. B. B. **Palavra de presidente: os discursos presidenciais de Deodoro a Lula**. Brasília: LGE, 2008. 428p. Disponível em:< <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/91988> >. Acesso em: 30 de jan. de 2015.

BRITO, L. de. Discurso político e pobreza em Moçambique: análise de três discursos presidenciais. In: BRITO, L. de.; CASTEL-BRANCO, C. N.; CHICHAVA, S.; FRANCISCO, A. **Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique**. 1a edição. Maputo: IESE, 2010. pp. 49-64.

CAMARA, JR. J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 33ª. ed Petrópolis: Vozes. 2001. 124p.

CAVALLARI, J. S. Equívocos que constituem o macrodiscurso político-educacional da inclusão. In: FERREIRA, E. L.; ORLANDI, E. P. (orgs) **Discursos sobre inclusão**. Niterói: Intertexto. 2014, pp. 11-50.

DAHER, D. C. **Discursos presidenciais de 1º de maio: a trajetória de uma prática discursiva**. Tese (Doutor em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2000. 291p.

_____. Imagens de enunciador nos discursos presidenciais de 1º de maio. In: **the ESpecialist**. São Paulo: PUC-SP, vol. 24, número especial, pp. 49-68, 2003.

DALMASCHIO, L. **Predicação dirigida x predicação centrada: a (não) ocupação do lugar sintático de objeto na perspectiva da Semântica da Enunciação**. Tese (Doutor em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2013. 170p.

DIAS, L. F.; COELHO, S. M. Regularidades sintáticas e determinações enunciativas: uma abordagem do aposto explicativo. In: SANTOS, H. S.; ASSUNÇÃO, K. L. F. (orgs) **Enunciação e discurso: língua e literatura**. 1ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2013. pp.131-138

DICIONARIO MICHAELIS. Disponível em: < www.uol.com.br/michaelis>.

DUBOIS, Jean et alli. Dicionário de linguística. 8ª ed. São Paulo: Cultrix, 2000. 653p.

DUCROT, O. **Estruturalismo e linguística**. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1968. 144p.

_____. **Referente**. In: Enciclopédia Einaudi – Linguagem-Enunciação. Vol. 2. Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1984.

_____. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987. 222p.

FERREIRA, M.C.L. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambiguidade ao equívoco**. Tese (Doutor em Ciências) – Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. 1994.

_____. O lugar da sintaxe no discurso. In: INDURSKY, F. FERREIRA, M.C.L. (orgs). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999. pp. 60-66.

_____. **A língua da análise do discurso: esse estranho objeto de desejo**. In: FERREIRA, M.C.L. (org). I SEAD: Michel Pêcheux e Análise de discurso: uma relação de nunca acabar. Porto Alegre, 2003. pp.213-218

_____. Linguagem, Ideologia e Psicanálise. In: **Estudos da Língua(ge)m**, Vitória da Conquista, no. 1, p. 69-75, junho, 2005.

FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 241p.

GADET, F. Matérialités discursives : la frontière absente. In: **Langage et société**, nº13, 1980. pp. 85-91.

_____. Tricher la langue. In: CONEIN, B. et al. **Matérialités discursives**. Lille: Presses universitaires Lille, 1981. Pp. 117-126.

_____; MARANDIN, J.M. La linguistique comme contexte de l'analyse de discours ?. In: **Mots**, octobre 1984, Nº9. pp. 19-24.

GONÇALVES, Carlos Alexandre V. A dicotomia adjunto/complemento (ad)nominal rediscutida. In: **Estudos Linguísticos** 22. Ribeirão Preto, 1993. p. 800- 807

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____, PÊCHEUX, M. e HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso. IN: **Análise de Discurso: Apontamos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. 2ª ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011. pp.13-32

HENRY, P. A história não existe? IN: ORLANDI, E. P.(org) **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010a. pp 23-48.

_____. Os fundamentos teóricos da análise automática de discurso de Michel Pêcheux (1969). IN: GADET, F.; HANK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. trad. MARIANI, B.S. (et. al.) 4ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010b. pp. 11-38.

_____. **A ferramenta imperfeita**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013a. 231p.

_____. **‘O discurso não funciona de modo isolado’**. Campinas, Jornal da Unicamp, 26-27 nov. 2013b. Entrevista a José Horta Nunes.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Tese (Doutor em Ciências) – Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. 1992. 382p.

_____. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. 351p.

KURY, A. G. da. **Novas lições de análise sintática**. São Paulo: Ática, 1999. 207p.

LEITE, K. R. O. **In-determinação nos comentários às cibernotícias**. Tese (Doutor em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. 2015. 243p.

LECOMTE, A.; LEON, J.; MARANDIN, J.M. VI. Análise do discurso: estratégias de descrição textual (1984). In: GADET, F.; HANK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. trad. MARIANI, B.S. (et. al.) 4ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. pp.281- 306.

MARANDIN, J.M. Problèmes d'analyse du discours. Essai de description du discours français sur la Chine. In: **Langages**, 12e année, n°55, 1979. pp. 17-88.

_____. Syntaxe, discours. Du point de vue de l'analyse du discours. In: **Histoire Épistémologie Langage**. Tome 15, fascicule 2, 1993. pp. 155-177.

_____. **Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso**. IN: : ORLANDI, E. P.(org) **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. pp 117-142.

MARI, H. **Aspectos da teoria da referência**. Revista de psicologia Plural. Faculdade de Ciências Humanas – FUMEC. Belo Horizonte. Ano XII., n°18., 2003. p.93-117.

MILNER, J.C. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2012. 82p.

MOURA NEVES, M. H. de. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 2001. 72p.

ORLANDI, E. P. **Protagonistas do/no discurso**. In: Série Estudos, no. 04, Uberaba, 1978. pp. 30-41.

_____. **Segmentar ou recortar?** In: Série Estudos, no. 10, Uberaba, 1984. pp. 9-25.

_____. (org). **A leitura e os leitores**. 2ª. Ed., Campinas: Pontes Editores, 2003. 208p.

_____. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. In: **Estudos da Lingua(gem)**, no 1, Vitória da Conquista, 2005. junho/2005. pp. 9-13.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3ª. Ed., Campinas: Pontes Editores, 2008. 218p.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10ª. Ed., Campinas: Pontes Editores, 2012a. 100p.

_____. **Autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico**. 6ª Ed. Campinas: Pontes Editores, 2012b. 156p.

_____. Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012c. 239p. Resenha de FERNANDES, C; FONSECA, R. de O. **Organon**, Porto Alegre, n. 53, jul./dez., 2012, p. 275-284.

_____. A palavra dança e o mundo roda: Polícia. In: GUIMARÃES, E. (org). **Linguagem e tecnologia: 20 anos de história**. Campinas: LABEUB, 2013. pp. 13-29.

MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I.V; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs) Referência e discurso. São Paulo: Contexto, 2005. pp 11-3.ami

MONDADA, L. e DUBOIS, D. Construção de objetos de discurso e a categorização: uma abordagem dos processos de referência. IN: CAVALCANTE, M. M. e RODRIGUES, B. N. (org.). **Referênciação**. São Paulo: Contexto, 2003. Pp. 17-52

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1979.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5ª Ed., Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. ORLANDI, E. P. (et.al). 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. 287p.

_____. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HANK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. trad. MARIANI, B.S. (et. al.) 4ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010a. pp. 59-158.

_____. Análise de discursos: três épocas. In: GADET, F.; HANK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. trad. MARIANI, B.S. (et. al.) 4ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010b. pp. 307-315.

_____. Apresentação da análise automática do discurso. In: GADET, F.; HANK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. trad. MARIANI, B.S. (et. al.) 4ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010c. pp. 251-279.

_____. FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HANK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. trad. MARIANI, B.S. (et. al.) 4ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. pp.159-250

_____. Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês. In: PÊCHEUX, M. **Análise do discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2011a. pp.131-140.

_____. Especificidade de uma disciplina de interpretação. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011b. pp. 99-103.

_____. Língua, “Linguagens”, Discurso. In: PÊCHEUX, M. **Análise do discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2011c. pp.121-129.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso. In: PÊCHEUX, M. **Análise do discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2011d. pp.283-294.

_____. A aplicação dos conceitos da Linguística para a Melhoria das Técnicas de Análise de Conteúdo. In: PÊCHEUX, M. **Análise do discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2011e. pp.203-226

_____. LÉON, J. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: PÊCHEUX, M. **Análise do discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2011. pp.163-173.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1999.390p.

_____. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 335p.

RAPOSO, E. P. Teria da gramática. A faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992. 527p.

ROCHA LIMA, Carlos H. da. Gramática normativa da língua portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

ROUSSEFF, D. Discursos da presidente

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 26^a ed. São Paulo: Cultrix, 2004. 279p.

SÉRIOT, P. **Analyse du discours politique soviétique**. , Institut d'Études Slaves, 1985. Trad. AGUSTINI, C. L. E. (no prelo)

SOUZA E SILVA, M.C; KOCH, I.G. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. 13^a ed. São Paulo: Cortez, 2005. 168p.

TEIXEIRA, M. **Análise do Discurso e Psicanálise**: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1 - PROFERIMENTO - 2011

Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV sobre o Dia do Trabalho - Brasília/DF

29/04/2011 às 20h40

Brasília-DF, 29 de abril de 2011

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Mais uma vez o Brasil vai festejar o 1º de Maio da forma como este dia deve ser comemorado: com crescimento do emprego e da renda, com economia sólida, e pleno de esperança no futuro. Isso porque, na medida em que o emprego e o salário aumentam, a desigualdade diminui e o país continua avançando sem retrocessos.

Mesmo os brasileiros que mais precisam de apoio sentem que dias melhores estão chegando. E há motivos concretos para esta esperança porque, no Brasil, estabilidade, crescimento e distribuição de renda, combate à inflação e, principalmente, combate à miséria são, de fato, políticas permanentes; porque, no Brasil, respeito à democracia, aos direitos humanos e às liberdades – entre elas a liberdade sindical – são compromissos sagrados.

No nosso país, a balança da justiça social está mais próxima do seu ponto de equilíbrio, mas os pratos desta balança só estarão plenamente equilibrados quando houver menos peso sobre os pobres e sobre a classe média. Este dia - tenham certeza - nós todos vamos ver chegar. Na verdade, muitas coisas já estamos vendo acontecer.

Com orgulho, nós, brasileiros, já vemos que nosso país se firma não apenas como uma das principais economias do planeta, mas, também, como o criador de um modelo de políticas sociais modernas, que ajuda a consolidar uma das maiores democracias do mundo atual. Vemos que o Brasil começa a realizar uma parte do grande sonho brasileiro, o sonho dos nossos poetas, pensadores e visionários; o sonho de um país independente, tolerante, fiel aos valores morais e

símbolo de trabalho, alegria e fraternidade para o mundo. É hora de ampliarmos este sonho e, para isso, precisamos vencer vários desafios.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

O crescimento traz inúmeros desafios. Um deles é formar mão de obra especializada para suprir a oferta de emprego qualificado. Outro desafio é melhorar a infraestrutura, para que esse crescimento flua mais rapidamente. Um outro é crescer de forma harmônica e sustentável, sem gerar inflação ou outros tipos de desequilíbrio. Mas o maior de todos os desafios é não deixar milhões de brasileiros fora dessa era de prosperidade que se amplia e se consolida.

Feliz de um país que tem desafios gerados pelo crescimento, no momento em que grande parte do mundo vive a estagnação e o desemprego. Feliz de um país que está alerta e tem instrumentos para responder, sem titubear, a cada um desses desafios.

Para ajudar a qualificar nossos jovens e trabalhadores, lançamos ontem o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – o Pronatec – cuja meta é capacitar para o trabalho aproximadamente oito milhões de brasileiros nos próximos quatro anos. Mais que um programa educacional, quero que o Pronatec seja uma usina de oportunidades. Ele vai beneficiar estudantes do ensino médio; vai ajudar trabalhadores desempregados a recomeçarem a vida profissional; e vai abrir as portas do mercado de trabalho para que milhares de brasileiros possam deixar mais rápido o Bolsa Família.

Para isso, entre outras coisas, vamos ampliar a rede federal de educação profissionalizante, criando mais 200 novas escolas técnicas federais, e vamos apoiar fortemente as redes estaduais. Em paralelo, vamos reforçar o Sistema S – por exemplo, as escolas e cursos do Senai e do Senac.

O Pronatec é ferramenta de construção do futuro, mas seus resultados serão percebidos imediatamente.

Vale destacar uma novidade: a partir de agora, as empresas que desejarem, receberão empréstimos do governo, com juros baixos, para custear cursos de formação para seus empregados.

Neste grande esforço de qualificação de mão de obra, vamos também lançar um programa de bolsas para estudantes brasileiros no exterior. Nossa meta é oferecer, nos próximos quatro anos, pelo menos 75 mil bolsas de estudos, em universidades estrangeiras de qualidade.

São programas que beneficiarão tanto os mais pobres como os filhos da classe média, que cresce vigorosa em nosso país. São iniciativas que demonstram o compromisso especial que nosso governo tem com os pobres e com a classe média. Com os pobres, para garantir que subam na vida; com a classe média, para garantir que seu padrão de vida melhore ainda mais.

Trabalhadoras e trabalhadores,

O crescimento do emprego e da renda é uma realidade concreta nesse novo Brasil que juntos estamos construindo. Estamos criando uma média de 195 mil novos empregos por mês, e a massa de salários teve um ganho real de 6,7% nos últimos 12 meses.

Tão importante quanto garantir o emprego é garantir o poder de compra do salário, para que o trabalhador e a trabalhadora possam colocar boa comida na mesa, comprar sua geladeira nova, sua televisão e o seu carrinho. Garantir o poder de compra do salário significa jogar duro contra a inflação. Esse é um dos fundamentos da nossa política econômica, e dele jamais abriremos mão. Estamos, por exemplo, melhorando a qualidade do gasto público, com o desafio de fazer mais e melhor com menos recursos.

Estamos trabalhando para resolver problemas estruturais como os gargalos de infraestrutura e as distorções no sistema tributário, que aumentam nossos custos de produção.

Estamos também incentivando o aumento de investimento e a competitividade do nosso setor produtivo, tanto da indústria como no campo. Ou seja, estamos atentos aos mínimos detalhes da economia e buscando, na hora certa, soluções para os problemas.

Por isso, tenha a certeza: assim como fomos um dos países que melhor reagiu à crise financeira internacional, estamos preparados para enfrentar as pressões inflacionárias que rondam, no momento, a economia mundial.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Nada vai conseguir deter a marcha harmônica do Brasil para o futuro. Nossos grandes programas de infraestrutura econômica, como o PAC, e de infraestrutura social, como o Minha Casa, Minha Vida, seguirão sem interrupções. Eles serão aperfeiçoados, ampliados e complementados por novos programas, alguns já lançados, outros em fase de lançamento. Porém, a mais desafiadora meta, que o Brasil ainda está por alcançar, é o fim da miséria, a erradicação da pobreza extrema.

Por isso, neste 1º de Maio, quando renovo o compromisso com vocês, trabalhadores brasileiros, de continuar a política de valorização do salário mínimo e de manter e ampliar suas conquistas trabalhistas, digo também que é a hora de olharmos com um carinho todo especial para nossos irmãos que ainda não entraram no mercado de trabalho.

Convoco todos os brasileiros, sem exceção, para vencermos juntos a batalha contra a miséria. Essa é uma grande bandeira do meu governo. Nas próximas semanas, daremos um passo importante para concretizá-la com o lançamento do programa Brasil sem Miséria. Ele vai articular e integrar novos e antigos programas sociais, ampliar recursos e oportunidades e, muito especialmente, mobilizar todos os setores da sociedade para a luta decisiva de acabar com a pobreza extrema em nosso país.

O Brasil já é um país grande, de povo forte e economia pujante, mas só seremos um país verdadeiramente rico e feliz quando formos um país sem pobreza com as famílias podendo subir na vida.

O Brasil vai realizar esse grande sonho coletivo e ele vai concretizar os sonhos de milhões de brasileiros que ainda esperam por uma chance na margem do caminho. Essa estrada é de todos e vamos trilhá-la bem juntos.

Viva o 1º de Maio! Viva o trabalho! Viva o trabalhador brasileiro!

ANEXO 2 - PROFERIMENTO - 2012

Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia do Trabalho

30/04/2012 às 20h40

30 de abril de 2012

Minhas amigas e meus amigos,

Amanhã, 1º de Maio, é um bom dia para refletirmos sobre uma verdade nem sempre lembrada: que tudo que um país produz é fruto do esforço do trabalhador e, por isso, todo trabalhador tem o direito de usufruir de tudo que o seu país produz.

Para usufruir cada vez mais da riqueza do Brasil, o trabalhador brasileiro precisa de melhores empregos, de salário digno, educação de qualidade e formação profissional adequada às necessidades do mundo moderno. Para garantir esses direitos do trabalhador, o país necessita consolidar seu crescimento, equilibrar sua economia, diminuir as desigualdades, proteger sua indústria e sua agricultura, desenvolver novas tecnologias e ser, cada vez mais, competitivo e soberano no mundo. Nosso governo trabalha por isso todos os dias. Tem feito também todo o esforço e criado as condições para que o setor privado, o sindicato, os movimentos sociais e toda a sociedade participem dessa tarefa.

Não quero ser a presidenta que cuida apenas do desenvolvimento do país, mas aquela que cuida, em especial, do desenvolvimento das pessoas. Cuidar do desenvolvimento das pessoas significa lutar por uma saúde melhor para os brasileiros pobres e de classe média; significa prover educação de qualidade em todos os níveis, inclusive cursos técnicos e universitários, no Brasil e no exterior, para brasileiros de talento e de qualquer classe social, como estamos fazendo através do Programa Brasil sem Fronteiras, que oferece bolsas de estudos para 100 mil estudantes nas melhores universidades do mundo.

Cuidar do desenvolvimento das pessoas significa lutar incessantemente para acabar a pobreza extrema em todas as regiões do país; significa enxergar o trabalhador como cidadão e, por isso,

pleno de direitos civis; enxergá-lo também como consumidor, com condição de comprar todos os bens e serviços que sua família precise para viver de maneira cômoda e feliz.

Faz parte desta luta o esforço do governo para reduzir os juros. A economia brasileira só será plenamente competitiva quando nossas taxas de juros, seja para o produtor, seja para o consumidor, se igualem às taxas praticadas no mercado internacional. Quando atingirmos este patamar, nossos produtores vão poder produzir e vender melhor, e nossos consumidores vão poder comprar mais e pagar com mais tranquilidade.

Vem daí o esforço que o governo faz para equilibrar a economia, o que tem permitido a queda contínua da taxa básica de juros. Vem daí também a posição firme do governo para que bancos e financeiras diminuam as taxas de juros cobradas aos clientes nos empréstimos, nas compras a prazo e nos cartões de crédito.

Nos últimos anos, nosso sistema bancário é um dos mais sólidos do mundo. Está entre os que mais lucraram. Isso tem lhes dado força e estabilidade, o que é bom para toda a economia. Mas isso também permite que eles deem crédito melhor e mais barato aos brasileiros.

É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo. Estes valores não podem continuar tão altos. O Brasil de hoje não justifica isso. Os bancos não podem continuar cobrando os mesmos juros para empresas e para o consumidor, enquanto a taxa básica Selic cai, a economia se mantém estável e a maioria esmagadora dos brasileiros honra, com presteza e honestidade, os seus compromissos.

O setor financeiro, portanto, não tem como explicar essa lógica perversa aos brasileiros. A Selic baixa, a inflação permanece estável, mas os juros do cheque especial, das prestações ou do cartão de crédito não diminuem.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil escolheram o caminho do bom exemplo e da saudável concorrência de mercado, provando que é possível baixar os juros cobrados aos seus clientes em empréstimos, cartões, cheque especial, inclusive no crédito consignado.

É importante que os bancos privados acompanhem essa iniciativa para que o Brasil tenha uma economia mais saudável e mais moderna. É bom também que você, consumidor, faça prevalecer seus direitos, escolhendo as empresas que lhe ofereçam melhores condições.

Sei que para que o nosso país tenha uma economia mais forte é preciso, ainda, que encontremos mecanismos que permitam uma diminuição equilibrada dos impostos para produtores e para consumidores. E também que tenhamos uma taxa de câmbio que defenda nossa indústria e nossa agricultura, em suma, os nossos empregos, e que o governo utilize os recursos públicos, sempre de forma eficiente e honesta, para que a população sinta, da forma mais efetiva possível, o bom retorno do imposto que paga.

Por sinal, acabamos de retirar os impostos da folha de salários, para que essa carga fiscal deixasse de punir o emprego. Isso está dando mais alívio ao empregador e mais segurança ao empregado.

Garanto às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros que vamos continuar buscando meios de baixar impostos, de combater os malfeitos e os malfeitores e, cada vez mais, estimular as coisas bem-feitas e as pessoas honestas de nosso país.

Mas não vamos abrir mão de cobrar, com firmeza, de quem quer que seja, que cumpra o seu dever, que faça a sua parte para que o Brasil cresça e todos os brasileiros cresçam junto; para que nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras melhorem sua capacidade de produzir e de consumir, sua capacidade de viver bem, de ser feliz e de fazer seus irmãos igualmente felizes.

Viva o 1º de Maio! Viva o trabalhador brasileiro! Viva o nosso querido Brasil!

Obrigada e boa noite.

ANEXO 3 - PROFERIMENTO – 2013

Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV, sobre o Dia do Trabalho

01/05/2013 às 21h05

1º de maio de 2013

Queridas trabalhadoras e queridos trabalhadores,

O Brasil passou a ser mais Brasil quando o brado por mais emprego, mais salário e mais comida deixou de ser um grito solitário dos trabalhadores para ser a voz e o compromisso de toda uma nação. É por isso que nós, brasileiras e brasileiros, estamos tendo, nos últimos anos, a alegria de comemorar o 1º de Maio com recordes sucessivos no emprego, na valorização do salário e nas conquistas sociais dos trabalhadores.

Neste 1º de Maio, o Brasil pode garantir outra vez a vocês que nada ameaça estas conquistas. Ao contrário, elas vão se ampliar ainda mais, beneficiando a todos vocês, sem exceção. O Brasil vai continuar usando instrumentos eficazes para ampliar o emprego, o salário e o poder de compra do trabalhador.

Mas, a partir de agora, vai privilegiar como nunca o instrumento que mais amplia o emprego e o salário: a educação. Para isso, várias medidas estão sendo executadas e outras estão em discussão. A mais decisiva delas é a que determina que todos os royalties, participações especiais do petróleo e recursos do pré-sal sejam usados, exclusivamente, na educação. Anuncio hoje a vocês que enviei ao Congresso Nacional uma nova proposta para que isso possa virar realidade.

Minhas amigas e meus amigos,

O Brasil avançou muito nos últimos anos por causa de políticas econômicas corretas e de políticas sociais profundas. Hoje, há um reconhecimento internacional de que temos as políticas sociais mais amplas e modernas do mundo. Isso nos orgulha e nos estimula. Mas há um ponto que tem passado despercebido: o fato do emprego e do salário terem se tornado os dois maiores

fatores de diminuição da desigualdade. Mesmo com a importância dos programas sociais, foi a renda do trabalho que mais contribuiu na diminuição da desigualdade.

Com os programas de transferência de renda, já tiramos 36 milhões de brasileiros da miséria. Mas são o emprego e o salário que estão impedindo que essas pessoas voltem para a pobreza, e também aceleram a ascensão social de milhões de outros brasileiros. Foi assim que 40 milhões de brasileiros foram para a classe média. Isso se deu por causa da valorização do salário-mínimo, do recorde na geração de emprego com carteira assinada e do ganho real em todas as faixas salariais.

O Brasil gerou, nos últimos dez anos, 19 milhões e 300 mil empregos com carteira assinada, e o salário-mínimo cresceu mais de 70% em termos reais. Somente nos dois anos do meu governo foram criados 3 milhões e 900 mil novos empregos. Segundo o Fundo Monetário Internacional, o FMI, isso nos colocou numa situação privilegiada no mundo: fomos o país que mais reduziu o desemprego entre 2008 e 2012, ou seja, reduzimos em 30% a taxa de desemprego. Por sinal, em 2012 enquanto lá fora cresciam o desemprego e as perdas salariais, aqui ocorria exatamente o contrário.

Tivemos o menor índice de desemprego da história e, segundo o Dieese, o melhor ano de reajustes, com 95% das categorias conquistando aumento real de salário. Não houve apenas aumento, mas também melhoria na qualidade do emprego: cresceram os níveis de escolaridade dos empregados e ampliou-se a formalização do emprego. Ao mesmo tempo, diminuiu a taxa de desemprego entre os jovens e aumentou o emprego entre os mais maduros. E, em termos gerais, ocorreu uma queda acentuada no tempo de procura por trabalho. Levando-se em conta a renda das pessoas, tem ocorrido também uma redução da desigualdade entre homens e mulheres, entre brancos e negros, e entre as áreas urbanas e rurais. Os brasileiros estão se tornando mais iguais.

Os direitos trabalhistas avançam e as dívidas sociais históricas estão sendo resgatadas, como ocorreu recentemente com a aprovação da PEC que estende os direitos previstos na CLT aos trabalhadores domésticos.

Tudo isso ocorre porque o Brasil tem uma política eficiente de emprego e salário, porque o país dialoga com o trabalhador e os sindicatos e respeita os direitos trabalhistas. Inclusive, devido a este diálogo, os trabalhadores, entre outras vantagens, obtiveram a isenção do Imposto de Renda na participação dos lucros e resultados.

O mais importante é que os efeitos da renda do trabalho e das políticas sociais reduziram pela metade o risco das pessoas ficarem mais pobres, e praticamente dobraram a possibilidade das pessoas melhorarem de vida.

Estes fatores têm garantido a diminuição das desigualdades e inibido, entre nós, os efeitos da prolongada crise financeira que ainda atinge o mundo.

Trabalhadoras e trabalhadores, acreditem apaixonadamente no Brasil e na força do trabalho de cada um de vocês. Não tenham dúvida de que o Brasil, com a força de vocês, pode e vai crescer mais, garantindo o emprego de hoje e o de amanhã.

Vamos seguir na rota de crescimento com estabilidade, distribuição de renda e diminuição das desigualdades. Este governo vai continuar sua luta firme pela redução de impostos e pela diminuição dos custos para o produtor e consumidor, mesmo que tenha que enfrentar interesses poderosos.

É mais do que óbvio que um governo que age assim e uma presidenta que pensa desta maneira não vão descuidar nunca do controle da inflação. Esta é uma luta constante, imutável, permanente. Não abandonaremos jamais os pilares da nossa política econômica, que têm por base o crescimento sustentado e a estabilidade. E não abriremos mão jamais dos pilares fundamentais do nosso modelo: a distribuição de renda e a diminuição da desigualdade no Brasil.

Minhas amigas e meus amigos,

Só uma educação de qualidade pode garantir mais avanço para o emprego e para o salário. Nos últimos anos, ampliamos o acesso e melhoramos a qualidade do ensino. Já estamos com 32 mil escolas funcionando em tempo integral, ou seja, em dois turnos.

Tivemos o maior avanço da história do Brasil nos cursos técnicos e de qualificação profissional. Geramos, com o Pronatec, mais de 3 milhões de novas vagas e vamos chegar, até o final de 2013, a quase 5 milhões de matrículas.

Mais de 1 milhão e 200 mil jovens já receberam bolsas do ProUni, 870 mil estudantes estão sendo beneficiados pelo financiamento do Fies e 41 mil estudantes brasileiros já tiveram bolsas aprovadas para estudar nas melhores universidades do mundo no Programa Ciência sem Fronteiras.

E tudo isso está sendo acompanhado pela expansão das universidades federais, que já oferecem mais de 1 milhão de matrículas. A partir deste ano, de forma crescente, vamos garantir, através da nossa política de cotas, que metade das vagas de todos os cursos das nossas universidades federais seja ocupada por alunos das escolas públicas.

Tudo isso é muito bom, mas ainda é pouco. O Brasil precisa de uma grande revolução no ensino capaz de garantir o nosso futuro como nação líder e soberana no mundo. Vamos, principalmente, formar os jovens, as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros para que possamos triunfar num mundo cada vez mais desenvolvido e altamente competitivo.

A educação deve ser uma ação permanente em todos os instantes da vida de uma pessoa. Ela começa na creche, passa pela escola de tempo integral, pelo ensino médio, pela qualificação profissional, pela universidade, o mestrado, o doutorado e tem que prosseguir, de forma ininterrupta, até o fim da vida.

O papel do Estado é criar condições para isso, em especial, abrindo portas para os que mais precisam. Mas um governo só pode cumprir bem o seu papel se tiver vontade política e se contar com verba suficiente.

Por isso, é importante que o Congresso Nacional aprove nossa proposta de destinar os recursos do petróleo para a educação. Peço a vocês que incentivem o seu deputado e o seu senador para que eles apoiem esta iniciativa.

Para encerrar, faço um chamamento decisivo a você, trabalhador, e a você, trabalhadora: a educação não é apenas um dever do Estado e um direito do cidadão. É também tarefa da família e responsabilidade de todos, sem exceção. A educação começa com você. Todos têm que procurar a educação por seu próprio desejo, e lutar pela educação com sua própria força. Somente sua força de vontade vai fazer você descobrir tempo e meios para educar-se. Somente sua atenção como pai, como mãe vai estimular seu filho na escola. Somente sua dedicação de mestre fará você, professor, superar as dificuldades que enfrenta. Somente a pressão de todos vai fazer os governos, as empresas, as igrejas, os sindicatos, em suma, toda a sociedade trabalharem ainda mais pela educação.

Somente assim poderemos gritar, em uma só voz, uma nova marca de fé e amor para nosso país. Poderemos gritar, do fundo do nosso coração: Brasil, pátria educadora!

Viva o Brasil! Viva a trabalhadora! Viva o trabalhador brasileiro!
Obrigada e boa noite.

ANEXO 4 - PROFERIMENTO- 2014

Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff em cadeia de rádio e televisão, sobre o Dia do Trabalho

por Portal Planalto — publicado 30/04/2014 20h41, última modificação 04/07/2014 20h22

30 de abril de 2014

[Trabalhadores e trabalhadoras,

Neste 1º de Maio, quero reafirmar, antes de tudo, que é com vocês e para vocês que estamos mudando o Brasil. Vocês que estão nas fábricas, nos campos, nas lojas e nos escritórios sabem bem que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante: a luta do emprego e do salário.] Não tenho dúvida, um país que consegue vencer a luta do emprego e do salário nos dias difíceis que a economia internacional atravessa, esse país é capaz de vencer muitos outros desafios.

[É com esse sentimento que garanto a vocês que temos força para continuar na luta pelas reformas mais profundas que a sociedade brasileira tanto precisa e tanto reclama: nas reformas para aperfeiçoar a política, para combater a corrupção, para aumentar a transparência, para fortalecer a economia e para melhorar a qualidade dos serviços públicos.]

Nosso governo tem o signo da mudança e, junto com vocês, vamos continuar fazendo todas as mudanças que forem necessárias para melhorar a vida dos brasileiros, especialmente dos mais pobres e da classe média.

Continuar com as mudanças significa também continuar lutando contra todo tipo de dificuldades e incompreensões, porque mudar não é fácil, e um governo de mudança encontra todo tipo de adversários, que querem manter seus privilégios e as injustiças do passado, mas nós não nos intimidamos.

Se hoje encontramos um obstáculo, recomeçamos mais fortes amanhã, porque para mim as dificuldades são fonte de energia e não de desânimo. Se nem tudo ocorre no tempo previsto e

desejado, isso é motivo para acumular mais forças, para seguir adiante e, em seguida, mudar mais rápido. É assim que se vence as dificuldades, é assim que se vai em frente.

Minhas amigas e meus amigos,

[Acabo de assinar uma medida provisória corrigindo a tabela do Imposto de Renda, como estamos fazendo nos últimos anos, para favorecer aqueles que vivem da renda do seu trabalho. Isso vai significar um importante ganho salarial indireto e mais dinheiro no bolso do trabalhador.]

Assinei também um decreto que atualiza em 10% os valores do Bolsa Família recebidos por 36 milhões de brasileiros beneficiários do programa Brasil sem Miséria, assegurando que todos continuem acima da linha da extrema pobreza definida pela ONU.

Anuncio ainda que assumo o compromisso de continuar a política de valorização do salário-mínimo, que tantos benefícios vem trazendo para milhões de trabalhadores e trabalhadoras. A valorização do salário-mínimo tem sido um instrumento efetivo para a diminuição da desigualdade e para o resgate da grande dívida social que ainda temos com os nossos trabalhadores mais pobres.

Algumas pessoas reclamam que o nosso salário-mínimo tem crescido mais do que devia. Para eles, um salário-mínimo melhor não significa mais bem-estar para o trabalhador e sua família, dizem que a valorização do salário-mínimo é um erro do governo e, por isso, defendem a adoção de medidas duras, sempre contra os trabalhadores.

[Nosso governo nunca será o governo do arrocho salarial, nem o governo da mão dura contra o trabalhador. Nosso governo será sempre o governo da defesa dos direitos e das conquistas trabalhistas, um governo que dialoga com os sindicatos e com os movimentos sociais e encontra caminhos para melhorar a vida dos que vivem do suor do seu trabalho].

Trabalhadoras e trabalhadores,

Meu governo também será sempre o governo do crescimento com estabilidade, do controle rigoroso da inflação e da administração correta das contas públicas. Nos últimos anos, o Brasil provou que é possível e necessário manter a estabilidade e, ao mesmo tempo, garantir o salário e o emprego.

Em alguns períodos do ano, sei que tem ocorrido aumentos localizados de preço, em especial dos alimentos. E esses aumentos causam incômodo às famílias, mas são temporários e, na maioria das vezes, motivados por fatores climáticos. Posso garantir a vocês que a inflação continuará rigorosamente sob controle, mas não podemos aceitar o uso político da inflação por aqueles que defendem “o quanto pior, melhor”.

Temos credibilidade política para dizer isso. Nos últimos 11 anos, tivemos o mais longo período de inflação baixa da história brasileira. Também o período histórico em que mais cresceu o emprego e em que o salário mais se valorizou. Nesse período, o salário do trabalhador cresceu 70% acima da inflação, geramos mais de 20 milhões de novos empregos com carteira assinada, sendo que 4,8 milhões no atual governo. Nesse mesmo período também conseguimos a maior distribuição de renda da história do Brasil.

Trabalhadoras e trabalhadores,

É com seriedade e firmeza que quero voltar a falar das reformas que iniciamos e vamos continuar lutando para ampliá-las em favor do Brasil.

[Quero garantir a você, trabalhadora, e a você, trabalhador, que nossa luta pelas mudanças continua, nada vai nos imobilizar. A tarifa de luz, por exemplo, teve a maior redução da história.] A seca baixou o nível dos reservatórios e tivemos de acionar as termoeletricas, o que aumentou muito as despesas. Imaginem se nós não tivéssemos baixado as tarifas de energia em 2013. Os investimentos que fizemos em geração e transmissão de energia permitem hoje ao Brasil superar as dificuldades momentâneas, mantendo a política de tarifas baixas.

[Neste 1º de Maio, Dia do Trabalhador, dia de quem vive honestamente do suor do seu trabalho, quero reafirmar o compromisso do meu governo no combate incessante e implacável à corrupção. Novos casos têm sido revelados por meio do trabalho da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União, órgãos do governo federal.]

Sei que a exposição desses fatos causa indignação e revolta a todos, seja a sociedade, seja o governo, mas isso não vai nos inibir de apurar mais, denunciar mais e mostrar tudo à sociedade, e lutar para que todos os culpados sejam punidos com rigor. O que envergonha um país não é apurar, investigar e mostrar. O que pode envergonhar um país é não combater a corrupção, é

varrer tudo para baixo do tapete. O Brasil já passou por isso no passado e os brasileiros não aceitam mais a hipocrisia, a covardia ou a conivência.

É com essa franqueza que quero falar da Petrobras. A Petrobras é a maior e mais bem-sucedida empresa brasileira. É um símbolo de luta e afirmação do nosso país. É um dos mais importantes patrimônios do nosso povo. Por isso a Petrobras jamais vai se confundir com atos de corrupção ou ação indevida de qualquer pessoa. O que tiver de ser apurado deve e vai ser apurado com o máximo rigor, mas não podemos permitir, como brasileiros que amam e defendem seu país, que se utilize de problemas, mesmo que graves, para tentar destruir a imagem da nossa maior empresa. [Repito aqui o que disse há poucos dias em Pernambuco: não transigirei, de nenhuma maneira, em combater qualquer tipo de malfeito ou atos de corrupção, sejam eles cometidos por quem quer que seja. Mas igualmente não vou ouvir calada a campanha negativa dos que, para tirar proveito político, não hesitam em ferir a imagem dessa empresa que o trabalhador brasileiro construiu com tanta luta, suor e lágrimas.]

Trabalhadores e trabalhadoras,

Vocês lembram dos pactos que nós firmamos, após as manifestações de junho. Eles já produziram muitos resultados. Precisamos ampliá-los muito mais. O pacto pela educação, por exemplo, gerou a lei que permitirá que a maior parte dos royalties e dos recursos do pré-sal seja aplicada na educação. Isso vai melhorar o salário dos professores e revolucionar a qualidade do nosso ensino.

O pacto pela saúde viabilizou o Mais Médicos, e em apenas seis meses já colocamos mais de 14 mil médicos em 3.866 municípios. E o que é mais importante: esses números significam a cobertura de atenção médica para 49 milhões de brasileiros.

O pacto pela mobilidade urbana está investindo R\$ 143 bilhões, o que permite a implantação de metrô, veículos leves sobre trilhos, monotrilhos, BRTs, corredores de ônibus e trens urbanos. Com isso, estamos melhorando o sistema viário e o transporte coletivo público nas cidades brasileiras.

[Além de acelerar as ações desses pactos é preciso agora, sobretudo, tornar realidade o pacto da reforma política. Sem uma reforma política profunda, que modifique as práticas políticas no

nosso país, não teremos condições de construir a sociedade do futuro que todos almejamos. Estou fazendo e farei tudo que estiver ao meu alcance para tornar isso uma realidade.]

Foi assim que encaminhei ao Congresso Nacional uma proposta de consulta popular para que o povo brasileiro possa debater e participar ativamente da reforma política. Sempre estive convencida que sem a participação popular não teremos a reforma política que o Brasil exige. Por isso, além da ajuda do Congresso e do Judiciário, preciso do apoio de cada um de vocês, trabalhador e trabalhadora. Temos o principal: coragem e vontade política. E temos um lado: o lado do povo. E quem está ao lado do povo pode até perder algumas batalhas, mas sabe que no final colherá a vitória.

Viva o 1º de Maio! Viva a trabalhadora e o trabalhador brasileiros! Viva o Brasil!

Ouçá a íntegra (12min01s) do pronunciamento da Presidenta Dilma

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - RECORTES DO PROFERIMENTO DE 2011

[Rec1 – 29042011] - Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Mais uma vez o Brasil vai festejar o 1º de Maio da forma como este dia deve ser comemorado: com crescimento do emprego e da renda, com economia sólida, e pleno de esperança no futuro. Isso porque, na medida em que o emprego e o salário aumentam, a desigualdade diminui e o país continua avançando sem retrocessos.

[Rec 2 – 29042011] Com orgulho, nós, brasileiros, já vemos que nosso país se firma não apenas como uma das principais economias do planeta, mas, também, como o criador de um modelo de políticas sociais modernas, que ajuda a consolidar uma das maiores democracias do mundo atual. Vemos que o Brasil começa a realizar uma parte do grande sonho brasileiro, o sonho dos nossos poetas, pensadores e visionários; o sonho de um país independente, tolerante, fiel aos valores morais e símbolo de trabalho, alegria e fraternidade para o mundo. É hora de ampliarmos este sonho e, para isso, precisamos vencer vários desafios.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

[Rec3 – 29042011] Vale destacar uma novidade: a partir de agora, as empresas que desejarem, receberão empréstimos do governo, com juros baixos, para custear cursos de formação para seus empregados.

[Rec 4 – 29042011] São programas que beneficiarão tanto os mais pobres como os filhos da classe média, que cresce vigorosa em nosso país. São iniciativas que demonstram o compromisso especial que nosso governo tem com os pobres e com a classe média. Com os pobres, para garantir que subam na vida; com a classe média, para garantir que seu padrão de vida melhore ainda mais.

[Rec 5 – 29042011] Trabalhadoras e trabalhadores,

O crescimento do emprego e da renda é uma realidade concreta nesse novo Brasil que juntos estamos construindo.

[Rec 6 – 29042011] Por isso, tenha a certeza: assim como fomos um dos países que melhor reagiu à crise financeira internacional, estamos preparados para enfrentar as pressões inflacionárias que rondam, no momento, a economia mundial.

[Rec 7 – 29042011] Por isso, neste 1º de Maio, quando renovo o compromisso com vocês, trabalhadores brasileiros, de continuar a política de valorização do salário mínimo e de manter e ampliar suas conquistas trabalhistas, digo também que é a hora de olharmos com um carinho todo especial para nossos irmãos que ainda não entraram no mercado de trabalho.

[Rec 8 – 29042011] O Brasil vai realizar esse grande sonho coletivo e ele vai concretizar os sonhos de milhões de brasileiros que ainda esperam por uma chance na margem do caminho. Essa estrada é de todos e vamos trilhá-la bem juntos.

APÊNDICE 2 - RECORTES DO PROFERIMENTO DE 2012

[Rec 1 – 30042012] Minhas amigas e meus amigos,

Amanhã, 1º de Maio, é um bom dia para refletirmos sobre uma verdade nem sempre lembrada: que tudo que um país produz é fruto do esforço do trabalhador e, por isso, todo trabalhador tem o direito de usufruir de tudo que o seu país produz.

[Rec 2 – 30042012] Não quero ser a presidenta que cuida apenas do desenvolvimento do país, mas aquela que cuida, em especial, do desenvolvimento das pessoas. Cuidar do desenvolvimento das pessoas significa lutar por uma saúde melhor para os brasileiros pobres e de classe média; significa prover educação de qualidade em todos os níveis, inclusive cursos técnicos e universitários, no Brasil e no exterior, para brasileiros de talento e de qualquer classe social, como estamos fazendo através do Programa Brasil sem Fronteiras, que oferece bolsas de estudos para 100 mil estudantes nas melhores universidades do mundo.

[Rec 3 – 30042012] É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo. Estes valores não podem continuar tão altos. O Brasil de hoje não justifica isso.

[Rec 4 – 30042012] É importante que os bancos privados acompanhem essa iniciativa para que o Brasil tenha uma economia mais saudável e mais moderna. É bom também que você, consumidor, faça prevalecer seus direitos, escolhendo as empresas que lhe ofereçam melhores condições.

[Rec 5 – 30042012] Garanto às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros que vamos continuar buscando meios de baixar impostos, de combater os malfeitos e os malfeitores e, cada vez mais, estimular as coisas bem-feitas e as pessoas honestas de nosso país.

[Rec 6 – 30042012] Mas não vamos abrir mão de cobrar, com firmeza, de quem quer que seja, que cumpra o seu dever, que faça a sua parte para que o Brasil cresça e todos os brasileiros cresçam junto; para que nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras melhorem sua capacidade de produzir e de consumir, sua capacidade de viver bem, de ser feliz e de fazer seus irmãos igualmente felizes.

APÊNDICE 3 - RECORTES DO PROFERIMENTO DE 2013

[Rec 1 – 01052013] Queridas trabalhadoras e queridos trabalhadores,

O Brasil passou a ser mais Brasil quando o brado por mais emprego, mais salário e mais comida deixou de ser um grito solitário dos trabalhadores para ser a voz e o compromisso de toda uma nação. É por isso que nós, brasileiras e brasileiros, estamos tendo, nos últimos anos, a alegria de comemorar o 1º de Maio com recordes sucessivos no emprego, na valorização do salário e nas conquistas sociais dos trabalhadores.

[Rec 2 – 01052013] [...] O Brasil vai continuar usando instrumentos eficazes para ampliar o emprego, o salário e o poder de compra do trabalhador.

[Rec 3 – 01052013] Minhas amigas e meus amigos,

O Brasil avançou muito nos últimos anos por causa de políticas econômicas corretas e de políticas sociais profundas.[...]

[Rec 4 – 01052013] Com os programas de transferência de renda, já tiramos 36 milhões de brasileiros da miséria. Mas são o emprego e o salário que estão impedindo que essas pessoas voltem para a pobreza, e também aceleram a ascensão social de milhões de outros brasileiros. [...]

[Rec 5 – 01052013] O Brasil gerou, nos últimos dez anos, 19 milhões e 300 mil empregos com carteira assinada, e o salário-mínimo cresceu mais de 70% em termos reais. Somente nos dois anos do meu governo foram criados 3 milhões e 900 mil novos empregos.[...]

[Rec 6 – 01052013] [...] E não abriremos mão jamais dos pilares fundamentais do nosso modelo: a distribuição de renda e a diminuição da desigualdade no Brasil.

Minhas amigas e meus amigos,

[Rec 7 – 01052013] Para encerrar, faço um chamamento decisivo a você, trabalhador, e a você, trabalhadora: a educação não é apenas um dever do Estado e um direito do cidadão. É também tarefa da família e responsabilidade de todos, sem exceção. A educação começa com você. Todos têm que procurar a educação por seu próprio desejo, e lutar pela educação com sua própria força. Somente sua força de vontade vai fazer você descobrir tempo e meios para educar-se. Somente sua atenção como pai, como mãe vai estimular seu filho na escola. Somente sua dedicação de mestre fará você, professor, superar as dificuldades que enfrenta. Somente a

pressão de todos vai fazer os governos, as empresas, as igrejas, os sindicatos, em suma, toda a sociedade trabalharem ainda mais pela educação.

[Rec 8 – 01052013] Somente assim poderemos gritar, em uma só voz, uma nova marca de fé e amor para nosso país. Poderemos gritar, do fundo do nosso coração: Brasil, pátria educadora!

[Rec 9 – 01052013] Viva o Brasil! Viva a trabalhadora! Viva o trabalhador brasileiro!

APÊNDICE 4 - RECORTES DO PROFERIMENTO DE 2014

[Rec 1 – 30042014] [Trabalhadores e trabalhadoras,

Neste 1º de Maio, quero reafirmar, antes de tudo, que é com vocês e para vocês que estamos mudando o Brasil. Vocês que estão nas fábricas, nos campos, nas lojas e nos escritórios sabem bem que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante: a luta do emprego e do salário.]

[Rec 2 – 30042014] [É com esse sentimento que garanto a vocês que temos força para continuar na luta pelas reformas mais profundas que a sociedade brasileira tanto precisa e tanto reclama: nas reformas para aperfeiçoar a política, para combater a corrupção, para aumentar a transparência, para fortalecer a economia e para melhorar a qualidade dos serviços públicos.]

[Rec 3 – 30042014] Se hoje encontramos um obstáculo, recomeçamos mais fortes amanhã, porque para mim as dificuldades são fonte de energia e não de desânimo.

[Rec4 – 30042014] [Acabo de assinar uma medida provisória corrigindo a tabela do Imposto de Renda, como estamos fazendo nos últimos anos, para favorecer aqueles que vivem da renda do seu trabalho. Isso vai significar um importante ganho salarial indireto e mais dinheiro no bolso do trabalhador.]

[Rec 5 – 30042014] [Nosso governo nunca será o governo do arrocho salarial, nem o governo da mão dura contra o trabalhador. Nosso governo será sempre o governo da defesa dos direitos e das conquistas trabalhistas, um governo que dialoga com os sindicatos e com os movimentos sociais e encontra caminhos para melhorar a vida dos que vivem do suor do seu trabalho].

[Rec 6 – 30042014] [Temos credibilidade política para dizer isso. Nos últimos 11 anos, tivemos o mais longo período de inflação baixa da história brasileira. Também o período histórico em que mais cresceu o emprego e em que o salário mais se valorizou.]

[Rec 7 – 30042014] [Quero garantir a você, trabalhadora, e a você, trabalhador, que nossa luta pelas mudanças continua, nada vai nos imobilizar. A tarifa de luz, por exemplo, teve a maior redução da história.]

[Rec 8 – 30042014] [Neste 1º de Maio, Dia do Trabalhador, dia de quem vive honestamente do suor do seu trabalho, quero reafirmar o compromisso do meu governo no combate incessante e implacável à corrupção. Novos casos têm sido revelados por meio do trabalho da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União, órgãos do governo federal.]

[Rec 9 – 30042014] [Repito aqui o que disse há poucos dias em Pernambuco: não transigirei, de nenhuma maneira, em combater qualquer tipo de malfeito ou atos de corrupção, sejam eles cometidos por quem quer que seja. Mas igualmente não vou ouvir calada a campanha negativa dos que, para tirar proveito político, não hesitam em ferir a imagem dessa empresa que o trabalhador brasileiro construiu com tanta luta, suor e lágrimas.]

[Rec 10 – 30042014] [Além de acelerar as ações desses pactos é preciso agora, sobretudo, tornar realidade o pacto da reforma política. Sem uma reforma política profunda, que modifique as práticas políticas no nosso país, não teremos condições de construir a sociedade do futuro que todos almejamos. Estou fazendo e farei tudo que estiver ao meu alcance para tornar isso uma realidade.]

[Rec 11 – 30042014] [Por isso, além da ajuda do Congresso e do Judiciário, preciso do apoio de cada um de vocês, trabalhador e trabalhadora. Temos o principal: coragem e vontade política. E temos um lado: o lado do povo. E quem está ao lado do povo pode até perder algumas batalhas, mas sabe que no final colherá a vitória.]